

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O MOMENTO NEOLIBERAL  
NA DINÂMICA HISTÓRICA LATINO-AMERICANA**

**ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA  
ORIENTADOR: WERNER ALTMANN  
ÁREA: HISTÓRIA ECONÔMICA**

**SÃO PAULO  
OUTUBRO DE 1997**

**BARBOSA, ALEXANDRE DE FREITAS**

*no podemos decir mucho de nosotros para responder a razonables dudas, sólo le decimos que somos mexicanos (como usted), que queremos democracia (como usted), que queremos libertad (como usted), que queremos justicia (como usted).  
Qué de malo tendría un encuentro entre mexicanos así? Absurdo y paradójico? Lo sé, hay algo que no le sea en este país?*

**( em carta do Subcomandante Marcos escrita a Carlos Fuentes)**

## AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado não é somente um trabalho acadêmico, pois envolve o pedaço de uma vida, das várias vidas que possibilitaram a realização dessa empreitada. Gostaria aqui de agradecer as pessoas que estiveram comigo durante esses anos e que deram alguma contribuição ao trabalho que ora se finaliza.

Primeiramente, quero lembrar a disposição de Werner Altmann, o qual além de me orientar, mostrou-se compreensivo quanto às minhas sucessivas mudanças de enfoque, sem deixar, é claro, de fazer correções ao rumo por vezes tortuoso que seguia essa dissertação. O professor José Jobson de Andrade Arruda permitiu que a transição de economista para historiador fosse possível, ainda que não de todo completa, durante o período em que me orientou na bolsa de aperfeiçoamento obtida no Departamento de História da USP.

Esse trabalho favoreceu-se também das críticas de alguns professores, que me permitiram situar melhor o objeto estudado. São eles: Wilson do Nascimento Barbosa e Jorge Luis da Silva Grespan, do Departamento de História da USP, e o professor José Ricardo Barbosa Gonçalves do Instituto de Economia da Unicamp.

Gostaria também de ressaltar a importância de algumas pessoas, que mesmo não participando diretamente do presente trabalho, tiveram alguma repercussão neste, em virtude de terem comigo atuado no plano profissional durante esse período. São eles: João Paulo Candia Veiga e Carlos Augusto Gonçalves Jr. do DESEP; Jorge Mattoso e Márcio Pochmann do CESIT; o pessoal do Convênio SERT/UNICAMP - Amílton Moretto, Dulce Cazzuni e Rosa de Almeida; além de Valeriano Costa e Fernando Abrúcio do CEDEC. Os professores Robert Wilson e Peter Cleaves da University of Texas me possibilitaram o acesso, durante os cursos realizados nessa universidade, a parte do material utilizado na dissertação.

Não poderia deixar de mencionar os companheiros de “república” Jef Bekes, Talia Bugel e Wagner Ramalho, que presenciaram a escrita desse trabalho. Luís Bernardo Pericás e Bernardo Ricúpero - também retirantes brasilienses - discutiram comigo em muitas mesas de bar várias das questões tratadas na dissertação. Fábio Liberal, Vinícius Pinheiro e João Carlos Teixeira - velhos companheiros de Brasília - me ajudaram a afinar estas idéias nas várias viagens e conversas em comum.

Por último, quero agradecer duas pessoas que estiveram comigo durante todos os momentos de escrita da dissertação, acreditando que esse trabalho poderia ter algum valor. Elas me socorreram das noites de insônia e das dúvidas existenciais a respeito da validade dessa empreitada. Dedico esse trabalho a elas, minha mãe, Lívea, e minha companheira, Myrian - só elas sabem o que eu passei durante esse longo percurso, desde o primeiro parágrafo até a última vírgula.

## RESUMO

Essa dissertação visa situar o momento neoliberal na dinâmica histórica latino-americana. Parte-se do pressuposto que no pós-independência, a América Latina - a partir da sua reinserção no sistema econômico e de poder internacional e das articulações políticas internas entre os vários atores sociais - constituiu uma dinâmica própria, consubstanciada nos períodos neocolonial (do último quarto do século XIX às primeiras décadas do século XX) e nacional-desenvolvimentista (entre as décadas de trinta e sessenta do século XX). As relações econômicas, os sistemas políticos e os modelos de pensamentos diferenciaram-se durante esses dois períodos, mas significaram um aprimoramento da consciência latino-americana dos seus dilemas históricos. A emergência do momento neoliberal, em meados dos anos setenta, e a sua generalização pelo continente a partir da década de noventa, significou um ponto de ruptura e inflexão em relação a dinâmica histórica pregressa. A despeito da peculiaridade do momento neoliberal no Chile, México, Argentina e Brasil, pretendeu-se traçar em linhas gerais os novos elementos do panorama histórico latino-americano atual, quais sejam: a desestruturação dos sistemas econômicos nacionais, a tendência de fragmentação destas sociedades e a emergência de uma nova ideologia, capaz de associar o liberalismo no plano econômico à cultura pós-moderna - que desconfia da capacidade de estas coletividades formularem estratégias nacionais e integradas de desenvolvimento.

## ÍNDICE

<b>Introdução</b>	5
<b>I-A Dinâmica Histórica Latino-Americana</b>	12
As Visões da Independência	16
Os Períodos Neocolonial e Nacional-Desenvolvimentista e o Momento Neoliberal	24
Acerca da Identidade Latino-Americana	33
Ideologia e Imperialismo	38
Perspectivas Estruturantes	47
<b>II- O Período Neocolonial na América Latina</b>	58
A Reinserção Econômica no Plano Internacional	64
O Estado Liberal e as Oligarquias Frente aos Novos Movimentos Sociais	78
O Positivismo e o Liberalismo Enquanto Ideologias	96
<b>III- O Período Nacional-Desenvolvimentista na América Latina</b>	110
A Expansão Econômica a Partir do Mercado Interno	120
A Formação Abortada dos Estados Nacional-Populares	135
Desenvolvimentismo e Modernismo: As Novas Ideologias	154
<b>IV – O Momento Neoliberal na América Latina</b>	167
A Estabilização Monetária e a Desestruturação dos Sistemas Econômicos Nacionais	188
Reforma do Estado e Democracia num Contexto de Segmentação Social	210
O Encaixe entre Liberalismo Econômico e Pós-Modernismo	242
<b>Conclusão</b>	265
<b>Documentos e Fontes Históricas</b>	273
<b>Bibliografia</b>	275

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho não procura definir o que é o neoliberalismo. Para muitos, o neoliberalismo não existe. Para outros, o neoliberalismo é tanta coisa que adquire uma espécie de opacidade conceitual. Não caberia pois assumirmos o papel de seres ilustrados e dizer o que é o neoliberalismo ou o que deixa de ser.

A despeito dessa confusão semântica, o neoliberalismo vigora nas discussões de economistas, sociólogos, historiadores, aparece na mídia, é citado nas mesas de bar, promove seminários e desencadeia debates acalorados. O neoliberalismo encontra-se virtualmente associado às recentes transformações do capitalismo nos vários planos nacionais e no plano internacional, ao mesmo tempo que assume o formato de uma nova ideologia. Se não pretendemos defini-lo, é nosso objetivo situá-lo na história, mais especificamente na história latino-americana.

Como empreendemos tal tarefa? Pressupomos, em primeiro lugar, que antes do neoliberalismo, existe um continente latino-americano e sua história. Ou seja, o neoliberalismo não se insere no vazio. Existe uma dinâmica histórica latino-americana que adquire um sentido no pós-independência desses países, transforma-se num conjunto de forças sociais, econômicas e culturais que impelem a um projeto de transformação das matrizes do desenvolvimento, o qual se consolida nos anos cinquenta do presente século, até se encontrar frente a uma série de dilemas diluídos e postergados desde então.

Esse trabalho parte pois da existência da América Latina enquanto um todo histórico integrado, que se apresenta a partir das realidades diferenciadas dos seus vários países, pois os mesmos experimentam, cada um à sua maneira, dilemas culturais, políticos e econômicos de natureza semelhante, como resultado da sua inserção subordinada seja no sistema capitalista internacional, seja no processo de construção da modernidade ocidental.

Após a ruptura do sistema colonial no século XVIII, a América emerge no pós-independência, conformando seus Estados Nacionais e inserindo-se no processo de modernização capitalista em curso, sob uma feição neocolonial ao final do século XIX, a qual seria redefinida durante o período nacional-desenvolvimentista, consolidado entre os anos trinta e sessenta do século XX. Esse período nacional-desenvolvimentista, se não alterou radicalmente as relações de dependência entre a América Latina e os países desenvolvidos, catapultou um conjunto de iniciativas econômicas, políticas e culturais que visaram mitigar uma inserção internacional irrestrita e sem condicionantes nacionais.

O que acontece depois de então? Eis o segundo intento de nossa dissertação. A partir de uma compreensão da dinâmica histórica latino-americana, partimos para a avaliação dos significados do momento neoliberal, não em geral, mas em relação a esse conjunto histórico chamado América Latina.

Por que essa opção metodológica? Dois são os motivos básicos. Primeiro, o neoliberalismo, devido a ser um fenômeno recente, dificulta um olhar retrospectivo de caráter analítico que estabeleça categorias delimitadas historicamente. Uma análise exclusivamente centrada sobre o neoliberalismo latino-americano correria o risco de confundir manifestações conjunturais com tendências.

O historiador Eric Hobsbawm, cuja vida acompanha num certo sentido a história do século XX, julga-se sem distanciamento histórico para estudar o século XX no próprio século XX, concluindo que essa tarefa não pode ser empreendida como a de qualquer outro período<sup>1</sup>. Segundo a linha de pensamento de Hobsbawm, recorreremos ao recurso de buscar o distanciamento histórico pela volta no tempo latino-americano, com o que fisgamos ao menos o sentido da sua transformação face ao momento neoliberal.

Segundo, a carga ahistórica que traz o momento neoliberal - fazendo letra morta do passado dessas sociedades - exige como que uma imersão na história latino-



americana, com o fim de questionar essas concepções estáticas e abstratas fundadoras de uma nova ideologia e de uma nova realidade. A “renovação” ou “revolução” neoliberal desconsidera que as sociedades são compostas de agentes coletivos, coordenadas culturais e sistemas econômicos, os quais não se alteram a partir de boas intenções ou terapias de choque, nem seguem as lições dos manuais economicistas que pregam a maximização da utilidade e a ação perfeitamente racional.

Mas por que momento neoliberal? Neoliberal por falta de melhor termo, apesar da profusão de significados que este já assumiu no decorrer de duas décadas de história. Neoliberal também porque surge revitalizada a idéia de que a economia, para ser competitiva, deve se soltar das “amarras” do Estado e da sociedade, os quais teriam sido responsáveis pela ineficiência da gestão macroeconômica e pela deturpação da democracia, transformada em corporativismo estatal.

E momento porque esse conjunto de idéias econômicas - as quais trazem no seu bojo também uma filosofia social e política e uma matriz cultural - não conseguiu se colocar como marco de referência para novos consensos sociais nos planos dessas coletividades nacionais. Ao mesmo tempo, as suas contradições em termos sociais, econômicos e culturais já se fazem sentir.

Parece-nos mesmo que o momento neoliberal - tanto na América Latina como no resto do mundo - correspondeu mais a um processo de desorganização social e produtiva causado por transformações profundas do sistema capitalista internacional, que a um período histórico cujas características denotassem o novo perfil sócio-econômico e cultural dessas sociedades nacionais.

Cabe ressaltar que, apesar de situarmos o momento neoliberal no âmbito da história latino-americana, não desconhecemos a sua lógica internacional, a qual se impõe

---

<sup>1</sup> Eric Hobsbawm. 1994, p. ix.

e é aceita na América Latina a partir de um processo dialético de natureza complexa, tal como se costuma verificar em sociedades dependentes.

Tomamos também o cuidado de não adjetivar com o termo neoliberal todas as manifestações da vida latino-americana do momento atual. Não caracterizamos assim governos, presidentes, partidos, Estados e grupos sociais como neoliberais, de forma a nos vacinarmos contra todo tipo de imprecisão analítica. No entanto, ressaltamos como governos, partidos e forças sociais aguçaram os dilemas trazidos pelo momento neoliberal. Privatizar uma empresa, abrir um setor da economia, demitir funcionários públicos não são medidas necessariamente neoliberais. Neoliberal é o contexto no qual foram implementadas, com objetivos definidos e uma visão de mundo razoavelmente estruturada.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos a nossa visão acerca da dinâmica história latino-americana, tal como esta se consolida no pós-independência, assumindo diversas feições - neocolonial e nacional-desenvolvimentista - até ser colocada em xeque pelo momento neoliberal. Nesse capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos que norteiam nosso trabalho.

No segundo e terceiro capítulos, acompanhamos os períodos neocolonial e nacional-desenvolvimentista, respectivamente, no que tange aos seus significados econômicos, sócio-políticos e culturais para a redefinição da dinâmica histórica latino-americana. Essas transformações são vistas como parte endógenas, parte condicionadas pelo desenvolvimento do capitalismo e das idéias no plano internacional.

O quarto capítulo versa sobre o momento neoliberal propriamente dito e segue a mesma abordagem multidisciplinar dos dois primeiros, além de se pautar por uma dialética constante seja com as transformações processadas no plano internacional, seja com a dinâmica histórica latino-americana consolidada no pós-independência através da conformação dos seus dois períodos históricos.

Vale dizer que quatro países - Argentina, Brasil, Chile e México - funcionam como os pontos cardiais da presente dissertação. Esses países conseguiram internalizar de forma mais autônoma que os demais a dinâmica econômica capitalista, além de terem protagonizado as tentativas de organização política mais sólidas.

A estrutura da dissertação está moldada de uma determinada maneira que permite aos três primeiros capítulos escoarem em direção ao último. Assim, a dinâmica histórica latino-americana - conformada no bojo de dois períodos - conflui para o momento neoliberal, quando ela sofre uma inflexão ou ruptura. Esse momento de ruptura é o que queremos captar, constituindo-se em elemento fundamental para a compreensão do momento neoliberal.

Nesse ponto reside também a hipótese central do presente trabalho. O momento neoliberal instaura uma nova direção para a dinâmica histórica latino-americana, a qual não é irreversível, na medida em que não se soldaram compromissos sociais ou modelos de desenvolvimento adaptados à atual realidade internacional - esta também de natureza instável. Ao mesmo tempo, a superação do momento neoliberal não pode desconsiderar que o mesmo não refletiu apenas uma nova ideologia, propiciando transformações concretas nos vários níveis da vida coletiva desses países.

Concordamos com Perry Anderson que “qualquer balanço atual do neoliberalismo só poder ser provisório”, o que se deve, em grande medida, à falta de maturação histórica desse fenômeno. Aceitamos também que “historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa”<sup>2</sup>. Se sentimo-nos incapacitados de dizer quando e como se dará essa virada, cuidamos antecipar a sua necessidade, patente na contradição entre o momento neoliberal e a dinâmica histórica latino-americana.

No nosso entender, a estrutura da dissertação, ao privilegiar a comparação entre momentos e períodos históricos, centrando-se mais nos nexos entre estes do que na

essência deles em si mesmos, pode dar lugar a compreensões anacrônicas. Porém, acreditamos que ao caracterizarmos a dinâmica histórica latino-americana - a qual se redefine a cada espaço temporal - tornamo-nos capazes de captar as coincidências entre os períodos e momentos históricos bem como as suas particularidades sob um ângulo amplificado.

Sob essa ótica, defendemo-nos de um suposto anacronismo, na medida em que os períodos neocolonial e nacional-desenvolvimentista, bem como o momento neoliberal, não são comparados entre si, sendo compreendidos face a uma dinâmica histórica que lhes transcende ao mesmo tempo em que é remodelada por cada um deles distintamente.

Esforços dessa natureza já foram realizados por outros autores, ainda que voltados para temáticas históricas distintas. Vejamos, por exemplo, as reavaliações metodológicas experimentadas por Giovanni Arrighi em *O Longo Século XX*<sup>3</sup>. Este livro deveria inicialmente focalizar a crise econômica mundial da década de 1970. O autor optou, no entanto, por empreender um estudo do longo século XX, estágio particular do desenvolvimento da economia capitalista mundial.

Uma última alteração no escopo do trabalho fez com que Arrighi partisse para uma compreensão do desenvolvimento do moderno sistema capitalista mundial, amparado numa análise dos quatro sucessivos séculos longos, o que traria, no seu entender, “mais revelações sobre a dinâmica e o provável desfecho do século atual”. Da mesma forma, o neoliberalismo somente adquire sentido se justaposto a uma certa dinâmica histórica, no nosso caso a latino-americana.

Cabe uma última consideração chamando a atenção para o fato de que a presente dissertação de História Econômica se vale também de recursos de análise econômica e sociológica, socorrendo-se a história, nesse caso, de ciências auxiliares,

---

<sup>2</sup> Perry Anderson in Emir Sader e Pablo Gentili, orgs., 1995, pp. 22-23.

<sup>3</sup> Giovanni Arrighi, 1996, pp. ix-x.

como a Economia e a Sociologia que a ajudam a contextualizar, no seu tempo, o momento neoliberal.

O material utilizado na dissertação consistiu em documentos e fontes históricas, basicamente através de jornais e documentos de instituições internacionais, as quais contribuem para a difusão e/ou crítica dos processos econômicos e sociais verificados na América Latina. Quanto às fontes secundárias, além dos livros acerca da história latino-americana e do momento neoliberal propriamente dito, foram consultadas revistas e periódicos, bem como artigos escritos em jornais por historiadores, economistas e sociólogos.

## CAPÍTULO I A DINÂMICA HISTÓRICA LATINO-AMERICANA

Antes de ingressarmos na análise do momento neoliberal na América Latina, objetivo central dessa dissertação, devemos deixar claros alguns pontos de partida que norteiam o significado metodológico da nossa abordagem. O primeiro deles é a noção de América Latina, de um continente latino-americano enquanto configuração histórica e cultural, transcendendo pois uma caracterização meramente geográfica.

Essa escolha metodológica assume o pressuposto de que o neoliberalismo não existe enquanto idéia universal passível de ser aplicada a partir da aceitação de algumas premissas teóricas gerais. Pelo contrário, podemos falar apenas de neoliberalismos, sendo estes tantos quantos forem as circunstâncias históricas dispostas a assimilá-lo, havendo é claro uma circunstância global que predispõe à generalização do neoliberalismo enquanto teoria e prática. Cabe-nos aqui estudar o neoliberalismo na circunstância latino-americana <sup>1</sup>.

Dessa forma, não é neoliberalismo que se impõe à América Latina, mas esta que se prepara para absorvê-lo não enquanto um conjunto de idéias desinteressadas, já que interesses e idéias compõem uma trama histórica, sendo papel do historiador esclarecê-la ou ao menos vislumbrá-la. Começemos então pela América Latina.

A existência da América Latina enquanto zona geográfica ou conceito de política internacional não parece deixar lugar a dúvidas. O contestável para muitos estudiosos radica na pertinência de se compreender a América Latina como continuidade

---

<sup>1</sup> esse esforço teórico guarda semelhança com o estudo de Leopoldo Zea, 1985, pp. 17-19, sobre o positivismo na circunstância mexicana. Ainda que os temas estudados apresentem uma distância histórica de um século, parece-nos possível aplicar a análise desse autor para o momento recente da história latino-americana. E tal como Zea fez com as idéias positivistas, não nos importa avaliar a contribuição dos latino-americanos ao neoliberalismo enquanto conjunto filosófico de idéias, mas a absorção limitada que obtiveram essas idéias na circunstância latino-americana em uma dada etapa da história desses países. Essa "limitação", a qual Zea levou em conta na sua tese sobre o positivismo no México, é o nosso ponto de partida, ainda que as realidades históricas distintas exijam horizontes conceituais em alguma medida diversos.

histórico-cultural. Para Carlos Rama <sup>2</sup>, muitos historiadores e cientistas sociais preferem realizar histórias nacionais localistas dos países latino-americanos fazendo pouco uso de estudos comparativos, ou então vincular a América Latina ao estudo mais amplo do continente americano, agregando aos países latino-americanos, Estados Unidos, Canadá e os países do Caribe de origem não-latina.

No período do pós-2a. Guerra, ainda segundo Rama, foi também empreendido um esforço de vincular a América Latina ao conjunto dos países subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo. Aceitava-se que os países latino-americanos, africanos e asiáticos tinham algo em comum: a dominação imperialista. Esta visão configurou uma terceira tentativa de fugir de uma visão essencialmente latino-americanista da história.

Mesmo dentre os que defendem a existência da América Latina como algo mais que uma zona geográfica, podemos encontrar argumentos diferenciados para justificar tal opção teórica. Duas concepções polares, diametralmente opostas mas coincidentes na defesa da existência do mesmo objeto, podem ser destacadas. De um lado, a valorização da herança cultural latina, e de outro, a referência a um objeto externo comum, gerador de uma situação de dependência <sup>3</sup>.

No entanto, ainda que essas concepções captem aspectos da realidade latino-americana, elas acabam se prendendo a elementos particulares da manifestação dessa totalidade histórica. Pensamos que a América Latina deve ser tratada como um todo histórico que se cataliza no processo de emancipação do início dos século XIX e se desenvolve enfrentando relações de assimetria e dependência com as potências capitalistas hegemônicas nos períodos históricos subseqüentes, ao mesmo tempo que redefinindo suas dimensões econômicas, sociais e culturais de forma conjunta.

---

<sup>2</sup> Carlos Rama, 1977, pp. 9-12.

<sup>3</sup> essa afirmação foi feita por Gino Germani em seu artigo "América Latina existe y si no habría que inventarla", citado por César Fernandez Moreno na introdução do livro organizado por este autor, César Fernandez Moreno, 1979, pp. xviii-xix.

Para Carlos Fuentes, deve-se frisar a continuidade cultural do continente latino-americano <sup>4</sup>, a qual se confronta com a fragilidade dos sistemas políticos e econômicos desses países. Este confronto pode ser visto como um dos dilemas dessa dinâmica histórica especificamente latino-americana.

Chegamos pois a um consenso: a partir da independência, a América Latina passou a apresentar uma dinâmica histórica própria, possuindo um lugar em si não somente em termos de relações internacionais - de inserção numa determinada divisão do trabalho e de poder no plano mundial - mas também quanto aos dilemas de natureza econômica, cultural e social enfrentados internamente, os quais adquiriram uma certa endogeneidade pois os atores sociais se sentiram mais coniventes com o processo de desenvolvimento de suas coletividades.

A experiência colonial, o século XIX e a inserção desses países numa nova divisão internacional do trabalho a partir da conformação de Estados Nacionais, bem como o processo mais recente de industrialização associado às noções de soberania nacional e de integração política - e porque não dizer as experiências neoliberais dos anos oitenta e noventa do século XX? - realçam e conferem uma dimensão mais acentuada ao sentimento de um passado comum <sup>5</sup> latino-americano, a despeito das específicas realidades nacionais.

Essa dinâmica histórica própria, influenciada permanentemente por uma dinâmica internacional que a transcende - primeiro o mundo europeu e depois o norte-americano - mas que não a engloba plenamente, manifesta-se através de noções de

---

<sup>4</sup> o escritor mexicano refere-se a esta "cultura que fomos capazes de criar durante os últimos quinhentos anos, como descendentes de índios, negros e europeus no Novo Mundo". Ver Carlos Fuentes, 1992, pp. 10-11.

<sup>5</sup> Victor Bulmer-Thomas, 1994, pp. 1-2. Para o autor, mais que a herança latina ou as condições sócio-econômicas, é a participação no movimento geral da história latino-americana do pós-independência que confere a condição latino-americana a um dado país. Esse pertencimento a uma mesma temporalidade seria o elemento responsável pelo sentimento de "shared past".



temporalidade e espacialidade bastante peculiares. Para Chaunu <sup>6</sup>, que realizou “uma história do mundo na América”, a vida das colônias transformadas em países assumiu um ritmo mais rápido se comparado ao europeu. Isso se deveu, segundo o historiador francês, a uma “hiper-sensibilidade específica da América Latina ao acontecimento”, fazendo com que cada momento fosse visto pelo latino-americano em geral como repleto de possibilidades para a reconstrução da história, já que ele a supõe malfeita, fragmentada, sem sentido.

No nosso entender, deve-se dar um passo adiante em relação a tal formulação. O ritmo latino-americano possui, sim, uma peculiaridade. Porém, esta não pode ser avaliada em comparação ao ritmo histórico verificado em outras paragens, sendo mister definir o sentido dessa peculiaridade latino-americana no próprio acontecer histórico. Como esse ritmo da história se manifesta nos vários períodos históricos? A relação que os agentes sociais guardam entre si bem como a forma sob a qual se revestem os reordenamentos internacionais estão de alguma forma associados a essa especificidade com que a América Latina se posiciona perante a história?

O próprio conceito de América Latina é fruto de uma temporalidade mutante, feita da intersecção entre a contemporaneidade forçada pela inserção internacional e a contemporaneidade já absorvida na forma de dinâmica histórica a partir da adaptação a outros contextos internacionais - o que atualiza e mantém a especificidade latino-americana, transformando as suas manifestações econômicas, políticas e culturais.

Se essa temporalidade latino-americana já existia antes da independência, foi somente a partir dela que a América Latina passou a tomar consciência da sua existência enquanto diferença, ainda que essa diversidade - como ficaria provado mais tarde - estivesse pouco relacionada com a noção de autonomia.

---

<sup>6</sup> Pierre Chaunu, 1969, pp. 9-10 e 41-46.

Eis o motivo de insistirmos na compreensão do significado da independência, que se não definiu a origem de uma dinâmica histórica especificamente latino-americana, ao menos fez com que essa passasse a pautar as ações e as idéias de uma coletividade.

### *As Visões da Independência*

Caio Prado Jr.<sup>7</sup>, referindo-se ao caso brasileiro, mostrou como o início do século XIX merece especial atenção por parte do historiador por conter “o balanço final” da obra colonial, daquilo que vai permanecer nos regimes posteriores, ainda que sob diversas roupagens. A independência em todos os países da América Latina significou uma forma de se posicionar frente à herança colonial.

Esse novo posicionamento da América Latina frente à história, a partir de um balanço da obra colonial, pode ser compreendido segundo distintos referenciais teóricos. Túlio Halperín Dongui<sup>8</sup>, por exemplo, qualificou o período do pós-independência como sendo de crise, de paulatina adequação a uma nova ordem, já que os novos Estados e arranjos sociais somente surgiriam durante o período neocolonial, o que se verificou apenas no final do século XIX.

Por sua vez, a ruptura do regime neocolonial - já eminente no início do século XX, mas que se mostrou definitiva apenas a partir da década de trinta - efetivou-se a partir de uma perspectiva nacional-desenvolvimentista cujo principal intento radicava na criação de um novo equilíbrio, de uma nova inserção internacional, dotando o Estado nacional de soberania e, em alguma medida, processando a incorporação dos atores sociais na vida política. Porém, para Halperín Dongui, esse novo equilíbrio não se teria concretizado durante o pós-2a. Guerra latino-americano.

---

<sup>7</sup> Caio Prado Jr., 1942, pp. 5-9.

<sup>8</sup> Tulio Halperín Dongui, 1989, pp. 7-9 e 47-81.

Segundo esse autor, o fim da era colonial trouxe para a América Latina uma história de crises sucessivas. Se de um lado, houve um distanciamento em relação à memória e estrutura coloniais, de outro, pouco se fez no sentido de constituição de sociedades autônomas, onde as pugnas por poder e hegemonia fossem travadas exclusivamente no plano interno. Como se o continente latino-americano ficasse largado à deriva tal qual uma pedra no meio do caminho da história, incapaz de retroceder ao mundo colonial mas ao mesmo tempo impossibilitado de estabelecer um novo equilíbrio que superasse essa herança colonial.

Essa visão, no entanto, nos parece um tanto quanto desfocada. Ainda que a herança colonial não fosse inteiramente soterrada, algo se consolidou historicamente através do “aumento, ainda que incerto e irregular, da capacidade de intervenção dos agentes sociais latino-americanos em sua história”<sup>9</sup>. Dessa forma, durante o período nacional-desenvolvimentista, de acordo com Touraine, gestou-se um “modo de desenvolvimento latino-americano”, ou seja, uma forma específica de se vincular “os atributos da sociedade moderna” a “forças culturais e políticas de modernização próprias”, afastando a América Latina do liberalismo absoluto, do socialismo totalitário e do integrismo homogeneizante - construções históricas presentes em outras plagas.

Entretanto, até que ponto esse desejo de mudança na continuidade, de criar um sistema sócio-político pautado no desenvolvimento do mercado interno que não acarretasse o desmantelamento das oligarquias - evidente na pretensão do populismo latino-americano - pode ser imputado a uma época histórica específica? Ou, em outras palavras, teria o período nacional-desenvolvimentista refletido de forma condensada os fundamentos da dinâmica histórica latino-americana? Torquato di Tella<sup>10</sup> relatou como a “solução populista”, descartada no século XIX pela hegemonia liberal, foi se

---

<sup>9</sup> Alain Touraine, 1989, pp.13-25.

<sup>10</sup> Torquato di Tella, 1969, pp. 7-20.

solidificando em termos de uma nova coalizão política a partir da crise dos anos trinta do século atual.

Para esse autor, o populismo durante o século XIX esteve associado muito de perto com o caudilhismo, delatando a instabilidade desse tipo de compromisso, que se tornou, no entanto, inevitável para o restabelecimento dos antigos grupos hegemônicos na segunda metade do século XX, agora através de uma aliança repleta de mediações e conflitos, alargando assim o conjunto de grupos sociais representados no plano político.

A fissura desses “Estados de compromisso”<sup>11</sup>, tornada evidente durante os anos oitenta, trouxe novas perguntas sobre o populismo na América Latina. Deixou ele de ser inevitável para o apaziguamento de conflitos e portanto não mais caracteriza a natureza dos sistemas políticos latino-americanos? Possui um significado meramente caricatural pois não mais pode ser aquilo que foi no passado - arena de canalização e processamento das mais variadas demandas sociais? Tornou-se ultrapassado, tendo refletido apenas um período histórico particular no panorama político desses países latino-americanos?

Portanto, ao contrário de Halperin Dongui, Touraine, Di Tella e Weffort enfatizaram a emergência de um novo equilíbrio instável, sem romper o pacto oligárquico, mas languidescendo-o, a ponto de classificarem esse novo período da história latino-americana como desenvolvimentista, nacional-popular ou populista dependendo do enfoque adotado e/ou do país considerado. Para esses autores, cem anos após a independência, esses países teriam expandido os seus mercados internos e ampliado as esferas de participação política, conferindo um certo sentido à dinâmica

---

<sup>11</sup> Francisco Weffort, 1989, pp.56-61. A noção de Estado de Compromisso reflete uma situação histórica de enfraquecimento da estrutura oligárquica onde, apesar da industrialização, a burguesia industrial não controla o poder, sendo necessária uma transação entre os vários grupos dominantes que sofrem a pressão das massas, viabilizada pela nova estrutura institucional. Portanto, nenhum ator social possui hegemonia sobre o aparelho do Estado, sendo o jogo político definido através de compromissos. Essa noção, apesar de primeiramente utilizada para o caso brasileiro, encontrou larga aplicação em outros países da América Latina.

histórica latino-americana, ainda que sem apagar alguns dos dilemas remanescentes do período colonial.

Uma outra visão corrente sobre o significado da independência na América Latina optou por ressaltar o seu caráter revolucionário. Segundo esse enfoque, a independência havia trazido possibilidades efetivas de ruptura com o edifício colonial, e se assim não sucedeu, o foi mais por conta de uma contra-revolução processada no seio das classes dominantes do que por resultado de uma suposta fatalidade histórica.

As sucessivas tentativas revolucionárias da história latino-americana no pós-independência, segundo essa perspectiva, tiveram por objetivo soterrar os alicerces coloniais - tanto no caso das imediatamente socialistas como daquelas que buscavam uma feição mais humanista e às vezes anti-imperialista para o capitalismo na América Latina. Por várias vezes na América Latina, os movimentos revolucionários usaram o mote da “independência inacabada”, principalmente nos países onde os vínculos coloniais se propagaram nas formas mais cruas de imperialismo.

Abelardo Villegas <sup>12</sup> ressaltou como as visões distintas de José Carlos Mariátegui e Victor Haya de La Torre no Peru - o primeiro optando pelo índio como ferramenta revolucionária em terras onde a revolução liberal era uma farsa; o outro pelos segmentos tradicionalmente nacionais, as classes médias, e encontrando nestas o elemento fundamental na luta contra o imperialismo - pressupunham igualmente o encerramento desse longo processo histórico iniciado com a edificação do sistema colonial, o qual havia sofrido apenas a sua primeira ruptura com a independência.

Nesse sentido, para Octavio Ianni <sup>13</sup>, “a história da América Latina pode ser vista como a história da nação latino-americana”. A independência, ainda que não tenha conseguido propiciar “a metamorfose da população de trabalhadores em povo de

---

<sup>12</sup> Abelardo Villegas, 1972, pp. 141-179.

<sup>13</sup> Octavio Ianni, 1993, pp. 32, 35-36, 40-43.

cidadãos”, possibilitou que as lutas nacionais assumissem um caráter de classe, confrontando uma “nação popular” a uma “nação burguesa”.

O horizonte teórico que ressalta o potencial revolucionário abortado durante a independência não nega a existência de uma transformação das relações de poder nos planos interno e externo. A independência - ainda que tenha se frustrado na sua pregação democrática, no seu projeto de estruturação de um Estado Nacional pleno e de um pensamento próprio latino-americano - ao preparar o terreno para a consolidação das elites dominantes, abria também espaço para as revoluções sociais que passariam a contar com camponeses, operários e classes médias.

Alguns autores levaram essa idéia de “revolução abortada” durante a independência ao seu limite máximo, a ponto de compreenderem a história moderna da América Latina através de uma dialética entre as forças do imperialismo e as forças de libertação nacional. Pablo González Casanova, por exemplo <sup>14</sup>, defendeu uma história comum entre o imperialismo e as massas na América Latina, já que ambas as forças reviram reciprocamente suas práticas e estratégias em resposta aos movimentos do seu par antagônico. A história da América Latina passou a ser vista como motivada por um objetivo principal: a libertação nacional e o conseqüente fim da exploração imperialista.

Como esse objetivo jamais se efetivou, a ausência de libertação nacional foi justificada seja pelas novas artimanhas do capital, seja pelo amainamento da ideologia revolucionária em alguns dos seus antigos defensores. Pablo González Casanova chegou a descrever o período nacional-desenvolvimentista da história latino-americana como mero reflexo da “imposição da ideologia desenvolvimentista pelo capitalismo monopolista”.

Mesmo que as permanências coloniais estivessem latentes, não se pode negar a existência de forças sociais nacionais - não necessariamente revolucionárias -

sedimentadas ao nível interno que, se não se tornaram de todo autônomas, intentaram ampliar a margem de manobra frente às manifestações históricas dos vários imperialismos.

Mais recentemente, González Casanova <sup>15</sup>, de forma a justificar a derrota dos movimentos de libertação que se disseminaram durante os anos setenta na América Latina, voltou a encarar a rearticulação do capitalismo ao nível internacional meramente como resposta contra-revolucionária, não analisando a dinâmica desse capitalismo e nem o caráter assumido pela sua nova manifestação imperialista.

Para tal autor, em substituição ao “neocolonialismo como mediador da libertação” - vigente nos anos cinquenta e sessenta - verificaria-se, nos anos oitenta, um “colonialismo transnacional e global” de caracterização sociológica igualmente insuficiente. Como se o exercício da história na América Latina estivesse restrito à agregação interminável de novos prefixos e sufixos à raiz do termo “colonial”...

No entanto, parece claro que a independência - quer seja analisada como um período de crise que não desemboca num processo de construção de sociedades autônomas, quer seja compreendida como a primeira manifestação de uma revolução de libertação nacional que não tarda por chegar - trouxe uma maior consciência por parte da América Latina do seu papel na história mundial.

Isso permitiu ao continente latino-americano voltar sobre si mesmo como realidade a ser destrinchada - processo esse que se mostrou cada vez mais complexo na medida em que, no decorrer do século XX, os interesses nacionais e internacionais apresentaram-se mais imbricados, exigindo um exercício dialético quase infundável de forma a acompanhar a transformação da dinâmica histórica latino-americana.

---

<sup>14</sup> Pablo González Casanova, 1987, pp. 13-41.

<sup>15</sup> Pablo González Casanova, 1995, pp. 51-65.

É também a partir da independência que se gesta a “nação crioula” na América Latina <sup>16</sup>. Nação crioula composta pelos proprietários de terra, comerciantes e pensadores eruditos - geralmente descendentes de europeus nascidos na América - que se viram obrigados no momento da independência a tomar alguma iniciativa antes que as metrópoles ibéricas ou o próprio povo o fizesse. Essa tentativa de se manter equidistante em relação às forças internas e externas fez-se presente na história do pós-independência, ainda que enfoques francamente “imperialistas” e “igualitários”, ambos apoiados por segmentos das elites dirigentes, tenham se alternado em determinados momentos da vida latino-americana.

Para José Guilherme Merquior <sup>17</sup>, o criollismo iberoamericano, se fôra em alguma medida permeável à história e ao popular, durante a independência, passou posteriormente a repudiar essa vocação integradora. A conversão ao “nacional-liberalismo”, na segunda metade do século XIX, teria inviabilizado essa invenção mitogônica original pautada na incorporação das massas.

Eis o porquê de Richard Morse não encontrar uma identidade latino-americana no século XIX, no sentido de uma consciência coletiva associada a uma vocação histórica <sup>18</sup>. A busca por uma identidade própria latino-americana viria apenas no século XX, para Morse. Isso por dois motivos. Em primeiro lugar, a confluência entre as visões intelectuais e populares acerca do mundo latino-americano somente aconteceria a partir da segunda e terceira décadas desse século. Em segundo lugar, verificaria-se nesse período uma absorção crítica das correntes de pensamento internacionais, aceitas irrestritamente durante o século XIX.

Mas se, no imediato pós-independência, as elites latino-americanas não estavam preparadas para questionar a racionalização tecnológica e os impactos do imperialismo,

---

<sup>16</sup> Carlos Fuentes, 1992, pp. 252-253.

<sup>17</sup> José Guilherme Merquior in Cuadernos Americanos Nueva Época, 1988, pp. 16-19.



promovendo consensos sociais a partir das suas tradições e vocações nacionais <sup>19</sup>, o ápice crítico modernista somente foi possível na medida em que questionou uma dinâmica histórica anterior - deslançada pela independência - ainda que a mesma provasse ser concentradora, autoritária e sem base social.

Antes de ir em frente, não poderíamos deixar de mencionar uma visão culturalista que situa num período anterior à independência, mais especificamente no barroco, a matriz básica da dinâmica histórica latino-americana. Para tal enfoque, essa forma barroca - profundamente latino-americana - de expressão e de enfrentamento aos dilemas históricos não se teria retirado de campo após a independência, continuando a se manifestar por debaixo das malhas do sistema capitalista em gestação e das tentativas de constituição de regimes democráticos.

Segundo o escritor cubano Lezama Lima <sup>20</sup>, “o barroco foi uma arte da contra-conquista”. “Esse americano senhor barroco, autêntico primeiro instalado no que é nosso” representou a primeira forma de contestação ao modelo cultural renascentista que vigorou durante a conquista. O homem barroco surgiu, ainda para Lezama Lima “quando o continente já se havia afastado do tumulto da conquista e do parcelamento da paisagem pelo colonizador”, por volta de fins do século XVII, mantendo-se ao longo do século XVIII.

Angel Rama <sup>21</sup>, por outro lado, mostrou como esse homem barroco foi imprescindível ao sistema colonial. Para Rama, a “cidade barroca” viabilizou-se somente na América Latina, onde o idealismo abstrato não se confrontava com o peso da acumulação de um passado histórico, tornando essas terras fundamentais para a realização material do capitalismo no plano internacional.

---

<sup>18</sup> ver o artigo “The Multiverse Latin American Identity, 1920-1970” de Richard Morse in Leslie Bethell, org., 1996, pp. 3-4.

<sup>19</sup> Richard Morse in Leslie Bethell, org., 1996, pp. 7-10.

<sup>20</sup> José Lezama Lima, 1988, pp. 78-83.

<sup>21</sup> Angel Rama, 1985, cap. 1.

Os predicados do saber barroco - abstração, racionalização e sistematização - puderam ser postos em prática no cenário latino-americano, “lugar central para a edificação da era capitalista” não somente em termos de acumulação primitiva mas também de aprendizado cultural. Deve-se lembrar ainda que o barroco não reinou na sua forma pura, sendo discernível uma tensão constante entre este e o iluminismo <sup>22</sup>.

Também Janice Theodoroda Silva <sup>23</sup> mapeou a influência dessa origem barroca. Para essa autora, a independência não vigorou enquanto conceito absoluto, pois supunha a existência permanente de dependências que deviam ser gerenciadas. A independência - como uma situação que nunca se conforma de fato e que, ao mesmo tempo, se serve de uma luta cotidiana contra a dependência (o seu polo antitético) - pode ser assim reavaliada a partir das reminiscências barrocas latino-americanas.

#### *Os Períodos Neocolonial e Nacional-Desenvolvimentista e o Momento Neoliberal*

Revistas as várias interpretações correntes acerca da independência na América Latina, vale lembrar que estas são em certa medida inconciliáveis. Isso porque a independência não é compreendida de forma estanque em relação ao processo histórico que a sucede. Pelo contrário, a compreensão histórica do século XX, à medida que este transcorre, redefine aos poucos, segundo as várias correntes, o significado da independência.

Qual enfoque seguimos nessa dissertação? Não partimos de uma visão única e totalizante da história latino-americana. Achamos que uma dialética constante entre cada

---

<sup>22</sup> esse homem americano e barroco, ao contrário do que possa parecer, aproveitou-se bastante do pensamento da Ilustração. O próprio Lezama Lima ressaltou esse ponto. Também Octavio Paz, 1993, pp. 250-255, ao se referir a Sor Juana Inés de la Cruz, grande expoente do barroco da Nova Espanha, destacou na poesia da freira uma zona neutra de vazio que produzia o choque entre tendências opostas, as quais a devoravam - tendo sido a poetisa incapaz de conciliá-las. Para Paz, Sor Juana passou a sua vida em busca de uma “síntese impossível” entre barroquismo e iluminismo.

<sup>23</sup> Janice Theodoro da Silva, 1992, Prefácio.

período histórico e os seus respectivos nexos históricos - que representam o sentido acumulado da história a partir da absorção em forma de processo das contribuições individuais de cada período <sup>24</sup> - deve mediar a escolha de uma formulação teórica para dado período histórico bem como a sua rejeição para outro.

Isso não impede que uma síntese do movimento da história latino-americana possa nos servir de balizamento. Segundo Abelardo Villegas <sup>25</sup>, o antagonismo principal da história latino-americana - o qual teria sido responsável por “disparar” uma dinâmica histórica própria nesse continente - resume-se na contraposição entre expansão capitalista moderna e sobrevivência da sociedade colonial ibérica. O encontro entre essas duas óticas não teria gerado uma superação no sentido hegeliano, mas uma superposição entre ambas, refeita a partir de posturas reformistas, já que as revoluções socialistas ou as revoluções pelo mercado não teriam se arraigado enquanto soluções concretas para um redirecionamento da estrutura social latino-americana.

Francisco de Oliveira compreende a dinâmica histórica latino-americana, utilizando outra terminologia, ainda que com resultados teóricos semelhantes aos trazidos por Villegas. Para Oliveira, a América Latina teria presenciado uma atualização permanente da “contemporaneidade do não-coetâneo” <sup>26</sup>. Se de um lado, a América Latina já nasce contemporânea, como parte do capitalismo comercial, ocupando assim uma postura de “vanguarda do atraso”; de outro, a América Latina repõe o “atraso da vanguarda”, ao reconstituir a escravidão e a servidão em moldes modernos.

---

<sup>24</sup> a nossa visão é em parte auxiliada pela contribuição de Hans-George Gadamer, 1991, cap. 6, que procura compreender o movimento da hermenêutica desde a Ilustração até a influência de historicistas como Leopold Ranke. Os historicistas românticos teriam se distanciado da teleologia histórica presente em Hegel e criado a noção de “nexo histórico” a partir da articulação entre os vários “momentos verdadeiramente históricos”. No entanto, teriam ficado reféns de uma noção de história universal ainda bastante idealista. A sugestão implícita de Gadamer está numa prática hermenêutica constante, redefinindo os momentos passados a partir da experiência presente, num processo contínuo e interminável de ressystematização dos nexos históricos.

<sup>25</sup> op. cit, pp. 60-63.

<sup>26</sup> Francisco de Oliveira, setembro de 1997, pp. 1-3. Francisco de Oliveira empresta este conceito do economista brasileiro Ignacio Rangel.

Esse paradoxo pode se verificar igualmente, para Francisco de Oliveira, no estilo de industrialização concentrador e excludente experimentado por esses países durante os anos cinquenta e sessenta, e nos modelos de democracia, formalistas e elitistas, desenvolvidos a partir dos anos oitenta do século XX.

Em termos genéricos - e seguindo as contribuições norteadoras de Villegas e Oliveira - pode-se dizer ter passado a América Latina nos cento e cinquenta anos do pós-independência por dois períodos de adaptação ao contexto internacional que coincidiram por sua vez com movimentos internos protagonizados pelo Estado Nacional e pelos agentes sociais “incorporados” ao sistema político: o período neocolonial compreendeu o último quarto do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, enquanto o período nacional-desenvolvimentista abarcou o horizonte temporal dos anos trinta aos sessenta do século XX.

A configuração das estruturas de poder nestes dois períodos históricos, manifesta através de óticas econômicas e visões culturais peculiares, surgiu como resultado do congelamento provisório desse antagonismo principal da história latino-americana e como reatualização da contemporaneidade do não-coetâneo.

A partir dos anos setenta, frente à desestruturação das coordenadas do período nacional-desenvolvimentista, e já tomando forma nos anos oitenta e noventa, verifica-se a tentativa de instauração de um novo período, que por enquanto chamamos apenas de momento neoliberal. Como essa realidade mostra-se ainda recente e ademais não provou ter suficiente enraizamento histórico - em termos de lógica econômica, consenso social e coordenadas culturais - para ser comparada aos demais períodos da história latino-americana, a sua compreensão torna-se mais complexa, já que se faz impossível separar a parcela de ideologia que a reveste (os neoliberais crêem estar finalizando a história) e a parcela de real transformação das estruturas de produção, de organização social e de pensamento que transcendem esse momento específico.

Por isso não passamos imediatamente a uma análise do momento neoliberal, sem antes tentarmos compreender, ainda que de forma esquemática, esses dois períodos da história latino-americana do pós-independência, ressaltando as suas respectivas contribuições para o processo histórico que se despeja à sua frente em forma tanto de herança como de desafio.

A divisão dessas realidades históricas na forma de períodos segue uma opção metodológica, não se podendo eludir que a modernização latino-americana dos anos 1870-1900 foi o chão no qual se transcorreu a vida desse continente durante o século XX, num processo contínuo que se redefinia crise após a crise <sup>27</sup>, até os anos setenta quando se abriu espaço para uma contestação do desenvolvimento progresso através da formulação neoliberal.

Enquanto nos períodos anteriores, tentou-se resolver o antagonismo principal da história latino-americana, apostando-se no desenvolvimento do primeiro pólo (expansão da sociedade capitalista moderna) como capaz de propiciar a desagregação do segundo pólo (sobrevivência da sociedade colonial), ainda que para alguns esse processo ocorresse de forma espontânea e para outros necessitasse de reformas estruturais acessórias; durante o momento neoliberal, o primeiro pólo passou a não encontrar mais entraves, como se a superposição histórica latino-americana figurasse enquanto mero resquício do passado e já estivesse o continente “maduro” para seguir a trajetória “natural” dos países do Primeiro Mundo.

Segundo Octavio Ianni <sup>28</sup>, graças ao caráter precário da formação nacional nos países latino-americanos, verificou-se uma oscilação entre “épocas de articulação dinâmica” e “épocas de desarticulação”. No horizonte histórico abarcado pela presente dissertação, o período neocolonial insere-se num nível intermediário, sendo uma época

---

<sup>27</sup> Angel Rama, 1985, pp. 102-103.

<sup>28</sup> Octavio Ianni, 1993, pp. 33-34.

de articulação limitada, já que a sua crise teria permitido a manifestação de uma “época de articulação dinâmica”, a partir do período nacional-desenvolvimentista. O momento neoliberal por sua vez constituiu-se numa efetiva “época de desarticulação” dos atores sociais frente à história. Vejamos pois quais foram os elementos gerais do desenvolvimento histórico latino-americano no pós-independência.

O período neocolonial refletiu o rompimento e adaptação do antigo sistema colonial a uma nova ordem política dotada de Estados Nacionais com estruturas administrativas e de controle social próprias. Implicou também a absorção do liberalismo romântico do período imediatamente subsequente à independência sob a forma de uma ideologia do progresso material, defendida pelas elites dirigentes como estratégia de reinserção nas correntes de comércio e de capitais do mercado internacional.

Esse período teve como ideologia legitimadora os positivismos comtiano e spenceriano que assumiram as mais variadas facetas no continente latino-americano. Mesmo as visões críticas desenvolvidas nesse período - o grande exemplo é o do brasileiro Manoel Bonfim - partiram de modelos evolucionistas que pretenderam abarcar a história da civilização como algo linear, pautando-se na comparação entre os organismos biológicos e os organismos sociais. Não vicejavam ainda as análises sócio-econômicas, numa época em que a filosofia política reinava.

O período nacional-desenvolvimentista, fruto da crise do período neocolonial - que estava associada à dissolução das bases do capitalismo competitivo e à presença incontestável do capitalismo monopolista no plano internacional - implicou a redefinição do espaço nacional agora ampliado e mais sintonizado com a participação dos atores sociais, além de significar uma tentativa de superação da inserção subordinada da América Latina no plano externo através da diversificação do mercado interno. Nesse período, o Estado assumiu uma certa funcionalidade econômica, a qual seria mais tarde criticada pelos neoliberais.

Durante esse período, presenciou-se também a emergência da doutrina desenvolvimentista que pregava a afirmação das potencialidades próprias do mundo subdesenvolvido, pautada na idéia de construção de uma nova universalidade - a qual se apresentou tanto sob a forma de fatores de produção internalizados (inclusive capital e tecnologia) como através de uma revalorização das expressões culturais até então marginalizadas.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o “boom” da literatura latino-americana foram expressões dessa nova configuração histórica. Na economia, defendia-se um desenvolvimento “queimando etapas” e questionando a divisão internacional do trabalho. No plano cultural, revitalizavam-se as culturas não-ocidentais ou apostava-se na especificidade da universalidade latino-americana - sendo o escritor cubano Alejo Carpentier um dos exemplos mais emblemáticos dessa nova consciência - tornada possível a partir de uma transformação no plano da linguagem, implicando a nacionalização das várias literaturas latino-americanas.

Com a emergência do momento neoliberal, procura-se enterrar não somente a questão colonial, mas as várias questões que caracterizaram a dinâmica histórica latino-americana no pós-independência: a questão nacional, do desenvolvimento, da democracia e da erradicação da pobreza. Não que a experiência neoliberal as solucione, muito pelo contrário, já que o “esquecimento” de um tema não significa a sua irrelevância prática e teórica. Na verdade, o momento neoliberal procura eliminar a noção de causalidade do processo histórico, que subitamente se torna desprovido de qualquer base analítica.

O neoliberalismo não reflete o simples regresso ao regime neocolonial, mas o avanço em direção a um posicionamento subordinado da América Latina num novo contexto internacional, de natureza particularmente instável. Nesse sentido, a realidade internacional multipolar pouco tem a ver com o mundo feito sob a imagem e semelhança

da potência inglesa, ao mesmo tempo que as economias conformaram sistemas nacionais e a sociedade criou mecanismos de participação política inexistentes no século passado.

Como é impossível retornar a um mundo que não existe mais - no caso, o neocolonial do século passado - as nações latino-americanas, ao passarem por um processo disruptivo de acomodação das suas prioridades políticas e sociais, estão sujeitas a reavaliações drásticas, na medida em que o período nacional-desenvolvimentista enraizou-se na estrutura econômica, social e cultural latino-americana. Por isso se falar de uma desarticulação da dinâmica histórica latino-americana durante o momento neoliberal.

O neoliberalismo aparece associado a uma “tendência de cosmopolitização” que se posta de forma conflitante com as experiências culturais e literárias latino-americanas gestadas - desde a independência até os anos sessenta do presente século - através do reprocessamento dos mitos nacionais acoplados aos vários regionalismos e tradicionalismos <sup>29</sup>. Daí o motivo de o pós-modernismo desterritorializante se transformar numa ferramenta importante para a experiência neoliberal, ao sustentar filosoficamente o descompromisso do homem latino-americano com a sua história.

Dois períodos e um momento, cada um repondo à sua maneira o antagonismo principal da história latino-americana do pós-independência. No período neocolonial, buscava-se contorná-lo educando o povo, transformando negros e índios em cidadãos nacionais, processo este que foi brechado pela concentração do poder econômico e pela manutenção das relações sociais pré-capitalistas. No período nacional-desenvolvimentista, esse antagonismo foi parcialmente contornado pelo processo de industrialização, que no entanto restringia o assalariamento e a cidadania política ao segmento formal do mercado de trabalho.

---

<sup>29</sup> Antônio Cândido, 1993, pp. 11-13.



No momento neoliberal, a integração ao mercado internacional apresentou-se como ideal e como necessidade, sendo os anseios sociais e políticos não mais contornáveis - daí a incapacidade de o neoliberalismo se constituir num novo período histórico, para o que seria necessário repor a tentativa de solução parcial e reformista do antagonismo entre expansão do moderno capitalismo e sobrevivência dos resquícios coloniais. Por sua vez a contemporaneidade do não-coetâneo é aceita como natural, inexistindo questionamentos ou propostas de reordenamentos políticos e sociais.

O historiador inglês Victor Bulmer-Thomas<sup>30</sup> realizou um interessante paralelo entre essas etapas do desenvolvimento histórico latino-americano no pós-independência. Ainda que as suas formulações se atenham ao campo da histórica econômica, elas podem ser generalizadas em alguma medida para outros níveis da vida coletiva. No seu entender, três idéias básicas podem dar conta da evolução da posição da América Latina no plano internacional bem como das diferenças existentes entre esses países em termos de desenvolvimento: a "loteria das commodities", os mecanismos de crescimento via-exportações e o ambiente da política econômica.

A loteria da commodities foi determinante no período neocolonial, já que dependendo do produto exportado, um país podia ter mais ou menos efeitos em cadeia para frente e/ou para trás, repercutindo muito ou pouco no interior desses sistemas econômicos em formação, além do fato de que os aumentos e quedas da demanda internacional por um produto afetavam de forma positiva ou negativa, respectivamente, as economias latino-americanas. Assim, essa especialização na produção para o comércio internacional - exacerbada durante o período neocolonial - podia ou não transferir produtividade do setor exportador para os setores não-exportadores, contribuindo ou freando o processo de acumulação de capital.

---

<sup>30</sup> op. cit, pp. 14-18.

Os mecanismos através dos quais se manifestou o crescimento via-exportações foram: o capital (transferência de tecnologia), o trabalho (salários e portanto poder de consumo) e o Estado (basicamente no que diz respeito à criação de uma infra-estrutura física e financeira). Quando não havia estímulo para o aprimoramento desses mecanismos, os efeitos sobre a economia não-exportadora eram limitados. O período nacional-desenvolvimentista significou uma organização do Estado e da sociedade de forma a possibilitar essas transferências do setor exportador para os não-exportadores, sendo o processo de industrialização bastante ilustrativo a esse respeito.

No que tange à terceira idéia balizadora da compreensão da história econômica latino-americana, o ambiente da política econômica, Victor Bulmer-Thomas não a clarifica suficientemente. O autor acredita que “uma política econômica consistente deva ser sustentada por amplo consenso e estabilidade política”<sup>31</sup>, ainda que essas definições se transformem sobremaneira dependendo do período analisado. Mesmo assim, Bulmer-Thomas tece importantes considerações quando sugere que o momento neoliberal, ainda que responsável pela estabilização econômica, traz um conjunto de deficiências estruturais na medida em que a transferência de produtividade do setor exportador para os não-exportadores se mantém como problema crucial.

Sinteticamente, o desenvolvimento histórico latino-americano pode ser traduzido pela capacidade de o Estado e os atores sociais processarem a transferência de ganhos de produtividade dos setores onde é realizada a acumulação de capital para os demais setores da economia. Em sendo assim, os sistemas culturais e políticos bem como os mecanismos de integração social devem ser vistos não tanto como elementos acessórios, pois indispensáveis na definição do movimento dessa dinâmica histórica especificamente latino-americana.

*Acerca da Identidade Latino-Americana*

Após analisar como se sucedem uns aos outros os períodos e momentos históricos, conformando uma dinâmica histórica especificamente latino-americana, parece-nos pertinente propor uma questão de natureza filosófica: existe afinal uma identidade latino-americana? Mas identidade singularmente histórica, no sentido de um maneira própria de se ajustar à história, conferindo aquele “algo” responsável ao ser latino-americano por excelência. Essa identidade reflete a forma consciente do latino-americano - apesar da diferenças existente entre os segmentos econômicos, as classes e grupos sociais e os sistemas culturais - se colocar frente à sua história

Segundo Leopoldo Zea <sup>32</sup>, as idéias utilizadas pelos latino-americanos - o iluminismo, o liberalismo, o positivismo, o marxismo, o historicismo, o existencialismo, o desenvolvimentismo e pode-se dizer que, mais recentemente, o neoliberalismo - são sempre de alguma maneira importadas. Mesmo assim, ao serem aplicadas em outros contextos por homens e mulheres que enfrentam dilemas específicos e agem seguindo interesses concretos, elas se transformam em latino-americanas através de um processo de assimilação original.

Ernesto Maiz Valenilla <sup>33</sup> adota como fórmula descritiva do *quehacer* histórico latino-americano o “não-ser-sempre-ainda”. Para o pensador venezuelano, a América Latina estaria sempre no limite de desenvolver plenamente as suas potencialidades históricas. Ainda que essa espécie de eterna frustração traga em si um como que implícito fatalismo, não se pode esquecer que ela também pode ser aproveitada no seu sentido positivo na medida em que permite uma consciência da história que ainda está por ser feita, dispondo-se os latino-americanos a revê-la e a revisitá-la incessantemente.

---

<sup>31</sup> op. cit., p. 17.

<sup>32</sup> Leopoldo Zea. 1976, pp. 51-64.

<sup>33</sup> citado em Leopoldo Zea, op. cit., pp. 17-27.

No entanto, até que ponto a descoberta de uma identidade própria não significou apenas mais uma etapa da história reflexa latino-americana - esta influenciada pelo existencialismo dos anos cinquenta e sessenta - pois somente a partir da erradicação do subdesenvolvimento se poderia chegar à autêntica expressão latino-americana, como questiona de forma quase mordaz o pensador peruano Augusto Salazar Bondy <sup>34</sup>. Seguindo uma linha de pensamento hegeliana, esse autor sustenta que a América Latina sofre de um sério “defeito de cultura”. Salazar Bondy parte assim do pressuposto de que a filosofia, ao expressar a vida de uma determinada comunidade, acaba se tornando um subproduto da mesma.

Para Salazar Bondy, a inautenticidade da filosofia latino-americana seria fruto das suas formações sociais mistificadoras da realidade, pré-requisito básico para a manutenção da condição de dependência e subdesenvolvimento. O próprio fato de que jamais sejam formulados corpos de idéias essencialmente latino-americanos gerou uma reduzida margem de manobra desse continente frente às ideologias e interpretações da ciência “compradas” no mercado internacional de cultura.

Outro peruano, o escritor Mário Vargas Llosa <sup>35</sup>, demonstra um pessimismo ainda mais visceral quanto à possibilidade de uma filosofia latino-americana. Mais que importar conceitos de outras realidades, o latino-americano teria uma “aptidão por desalmar as palavras, dissociando-as dos atos e das coisas”. Se essa especificidade trouxe conseqüências proveitosas no plano literário, não se pode deixar de considerar, segundo Vargas Llosa, os efeitos danosos sobre a vida social e política latino-americana, já que quando um discurso político se pauta pela falta de propriedade ele reflete a “incivilização” de um povo.

---

<sup>34</sup> ver o artigo “Sentido y Problema del Pensamiento Filosófico Hispanoamericano” de Augusto Salazar Bondy in Lepoldo Zea, org., 1993, pp. 197-214.

<sup>35</sup> ver o artigo “América Latina y la opción liberal” de Mario Vargas Llosa in Barry Levine, org., 1992, pp. 19-22.

Partindo de pontos de vistas diferenciados Salazar Bondy e Vargas Llosa concordam num ponto específico: a inautenticidade da filosofia latino-americana estaria na raiz dos dilemas enfrentados por esses países. Os dois autores peruanos não estariam preocupados em destrinchar o papel que as idéias cumprem nessas realidade, preferindo vê-las como deslocadas.

O argumento de Raymundo Faoro pode ser útil no sentido de relativizar a diretiva dos autores peruanos apresentados acima, não se posicionando entretanto o sociólogo brasileiro num pólo oposto. Prova cabal disso é a interrogação contida no título do seu livro *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*<sup>36</sup>. A discussão teórica proposta por Faoro mostra como a filosofia e a ideologia políticas se conjugam na definição de uma linha de ação política mediada pelo pensamento. Tomando como exemplo o liberalismo brasileiro da época da independência, Faoro procurou mostrar como houve mais que um “contágio ideológico” de idéias forâneas.

Para Faoro, as leituras importadas não definiram o pensamento, tendo permitido antes um esboço de idéias que se aproveitou do processo histórico - no caso analisado pelo autor, o imediato pós-independência no Brasil - gerando um entroncamento de dois liberalismos, o da constituição de 1824 e o do elemento nacional.

O pensamento político brasileiro, vinculado aos interesses dominantes, constituía-se através da polarização entre a “consciência possível” e a “consciência real”, encontrando-se a última - definida pelo elemento nacional - soterrada, somente se alçando ao poder em momentos de crise do sistema. Portanto, Faoro compreendeu o pensamento político brasileiro como pertencente a uma realidade histórica que só se elucida a partir dele. As idéias não são exatamente próprias mas o ambiente social que as circunda o é.

---

<sup>36</sup> Raymundo Faoro, 1994, pp.52-59.

Já de forma antagônica a Salazar Bondy e Vargas Llosa, Francisco Miró Quesada <sup>37</sup> defendeu a existência de uma filosofia autêntica na América Latina. Principalmente a partir do que este autor chamou de terceira e quarta geração de pensadores latino-americanos - que surgiram em torno dos anos trinta, quarenta e cinquenta do século XX- verificou-se uma certa “naturalidade filosófica”, originária do movimento da história das idéias e consolidada sob a forma da filosofia do americano e da filosofia da libertação.

Dois momentos básicos aí se encontram diferenciados: um primeiro, de preocupação por se fazer uma filosofia autêntica, e um segundo, de decisão por uma empreitada filosófica no sentido de recriação da realidade latino-americana, o que pressupunha a superação da anterior indagação sobre a autenticidade. Essa ação de pensamento que se evidenciou concretamente na vida latino-americana seria o reflexo da existência de um ser próprio. Porém, para Miró Quesada, a filosofia latino-americana seria antes de tudo ocidental, ainda que se refira a e se volte à América Latina, diferentemente de Zea que não consegue dissociá-la da circunstância americana. No entanto, independentemente dessas nuances, ambas se admitem latino-americanas, no dizer de Fernet-Betancourt <sup>38</sup>.

Ainda que não se encontre solução definitiva para esse debate, resta admitir que a aceitação incontestada do neoliberalismo significa trancar esse processo de perquirição da “alma” latino-americana, pois a identidade latino-americana se conforma a partir da dinâmica histórica assumida pelo continente no pós-independência. O momento

<sup>37</sup> Francisco Miró Quesada, 1981, pp. 9-18.

<sup>38</sup> Raúl Fernet-Betancourt, 1993, pp. 14-33. Para este autor, ainda que Zea ressalte a necessidade de “salvar” a circunstância americana, dotada de uma memória de frustração ontológica, nesse aspecto assemelhando-se a Salazar Bondy, o filósofo mexicano não diferencia-se tanto de Miró Quesada, na medida em que o último reconhece um modo de filosofar especificamente latino-americano, o qual comporta as seguintes características: *excentricidade* (sabe que o centro do seu *quehacer* está na Europa), *amplitude panorâmica* (necessita de um estudo amplo da filosofia européia e não de apenas uma corrente), *reversão anabásica* (a filosofia não vem das suas origens mas vai ao encontro delas), *hiperestesia histórica* (possui um sentido bastante desenvolvido da sua localização na história) e *prospectividade* (a tarefa da filosofia está fundamentalmente unida ao futuro do continente).

neoliberal, ao estabelecer uma descontinuidade no plano material e da representação, impede que essa dinâmica histórica seja compreendida, destruindo os laços de coerência traçados entre os vários níveis da vida coletiva. Daí o motivo de os neoliberais se verem iniciando e/ou finalizando a história - guardando em termos filosóficos ambas as posturas o mesmo significado.

Essas teorias sobre o ser latino-americano - conformado historicamente e superando uma perspectiva meramente metafísica - não podem ser encaradas como meras divagações filosóficas. Elas servem na verdade para situar o lugar do plano das idéias no universo latino-americano. Universo esse criado e recriado a partir das inter-relações existentes entre as idéias e os interesses concretos. O nosso objetivo na presente dissertação é perseguir as diversas formas assumidas por essas inter-relações, focalizando mais diretamente o momento neoliberal.

Como surge o neoliberalismo? Já estava a América Latina de alguma forma predisposta a recebê-lo? Segue esse novo corpo ideológico a mesma trajetória anterior de superposições históricas? Quais são as forças sociais em pugna e em que contexto internacional ele emerge? Mais ainda: quais são as potencialidades do neoliberalismo? Pode vir a se tornar um novo período na realidade econômica, na configuração política e na forma de pensar e agir dos latino-americanos? Há maneiras de superá-lo, enfrentando os dilemas que essa nova fase da história da humanidade impõe à América Latina?

Na nossa perspectiva, o neoliberalismo surge como mais um elemento nessa cadeia sucessiva de tropeços históricos, de incompatibilidade das idéias importadas - ainda que assimiladas por interesses concretos - com a herança cultural e com a própria história latino-americana sedimentada no período pós-independência. Ainda que o neoliberalismo se proponha eterno, esse arcabouço filosófico se contrapõe a forças antagônicas e também agentes da história que propulsionam novas possibilidades concretas de vinculação das idéias à realidade política e sócio-econômica.

O resultado desse embate deve configurar o significado cultural, econômico e político do período pós-neoliberal da história latino-americana, redefinindo a sua dinâmica histórica bem como a sua identidade enquanto forma específica de se ver perante o mundo ocidental.

### *Ideologia e Imperialismo*

O neoliberalismo na sua viabilização no continente latino-americano manifesta-se através de uma ideologia não necessariamente do capital mas para o capital. Apesar disso, os neoliberais não admitem estar munidos de uma ideologia, pois se sentem apoiados pelos fatos. A ideologia seria privilégio dos seus críticos, estes voluntaristas e não apegados aos elementos empíricos da realidade <sup>39</sup>.

Por que ideologia para o capital? Ora, o neoliberalismo se posta como um novo momento do capitalismo enquanto sistema social histórico auto-expansivo que se caracteriza pela “mercantilização generalizada dos processos sociais”, no dizer de Wallerstein <sup>40</sup>. Nesse sentido, o momento neoliberal, reflete mais que a imposição de uma

<sup>39</sup>ver Claude Lefort, 1979, cap. 12, onde o autor critica a ilusão da convicção realista que ao aceitar o “estatuto do fato”, despreza qualquer conhecimento fora da superfície desse fato. Fica abolida então a divisão entre o real e o pensamento, base de qualquer teoria. Para Lefort, contra a noção de exterioridade do pensamento, deve-se fazer uso da negação da exterioridade do real. Eis a sua forma de combate à ideologia, que para ele estaria se transformando em nossa época numa “elaboração mais sutil da mentira” - em virtude de que a certeza do sujeito para com o real e o verdadeiro não vem acompanhada de uma interrogação ao nível do discurso. Apesar disso, Lefort descarta a possibilidade de um “saber sobre a ideologia”, eximindo-se de entrar no jogo dialético existente entre ciência e ideologia, como nos propõe Paul Ricoeur, 1983, pp. 87-95. Para Ricoeur, a ideologia tem se transformado na pecha que recebem aqueles que intentam uma crítica ao sistema capitalista mundial. E a morte das ideologias, se de um lado é “a mais estéril lucidez”, de outro, implica a morte da ciência e a conseqüente impossibilidade de transformação da vida humana. Portanto, se todo saber significa pertença a um determinado universo cognitivo, um saber objetivante pode assegurar uma relativa autonomia através de uma hermenêutica da pré-compreensão. Assim, tanto Lefort como Ricoeur oferecem-nos as ferramentas metodológicas para a aplicação do conceito de ideologia à experiência neoliberal. Enquanto Lefort nos permite compreender como se estrutura a ideologia, mais especificamente a neoliberal, Ricoeur faz da ciência uma busca que não se afasta de uma construção ideológica (e crítica ao neoliberalismo), ainda que esta última deva ser “trabalhada” até os últimos limites do inconsciente.

<sup>40</sup> Immanuel Wallerstein, 1985, pp. 9-14.



ideologia, guardando estreita relação com a transformação do real, ainda que esta não esteja confinada às premissas do seu arcabouço teórico.

Para Wallerstein, o capitalismo é conformado por uma complexa cadeia de mercadorias, articulada de forma centrípeta - da periferia para o centro - o que confere o significado da divisão social e internacional do trabalho. Portanto, a “transnacionalidade da cadeia de mercadorias teria sido algo tão real no mundo capitalista do século XVI como naquele do século XX”<sup>41</sup>, o que relativiza bastante a novidade com que a globalização do momento neoliberal é brindada pela imprensa e pela academia internacionais.

Por sua vez, a troca desigual seria inerente ao sistema capitalista que cria mecanismos de ocultamento da sua estrutura distributiva, ao instaurar uma “separação aparente” entre a área econômica (integração dos processos produtivos) e a área política (constituída por Estados soberanos e autônomos). Eis porque o capitalismo em seus quatrocentos anos de história não conseguiu criar uma dinâmica internacional que superasse a realidade do imperialismo.

Para Fernand Braudel, outro grande historiador do capitalismo, este sistema econômico envolve diferentes andares<sup>42</sup>: o inferior da vida material, o intermediário da vida econômica e, o superior, onde se manifesta o capitalismo propriamente dito e se gesta a acumulação de poder. O capitalismo “passa a impor a sua lei”, quando o andar superior condiciona os andares inferiores, ainda que continue dependente deles. Dessa forma, “frente ao mercado, age o contra-mercado”<sup>43</sup> movido pelos grandes mercadores que sujeitam o mercado, no sentido lato, aos seus ditames.

O estudo dos séculos XV a XVIII permitiu a Braudel fazer uma antropologia do mercado no limiar do capitalismo propriamente dito, eliminando o mito de que este

---

<sup>41</sup> op. cit., p. 25-26.

<sup>42</sup> Fernand Braudel, 1985, pp. 9-11.

<sup>43</sup> op. cit., pp. 116-117 e 119.

sistema econômico se pauta pelo mercado em termos abstratos: o que há são forças contraditórias que envolvem constantemente a rearticulação de indivíduos, grupos sociais e nações.

Para Octavio Ianni <sup>44</sup>, tanto Wallerstein e Braudel, apesar de algumas divergências de enfoque, conferem uma atenção especial à “economia política da mundialização”, mostrando como um todo sistêmico - chamado de “sistema-mundo” pelo primeiro e de “economia-mundo” pelo segundo - se transforma mediado pelos conflitos políticos protagonizados pelos Estados-nação, sendo portanto o capitalismo bem mais que uma forma de se produzir para o mercado.

Porém, Ianni se pergunta também até que ponto esse novo momento de reprodução ampliada do capital não rompe com a sua trajetória precedente, causando rupturas nos Estados-nação e instaurando novos e poderosos centros mundiais de poder. Nesse sentido, “a globalização não deveria ser vista só como um evento heurístico, mas como uma ruptura epistemológica”<sup>45</sup>. Enquanto esse vácuo epistemológico não é preenchido por novas formulações teóricas, o neoliberalismo apresenta-se como o referencial predominante na compreensão da transformação do sistema capitalista. A ideologia neoliberal aparece assim como “ingrediente, produto e condição da globalização”<sup>46</sup>.

Pode-se mesmo aventar ser esse vácuo epistemológico o responsável pela falta de interação entre as novas tecnologias e as novas ideologias <sup>47</sup>, explicando assim a desordem social do sistema capitalista vigente, incapaz de atenuar a sua natureza intrinsecamente desigual através dos elementos disponibilizados pela ordem política democrática. Para Lester Thurow, uma das contradições do momento neoliberal seria o aumento das prerrogativas de qualificação profissional do novo paradigma produtivo ao

---

<sup>44</sup> Octavio Ianni, 1996, pp. 36-40.

<sup>45</sup> op. cit., pp. 40-44.

<sup>46</sup> op. cit., pp. 83.

lado das práticas corriqueiras de *downsizing* e *outsourcing*. A opção é clara: queda do investimento no longo prazo, para se aumentar o poder de consumo no presente <sup>48</sup>.

Fazendo vista grossa a essa realidade, ainda segundo Thurow, em todos os lugares do mundo os governos teriam se tornado *social conservatives*. Por que isso acontece? Pensamos que uma explicação razoável é a ausência de uma ordem política passível de mediar o abismo existente entre as idéias “deslocadas” e o real da sociedade tornada distante, desconhecida, inexperiente das suas próprias possibilidades de elaboração de uma nova arquitetura utópica.

Nesse sentido, talvez se pudesse afirmar que não é o estarem as idéias fora do lugar <sup>49</sup> que afeta o nosso momento atual, mas o não-lugar que elas assumem como forma de um postergamento *ad infinitum* do real fragmentário, fugaz, indefinível e desarticulador de interesses coincidentes no passado.

É que nos sugere Frederic Jameson <sup>50</sup> na sua decodificação da ideologia pós-moderna, a qual ao sepultar a contradição e a dialética como ferramentas teóricas, retoma as argumentações via-antinomias. Portanto, o discurso anti-utópico acaba se transformando na própria utopia. Donde se concluir que a nulificação conceitual acaba gerando sutilmente conceitos como a não-utopia, a não-história, o não-futuro e a não-sociedade que escondem as suas respectivas utopias, histórias, futuros e sociedades.

Deve-se então perguntar qual a natureza do embate entre a dinâmica histórica latino-americana - resultante da assimilação de dois períodos históricos - e a concepção ahistórica que tenta superá-la partir do momento neoliberal? Para tanto, se torna necessário dissecar esse novo imperialismo que se faz sentir sem ser anunciado, já que o

---

<sup>47</sup> Lester Thurow, 1996, pp. 1-5.

<sup>48</sup> op. cit, pp. 16-18.

<sup>49</sup> segundo formulação consagrada por Robert Schwarz no seu estudo sobre o liberalismo no Brasil escravista, 1992, pp. 13-15.

<sup>50</sup> Frederic Jameson, 1994, Introdução e pp. 1-9.

imperialismo não mais se nomeia, nem os agentes por ele responsáveis são assim tão facilmente localizáveis.

Pois ao mesmo tempo que uma sociedade civil mundial se impõe, surgem forças de controle dessa nova dinâmica internacional: empresas multinacionais, organismos bilaterais e multilaterais, blocos regionais e mesmos os Estados nacionais que passam a ter um novo papel neste sistema de poder. Nesse contexto, a mídia ocupa um posto privilegiado, de intelectual orgânico dos centros mundiais de poder <sup>51</sup>. As mudanças de caráter nacional, enfatizando projetos, reformas ou articulações originais para a soberania interna dos países ficam submetidas a essas instituições e poderes pautados pela lógica internacional do novo imperialismo.

Dai que seja por demais complexo num contexto de crescente internacionalização da economia, após o fim da utopia descolonizadora nos países da África e Ásia e com a refutação das visões alternativas acerca do desenvolvimento latino-americano, denominar o caráter das relações de dominação travadas entre o centro da economia capitalista e os países que antes compunham o chamado Terceiro Mundo. Marc Ferro <sup>52</sup> descarta caracterizar essas relações de “neo-imperialistas”, ou como sendo resultantes de um “imperialismo das multinacionais”, preferindo lançar o conceito de “imperialismo multinacional”.

A opção pelo conceito de “imperialismo multinacional” parece mais apropriada que a de “imperialismo das multinacionais”, já que em realidade as multinacionais não têm seus interesses dissociados das ações dos Estados Nacionais capitalistas dominantes. Ao mesmo tempo, a economia capitalista parece cada vez mais regida pelas empresas multinacionais.

---

<sup>51</sup> sobre os conceitos utilizados nesses parágrafo, ver Octavio Ianni, 1996, pp. 49, 62 e 95.

<sup>52</sup> Marc Ferro, 1996, pp. 389-395.

Segundo Chesnais, 40% do comércio de Japão e EUA é realizado entre essas empresas. Além disso, de um total de 37 mil multinacionais, cerca de 100 empresas controlavam cerca de um terço do total de investimentos diretos externos<sup>53</sup>. Ou seja, há uma grande concentração de poder mesmo no seio das empresas multinacionais. Quanto à inserção dessas empresas no cenário econômico latino-americano, parece ilusório supor que elas venham no intuito de rearticular os elos da cadeia produtiva, disseminando os ganhos de produtividade para o conjunto desses sistemas econômicos nacionais.

Entretanto, essa busca por um termo nos parece um tanto infrutífera, sendo mais importante adentrarmos na dinâmica do imperialismo que se está constituindo no nosso tempo. A análise que Edward Said<sup>54</sup> teceu sobre o imperialismo do século XIX, lança algumas luzes sobre questões bastante contemporâneas. De acordo com Said, a batalha do imperialismo está principalmente ligada à luta pela terra. Mas depois de conquistada a terra, a batalha do imperialismo passa a ser travada num outro plano, o da narrativa.

Como as conquistas territoriais não parecem mais mover as grandes potências, estando estas, através das suas multinacionais, interessadas no controle dos mercados e das decisões de política econômica, independentemente dos enfoques sociais e políticos dos governos locais, a narrativa - forma mais sutil do que a ideologia para definir as opções culturais - torna-se o principal campo de batalha.

A despeito da controvérsia a respeito da natureza do imperialismo nas suas várias manifestações históricas, tem-se privilegiado pouco o papel fundamental da cultura na “experiência imperialista”, já que esta significou bem mais que a mera acumulação de capital e aquisição de bens materiais. Cultura, no entender de Said,

---

<sup>53</sup> François Chesnais, 1996, pp. 26 e 72.

<sup>54</sup> Edward Said, 1993, Introdução e pp. 1-15.

assume o sentido de “formações ideológicas”. Seguindo essa trilha, Wallerstein filtrou a “cultura”, o sistema de idéias da economia mundial capitalista, a partir de um conjunto de antinomias oscilando em torno dos conceitos de universalismo e racismo - o que instaura um contínuo zigzague ideológico <sup>55</sup> no interior desse sistema capitalista.

Para Wallerstein <sup>56</sup>, a força do universalismo reside justamente no fato de que ele se transformou numa ideologia, já que o termo “internacional” esconde a dinâmica de um sistema inter-Estados bastante hierárquico. Ao mesmo tempo, ao nível nacional, o racismo se tornou justificável em virtude de que a modernização se confundiu com a ocidentalização - segundo os paradigmas europeu e norte-americano - e qualquer esforço de seguir uma seara própria como forma de superação do atraso passou a ser tachado de terceiro-mundismo, de racismo ao inverso, de irracionalismo ou de repulsa congênita ao moderno. Eis porque universalismo e racismo se revezaram, para Wallerstein, enquanto “ideologias conservadoras”, mantenedoras do capitalismo histórico e dos seus efeitos propagadores da polarização inter-nações e intra-nações <sup>57</sup>.

Numa época em que a informática e as telecomunicações se difundiram pelo globo, não seria ainda mais coerente a utilização do referencial adotado por Said e Wallerstein? O aumento no intercâmbio de informações não conferiria um papel ainda mais destacado à ideologia na nova arquitetura do poder mundial? Mas seja qual for este papel, não podemos negligenciar que a ideologia se insere num estágio específico de reprodução do capital.

---

<sup>55</sup> Immanuel Wallerstein in *Theory, Culture & Society*, 1990, pp. 38-39.

<sup>56</sup> *op. cit.*, pp. 42-50.

<sup>57</sup> deve-se lembrar que ao acatarmos a abordagem sistêmica de Wallerstein a respeito da cultura, não incorremos numa visão economicista, como denuncia Renato Ortiz, 1994, pp. 26-27. Para esse autor, “uma cultura mundializada não implica o aniquilamento de outras manifestações culturais, já que ela cohabita e se alimenta delas”. Mas se isso é verdade, não se deve esquecer que essa cultura mundial se aproveita das manifestações culturais naquilo que lhe interessa, com o intuito de nelas encontrar um espaço para a difusão mercadológica, na maior parte das vezes estereotipando-as. Logo, o problema passa a existir quando as próprias expressões culturais - locais e nacionais - utilizam como modelo uma visão caricatural de si mesmas.

Segundo Giovanni Arrighi <sup>58</sup>, a recente etapa de expansão financeira do capital - anos setenta e oitenta - completa a fase de expansão material que atingiu o seu auge durante os anos cinquenta e sessenta do presente século, finalizando um “ciclo sistêmico de acumulação” cujo bloco dominante foram os EUA. No entanto, nenhum país parece surgir como bloco dominante, capaz de substituir os EUA tal como este país fez com a Inglaterra, esta com a Holanda, e esta última com Veneza, durante o que se convencionou chamar de capitalismo histórico.

Não se manifesta portanto um novo bloco dominante capaz de se erguer sobre a competição interestatal e proporcionar a concentração do poder no sistema capitalista mundial <sup>59</sup>. Isto significa que não haverá um quinto ciclo sistêmico de acumulação e que a forma de expansão internacional do capital vai se transformar radicalmente? Talvez. O imperialismo assume assim uma feição mundial, pautada na superioridade econômica do Ocidente, segundo Weber, ou se dilui numa economia mundial de mercado competitiva, segundo Adam Smith? Essa saraivada de questões propostas por Arrighi refletem a natureza incerta da transformação do capitalismo no plano internacional e a dificuldade de se apreender o significado atual do termo imperialismo.

O sistema mundial depara-se assim, ao fim do século XX, com uma nova descontinuidade histórica <sup>60</sup>, responsável pela definição dos rumos do futuro capitalismo.

Mas enquanto o significado dessa descontinuidade histórica não se clarifica, uma

<sup>58</sup> Giovanni Arrighi, 1996, pp. 4-7.

<sup>59</sup> op. cit., pp. 13-23.

<sup>60</sup> ver Michel Foucault, 1990, no prefácio de *As Palavras e as Coisas*, onde o autor distingue duas descontinuidades na *epistemê* da cultura ocidental: aquela que inaugura a idade clássica (meados do século XVII) e aquela que marca o limiar da nossa modernidade (início do século XIX). Nesses dois períodos, teria emergido um novo “sistema de positivities” que aparecem nos mais variados campos do conhecimento de forma simultânea. De uma época para a outra, mudaram-se os enfoques, dos estudos do organismo e da moeda no caso da primeira, para uma análise das taxonomias e da produção no caso da segunda. Para Foucault, é somente no decorrer dessa segunda descontinuidade que “o homem entra pela primeira vez no campo do saber ocidental”. A análise de Foucault nos auxilia na medida em que - no bojo da descontinuidade que se inicia durante a década de setenta do presente século - defende-se um retorno à idade clássica, retirando o homem do campo da ciência, dando ênfase aos fatores menos estruturais da economia, desideologizando a linguagem e compreendendo o ser através de seus fundamentos biológicos, o que o torna descontextualizado do seu meio social.

ideologia promissora se arvora como condutora do presente, segura de si e auto-centrada, ignorando o mundo alheio às novas descobertas, não mais marítimas, mas simbolizadas na tecnologia digital da *information superhighway*.

O reflexo sobre a América Latina desse novo figurino ideológico pode ser encontrado no esvaziamento das formulações acerca da dependência e do subdesenvolvimento especificamente latino-americanos, ainda que a realidade subdesenvolvida e dependente nos assalte a cada momento, a cada olhar para o mundo real latino-americano <sup>61</sup>.

Necessitam esse conceitos, de forma a readquirirem a sua validade teórica, passar por um processo simultâneo de reconstrução analítica, já que a desconstrução os neoliberais se encarregaram de fazê-la. A própria maneira como estes conceitos foram compreendidos em cada um dos períodos históricos nos fornece alguns indicativos quanto aos seus significados ao mesmo tempo mutantes e permanentes.

No entanto, não é nosso objetivo realizar esse exercício teórico, definindo o que o momento neoliberal traz de novo para a condição de dependência e o subdesenvolvimento latino-americanos, ou seja, o que se mantém em relação às formulações dos anos cinquenta e sessenta e o que se deve acrescentar em decorrência das novas circunstâncias históricas. Se não procuramos instaurar os marcos dessas teorias revisitadas, a compreensão do momento neoliberal enquanto manifestação de uma estrutura econômica subdesenvolvida e de um sistema político dependente funciona como nosso ponto de partida.

---

<sup>61</sup> e aqui não nos apoiamos num registro empírico ou fotográfico de uma realidade passível de ser comprovada, mas numa *visão comum do mundo* que para Osvaldo Porchat Pereira, 1993, pp. 40-45, 46-69, se manifesta "através da nossa consciência humana da experiência comum da realidade". Essa experiência cotidiana contém para Porchat o "realmente real", que nada tem a ver com uma filosofia do senso comum - já que esta se configura a partir da padronização de uma suposta visão comum pertencente a todos. O mundo-totalidade e a realidade irrecusável que nos transcendem seriam, pelo contrário, "o próprio lugar do nosso reconhecimento uns dos outros como homens". A reformulação dos conceitos de dependência e de subdesenvolvimento está vinculada a um sentimento do mundo no qual participamos e que, por isso, nos revela, a partir de uma experiência comum, a nossa contingência e



*Perspectivas Estruturantes*

Cabe agora a definição de um arcabouço teórico com o objetivo de apontar os elementos constituintes da dinâmica histórica latino-americana, que tal como não se erigiu da noite para o dia também não vai se extinguir sem enfrentamentos duradouros.

Em sendo assim, as perspectivas estruturantes de Darcy Ribeiro, Alain Touraine, Richard Morse e Angel Rama funcionam como fulcros do nosso empenho analítico. O que as unifica é um raciocínio concretamente latino-americano que busca o aprimoramento de categorias e conceitos das ciências sociais, no intuito de submetê-los à realidade desse continente. Logo, apesar desses autores partirem de distintos enfoques metodológicos, as suas contribuições podem ser vistas como complementares.

Darcy Ribeiro <sup>62</sup> procurou compreender as “Américas Pobres” do mundo moderno - ou seja, os vários países da América Latina - em contraposição à outra América, anglo-saxã, já que as especificidades destas duas Américas resultaram de um mesmo processo de transformações técnicas e sociais detonado com a Revolução Industrial.

Segundo este autor, haveria diversos modos de integração a essa civilização industrial em construção. O primeiro, seguido pelos países ainda hoje chamados de desenvolvidos, seria o de “aceleração evolutiva”, onde a evolução técnica deu margem a sociedades autônomas ainda que com combinações sociais diferentes entre si. O segundo, seguido pelos países ainda hoje chamados de subdesenvolvidos, foi o de “incorporação ou atualização histórica”.

---

precariedade. Daí que a nossa verdade seja quando muito “uma opinião verdadeira de filósofos mortais” e, exatamente em virtude de tal fato, imprescindíveis.

<sup>62</sup> os parágrafos abaixo contêm os conceitos expostos por Darcy Ribeiro, 1988, p. 9-18 e 21-33.

Essas duas vias evolutivas são complementares, interdependentes e diríamos que o trânsito da segunda para a primeira jamais se verificou enquanto realidade concreta na América Latina, seja através do socialismo ou de um “choque” capitalista. O desenvolvimento - ou a redefinição constante do subdesenvolvimento - processou-se através das várias alternativas criadas pelas sociedades dentro das possibilidades inerentes a cada via evolutiva. Desnecessário é lembrar que em tempos de destruição criadora, essas vias evolutivas se transformam significativamente, ainda que mantenham a sua natureza de interdependência assimétrica, redefinida a cada novo contexto histórico.

A parcela que emprestamos de Darcy Ribeiro está na sua formulação dialética - ainda que não submetida a uma lógica estritamente marxista - de que o movimento da história somente se desnuda na medida em que se faz uso de duas abordagens integradas: de um lado, deve haver a compreensão do processo civilizatório e, de outro, do processo de estratificação social. Esse modelo de interpretação permitiu a tal autor rejeitar as perspectivas dualistas e constituir quatro estratos sociais concebidos a partir da observação da dinâmica histórica latino-americana.

Em primeiro lugar, há as classes dominantes <sup>63</sup>, formadas por um “patronato proprietário dos meios de produção” e por um “patriciado de eminências políticas, civis e militares”. Em segundo lugar, um estrato de setores intermediários, a classe média latino-americana, com significado mais cultural que propriamente econômico. Em terceiro lugar, um estrato de classes subalternas mas integradas, composto pelo campesinato e pelo operariado. Em quarto lugar, um estrato de classes oprimidas, subalternas como as anteriores, mas marginalizadas do sistema econômico e de poder vigente.

---

<sup>63</sup> no corpo da dissertação, preferimos o conceito de elites ou grupos dominantes, já que a noção de classes dominantes geralmente implica uma certa homogeneidade de conduta e uma participação mais ou menos uniforme destas no processo produtivo. A constituição do Estado patrimonial na América Latina precedeu a emergência do capitalismo enquanto mecanismo de acumulação endógena. Os “homens do poder” representam muitas vezes interesses fragmentados e não estão necessariamente vinculados ao processo de acumulação do capital.

Esses estratos sociais podem ser encontrados em cada um dos períodos históricos apontados acima, ainda que a sua inter-relação com o sistema de poder constituído - que por sua vez está distintamente vinculado a forças internacionais - adquira peculiaridades fundamentais nestes vários períodos.

Por sua vez, o caráter integrado do sistema de dominação latino-americano - sendo a dependência para Darcy Ribeiro não apenas uma nova formulação teórica criativa e datada dos anos sessenta, mas a própria situação concreta de existência latino-americana - faz com que a unidade entre as duas Américas, latina e anglo-saxã, principalmente a partir do século XX, se manifeste como um fato fundamental.

Aliás, a aceitação dessa unidade pode vir de pensadores tão distintos quanto Domingo Sarmiento e José Martí, o primeiro advogando um implante dos princípios do país da América do Norte na América Latina, o outro vendo nos EUA a potência a restringir a independência política, econômica e cultural da América Latina.

Alain Touraine<sup>64</sup> agregou alguns pontos à análise de Darcy Ribeiro ao estudar a especificidade do “modo de desenvolvimento latino-americano”. Segundo este autor, na América Latina, os processos de industrialização e de urbanização se deram através da ampliação e complexificação da dependência e da desigualdade.

Portanto, o desenvolvimento não esteve dissociado de uma dualização crescente do continente, ainda que o autor critique a abordagem dualista que se baseia num conflito entre os elementos modernos e arcaicos da América Latina. Para Touraine, esses conceitos devem ser desmistificados na medida em que a interdependência essencial entre o “arcaico” e o “moderno” inviabiliza a existência dos mesmos enquanto ferramentas metodológicas.

Esse modo de desenvolvimento especificamente latino-americano pode ser compreendido a partir da conjunção dos fatores ligados aos limites da industrialização na

América Latina - capitalismo limitado e dependente, de um lado, e heterogeneidade estrutural causadora da segmentação das categorias sociais, de outro - aos fatores que conformam a existência de uma sociedade industrial - taxas elevadas de investimento e grande participação político-cultural nos espaços urbanos.

Tal opção metodológica de Alain Touraine não pretende ser uma generalização do percurso histórico latino-americano, mas antes uma “hipótese geral explicativa da conduta dos atores sociais”<sup>65</sup>. O movimento da história latino-americana passa a ser definido pelas tensões entre os elementos componentes desse modelo de desenvolvimento, alternando forças de integração político-social e forças centrífugas que perpetram a exclusão social.

Daí o porquê de Touraine utilizar a noção de desenvolvimento ao invés da noção de modernização, partindo a última de uma interpretação equivocada que pressupõe a evolução puramente endógena de todas as sociedades. Os modos de desenvolvimento seriam definidos pela elites dirigentes que assumem a condução do processo de desenvolvimento, podendo sê-las a burguesia industrial, o Estado Nacional ou forças exógenas<sup>66</sup>.

A América Latina enquadra-se, segundo Touraine, no último caso, havendo duas vertentes possíveis: um modo dependente, onde o Estado mal se estrutura, e um modo pós-colonial, onde o Estado é ator fundamental exercendo a mediação entre as forças sócio-políticas internas e o capital estrangeiro. A primeira vertente é mais facilmente encontrada nos países do Caribe e da América Central, enquanto a segunda no México e nos países do Cone Sul.

Os elementos componentes do modo de desenvolvimento latino-americano estão, de acordo com Touraine, intrinsecamente relacionados a um sistema de formas

---

<sup>64</sup> Alain Touraine, 1989, pp. 31-41.

<sup>65</sup> op. cit., pp. 44.

<sup>66</sup> op. cit., pp. 45-47.

próprias de ação coletiva, definidas por quatro características básicas: fragilidade dos atores de classe, separação entre privilegiados e excluídos, intensa mobilidade social (favorecendo o personalismo mais que as ações voltadas para interesses sociais comuns) e elevada participação política, a qual ao se mostrar desconectada dos interesses sociais acaba gerando um “hiperdesenvolvimento do espaço político”<sup>67</sup>. Com resultado direto dessa complexa realidade, presencia-se uma situação de falta de correspondência entre grupos sociais, forças políticas e expressões ideológicas na América Latina.

Logo, o exercício de utilizar categorias sociais de outros países para o contexto latino-americano está sempre fadado ao fracasso, pois camponeses, operários, classe média, oligarquia, Estado e setor informal assumem significados distintos dos conhecidos nos países desenvolvidos, já que estão associados à lógica do modo de desenvolvimento latino-americano <sup>68</sup>.

Uma estratificação social latino-americana se faz assim por demais complexa, já que se torna necessário estudar a interpenetração entre as posições sociais oriundas de uma sociedade comercial, de uma sociedade industrial, de um desenvolvimento voltado “para o interior” e de um capitalismo limitado e dependente - o que resulta na simultaneidade entre os vários períodos históricos observada em cada etapa do desenvolvimento latino-americano <sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> op. cit., pp. 51-56, 152-154.

<sup>68</sup> para Alain Touraine, op. cit., pp. 57-98, não existem camponeses tradicionais na América Latina, tal como definidos para o caso europeu, já que a produção agrícola voltada para o mercado externo e conjugada a relações de trabalho não-capitalistas propicia uma vinculação entre minifúndio e latifúndio, que se mantém até meados do século XX. O operariado é por sua vez muito heterogêneo, sendo alguns operários mais vinculados à categoria povo e outros à classe média. A oligarquia finda nos anos trinta dando lugar a uma profusão de elites dirigentes que controlam o aparelho do Estado. Quanto ao Estado, é o ator social por excelência - relacionando-se os atores sociais mais freqüentemente com o Estado do que entre si. Quanto ao setor informal, principalmente a partir das formulações acerca da marginalidade urbana dos anos setenta, este mostra-se cada vez menos residual ou passível de ser absorvido pelo setor formal, passando a adquirir uma dinâmica própria. A classe média surge imbricada ao aparelho do Estado, devendo ser compreendida como o segmento que confere um norte cultural à nação, sendo a escola, pelo menos até os anos sessenta, o mecanismo principal de socialização dos valores dessa classe média.

<sup>69</sup> op. cit., pp. 98-101.

Essa complexidade da vida social acarreta uma “tridimensionalidade da ação coletiva” latino-americana, associando num mesmo projeto as lutas sociais, as lutas nacionais e a busca de uma maior integração nacional <sup>70</sup>. Essa tridimensionalidade confere paradoxalmente a força e a fraqueza da ação coletiva latino-americana: força, por conseguir aglutinar forças heterogêneas num projeto comum, e fraqueza, por fazer com que esta aglutinação de interesses não seja suficientemente duradoura nem sólida, o que contribui para a desestruturação paulatina de uma aliança tida como perene.

As perspectivas de Darcy Ribeiro e Alain Touraine se encontram na medida em que tentam situar a especificidade das sociedades latino-americanas inseridas no sistema capitalista internacional, partindo de um esforço cognitivo que se preocupa em destrinchar a ação social na América Latina a partir das suas manifestações concretas.

Richard Morse, concordando com Darcy Ribeiro no que diz respeito à unidade fundamental das duas Américas, se propôs a resgatar <sup>71</sup> a história destas duas Américas, diferenciando tanto as culturas políticas como as ideologias subjacentes às mesmas, além de mostrar como uma acaba se vendo no reflexo da outra, avaliando-se ambas reciprocamente através do espelho da história.

Essa tentativa de “interpretação sócio-cultural” não deve ser compreendida de acordo com a sua capacidade de prever fatos e fenômenos num futuro incerto mas como um referencial dinamizado e redefinido de acordo com os vários horizontes temporais. Morse procurou assim, ao desconsiderar o papel de uma suposta herança feudal na construção do Estado latino-americano, filtrar os fundamentos patrimonialistas do mesmo.

Se essa construção política - o Estado patrimonialista - seria um dia superada pela racionalização modernizadora ou democrática, ou se serviria como uma cultura

---

<sup>70</sup> op. cit., pp. 147-149.

<sup>71</sup> Richard Morse, 1989, pp. 1-8 e 95-130.

política adaptável às mais diferentes situações, é, em realidade, impossível de se saber. No entanto, esse dilema, segundo Morse, fornece elementos para uma abordagem antropológica, de mais longo prazo, mostrando como as aspirações democráticas na América Latina não se encontram necessariamente ligadas ao individualismo lockiano. Na verdade, elas se encaixam no *ethos* social corporativo do neotomismo, ainda que as doutrinas e instituições enquanto tais desse sistema filosófico seiscentista estejam hoje completamente descartadas <sup>72</sup>.

Portanto, a sobrevivência desse universo pós-medieval, católico e ibérico não deve ser menosprezada ao se analisar as transformações recentes da dinâmica histórica latino-americana. A contribuição de Morse está em se posicionar num meio termo entre a inércia funcionalista e o pretenso dinamismo estruturalista, procurando acompanhar uma determinada cultura política bem como a sua transformação permanente processada através das novas idéias e acontecimentos históricos.

Ao mesmo tempo, deve-se tomar cuidado com as generalizações apressadas que se baseiam em tipos ideais como explicadores e não meramente como pontos cardeais da história. Nesse sentido, por exemplo, Cláudio Véliz <sup>73</sup> acabou estereotipando a cultura política latino-americana ao considerá-la “centralista”, comparando o controle hierarquizado das metrópoles ibéricas sobre as suas colônias à natureza das ditaduras militares surgidas nos anos sessenta e setenta do século XX latino-americano.

Para Véliz, as conseqüências mais significativas das Revoluções Industrial e Francesa deixaram de lado a América Latina. Portanto, a tradição centralista não deve ser buscada nesses fenômenos modernos mas numa “tradição burocrática de

---

<sup>72</sup> para José Guilherme Merquior in Cuadernos Americanos Nueva época, 1988, pp. 13-14, Morse ao assumir a manutenção de um *ethos* pré-moderno na América Latina, acabou não percebendo que este continente se moderniza e se encontra bem próximo do “mundo desencantado” dos países desenvolvidos. Segundo Merquior, nesse contexto de modernização avassaladora, a América Latina deveria aceitar a sua modernidade a partir de novas instituições econômicas e sociais. Merquior concorda com as formulações de Morse a respeito do Estado patrimonialista, mas acredita que este tenda a se desintegrar com a crescente integração latino-americana no mercado internacional (p. 20).

racionalização pré-industrial”. Em outras palavras, aconteça o que acontecer, a América Latina está condenada ao “centralismo”, atestando assim a imutabilidade do seu destino histórico. Esse tipo de formulação incorre no erro de conferir um exagerado exotismo às sociedades latino-americanas - tachadas pejorativamente de irracionais, tomadas de algumas idiossincrasias seculares e incapazes de seguir “corretamente” o rumo “ocidental” da história <sup>74</sup>.

Em contraste, Morse enunciou como essa vertente centralista - seja sob a forma das coroas espanhola e portuguesa como do novo poder encarnado no Estado nacional latino-americano - esteve contraposta a forças centrífugas, como por exemplo a dos proprietários de terra das várias províncias que lutavam, no imediato pós-independência, pelo federalismo e pela descentralização do controle do poder político. Mais recentemente, a partir dos anos oitenta, vê-se como os movimentos sociais têm desenvolvido iniciativas com o intuito de desconcentrar o poder do Estado, tornando-o mais público e descentralizado na América Latina.

Seguindo uma perspectiva culturalista que privilegia os elementos políticos - ou melhor, que analisa como o domínio do poder se fez renovar através de novos arcabouços de idéias - Angel Rama levantou questões semelhantes àquelas defendidas por Morse. A cidade é vista, segundo a abordagem de Rama, como o *locus* de manifestação de um projeto político de sociedade. O pensador uruguaio trilhou, dessa forma, as manifestações diferenciadas da cidade dos latino-americanos.

---

<sup>73</sup> Cláudio Véliz, 1984, pp. 15-26.

<sup>74</sup> esse exercício de transposição histórica voluntarista é também exercido por Hernando de Soto, 1986, pp. 275-277, quando este autor caracteriza o sistema econômico latino-americano de “mercantilista”. Se mercantilistas eram as políticas econômicas européias entre os séculos XVII e XVIII, como teria a América Latina conseguido reproduzi-las num contexto internacional significativamente diverso, quando os capitais industrial e financeiro já se postavam como determinantes da lógica econômica? A aceitação de um mercantilismo latino-americano no século XX reflete pois a recusa em se compreender o capitalismo especificamente latino-americano. A América Latina não é vista como recriada a partir da evolução do capital, mas como atrasada em relação a este.



A cidade ordenada do pós-conquista foi a *cidade barroca*, onde a hierarquia social esteve claramente distribuída pelo espaço urbano, como transposição e continuação do poder ibérico para a América. Os signos barrocos surgiram enquanto formas de organização de uma estrutura cultural que na verdade flutuava sobre a estrutura econômica, como sagazmente apontou Rama <sup>75</sup>.

Mas para constantemente ordenar esse mutante universo dos signos criou-se uma *cidade letrada*, primeiramente a serviço das monarquias portuguesa e espanhola <sup>76</sup>. Os primeiros letrados eram de origem eclesiástica, depois vieram os pensadores filósofos já no século XIX, enquanto no século XX surgiram os intelectuais profissionais, até que os economistas viessem a predominar na atual cidade pós-moderna do momento neoliberal.

Durante esses vários períodos históricos, a *cidade letrada* se superpôs à *cidade real*, o que refletiu o enclausuramento do poder no núcleo dirigente <sup>77</sup>. Criou-se assim um desencontro entre as significações autônomas produzidas pela cidade letrada e os significantes afastados da lógica gramatical no caso da cidade real - a qual nem por isso deixou de manifestar a sua cultura própria, popular, falada, espontânea, fruto das intersecções étnicas e sociais. Duas linguagens se bifurcaram, portanto, no universo cultural latino-americano: uma, pública e de aparato e, outra, popular e cotidiana.

A partir de 1870, ainda segundo a trilha histórica de Rama, o poder da cidade letrada se tornou mais difuso, abrindo espaço para dissidências, o que possibilitou um pensamento mais crítico em relação à realidade social latino-americana. Quanto à cidade real, esta se transformou, destruindo-se e reconstruindo-se incessantemente, à medida que a cidade letrada a incorporava à sua escritura e às suas imagens <sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> Angel Rama, 1985, pp. 23-40.

<sup>76</sup> op. cit., pp. 41-44.

<sup>77</sup> op. cit., pp. 52-53.

<sup>78</sup> op. cit., pp. 99.

As dissidências inerentes à cidade letrada não causaram contudo a sua extinção, trazendo quando muito a redefinição dos conteúdos e das práticas utilizadas pelo núcleo dirigente. A Reforma Universitária de Córdoba de 1918, por exemplo, representou a readequação da cidade letrada a um desenvolvimento que se propunha nacional e inclusivo de novos segmentos sociais.

Enquanto a cidade letrada do período neocolonial se utilizou de categorias biológicas, telúricas e restritas ao plano político, desconsiderando o alcance da modernização, a cidade letrada do período nacional-desenvolvimentista privilegiou as categorias sociais e econômicas para centrar fogo na redistribuição da riqueza através da ampliação do mercado interno e da constituição de uma cidadania política. Nesse contexto, a cultura popular foi revitalizada pelos intelectuais. Já a cidade letrada do momento neoliberal almeja expulsar o social e o público das suas entranhas, de forma a abrir espaços à valorização do capital, pautando-se num tecnicismo cujo resultado imediato é a expansão da periferia despolitizada das grandes cidades.

Esse contínuo processo de recomposição da cidade letrada mostra como a cultura política patrimonialista ibérica esteve presente no processo de organização do poder nos vários períodos da dinâmica histórica latino-americana.

Essa cultura política patrimonialista desenvolveu-se no século XIX latino-americano através dos caudilhos, assumindo estes uma importância crescente no cenário político desses países. Tanto assim que Octavio Paz,<sup>79</sup> relacionou o enorme poder dos presidentes latino-americanos ao caudilhismo, “verdadeiro sistema de governo latino-americano”.

No entanto, deve-se reiterar que a extrapolação desse mito fundador da história latino-americana pode dar lugar à valorização despropositada do “exótico”, perdendo-se de vista as fissuras imputadas ao elemento caudilhesco na história latino-americana

recente. Principalmente ao se avaliar que a afirmação de uma crescente hegemonia burguesa na América Latina, a partir da segunda metade do século XX, redefiniu os alicerces políticos do caudilhismo, conferindo-lhe uma função mais restrita enquanto processo de arbitragem dos conflitos políticos.

Retornando à diferenciação dos universos ideológicos na América Latina e na América Inglesa, proposta por Richard Morse, chegamos à conclusão de que conceitos tais como progresso, cultura, Estado, sociedade, modernidade, racionalização, cidadania e desenvolvimento assumem significados distintos dependendo da matriz histórica que se toma por base.

Por conseguinte, ao se processar uma avaliação da dinâmica histórica latino-americana, deve-se desconfiar da suposta universalidade desses conceitos, de forma a descobrir a maneira pela qual eles interagem com os processos sociais concretos. É nesse sentido que as perspectivas estruturantes aqui utilizadas se tornam complementares. Esses conceitos, tal como trabalhados na presente dissertação, referem-se a uma história peculiar, a da América Latina, como peculiar é a história de qualquer povo inserido no movimento mais amplo da história da humanidade.

---

<sup>79</sup> Octavio Paz, 1989, pp. 29-31.

## CAPÍTULO II

### O PERÍODO NEOCOLONIAL NA AMÉRICA LATINA

O período neocolonial <sup>1</sup> da história latino-americana compreende o último quarto do século XIX e as primeiras três décadas do século XX. O objetivo desse capítulo é proceder a uma avaliação sucinta dos componentes econômicos, sócio-políticos e culturais da dinâmica história latino-americana durante esse período.

Pensamos contribuir assim para matizar a influência recente do momento neoliberal sobre a dinâmica história latino-americana - constituída antes da expansão do neoliberalismo na América Latina durante as décadas de oitenta e noventa do século XX. Ou seja, o momento neoliberal perde o seu caráter mítico e quase heróico e passa a ser visto em contraposição aos seus iguais, os outros momentos da história latino-americana, alguns dos quais se conformaram em períodos históricos através do congelamento de forças contraditórias nos planos econômico, sócio-político e cultural.

O período neocolonial da história latino-americana correspondeu na história europeia à decadência do liberalismo enquanto teoria política e econômica, ao auge e queda da hegemonia inglesa no âmbito internacional, à consolidação da burguesia enquanto força mantenedora da ordem política e à paulatina dissolução do pensamento

---

<sup>1</sup> o termo neocolonial não é aqui usado no mesmo sentido de boa parte da literatura marxista produzida no Terceiro Mundo no pós-2a. Guerra Mundial, que colocava em pé de igualdade países latino-americanos, africanos e asiáticos - pretendendo fazer com que a ruptura do sistema capitalista se desse através dos países oprimidos pelo sistema mundial. Sob esta ótica marxista, os vínculos entre países dominantes e dominados, antes coloniais, teriam se tornado neocoloniais após o processo de independência, não alterando concretamente a situação de dependência desses países do Terceiro Mundo, no dizer de Samir Amin, 1977, pp. 5-44. Já para Kwame N'krumah, 1967, pp.281-306, o neocolonialismo anunciava apenas uma mudança de tática em relação à sua atitude mais cruamente colonialista dos séculos anteriores. No nosso entender, partindo da posição de Caio Prado Jr., 1966, pp. 97-98, situar países tão distintos em termos de evolução histórica como sendo dotados de um desenvolvimento capitalista e de uma utopia revolucionária comuns acaba se tornando uma "generalização absurda". Por isso emprestamos a conceituação de Túlio Halperin Dongui, 1989, de que teria havido um regime neocolonial. Se o próprio autor não o qualifica detalhadamente, ao menos elenca os elementos econômicos, políticos e culturais relacionados a essa época da história latino-americana. A existência de Estados nacionais já no século XIX na América Latina não deve ser vista como fator de somenos importância, quando se compara essa região histórica com o processo de descolonização ocorrido na África e na Ásia cerca de um século mais tarde. Essa diferenciação histórica não nega a possibilidade de alianças geopolíticas no plano do Terceiro Mundo, nem de uma contestação comum à

positivista em prol das novas visões então emergentes, baseadas seja no tecnicismo evolucionista, seja no ideal de uma sociedade socialista.

A economia mundial, única, liberal, teoricamente auto-regulável, sofrendo um controle semi-automático da Inglaterra - chamada de civilização do século XIX por Karl Polanyi - retirava-se do palco. Esta civilização do século XIX estava cimentada em quatro instituições básicas: o sistema de equilíbrio de poder vigente na Europa, o padrão internacional do ouro, o mercado auto-regulável e o Estado liberal <sup>2</sup>. O que movia estas instituições era basicamente um fator anônimo, o setor financeiro, pois o crédito exercia o papel de “elo supranacional entre o governo político e o esforço industrial numa economia em rápido crescimento” <sup>3</sup>. A aceitação do padrão-ouro e o constitucionalismo, segundo Polanyi, funcionavam como atestados de bom comportamento - que a City de Londres concedia aos países mais frágeis do sistema econômico mundial.

Entretanto, o triunfo completo do *laissez-faire* <sup>4</sup> já se esfumava nos anos setenta daquele século, pois a partir de então proliferavam as medidas discriminatórias ao livre-comércio nos Estados Unidos e na Europa continental. Mais que isso, entre 1880 e 1900 emergia o capitalismo monopolista, o capital industrial mesclando-se ao capital financeiro e o mundo sendo repartido entre as empresas representantes das potências capitalistas <sup>5</sup>.

---

alienação do homem não ocidental frente à noção de progresso criada pelo homem ocidental, como nos sugere Leopoldo Zea, 1992, pp. 100-101.

<sup>2</sup> Karl Polanyi, 1980, pp. 23-25.

<sup>3</sup> op. cit., pp. 28-32.

<sup>4</sup> para Eric Hobsbawm, 1969, pp. 134-140, o único período da história do século XIX em que tanto os países desenvolvidos como os subdesenvolvidos tinham um interesse comum em aceitar a hegemonia econômica inglesa foi aquele situado entre 1846, com a abolição das Corn Laws, e 1873, quando teve início a Grande Depressão. Pode-se assim dizer que o livre-comércio vigorou na economia internacional por no máximo duas décadas e meia. Deve-se ressaltar também que, já no início da década de noventa do mesmo século, Alemanha e EUA superavam a Inglaterra na produção de aço, principal matéria-prima da indústria.

<sup>5</sup> João Manuel Cardoso de Mello, 1990, p. 49.

No plano político, a Europa se transformava, os liberais guinavam para a direita enquanto se formavam os primeiros partidos socialistas de massa <sup>6</sup>. Os direitos políticos eram ampliados, a partir do sufrágio universal. Os ideais liberais - ao serem generalizados, deixavam de ser competência de um pequeno grupo de letrados mas de uma "ditadura da maioria"- perdendo assim o apreço a eles devotado pelos antigos liberais. A associação proletário-cidadão era vista pelo *status quo* como perigosa. A sociedade passava a ser encarada, pela burguesia e pelas elites dirigentes, como natural, não mais fruto de um complexo processo de construção social, enquanto a riqueza e o conforto material apareciam como valores plenos <sup>7</sup>.

Em contraste, verificava-se uma reação da sociedade frente ao sistema de mercado auto-regulável. Assim, enquanto havia uma ampliação do mercado mundial para as mercadorias genuínas, havia uma restrição aos princípios do mercado no caso das mercadorias fictícias - que estão sujeitas à lógica do mercado mas não são produzidas por ele. Essas mercadorias fictícias seriam a força de trabalho, a terra e o dinheiro. O mito do mercado auto-regulável era combatido, as sociedades humanas não se resignando ao papel de meros acessórios do sistema econômico <sup>8</sup>.

Nesse momento complexo por natureza - o dos estertores do século XIX - acabou ganhando força um darwinismo social com traços nietzscheanos que tinha por objetivo sepultar de vez o cientificismo, o positivismo e o materialismo em franca ascensão. Uma batalha econômica, política e cultural era travada, a qual seria plenamente "resolvida" apenas ao final das duas Guerras Mundiais do século XX <sup>9</sup>. Batalha essa que

---

<sup>6</sup> Norman Stone, 1985, pp. 40-53.

<sup>7</sup> ver Félix Ponteil, 1968, pp. 71-76, onde este autor afirma que capitalismo e liberalismo, apesar de se desenvolverem conjuntamente na primeira metade do século XIX, ao final do mesmo se separavam, assumindo a burguesia uma atitude anti-revolucionária e anti-societária.

<sup>8</sup> Karl Polanyi, op. cit., p. 84-88.

<sup>9</sup> ver Arno Mayer, 1990, onde este autor mostra como as concepções de mundo da elite dominante - oriunda do Antigo Regime e que dominava a burocracia dos altos poderes das sociedades capitalistas - ainda não haviam se curvado à hegemonia e aos rituais burgueses. As duas Guerras Mundiais, com seus exemplos de nacionalismo e militarismo, seriam prova cabal desse embate, pois se não eram tipicamente

trouxe uma nova configuração mundial sob a égide do capitalismo norte-americano baseado no consumo de massa. A classe média tomava as rédeas da cultura mundial, enquanto o poder econômico era distribuído entre as grandes nações capitalistas e seus conglomerados produtivos e financeiros.

Curiosamente, foi naquele período de transformações quase ruidosas na Europa - último quarto do século XIX e primeiras décadas do século XX - que a América Latina optou, ainda que das mais diversas maneiras nos seus vários países, pelo liberalismo como lógica econômica, pelo Estado restrito à participação das forças sociais esclarecidas e pelo positivismo como legitimador de um projeto cultural europeizante. Tomava-se emprestado um modelo que nem mais servia à Europa e tentava-se inseri-lo na América Latina <sup>10</sup>. Mais que apego epistemológico a uma idéia, os grupos dominantes latino-americanos demonstravam qual era o projeto de sociedade mais sintonizado com os seus interesses

A efervescência com que as elites dirigentes latino-americanas ostentaram estas idéias durante o período neocolonial acabou por obscurecer o caráter limitado do progresso econômico - que se dava por sobressaltos e não era dotado de uma dinâmica endógena. Tanto que partindo-se do universo ideológico presente no período neocolonial latino-americano, não se compreende o porquê de a história ter seguido rumos distintos daqueles alardeados por tais elites.

---

“medievais”, também distavam do discurso de uma burguesia obcecada pelo lucro e pelo bem-estar do indivíduo.

<sup>10</sup> essa opção pela cópia européia era estimulada pelos próprios europeus, ignorantes da complexa realidade latino-americana. Segundo Manoel Bonfim, 1993, pp. 40-42, havia um *exagero de malevolência* por parte dos europeus nas suas posições a respeito da América Latina, a qual supunham demasiado desordenada para os seus padrões. Isso por dois motivos: primeiro, por interesses materiais, e, segundo, por interesses intelectuais, já que estes não admitiam a idéia de que os latino-americanos devessem ou pudessem conhecer a sua realidade para atuar a partir dela e de forma soberana.

A Argentina que chegou a ser pensada no final do século XIX como a nova Europa em terras americanas <sup>11</sup>, onde se desenvolveu uma infra-estrutura urbana e um sistema de transportes comparáveis aos existentes no Primeiro Mundo, e que em termos culturais sempre se achou cravada no umbigo da civilização ocidental, ao final do século XX enfrentava sérios problemas decorrentes da infra-estrutura obsoleta e do desemprego crônico. O futuro da nação de Domingo Sarmiento não vingou da forma como se esperava, reproduzindo as coordenadas da civilização européia na América do Sul, tal qual haviam professado os defensores do modelo norte-americano.

Aliás, os séculos XVIII e XIX foram determinantes para que se abrisse uma distância entre a renda per capita dos países latino-americanos e a dos EUA. Segundo Stephen Harber <sup>12</sup>, enquanto a renda per capita brasileira se manteve estável durante estes dois séculos e no México ela cresceu apenas 50%, nos EUA houve um incremento de seis vezes na renda per capita. Ou seja, a cópia latino-americana vigorou mais no plano das representações do que no plano das estruturas sócio-econômicas e políticas.

Algumas marcas indeléveis do período neocolonial - contribuição a esse complexo emaranhado que chamamos de dinâmica histórica latino-americana - se fazem presentes no momento neoliberal latino-americano <sup>13</sup>. Deve-se pois olhar para o futuro daquela época, nosso presente evanescente, de forma a compreender o momento neoliberal, bem como os seus remendos e inovações ao período neocolonial, ainda que a realidade histórica do neoliberalismo deva ser abarcada naquilo que ele tem de peculiar.

A paulatina e tortuosa consolidação dos novos Estados nacionais latino-americanos no imediato pós-independência - que ainda eram basicamente apêndices dos

---

<sup>11</sup> ver Victor Bulmer-Thomas, 1994, p. 17, quando o historiador inglês descreve a Argentina de 1920, portanto ao fim do período neocolonial, como um dos doze países mais ricos do mundo em termos de renda per capita, graças à sua inserção privilegiada no mercado internacional.

<sup>12</sup> ver o artigo "Introduction: Economic Growth and Latin American Economic Historiography" de Stephen Haber in Stephen Haber, org., 1997, p. 1.



grupos dominantes, pois estes não haviam posto um fim às suas pugnas internas depois de finda a obra da independência - e a inserção lenta dessas economias no plano internacional foram acompanhadas por uma profusão de teorias econômicas, políticas e filosóficas, dada a extrema facilidade de absorção das idéias externas no contexto latino-americano <sup>14</sup>. Dentre essas idéias, o positivismo e o liberalismo apareceram como naturais vencedores durante o primeiro momento do período neocolonial.

Por sua vez, a ruptura do período neocolonial não deve ser vista como decorrência imediata da crise de 1929, pois desde o final do século passado críticas a esse regime eram formuladas a partir dos mais diversos campos teóricos, pondo a nu as contradições entre a ordem neocolonial e a dinâmica histórica latino-americana - pois se esta ganhara vigor com aquela, agora precisava se distanciar da mesma para respirar novas idéias e arranjos sócio-políticos, distanciados dos marcos teóricos liberais e positivistas. Assim se gestaram o primeiro socialismo latino-americano, o novo positivismo não-europeizante e as perspectivas mais latino-americanistas que conformaram política e culturalmente o significado do período histórico seguinte.

Da mesma forma que o período neocolonial, sustentado pelo credo positivista, provou ser frágil - sendo a Revolução Mexicana de 1910 o melhor exemplo de contestação histórica àqueles interesses dominantes, ao realçar em forma de revolta popular as feridas sociais e raciais - o neoliberalismo sofreu o seu maior ataque, mais uma vez no México, na rabeira da revolta de Chiapas <sup>15</sup> e da crise do peso mexicano, eventos responsáveis, respectivamente, pela abertura e fechamento do ano de 1994.

---

<sup>13</sup> podemos citar três exemplos: a dependência comercial e financeira em relação às economias avançadas, a fragilidade dos sistemas políticos ainda que majoritariamente democráticos e a atitude de cópia em relação às idéias da moda, veiculadas pelos círculos intelectuais europeus e norte-americanos.

<sup>14</sup> essa alta receptividade às idéias forâneas se deve, para José Vasconcelos, s/d, pp. 130-132, ao fato de que os latino-americanos são por natureza dogmáticos, em virtude da sua necessidade de afirmação. Só isto justificaria "a transição de uma maneira quase fatal do naturalismo vago dos reformadores liberais ao rigor filosófico e científico dos positivistas comtianos".

<sup>15</sup> para Werner Altmann in Estudos Leopoldinenses, 1997, pp. 115-118, a rebelião de Chiapas guarda pontos de ruptura e de inovação em relação à Revolução Mexicana. De um lado, ambos os movimentos se aproveitaram da tradição de rebeldia do campesinato mexicano. De outro, a rebelião de Chiapas -

A despeito da distância histórica, a permanência de aspectos neocoloniais no momento neoliberal latino-americano permitiu que respostas semelhantes fossem dadas nas duas épocas, ambas pautadas em revoltas sociais, ainda que o alcance e o significado destas tenham poucos elementos em comum. Não obstante, eram os ideais de democracia e desenvolvimento social a ecoar nesses dois eventos históricos presenciados pela nação mexicana - os quais possuíram um alcance notável no restante da América Latina.

### *A Reinserção Econômica no Plano Internacional*

Sessenta anos transcorreram depois da independência para que uma nova ordem econômica se instaurasse na América Latina, no sentido de que uma situação relativamente estável (entrada de investimentos externos e balança comercial equilibrada) permitisse o controle pelas elites econômicas do poder político, no intuito de adiar ao máximo as transformações sociais latentes em virtude da maior diversificação das atividades produtivas, principalmente no México e nos países do Cone Sul.

Essa nova ordem econômica começou a ser esboçada timidamente a partir do movimento de ascensão da economia mundial entre 1850 a 1873, que refletiu “uma ampliação do espaço econômico e uma crescente unificação do mercado organizado em torno da metrópole inglesa”<sup>16</sup>. A economia inglesa, durante esse período, beneficiou-se da industrialização dos demais países europeus e da abertura econômica processada pelos países subdesenvolvidos<sup>17</sup>.

---

apesar de anti-neoliberal - não chegou ao aparelho de Estado nem rompeu com o momento neoliberal, como no caso da Revolução Mexicana que desestruturara o positivismo. Na rebelião de Chiapas, a identidade étnica foi preponderante frente ao elemento de redefinição da estrutura de poder, ainda que esta fizesse parte das reivindicações do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

<sup>16</sup> Tulio Halperin Dongui, *op. cit.*, p. 125.

<sup>17</sup> Eric Hobsbawm, *op. cit.*, pp. 127-128.

As correntes de comércio dinamizaram-se na América Latina e os investimentos principalmente nas ferrovias, obras de infra-estrutura e atividades comerciais afins à economia exportadora recolocaram esse continente na órbita de valorização do capital. O elemento econômico teve pois um papel imprescindível na construção do regime neocolonial, estando ele em certa medida relacionado a fatores exógenos.

No dizer de Celso Furtado <sup>18</sup>, as transformações da economia mundial desse período podem ser compreendidas através de uma análise da evolução estrutural da economia inglesa. Entre 1846 e 1849, a Inglaterra eliminou as barreiras do comércio exterior sem esperar reciprocidade dos demais países, já que a sua superioridade econômica era um fato inegável - devido à sua poderosa marinha mercante, mas principalmente graças a sua capacidade produtiva e aos preços baixos das suas manufaturas. Nos primeiros decênios da segunda metade do século XIX, 2/3 das manufaturas circulando no mercado internacional eram de origem inglesa.

Entre 1840 e 1870, evidenciou-se um grande boom do comércio internacional - significando um aumento de cinco vezes no seu valor - que coincidiu com a segunda fase da industrialização inglesa, calcada na expansão das estradas de ferro e da indústria de bens de capital. A época do industrialismo têxtil estava superada <sup>19</sup>.

Se entre 1845 e 1855, as exportações inglesas cresceram a uma média de 7,3% ao ano, a partir de 1873 a Inglaterra passou a depender dos mercados dos países subdesenvolvidos para desaguar os seus produtos, ou seja, daqueles países que faziam parte, segundo Hobsbawm, do seu império formal e informal <sup>20</sup>. Nessa época, a expansão

---

<sup>18</sup> Celso Furtado, 1986, pp. 49-51.

<sup>19</sup> Eric Hobsbawm, op. cit, pp. 109 e 139. Ver também Max Weber, s/d, pp. 302-304, onde o sociólogo alemão, ao estudar o desenvolvimento da técnica industrial, argumentou que a despeito de ter sido a indústria têxtil a responsável pela racionalização e mecanização do processo de trabalho, o capitalismo moderno somente se mostrou vitorioso a partir da utilização do carvão e do ferro para a produção de bens de capital, basicamente ligados à expansão das estradas de ferro.

<sup>20</sup> ver Eric Hobsbawm, 1992, pp. 111-112, onde o historiador inglês afirma que ao se computar "o império informal" composto de Estados independentes, que na verdade eram economias satélites da Inglaterra, pode-se aceitar que, ao final do século XIX, um terço do planeta fosse inglês não somente no plano econômico, mas também no plano cultural. Assim, o sucesso da potência inglesa nesse período se

do imperialismo inglês funcionou como alternativa ao livre-comércio, principalmente quando as economias alemã e norte-americana passaram a crescer impulsionadas pelos próprios mercados internos, industrializando-se rapidamente.

Giovanni Arrighi utilizou a expressão “imperialismo de livre comércio”<sup>21</sup> para designar a hegemonia mundial da Inglaterra no século XIX. Para Arrighi, durante esse período de hegemonia inglesa, “as lógicas do poder territorialista e capitalista fertilizaram e sustentaram uma à outra”. A Inglaterra, diferentemente das potências anteriores, assenhoreava-se do equilíbrio de poder ao nível mundial, estando envolvida nas questões políticas de todos os lugares do mundo.

Isto graças à capacidade dessa potência apresentar a sua supremacia mundial como resultado da encarnação de uma entidade metafísica<sup>22</sup> - o mercado mundial sujeitos a leis próprias. Dessa forma, a expansão do poder dos governantes ingleses em detrimento dos demais se justificava na medida em que proporcionava o aumento da “riqueza das nações” em geral.

Segundo Celso Furtado<sup>23</sup>, esse processo de expansão da economia mundial esteve associado a alguns fatores básicos: altas taxas de crescimento da produção e da população principalmente nos países europeus, significativa difusão dos conhecimentos técnicos e ampliação dos mecanismos de exportação de capitais. Para o economista brasileiro, isso propiciou uma intensificação da divisão internacional do trabalho, na medida em que as taxas de crescimento do comércio mundial eram superiores às taxas de crescimento do produto. Essa internacionalização da economia capitalista foi coetânea

---

justificava graças à exploração sistemática das suas possessões coloniais como também à posição especial de maior país importador e exportador de áreas como a América do Sul.

<sup>21</sup> Giovanni Arrighi, 1996, pp. 53-54, com essa expressão quer enfatizar não tanto a hegemonia mundial inglesa que fazia uso da ideologia do livre comércio, mas principalmente as bases imperialistas do regime de acumulação de poder e capital na Inglaterra, propiciado especificamente pelo livre comércio.

<sup>22</sup> op. cit., pp. 55-56.

<sup>23</sup> Celso Furtado, op. cit., pp. 51-53.

por sua vez à especialização da América Latina na produção de matérias-primas com fins de exportação.

Já em 1880, o nível médio de exportações da América Latina, basicamente de matérias primas, decuplicara em relação aos valores verificados no início do século. Interessantemente, as áreas de maior expansão foram justamente aquelas que haviam sido marginais durante o período colonial, como São Paulo no Brasil, a região do rio da Prata, o Chile e a antiga Nova Granada, enquanto nas áreas tipicamente mineradoras como México e Bolívia as exportações não aumentaram a taxas tão significativas<sup>24</sup> até essa data.

Verificava-se também uma transformação no perfil das exportações dos países latino-americanos: havia uma redução na participação dos metais preciosos, enquanto aumentava a participação de alimentos e matérias-primas, acompanhando a demanda européia que se alterava em virtude das novas necessidades da Revolução Industrial. Entre esses novos produtos encontravam-se a borracha e a lã requisitados pelas fábricas européias, os cereais e carnes, utilizados largamente como alimentos pelas cidades européias em crescimento, além de alguns bens alimentícios de luxo como o cacau, o café e a banana<sup>25</sup>.

Essa introdução de novos produtos nas pautas de exportação dos países latino-americanos não acarretou, salvo raras exceções, uma diversificação das mesmas. Pois, na verdade, esse novos produtos surgiram ou para eclipsar os tradicionais ou para compensar uma baixa atividade exportadora. Em 1913, como nos mostra Bulmer-Thomas, o primeiro produto representava mais de 50% das exportações totais da maioria desses países. Apenas na Argentina, a diversificação das exportações existiu como

---

<sup>24</sup> Tulio Halperin Dongui, *op. cit.*, p.133.

<sup>25</sup> Victor Bulmer-Thomas, 1994, pp. 57-58.

realidade, diminuindo assim a vulnerabilidade dessa economia às oscilações de preços dos produtos exportados <sup>26</sup>.

Resta-nos ainda avaliar as transformações trazidas pelo período neocolonial quanto à organização da produção e do processo de trabalho. Se, de um lado, Celso Furtado ressaltou os novos investimentos em infra-estrutura e a alta densidade do capital em algumas economias de exportação (notadamente Argentina e Uruguai), bem como a substituição do trabalho escravo e outras formas de trabalho compulsório pelo trabalho assalariado; esses fenômenos não parecem ter exercido um papel importante na sua configuração de tipologias para as economias exportadoras latino-americanas da época <sup>27</sup> - fazendo com que, para o autor, não fossem tão marcantes as diferenças entre os períodos colonial e o neocolonial da história latino-americana.

Nesse sentido, parece-nos valiosa a contribuição de João Manuel Cardoso de Mello <sup>28</sup>, ao rejeitar o formalismo das concepções cepalinas, e traçar uma linha histórica claramente definida entre as economias coloniais e as economias exportadoras capitalistas, definindo como elemento básico de distinção entre um período e outro, as relações sociais de produção capitalistas. No dizer desse autor, “o surgimento das economias exportadoras organizadas com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina”. Ao mesmo tempo, a especificidade desse capitalismo está no fato de que as relações sociais de produção tipicamente capitalistas ainda não se generalizaram, nem se tornaram endógenas.

---

<sup>26</sup> op. cit., pp. 59-61. Sobre as exportações argentinas, estas se distribuíam numa imensa variedade de cereais e produtos de origem pecuária. Essa diversidade na pauta de exportações fazia com que, em 1913, 30% dos ingressos latino-americanos com exportações estivessem concentrados nesse país, que participava com apenas 9,5% da população latino-americana total.

<sup>27</sup> Celso Furtado, op. cit., pp. 56-57, estabeleceu três tipologias: economia exportadora de produtos agrícolas de clima temperado, economia exportadora de produtos agrícolas tropicais e economia exportadora de produtos minerais. Assim, para ele, “o comércio exterior contribuiu para moldar uma estrutura econômica particular”, valorizando assim as condições climáticas e, somente num segundo plano, as alterações nos sistemas produtivo e de organização do trabalho.

<sup>28</sup> João Manuel Cardoso de Mello, 1990, pp. 29-31.

Seguindo a mesma trilha, Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli<sup>29</sup> apontaram três diferenças básicas entre os períodos colonial e neocolonial: a abolição da escravidão, as reformas liberais e a colonização de áreas vazias.

No primeiro caso, deve-se diferenciar os países em que as *plantations* escravistas eram a regra dos demais países onde os indígenas eram utilizados como mão-de-obra e deviam pagar tributos aos proprietários de terra através da realização de trabalhos nas propriedades destes. Logo, no México e na América Central, diferentemente dos países essencialmente escravistas como Brasil e Cuba, a questão da terra era mais importante que a da abolição do trabalho escravo.

Nesses países com densa população indígena, o que se verificou foi um avanço da propriedade privada através da desamortização das terras da Igreja, da anexação de terras das comunidades indígenas e da venda de terras públicas. Em países como México, El Salvador, Colômbia, Venezuela e Chile o desaparecimento dessas terras comunais era quase definitivo no último quarto do século XIX. Em países como Bolívia, estas terras continuaram exercendo funções importantes e na Guatemala estiveram de alguma forma vinculadas à economia exportadora.

O processo de colonização de áreas vazias deu-se basicamente na Argentina e Uruguai, na zona cafeeira do Estado de São Paulo no Brasil, na região de Antioquia na Colômbia e na Costa Rica, segundo Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli<sup>30</sup>. O que unificou esses processos de expansão econômica foi o acesso à propriedade da terra, o povoamento (basicamente imigrantes de origem européia no caso do Cone Sul) e a penetração de capital estrangeiro especialmente nas atividades de infra-estrutura mas também nas comerciais e financeiras. Na Argentina, o sistema ferroviário foi bastante importante ao integrar as economias do interior num verdadeiro mercado nacional, como

<sup>29</sup> Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, 1988, pp. 137-139.

<sup>30</sup> op. cit., pp. 191-209.

no exemplo típico da província de Santa Fé onde se desenvolveu a produção cerealífera e a pecuária.

Donde se concluir que a expansão de alguns produtos agrícolas no mercado mundial trouxe consigo um processo de valorização da propriedade fundiária. A independência tinha trazido inicialmente um maior poder para os chefes locais rurais, mas já a partir de 1850, em virtude da integração no mercado internacional, o equilíbrio entre camadas urbanas e rurais se alterava em favor do primeiras, como sugere Halperin Dongui<sup>31</sup>.

As reformas liberais também propiciaram a inserção de alguns países no novo cenário internacional, processando a sua transição nos marcos do capitalismo dependente. A maioria dos novos governos nacionais liberalizaram o comércio com o resto do mundo, o que acabou beneficiando principalmente a Inglaterra - país de maior potencial produtivo no setor manufatureiro. No Brasil, isso aconteceu tão cedo quanto 1810 através da assinatura de tratados com tarifas externas que privilegiavam a Inglaterra. Nos países da América Espanhola, missões diplomáticas foram enviadas à Inglaterra após a independência de forma a estreitar o comércio com essa potência.

Essa abertura indiscriminada ao exterior acabou prejudicando alguns focos de produção manufatureira que haviam se desenvolvido no final do período colonial, vinculados aos mercados das regiões exportadoras e de alguns núcleos urbanos em franca expansão. Essas indústrias tradicionais, basicamente têxteis, presentes no Brasil, México, Peru e Venezuela praticamente sumiram do mapa após a inundação do mercado latino-americano com produtos do velho continente.

Além dos preços baratos dos produtos ingleses e franceses - esses últimos basicamente de luxo - a abertura econômica foi favorecida pelas novas técnicas de

---

<sup>31</sup> Tulio Halperin Dongui, op. cit., p. 127.



comunicação e pela divulgação na América Latina das grandes exposições universais européias<sup>32</sup>.

Devemos, aliás, matizar a afirmação de que as reformas liberais trouxeram um efeito negativo para a indústria latino-americana, já que essa região possuía uma grande escassez de “capital primitivo” que, no entanto, só pôde ser gerado através da inserção especializada destas economias no mercado internacional.

Dai Florestan Fernandes caracterizar como paradoxal o fato de “a emancipação nacional estar condicionada à preservação de estruturas e dinamismos coloniais”, impedindo uma verdadeira eclosão modernizadora. Dessa forma, a constituição das nações latino-americanas logo após a sua independência não podia estar ancorada na “consolidação de uma economia urbana-comercial capitalista nas cidades”<sup>33</sup>.

Em termos sintéticos, o debate em torno do livre-comércio agrupava os segmentos sociais em dois lados opostos. Os proprietários de terras produtores de matérias-primas, os comerciantes exportadores e importadores, os intelectuais que defendiam a divisão internacional do trabalho em voga, além dos capitalistas ingleses (com a exceção dos detentores de títulos da dívida) - todos eles difundiam as vantagens do livre-comércio.

Do outro lado, os comerciantes voltados para o comércio interno, os produtores afetados pela concorrência externa, os artesãos que se concentravam nos pequenos centros urbanos, além de alguns líderes conservadores que tinham as suas bases políticas no interior, defendiam alguma proteção às atividades não-exportadoras.

Como os quadros governamentais eram compostos por elementos vindos de ambos os grupos, e como a questão comercial estava associada à questão fiscal, as posturas dos governos eram em geral ambivalentes<sup>34</sup>. Mesmo assim, pode-se dizer ter

---

<sup>32</sup> Gustave e Hélène Beyaut, 1985, pp. 35-37.

<sup>33</sup> Florestan Fernandes, 1979, p. 13.

<sup>34</sup> Víctor Bulmer-Thomas, op. cit., pp. 31-33.

prevalcido a postura livre-cambista, já que os seus membros eram predominantes nos governos dos países latino-americanos da época.

Alguns ensaios de políticas protecionistas foram destacados por Demetrio Boersner <sup>35</sup>: o do México durante o tempo em que Lucas Alamán foi ministro (1830-1845) e o da Argentina sob o governo do general Juan Manuel Rosas (1835-1852). Nesses dois países foram aumentadas as tarifas externas e estabelecidas medidas extra-alfandegárias na tentativa de proteger os pequenos e médios agricultores e os empresários que produziam para o mercado interno.

Sem dúvida, a experiência protecionista mais ousada foi a de Lucas Alamán, que além de defender a indústria têxtil mexicana, constituiu o *Banco de Avíos* - estatal - de forma a emprestar capital para os empreendedores nacionais. Na Argentina, embora fossem discutidos mecanismos protecionistas também em 1873, em virtude dos impactos da recessão europeia, o liberalismo econômico havia sentado nesse país bases mais duradouras. Ao invés do setor têxtil, a industrialização se iniciara através da implantação dos frigoríficos. Os pecuaristas argentinos estavam mais interessados no enriquecimento imediato do que na busca de uma relativa independência econômica <sup>36</sup>.

No caso do Paraguai, com o ditador José Gaspar Rodrigues de Francia e os seus seguidores Carlos Antônio Lopes e Francisco Solano Lopes, desenvolveu-se a única experiência de desenvolvimento autárquico da América Latina da época, ainda que seja exagerado dizer que esse país tenha vivido um surto industrial - que ameaçava a hegemonia inglesa - já que boa parte das peças e maquinarias eram importadas, sendo a produção realizada sob a direção de técnicos ingleses <sup>37</sup>.

Mais que o embate ideológico acirrado entre políticas protecionistas e liberais nesses países, presenciava-se pois o ecletismo no plano das idéias, capaz de conjugar

<sup>35</sup> Demetrio Boersner, 1990, p. 128-130.

<sup>36</sup> José Carlos Chiaramonte, 1982, pp. 244-245.

<sup>37</sup> Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brigholi, op. cit., pp. 215-216.

livre-cambismo fisiocrático com protecionismo mercantilista. As idéias que resumiam os avanços do capitalismo avançado deviam se adequar aos interesses locais que conviviam com estruturas econômicas e sociais próprias. Aliás, esse dilema pode ser explicado pela natureza eclética da Ilustração ibérica, a qual pretendia unificar a fé cristã à ciência moderna<sup>38</sup>. Uma espécie de união entre a ciência da economia liberal e o sentimento cristão para com os desprivilegiados.

A despeito da controvérsia sobre o livre comércio, as importações cresceram de forma significativa no último quarto de século na América Latina. Para Gustavo e Hélène Beyaut<sup>39</sup>, esses países teriam aprendido a consumir mais rápido do que produzir. E de forma a aumentar a capacidade de importar, fazia-se necessário um setor exportador pujante. O comércio exterior tornava-se assim a chave da vida econômica. Tanto que no dizer de Bulmer-Thomas<sup>40</sup>, a política econômica estava voltada prioritariamente para as necessidades do setor exportador, ficando o restante da economia relegado ao segundo plano.

Além da dinamização do setor exportador - que permitia um aumento das importações necessitadas especialmente pelos grupos mais abastados - um segundo elemento veio colaborar para a estruturação da ordem econômica do período neocolonial - referimo-nos aos ingressos de capitais (sob a forma de empréstimos públicos ou de investimentos privados) que passaram a chegar em massa na América Latina a partir da segunda metade do século XIX, numa época em que a Europa vivenciava uma extrema disponibilidade de capitais.

---

<sup>38</sup> ver o artigo "Universo Intelectual del Ideário Ilustrado Iberoamericano" de Ricaurte Soler in Ana Pizarro, org., 1994, pp. 109-113.

<sup>39</sup> Gustavo e Hélène Beyhaut, 1985, p. 36.

<sup>40</sup> op. cit., pp. 48-49. O historiador inglês aponta dois casos extremos. No caso argentino, a expansão do setor exportador realmente levou a uma transformação da agricultura doméstica, da produção manufatureira e do setor serviços, mas o mesmo não aconteceu na Bolívia e Equador, onde a baixa produtividade do setor não-exportador impediu que esse recebesse quaisquer estímulos da atividade exportadora.

Isso não significava que as possibilidades de valorização do capital houvessem se esgotado definitivamente na Europa, como Lênin <sup>41</sup> supôs em sua análise sobre o imperialismo, acreditando assim numa tendência à queda da margem de lucros no centro e na conversão dos banqueiros europeus em meros rentistas - o que levaria no seu entender à superação do sistema capitalista. Lênin via a exportação de capitais financeiros, de origem inglesa, como reflexo do parasitismo do imperialismo, deslocando-se assim o capital da esfera produtiva. Lênin exemplificou essa realidade ao mostrar como o rendimento dos rentistas era na Inglaterra cerca de cinco vezes superior àquele proveniente do comércio exterior <sup>42</sup>.

Parece-nos plausível assumir que parte desse capital migrou para a América Latina, onde a especialização das economias periféricas permitia o incremento de sua produtividade e, portanto, o aumento dos lucros auferidos pelo capital estrangeiro - tanto comerciais como financeiros - graças a investimentos em transportes e avanços técnicos que incluíam o sistema ferroviário <sup>43</sup>, a navegação a vapor, a criação de novos portos, além da construção de frigoríficos - no caso das carnes congeladas da Argentina - e de silos para o armazenamento dos produtos agrícolas.

---

<sup>41</sup> V. Lênin, 1979, pp. 98-101.

<sup>42</sup> para Giovanni Arrighi, 1996, pp. 166-171, essa concentração da valorização do capital na esfera financeira não pode ser encarada como uma novidade na história do capitalismo. O autor considera como "natural" em termos históricos que a um momento de expansão material da economia capitalista (1845-1873) se seguisse um momento de lutas competitivas (1873-1896), que por sua vez seria sucedido por um momento de transferência de recursos da classe capitalista inglesa do comércio e da produção para as finanças, ao fim do século XIX. O mesmo processo teria acontecido sob a hegemonia de Veneza, da Holanda e, já ao final do século XX, dos EUA no sistema mundial capitalista.

<sup>43</sup> a construção de ferrovias parece ter cumprido papel importante para o aumento dos fluxos comerciais internos e externos nas últimas duas décadas do século XIX. Os baixos custos de exportação permitiram o aumento das vendas e a maior especialização dos produtos, ampliando a divisão do trabalho nas atividades acessórias à agricultura no Brasil. Ver o artigo "Economic Development in Brazil, 1822-1913" de Nathaniel H. Leff in Stephen Haber, 1997, pp. 42-46. No México, esse processo foi ainda mais notável: com a implantação das ferrovias, aumentaram as exportações (junto com a diversificação das mesmas), as receitas fiscais e, por conseguinte, a capacidade de financiamento do Estado. O governo empenhou-se na construção de ferrovias, cuidando da integração internacional da sua economia, o que trouxe por sua vez um aumento significativo do déficit público. Ver o artigo "A Macroeconomic Interpretation of Nineteenth-Century Mexico" de Enrique Cárdenas in Stephen Haber, 1997, pp. 77-79.

Recentemente, chegou-se a definir o período 1880-1914 como uma “idade de ouro” para os investimentos estrangeiros na história moderna da América Latina <sup>44</sup>. Durante esse período, houve o predomínio do capital inglês - substituído pelo capital norte-americano já a partir de 1920 - concentrado em basicamente cinco países: Argentina, Brasil, México, Chile e Cuba. Enquanto as ferrovias absorviam o maior montante de capital, os serviços públicos, minas, propriedades fundiárias, bancos e companhias de seguros e mercantis respondiam pelo restante do capital investido.

Ainda segundo Carlos Marichal <sup>45</sup>, a interpretação que caracterizou o último quarto do século XIX como um período de crescimento voltado para fora, obscureceu a realidade ao deixar de mencionar que nem todos os investimentos estavam situados nas atividades externas. Para o autor, as cidades latino-americanas funcionaram como motores do desenvolvimento capitalista, abrigando uma ampla gama de novas indústrias, de empresas de serviços (financeiros e comerciais) e de companhias de serviços públicos (elétricos, de gás, telefônicos, portuários e de bondes). Se não podemos falar de um processo de industrialização de 1890 em diante, devemos ao menos enfatizar o processo de expansão de grandes empresas industriais <sup>46</sup>.

O entrelaçamento entre as economias periféricas e o centro dinâmico do capitalismo passava a se dar não apenas pelos vínculos comerciais mas também pelas possibilidades de investimento de capitais em alguma medida associados aos ganhos comerciais provenientes da economia exportadora dos países latino-americanos. Essa expansão dos investimentos e empréstimos externos fez com que Halperin Dongui <sup>47</sup> percebesse a gestação de um novo pacto colonial - que conferia um significado concreto

---

<sup>44</sup> ver introdução de Carlos Marichal, 1995, pp. 13-15 para o livro organizado pelo mesmo autor.

<sup>45</sup> op. cit., pp. 23-24.

<sup>46</sup> de acordo com Stephen Haber, 1989, pp. 3-4, pode-se caracterizar esse período como a primeira onda da moderna industrialização mexicana, quando se passou do artesanato para a produção em fábricas com escala nacional. Produzia-se aço, cimento, alimentos e bebidas, cigarros, vidro e produtos têxteis. Para Haber, as firmas desse período teriam funcionado como suporte para a expansão industrial mexicana verificada a partir de 1940.

à emancipação latino-americana em relação à Espanha e Portugal - controlado por sua vez pelas elites nativas e pelos representantes econômicos e políticos do capital inglês e, já na virada do século XX, do capital norte-americano.

No entanto, a forma como foi exercida a hegemonia de cada uma destas potências mundiais em relação à América Latina diferiu significativamente durante o período neocolonial.

A hegemonia inglesa na América Latina se fez sentir pelo caráter discreto e encoberto dos mecanismos de pressão, havendo raras ocorrências de intervenções militares inglesas nesse continente no pós-independência <sup>48</sup>. Diferentemente da Índia, onde o imperialismo inglês mostrou a sua força para além do livre-comércio, na América Latina os interesses ingleses estavam assegurados graças ao endividamento de grande parte desses países sempre dispostos a contrair novos empréstimos. Assim, os homens de governo latino-americanos eram louvados pela revista inglesa *The Economist* e pelos banqueiros londrinos que defendiam os seus interesses sem fazer uso dos meios violentos de conquista <sup>49</sup>.

Já no caso dos EUA, graças à proximidade geográfica com a América Latina, o territorialismo estritamente doméstico desse país <sup>50</sup> - se não teve pretensões imperialistas (no sentido de um império territorial mundial) tal qual a Inglaterra na Ásia e na África - manifestou-se claramente na conquista de metade do território mexicano em 1848 e no poderio exercido sobre os países do Caribe e da América Central <sup>51</sup>, pois encarava essas áreas como pertencentes ao seu domínio econômico. A novidade da hegemonia norte-

---

<sup>47</sup> op. cit., p. 124-128.

<sup>48</sup> segundo Tulio Halperin Dongui, op. cit., pp. 135-136, o domínio inglês na América Latina fôra tão sutil que apenas após a decadência dessa metrópole, Brasil e Argentina perceberam ter sido submetidos pelo imperialismo inglês.

<sup>49</sup> ver Demetrio Boersner, op. cit., p. 127.

<sup>50</sup> Giovanni Arrighi, op. cit., pp. 71-73.

<sup>51</sup> além da criação do protetorado de Porto Rico em 1898 e da independência de Cuba no mesmo ano, o poder norte-americano conseguiu a separação do Panamá da Colômbia em 1903, além de ter invadido Nicarágua, Haiti, República Dominicana e Honduras no início do século, apoderando-se dos recursos alfandegários desses países de forma a assegurar o pagamento de suas dívidas.

americana estava na reconstrução da economia capitalista mundial não mais a partir do comércio mas do investimento direto externo.

Um importante ensaio de política externa norte-americana foi o pan-americanismo - patente na formulação de uma proposta de união aduaneira entre todos os países americanos, que contava inclusive com um mecanismo de arbitragem por parte dos Estados Unidos sobre os assuntos políticos dos demais países do continente. Os EUA visavam pôr em prática essas normas na I Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em 1889, com sede em Washington. No entanto, segundo Boersner <sup>52</sup>, os delegados dos países latino-americanos recusaram-se a aprovar os ditames da nova potência imperialista.

De qualquer maneira, durante as últimas décadas do século XIX e até o fim da 2a. Guerra Mundial, o pan-americanismo - ainda que não vitorioso nessa I Conferência Pan-Americana - converteu-se na retórica oficial dos países latino-americanos, assumindo uma hegemonia incontestável que, no dizer de Arturo Ardao <sup>53</sup>, foi somente amenizada através de uma relação dialética com outra doutrina política continental, o latino-americanismo, que se tornaria oficial nos anos cinquenta e sessenta do século XX.

O período neocolonial significou para a América Latina uma postura subordinada aos Estados Unidos, ainda que os vários países do continente tivessem margens de manobra distintas frente à nova potência ao mesmo tempo regional e mundial.

Ainda que deva se ter cuidado com as comparações precipitadas, a Conferência das Américas, realizada em 1994, na cidade de Miami, contando com a participação dos 34 países do continente americano, possui muitas similitudes com o evento realizado em 1889, na medida em que visa criar uma área de livre-comércio comum - a partir de 2005

---

<sup>52</sup> op. cit., pp. 186-188.

<sup>53</sup> ver o artigo "Panamericanismo y Latinoamericanismo" de Arturo Ardao in Leopoldo Zea, org., 1986, pp. 156-171.

- e fóruns para debates de questões sociais e políticas. O pan-americanismo do período neocolonial ressurgiu assim sob novas roupagens e num contexto internacional distinto durante o momento neoliberal.

### *O Estado Liberal e as Oligarquias Frente aos Novos Movimentos Sociais*

O estabelecimento de uma nova institucionalidade política - principalmente nos países hispano-americanos - tornou-se evidente apenas no último quarto do século XIX, já que na maioria dessas áreas a guerra de independência havia trazido a violência como parte do cotidiano e a conseqüente militarização da vida política, além da explosão dos antagonismos raciais, regionais e de grupo <sup>54</sup>.

No caso do Brasil, ainda que esse país não tenha estado a salvo de conflitos políticos, pode-se dizer que a independência não foi depositária de uma grande carga de promessas sociais e o Império possuiu uma característica conciliadora do ponto de vista dos interesses escravistas e dominantes até a proclamação da República, quando esses mesmos interesses se reconstituíram aceitando as premissas do sistema exportador capitalista e dispensando o uso da mão-de-obra escrava.

Para Victor Bulmer-Thomas <sup>55</sup>, os temas do debate público entre meados do século XIX e a 1ª. Guerra Mundial giravam basicamente em torno de questões políticas: liberalismo versus conservadorismo, centralismo versus federalismo, as relações entre a Igreja e o Estado, questões raciais e de organização social, a natureza da Constituição etc. Quanto ao debate econômico, parecia haver um acordo a favor do livre-comércio - com certo grau de proteção às atividades domésticas - e do estímulo aos investimentos

---

<sup>54</sup> Tulio Halperin Donghi, op. cit., pp. 81-83.

<sup>55</sup> op. cit., p. 49.



externos e à imigração principalmente de europeus, reforçando assim o regime de livre assalariamento.

Em termos gerais, o processo de modernização das estruturas produtivas latino-americanas - principalmente onde houve um maior controle das elites locais sobre os aparatos de poder - foi brindado com uma série de transformações sociais, algumas aceitas e outras desconsideradas pelo sistema político em gestação. Logo, dependendo da maneira como eram arbitrados os conflitos políticos e sociais, rompia-se com a suposta natureza incontroversa das questões econômicas.

Pode-se apontar como contradição básica dessa evolução sócio-econômica o fato de que a monoprodução exportadora e a extrema concentração da riqueza acirravam os conflitos de classe e inviabilizavam na prática as liberdades jurídicas adquiridas através da implantação do liberalismo constitucionalista. Nesse sentido, a laicização da vida pública se contrapunha à apropriação privada da riqueza, a qual era essencialmente concentradora, além de dependente dos financiamentos externos e da estrutura assimétrica do comércio internacional.

Contudo, o conflito de classes ainda não se assemelhava àquele clássico de oposição entre uma burguesia e um operariado, pois a economia de salário não havia se generalizado, ficando restrita aos pólos dinâmicos responsáveis pela inserção no mercado internacional. Havia pois uma grande proliferação de formas intermediárias entre o assalariamento e o regime de servidão. A recorrência a formas pré-capitalistas de produção - não eliminada com a expansão do assalariamento nos centros de exportação - continuava determinando o custo de reprodução da mão-de-obra e dificultando sobremaneira a constituição de um mercado interno de monta <sup>56</sup>.

Tentemos reconstituir a dinâmica das classes sociais durante esse período. Pode-se dizer que desde o período colonial, a América Latina esteve inserida no sistema

capitalista mundial, ainda que somente após a independência o Estado enquanto poder local se tornasse partícipe - mesmo que subordinado - do processo de valorização do capital e os grupos sociais se fizessem conscientes da sua imanência a um processo de desenvolvimento capitalista ainda que heterônimo.

Se os “móveis capitalistas do comportamento econômico” foram introduzidos no Brasil e na América Latina com a colonização, até a independência a posição marginal que ocupava a colônia no circuito externo de mercantilização impedia uma postura mais ativa das classes dominantes conscientes dos seus interesses, fazendo com que o senhor de engenho brasileiro, por exemplo, submergisse num contexto onde vigoravam “os determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista”, como nos relata Florestan Fernandes<sup>57</sup>.

Para o sociólogo brasileiro, a revolução burguesa não foi um episódio histórico encenado por atores vestindo figurinos europeus, mas um fenômeno estrutural que significou o esforço por parte das elites de forçar a desagregação do regime escravista-senhorial e de constituir uma sociedade de classes nesses países.

Entretanto, seria ilusório pensar que a constituição dessa nova ordem foi obra de uma burguesia latino-americana à espera de que a extirpação do pré-capitalismo a levasse naturalmente à esfera do poder, estando a explicação para a “anarquia” do pós-independência na América Latina no fato de essa burguesia latino-americana ainda não ter se constituído em poder econômico dotado de alguma autonomia.

A infra-estrutura não determinou a superestrutura, como quis Augustín Cueva<sup>58</sup>. Teria sido quase o contrário: a constituição de uma superestrutura disputada por vários grupos sociais e elites traçava a margem de manobra que possuíam os capitalistas exportadores, os grupos dirigentes, as classes médias etc.

---

<sup>56</sup> Augustín Cueva, 1983, cap. 1.

<sup>57</sup> Florestan Fernandes, 1987, pp. 21-26.

<sup>58</sup> Augustín Cueva, 1983, cap. 2.

O “espírito burguês”, como nos diz Florestan Fernandes<sup>59</sup>, surgiu antes através de novos tipos humanos vinculados às novas profissões que não estavam submetidos à esfera de acumulação de capital ou à esfera de dominação patrimonial. O poder político especialmente na América Latina era o resultado do embate entre esses novos homens públicos nos seus conflitos e acordos com as elites dirigentes e os setores exportadores - sendo que os últimos não compunham uma burguesia *a priori* meramente por estarem inseridos nos circuitos externos de valorização do capital.

Por isso as pugnas entre unitários e federalistas e conservadores e liberais que vicejaram no pós-independência não refletiram conflitos intra-burguesia, mas querelas de interesses entre grupos sociais e regionais que viam as suas posições sociais e políticas alteradas no pós-independência, ao enfrentarem um novo contexto econômico e uma nova tarefa política pautada pela construção do Estado nacional.

Se a resolução desses conflitos definiu o tipo de reinserção no sistema capitalista mundial, não se pode supor que os vitoriosos estivessem mais atinados com uma transformação burguesa do que os outros - pois a construção do Estado nacional dependeu de uma vasta gama de interesses, muitas vezes contraditórios entre si. Senão como explicar que o México entrou definitivamente para a história do capitalismo contemporâneo através de Porfirio Díaz, o caudilho que governou o país de forma despótica entre 1876 e 1910, e não da elite liberal e burguesa sob o comando de Benito Juárez, presidente após a Constituição de 1857, entre 1858 e 1861, e após o fim da intervenção francesa, entre 1867 e 1872?

Quanto às liberdades civis e públicas, elas não parecem ter afetado o tipo de inserção no âmbito do sistema capitalista, mas apenas alterado as possibilidades de democratização<sup>60</sup>. No caso de Argentina, Chile e Uruguai, o sufrágio universal trouxe

---

<sup>59</sup> op. cit., pp. 27-29.

<sup>60</sup> Túlio Halperin Dongui, 1989, pp. 167-168.

novos estratos da sociedade ao poder, o que ocorreu no México pela via revolucionária, e não ocorreu até os anos trinta em grande parte dos demais países latino-americanos. No Brasil, esse novos estratos começaram a adquirir relevância pública já nos anos vinte, ainda que o poder de natureza oligárquica preferisse deles se manter estrategicamente distanciado.

Os caudilhismos, as ditaduras e por vezes a organização do poder em torno das oligarquias liberais foram as distintas maneiras de distribuição do poder entre as facções de uma classe dominante bastante fragmentada. Isso não impediu que os intelectuais, o operariado, o campesinato e as classes médias tentassem romper a estrutura de poder abrindo nichos de democratização. As limitações desses movimentos esbarravam, em última instância, na estrutura produtiva largamente monoprodutora e internacionalizada.

Portanto, mesmo quando e onde a ordem econômica adquiriu uma certa estabilidade, os seus limites estavam bem delineados, tanto pelos interesses internacionais sedimentados no plano interno quanto pela concentração da riqueza em algumas poucas mãos, o que se opunha às transformações sociais associadas à expansão da classe média e do proletariado. Esses novos grupos capazes de refundar a estrutura do poder ainda se encontravam dependentes em demasia de um modelo de acumulação cujo pólo dinâmico estava fora da América Latina.

Essa realidade econômica colaborou para a manutenção do caráter restrito das democracias latino-americanas até o final do século. O modelo para muitos <sup>61</sup> devia ser procurado no Chile: Constituição republicana na forma mas monárquica nos seus fundamentos, o que concedia ao presidente as garantias públicas e limitava o poder do Congresso. A estabilidade política vigorou nesse país até 1891. Democracia restrita era a

---

<sup>61</sup> Juan Baustista Alberdi, s/d, pp. 25-28. qualificou, no seu livro publicado em 1852, a Constituição chilena como "sensatíssima e profunda no que diz respeito ao poder Executivo", ainda que para ele fosse atrasada ao restringir a entrada de capital e mão-de-obra estrangeiros.

do presidente argentino Julio Roca em 1880 e nem sequer o era no Brasil da República Velha.

Especialmente restrita, pois segundo Abelardo Villegas<sup>62</sup>, a democracia fugia às formulações clássicas baseadas no “dogma da auto-regulação do indivíduo”. Ainda que esse princípio existisse, ele não era levado a sério, compondo apenas parte da “aventura moderna do pensamento latino-americano”

Dáí o motivo de Villegas qualificar as democracias latino-americanas de aristocráticas, havendo pois uma afinidade de fundo entre estas e as ditaduras, na medida em que ambas concebiam a soberania popular como um projeto a ser realizado. Seguindo este raciocínio, a revolução passa a ser concebida como uma intromissão nas malhas do poder, incrustando novos atores sociais e práticas políticas não facilmente aceitos pelo domínio aristocrático.

Várias foram as “soluções” aventadas, revolucionárias ou não, com o objetivo de superar o descompasso existente entre as transformações sociais latentes e o sistema de poder enclausurado. Aqui trabalharemos com cinco paradigmas: a Revolução Mexicana, o batllismo uruguaio, os radicalismos chileno e argentino e a assim chamada Revolução de 1930 no Brasil<sup>63</sup>.

A *Revolução Mexicana* deve ser compreendida como resultado dialético do regime de ditadura de mais de trinta anos do Porfiriato (1876-1910). Ela encontra a sua

---

<sup>62</sup> Abelardo Villegas, 1972, pp.80-82.

<sup>63</sup> é importante ressaltar que a nossa perspectiva se afasta em alguns pontos daquela veiculada no estudo de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, 1970, cap. IV, onde esses autores qualificaram as sociedades do regime neocolonial como sendo “de transição”, pois se constituíram na fronteira entre o modelo de desenvolvimento para fora e o modelo de desenvolvimento para dentro. Ao seguirem os autores a linha de interpretação cepalina, ainda que buscando se apartar das possíveis “derrapadas” economicistas inerentes à mesma, incorreram numa abordagem teleológica que desconsidera as opções e tentativas de ruptura, para valorizar tão-somente a realidade inexorável do processo histórico. Portanto, ao invés de combinar variáveis como “diferenciação da economia exportadora” e “novos atores sociais” nos vários países, procuramos mostrar como dilemas semelhantes foram resolvidos de maneira diferenciada, possibilitando rupturas ou acomodações à ordem vigente - não necessariamente fadadas a desembocar num determinado tipo de evolução. Aliás, o próprio desenlace futuro, consubstanciado no nacional-desenvolvimentismo, não estava decidido, bem como o aspecto por ele assumido em cada país dependeu do tipo de ruptura social e política intentada contra o regime neocolonial.

explicação fundamental apenas se contraposta à realidade de extrema concentração fundiária e de internacionalização comercial e financeira presente no último quarto do século XIX. A situação de penúria do campesinato e a existência de aglomerados operários nas cidades eram conseqüências do desenvolvimento do capitalismo no período neocolonial ao mesmo tempo que se confrontavam com ele, provocando no México um desenlace revolucionário <sup>64</sup>.

A Revolução Mexicana - iniciada em 1910 e esgotada dependendo da periodização histórica utilizada - pode ser expressa nas suas várias vertentes: na constitucionalista de Francisco Madero e, a partir de 1914, sob o comando de Venustiano Carranza; na camponesa do zapatismo; na revolta dos pequenos proprietários do norte que apoiavam Pancho Villa; e no obreirismo cooptado de Álvaro Obregón. Eram esses os novos grupos de operários, camponeses, classes médias e funcionários públicos que criticavam o enclausuramento político e a injustiça social vigentes durante o período em que os positivistas governaram o México de Porfirio Díaz.

Vale lembrar que durante o Porfiriato, a rede ferroviária se expandiu significativamente, as exportações aumentaram seis vezes, o investimento externo foi incrementado em trinta vezes - sendo prioritariamente de origem norte-americana<sup>65</sup> - enquanto os índios perdiam parte significativa das suas terras, os "peones" trabalhadores das grandes fazendas agrícolas exportadoras viviam em estado de servidão e os habitantes das cidades não podiam exercer os seus direitos políticos.

---

<sup>64</sup> ver Abelardo Villegas, 1972, pp. 61 e 83-86, onde o autor define a sua concepção de revolução como sendo uma tentativa de rompimento do antagonismo fundamental latino-americano, pautado na oposição entre a expansão capitalista moderna e a sobrevivência colonial ibérica. Sob esta perspectiva, as revoluções latino-americanas têm por objetivo a rejeição dupla ao liberalismo e ao "feudalismo" (aqui caberia melhor patrimonialismo), já que ambos os fenômenos se afiguram como conseqüências da forma como o colonialismo se engendrou na América Latina. Ser moderno, sem ser tradicional nem colonial: a difícil efetivação desse objetivo fez com que as poucas revoluções latino-americanas do século XX fossem estancando as suas potencialidades à medida que tentavam alterar a estrutura de poder.

<sup>65</sup> quando aos dados econômicos citados ver Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, 1993, pp. 1-3.

Porém, se a Revolução Mexicana significou um ataque ao regime neocolonial, ela não se propôs anti-capitalista nem anti-imperialista. Para Héctor Aguilar Camín <sup>66</sup>, após a República restaurada e liberal (1867-1876), o desenvolvimento capitalista foi em grande parte patrocinado pelo Estado, não havendo descontinuidade entre o Porfiriato e a Revolução Mexicana, na medida em que esses dois momentos teriam refletido apenas distintas estratégias sócio-políticas de inserção da nação nos moldes do desenvolvimento capitalista.

Arnaldo Córdova <sup>67</sup> também ressaltou essa “globalidade” do processo histórico, a qual unificaria os dois momentos aparentemente dicotômicos mas alicerçados sobre uma mesma ideologia que preconiza o desenvolvimento como arma na luta contra o atraso social da nação. Para Córdova, os efeitos reformistas sobre a estrutura social decorrentes da Revolução Mexicana teriam sido acompanhados de uma contra-revolução no plano político, fazendo com que a Revolução Mexicana estivesse mais associada aos interesses capitalistas do que contrária a eles.

Deve-se salientar, entretanto, que a Revolução Mexicana trouxe algumas contribuições indeléveis para a sociedade desse país durante o século XX <sup>68</sup>: campesinato organizado, conformação do Estado, assinatura de uma Constituição ativa no que diz respeito às reformas sociais, organização operária (ainda que através da cooptação) e enaltecimento do popular e do nacional.

Ainda que esses elementos não tenham posto em xeque a existência do capitalismo nesse país, parece muito arriscado compreendê-los como condição necessária e suficiente para a expansão desse sistema de produção na sociedade mexicana, até porque o desenlace revolucionário ao fim do regime neocolonial foi antes exceção que regra no contexto latino-americano.

---

<sup>66</sup> Héctor Aguilar Camín, 1993, pp. 34-37.

<sup>67</sup> Arnaldo Córdova, 1978, pp. 15-38.

<sup>68</sup> Enrique Semo, 1978, pp. 32-42.

Também o Uruguai, durante o período que José Batlle y Ordoñez governou o país (1903-1907, 1911-1915), viveu um processo revolucionário à sua maneira <sup>69</sup>, ao tentar eliminar o caudilhismo presente nos dois partidos principais, Colorado e Blanco, e enfrentar o imperialismo, não a partir do confronto de classes emergente, mas da construção de um Estado nacional orientado para a democracia com participação política e para a intervenção na economia. Já Tulio Halperin Donghi <sup>70</sup>, preferiu classificar esse país, juntamente com Argentina e Chile, no rol das nações que procederam a uma democratização pacífica da vida política.

De forma a ultrapassar essa discussão conceitual - se o período Batlle foi revolucionário ou se trouxe a instauração da democracia política - deve-se tentar compreender o seu significado político, econômico e social. No plano econômico, o presidente Batlle modernizou a legislação portuária, dando maior competitividade aos produtos exportados pelo país, investiu em obras públicas, nacionalizou as ferrovias, bondes e telégrafos, além de ter intervindo no refino de petróleo, na indústria siderúrgica e em outras atividades econômicas.

Em termos sociais, já na sua segunda presidência, Batlle implantou o sistema previdenciário - transformando esse país no primeiro a possuir um Estado do Bem-Estar na América Latina - além de ter, através de uma legislação trabalhista, permitido a organização dos trabalhadores que culminou no posterior fortalecimento do sindicalismo.

Em termos políticos, os partidos que antes funcionavam como quase-nações, aceitaram o jogo democrático <sup>71</sup> através da viabilização de uma instância jurídica e política superior mas oriunda deles - o Estado nacional. O poder Executivo era dividido entre o presidente e o Colegiado - composto de membros eleitos pelo Congresso. Essa

---

<sup>69</sup> Abelardo Villegas, 1972, pp. 117-140.

<sup>70</sup> Tulio Halperin Donghi, 1989, pp. 192-194.

<sup>71</sup> em 1917, era aprovada pela Assembléia Constituinte do Uruguai uma nova Constituição que instaurava o voto secreto e o sufrágio universal masculino.



nova situação originou a “profissionalização da política”, ampliando a participação dos setores médios na esfera pública.

No entanto, a expansão do mercado interno e da participação social e política bem como a constituição de uma nova consciência nacional - conquistas obtidas por Batlle no Uruguai - compunham um projeto válido apenas para as épocas de prosperidade econômica, o que revelava o espaço de estruturação extremamente restrito das sociedades nacionais do período neocolonial. Somente o acréscimo permanente de produtividade e a inexistência de estrangulamentos externos possibilitariam a estabilidade da “revolução batllista” durante a história uruguaia do século XX.

Se considerarmos tal qual Abelardo Villegas, Uruguai e México como soluções revolucionárias, pois quebraram a espinha dorsal do sistema de dominação dos regimes neocoloniais, devemos atestar também que foram esses movimentos incapazes de transformar o regime de produção desses países, estando condenados ao futuro estancamento das suas energias políticas

No caso do México, o campo foi à cidade reclamar do excesso de capitalismo e conferir uma feição popular ao Estado nacional, enquanto no Uruguai vigorou uma estrutura macrocefálica presente na aliança de poder essencialmente urbana - a qual se mostrara incapaz de aumentar a produtividade do campo onde continuavam vigentes as relações de poder tradicionais. A industrialização dos anos quarenta no caso do México esmaceria a força popular dos anos revolucionários, enquanto no Uruguai a ausência de industrialização e de expansão da economia capitalista moderna atenuaria os sucessos da aliança entre os grupos médios e populares urbanos.

Na Argentina, o percurso em direção à democracia foi mais rico de incidentes, como apontou Halperin Dongui<sup>72</sup>. Durante a década de oitenta do século XIX, esse país passou por transformações drásticas com a enxurrada de capitais ingleses e de imigrantes

italianos e a laicização da vida pública, que repercutiu numa menor influência eclesiástica no ensino.

No plano político, apesar da diversificação do mercado interno e da expansão dos setores médios e populares, os conservadores controlavam o acesso ao poder até que um presidente conservador, Roque Sáenz Peña, instaurasse em 1912 o sufrágio universal <sup>73</sup>, possibilitando o acesso de um líder radical, Hipólito Yrigoyen (1916-1922, 1928-1930), ao poder. Os radicais, que desde a formação do Partido Radical em 1890, tentavam causar rupturas na ordem política através de golpes e insurreições, chegavam finalmente ao poder através do voto direto.

A base de apoio ao radicalismo era muito ampla, sendo constituída pelas classes médias urbanas do litoral, estratos populares das cidades, classes médias das zonas cerealíferas, boa parte dos pequenos criadores de gado e grupos marginais das classes altas do interior. Essa heterogênea composição social refletiu-se no pensamento dos líderes radicais, recheado de “ambigüidade ideológica e indigência programática” <sup>74</sup>. Os radicais eram partidários de um liberalismo solidário, defendiam os segmentos populares e médios e a refundação da nação a partir destes, sem contudo se contrapor aos interesses dos grupos dominantes. Essa é a justificativa de Abelardo Villegas <sup>75</sup> para qualificar o radicalismo de Yrigoyen de reformista, diferentemente dos casos revolucionários mexicano e uruguaio.

Uma análise da relação de Yrigoyen com os grupos populares fornece uma boa caracterização da profundidade da renovação social almejada pelos líderes radicais.

---

<sup>72</sup> op. cit., pp.194-197.

<sup>73</sup> por isso, Luis Alberto Romero, 1994, p. 79, considera ter sido a cidadania na Argentina mais concedida do que propriamente conseguida através de uma ampla mobilização política

<sup>74</sup> ver o artigo “Cinquenta Anos de História Argentina (1925-1975): O Labirinto da Frustração” de Marcos Kaplan in Pablo González Casanova, org, 1988, pp. 23-26. Para Kaplan, o Estado, na visão dos radicais, era encarado como aparelho autônomo das classes médias e populares. No entanto, em realidade, este Estado funcionava como árbitro superior, na medida em pretendia encarnar a nacionalidade.

<sup>75</sup> Abelardo Villegas, 1972, pp. 180-201.

Ainda que até 1919, o governo tenha feito uso de uma postura mais negociadora com os sindicatos, principalmente aqueles não ligados ao Partido Socialista, a partir desse ano, durante a *Semana Tragica*, houve a intervenção da polícia em várias greves de operários das cidades, tratando a questão social como afronta ao poder estabelecido.

Muitos dos líderes radicais achavam que o dilema central da Argentina estava na necessidade de uma regeneração moral, negando inclusive a premência de alguns problemas sociais. Os reformistas possuíam “uma certa idéia de justiça social” que serviu mais para aglutinar os grupos médios descontentes com o conservadorismo reinante do que para formular um campo programático capaz de estruturar o debate político <sup>76</sup>.

Para Luis Alberto Romero, a União Cívica Radical cumpriu um papel importante na história política argentina ao se tornar um moderno partido de massas, estruturando-se numa extensa rede de comitês locais e criando uma identidade política nacional. Em contraste, essa “modernidade” esteve associada a um líder personalista que empregava meios tradicionais na manutenção dos quadros do partido, tentando se colocar acima dos mecanismos institucionais. Esse aspecto “tradicional” talvez tenha pesado mais que o institucional, pois o golpe militar que retirou Yrigoyen do poder em 1930 não contou com represálias por parte da sociedade civil.

Portanto, ainda que a sociedade argentina tivesse se tornado mais participativa nesse período, principalmente através da educação pública - o que repercutiu em novidades no plano cultural <sup>77</sup> - essa vitalidade não foi aproveitada pelas elites políticas.

No plano econômico, a idéia de atrair capitais e se tornar um centro exportador de cereais e carnes durou até 1929. Nesse momento, a demanda externa mostrou o quanto estava sujeita a oscilações repentinas. Também as fronteiras agrícolas do país

---

<sup>76</sup> sobre Yrigoyen e o Partido Radical na Argentina ver Luis Alberto Romero, 1994, pp. 50-94.

<sup>77</sup> a principal novidade foi a reforma universitária de 1918 desencadeada pelos estudantes - primeiramente da Universidade de Córdoba, alastrando-se o movimento depois para o resto do país. Queriam os estudantes uma universidade ligada aos problemas da sociedade e da nação, não mais imersa no conservadorismo elitista e escolástico, fruto da herança espanhola predominante no período colonial

havam se esgotado. Enquanto isso, a questão industrial não merecia a devida atenção, ficando isolado Alejandro Bunge <sup>78</sup> quando propôs uma reforma tarifária no governo de Marcelo T. de Alvear (1922-1928) com perspectivas de robustecer o mercado interno.

O radicalismo na Argentina ainda que composto de atores sociais dotados de inspirações ideológicas semelhantes ao batllismo no Uruguai - sem contar o fato de que ambos os movimentos foram eclipsados por lideranças personalistas - não conseguiu afrontar as linhas políticas definidas pelos conservadores, nem deixar para as gerações posteriores um empreendimento político nacional como fez Batlle no Uruguai.

No caso chileno, ainda que esse país não tenha sido alvo da pugna entre liberais e conservadores no pós-independência, já que o poder Executivo basicamente controlava o Congresso, a partir de 1891, com a deposição do presidente José Balmaceda, a situação se inverteu, sendo aprovado o parlamentarismo que estimulou por sua vez a fragmentação dos partidos chilenos <sup>79</sup>.

O Partido Radical, criado em 1863, contava com o apoio das classes médias e acabou por beneficiar-se desse novo contexto político fragmentário, ganhando as eleições de 1920 com o seu candidato Arturo Alessandri. O fortalecimento do Partido Radical e o surgimento do Partido Comunista, em 1921, fizeram com que os antigos liberais e conservadores se unissem na Aliança Liberal-Conservadora.

A subida de Alessandri ao poder desencadeou o mesmo tipo de conflitos com o poder dominante que verificamos no caso de Yrigoyen na Argentina. Em 1925, esse presidente conseguiu, no entanto, promulgar uma Constituição que trazia a separação entre Estado e Igreja, aceitava a função social da propriedade, protegia os trabalhadores

---

<sup>78</sup> Alejandro Bunge foi editor da Revista de Economía Argentina, criada em 1917, cujo intuito era trazer novas idéias acerca do desenvolvimento desse país. De acordo com Bunge, a política de comércio exterior deveria estar articulada à política econômica, no sentido de diversificar a produção nacional, adaptando-a às necessidades consumidoras do país e eliminando assim algumas importações desnecessárias praticadas exclusivamente pela subordinação argentina aos ditames ingleses. Ver Alejandro E. Bunge, 1984, pp. 246-251.

<sup>79</sup> Tulio Halperin Dongui, 1989, pp. 197-199.

através de uma legislação social e estabelecia os fundamentos básicos para uma saúde pública <sup>80</sup>.

O Chile, diferentemente do restante da América Latina, teve um partido socialista que durante os anos trinta aumentou continuamente sua inserção no espaço político. O PS possuía uma base de apoio heterogênea que incluía desde o proletariado rural até uma parcela significativa dos grupos médios e profissionais do país. Os partidos políticos adquiriram no Chile uma orientação ideológica e uma natureza de classe inexistentes no restante da América Latina <sup>81</sup>.

Apesar da experiência da Frente Popular (1938-1942) - governo de coalizão de forças de centro e esquerda - que almejou um desenvolvimento industrial com intervenção estatal, o Chile ainda era basicamente dependente das exportações de salitre e cobre e dos investimentos norte-americanos nas minas desse metal. Pedro Aguirre Cerda - do Partido Radical - conseguiu, não obstante, alguns avanços: integrou os partidos marxistas nos sistema político, contruiu escolas e habitações para a população de baixa renda, além de ter criado a *Corporación de Fomento* (CORFO), transformando o Estado numa ferramenta para o desenvolvimento econômico <sup>82</sup>.

Portanto, também no Chile, apesar dos avanços constitucionais e da sedimentação de um sistema político pautado pelo jogo democrático, a base sócio-econômica neocolonial entrava em contradição com os anseios de justiça social e de redefinição do papel do Estado. A instabilidade de Arturo Alessandri no poder durante os anos vinte, o exílio do "ditador progressista" <sup>83</sup> Carlos Ibañez após a crise de 1929 e

---

<sup>80</sup> Lois Hecht Oppenheim, 1993, pp.12-13.

<sup>81</sup> Alain Touraine, 1989, p. 191.

<sup>82</sup> Pedro Aguirre Cerda não conseguiu, entretanto, avançar na reforma agrária, pois dependia do apoio político dos grandes proprietários de terra. Os capitalistas industriais beneficiaram-se da proteção ao mercado interno e a classe média da expansão dos empregos públicos, ao passo que a população de baixa renda não conseguiu ascender socialmente. Ver Simon Collier e William F. Sater, 1996, pp. 240-243.

<sup>83</sup> segundo denominação de Halperin Dongui, op. cit., p. 199.

os dilemas enfrentados pela Frente Popular sob o governo Pedro Aguirre Cerda deram a tona do regime neocolonial no Chile durante os seus últimos momentos.

No caso do Brasil - ainda que a Constituição aprovada em 1891 tivesse trazido o voto direto e universal, a separação entre o Estado e a Igreja e fosse resultado, em última instância, da instauração do regime republicano e da abolição da escravidão - a Primeira República (1890-1930) não foi liberal na prática, reforçando os interesses das várias oligarquias estaduais, especialmente a de São Paulo, de onde vinha o café que respondia por 75% das exportações brasileiras em 1929 <sup>84</sup>.

No plano econômico, esse período significou uma mudança no eixo das relações externas desse país da Inglaterra para os Estados Unidos, uma crescente dívida externa - em 1928, a dívida externa brasileira representava 44,2% da latino-americana <sup>85</sup> - e uma maior diversificação das atividades produtivas com o desenvolvimento de uma indústria de bens leves ainda incipiente. A tendência à desvalorização do câmbio, não tanto para favorecer os cafeicultores mas por conta da deterioração das finanças públicas, vigorou durante grande parte desse período. A inflação crescente dos anos vinte criou também um clima de crescente insatisfação por parte das classes médias.

Especificamente no Estado de São Paulo, o avanço exportador esteve associado ao desenvolvimento capitalista, à diversificação de outras culturas agrícolas para o mercado interno, à urbanização e a um surto industrial principalmente no setor de vestuário e de alimentação, incluindo bebidas. Para isso, os cafeicultores tiveram que “resolver” dois problemas sérios: o da mão-de-obra e o da estruturação de novas relações de trabalho pós-escravistas.

A primeira questão foi contornada com a vinda de imigrantes e a segunda com a instauração do regime de colonato no campo que permitiu o desenvolvimento de uma

---

<sup>84</sup> Boris Fausto, 1995b, p. 273.

<sup>85</sup> op. cit., p. 293.

produção para o mercado interno das cidades. Os novos grupos sociais eram compostos pelos pequenos produtores do campo e pelas classes médias - as quais tentavam conquistar espaço político, contestando a dominação oligárquica.

Entre 1917 e 1920, o Brasil viveu um ciclo de greves lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas do movimento operário, portanto no mesmo período da *Semana Tragica* argentina de 1919. As atividades políticas - tanto a atividade sindical, como a do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - foram reprimidas, durante os anos vinte, não sendo aceitas como manifestações de interesses sociais legítimos. Alguns deputados chegaram a pensar na criação de um código do trabalho, o qual não veio à luz - ao contrário do que vimos ter sido "natural" nos processos revolucionários e reformistas do México e demais países do Cone Sul. Portanto, a massa trabalhadora brasileira fechou a década de vinte carente de direitos individuais e coletivos <sup>86</sup>.

Nos anos vinte, alguns movimentos políticos surgiram por fora da esfera de dominação oligárquica. O "tenentismo" foi um movimento do Exército, denotando interesses específicos dessa corporação. Para os tenentes, o país era injustamente controlado pelas oligarquias, o que inviabilizava uma perspectiva de desenvolvimento nacional. Os tenentes eram centralizadores e visavam a regeneração moral da política, ainda que fossem em alguma medida antiliberais.

Não se pode esquecer também do surgimento do Partido Democrático (PD) de São Paulo, criado em 1926, o qual pregava a aplicação prática dos preceitos do liberalismo constitucional na vida política brasileira, sendo composto basicamente por jovens filhos de fazendeiros e profissionais liberais ilustrados. Dessa forma, as críticas ao circuito do poder que obtiveram maior sucesso eram justamente aquelas veiculadas por segmentos ligados à economia agroexportadora ou a uma corporação - o Exército - que se achava capaz de instaurar uma nova dinâmica social

O significado da revolução de 1930 deve ser encontrado na unificação política da oligarquia gaúcha associada às oligarquias de outros estados alheios à “política do café-com-leite”, o que suscitou o apoio de segmentos descontentes do Exército e da sociedade civil, principalmente as classes médias. Essa visão desmistifica o julgamento de que os tenentes teriam organizado as classes médias urbanas ou ao menos feito valer os interesses destas no período pós-trinta.

Para Boris Fausto, que o desenvolvimento da burocracia, de 1930 em diante, tivesse empregado setores das classes médias não quer dizer que o novo Estado fosse moldado para beneficiá-las. Supor isso, é imaginar nas classes médias um grau de autonomia que elas não tiveram nem em regimes menos diretamente oligárquicos como o de Yrigoyen na Argentina. Aliás, uma parte deveras significativa das classes médias brasileiras fluiu para o comunismo e o integralismo, correntes em voga durante o primeiro governo de Getúlio Vargas <sup>87</sup>.

Essas manifestações sócio-políticas que culminaram na revolução de 1930 estiveram associadas ao movimento hegemônico do capital cafeeiro bem como à sua associação contraditória, de estímulo e refreamento, com o capital industrial que dependia da capacidade para importar (gerada pelas divisas do café) e dos mercados de consumo satélites da economia cafeeira. <sup>88</sup> Para Francisco de Oliveira, tal contradição era insolúvel, pois a reiteração da forma de produção do valor na economia agroexportadora - na qual a intermediação comercial e financeira assumia o primeiro plano - bloqueava a produção de mercadorias de realização interna <sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup> Boris, Fausto, 1995b, pp. 297-303.

<sup>87</sup> Boris Fausto, 1995a, pp. 9-11, 75 e 82-85.

<sup>88</sup> João Manuel Cardoso de Mello, 1990, pp. 106-108.

<sup>89</sup> Francisco de Oliveira, 1977, pp. 9-38. Para o autor, não se caminhou no Brasil para uma divisão social do trabalho razoavelmente diversificada em virtude tanto da ausência de uma economia de trocas de monta como da concentração de renda historicamente determinada, fazendo com que as contradições de classe não se modernizassem. Pelo contrário, elas se mantiveram dependentes de formas de coerção extra-econômica como o coronelismo no campo e da inexistência de direitos trabalhistas nas cidades. Para Oliveira, a burguesia agrária - proveniente do baronato anterior à República - transformou-se assim no seu contrário, uma oligarquia anti-burguesa.



Nesses países onde ocorreu um processo de ruptura no poder dos grupos dominantes durante o regime neocolonial, as classes médias apareceram como a nova força social no cenário político, ainda que as suas contribuições para a moldura do novo poder tenham sido dificilmente generalizáveis. Gustavo e Hélène Beyhaut mostraram como esse *conjunto demasiado abigarrado*<sup>90</sup> chamado classe média, proletarizou-se no Chile, participou da Revolução Mexicana, esteve presente na vasta aliança de forças que tomou o poder com Getúlio Vargas, atuou na formulação das políticas públicas no Uruguai de Batlle e filiou-se ao Partido Radical argentino.

Quando às reais capacidades de transformação das estruturas produtivas latino-americanas a partir de uma visão reformista da classe média, Boris Fausto considera essa possibilidade histórica como definitivamente liquidada<sup>91</sup>. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de lembrar que a classe média latino-americana - diferentemente da visão residual dos marxistas mas também da concepção de *middle class* norte-americana - cumpre o papel de agente central no processo de desenvolvimento desses países<sup>92</sup>.

Na esteira desses movimentos de crítica ao regime neocolonial, não poderíamos deixar de mencionar a *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), surgida em 1924 no Peru, e liderada por Victor Haya de la Torre. O Estado era, para os apriistas, visto como instrumento dos camponeses, operários e classes médias contra o imperialismo. Se a APRA não conseguiu chegar ao poder nesse país - a não ser bem mais tarde, em 1985, com o presidente Alan García - funcionou como mecanismo de integração política da sociedade peruana entre os anos trinta e cinquenta, assumindo ora um perfil revolucionário, ora um perfil institucionalizante, no dizer de Alain Touraine<sup>93</sup>.

<sup>90</sup> Gustavo & Hélène Beyhaut, 1985, pp. 268-270.

<sup>91</sup> Boris Fausto, 1995a, p. 85.

<sup>92</sup> Alain Touraine, 1989, pp. 92-98.

<sup>93</sup> Alain Touraine, op. cit., pp. 195-196. Abelardo Villegas, 1972, pp. 173-179, possui uma interpretação um tanto diferente. Para este autor, a APRA, apesar de surgir como descendente da Revolução Mexicana, e como não trazia no seu bojo um processo revolucionário, acabou por defender um reformismo disposto a fazer alianças com quaisquer grupos políticos e a incluir todas as classes sociais

### *O Positivismo e o Liberalismo Enquanto Ideologias*

O pensamento predominante durante o período neocolonial esteve em linhas gerais vinculado à doutrina positivista e configurou a segunda etapa do pensamento latino-americano - posterior à etapa romântica que englobou os pós-independentistas e antecedente ao pensamento do século XX que trouxe o predicado da originalidade e da diversidade cultural como forma de libertação no plano filosófico<sup>94</sup>.

Antes dos positivistas vieram os românticos, e entre essas duas correntes um conjunto de pensadores que, em torno dos anos quarenta e cinquenta do século XIX, começaram a perceber que a América Latina não havia se tornado tão independente quanto se imaginara, continuando refém da herança ibérica colonial. A construção de nações mostrava-se algo mais complexo que a assinatura de Constituições - baseadas nas cópias francesa e norte-americana - e a implantação de sistemas republicanos - como ocorrera em toda a América Espanhola. Era necessário, antes de tudo, uma emancipação mental, pois ficava claro que as instituições liberal-democráticas e as novas técnicas enfrentavam conflitos com a herança cultural do período colonial, ligada ao patrimonialismo<sup>95</sup>.

---

da nação. O pensamento revolucionário foi assim perdendo força, na medida em que não encontrava apoio social.

<sup>94</sup> essa divisão do pensamento latino-americano em etapas - romantismo, positivismo e filosofia de libertação - foi proposta pelo filósofo Leopoldo Zea, 1976, pp. 12-14. Quando se diz que um pensamento foi predominante numa época não se quer negar que ele tenha apresentado vários matizes ou que estivesse sujeito a contradições e críticas realizadas por seus contemporâneos. Pelo contrário, ao nos espelharmos em Zea, encaramos o positivismo como referencial não somente para a política oficial mas também para a política de oposição, já que essa doutrina associada a várias outras formulações filosóficas realmente se transformou na construção intelectual do poder consolidado em vários países latino-americanos, ainda que apresentasse em cada um deles significados específicos.

<sup>95</sup> a nossa perspectiva distancia-se da visão de José Guilherme Merquior, 1991, pp. 65-66, para quem uma ordem social-liberal inteiramente desenvolvida - pautada num conjunto de valores e instituições - pode ser encontrada no Ocidente durante o século XIX. No nosso entender, os valores e instituições liberais não são intemporais nem imunes às influências históricas específicas, sendo pois sujeitos a transformações oriundas dos processos sociais. Portanto, o liberalismo na América Latina deve ser considerado como um fenômeno que se superpõe à realidade histórica e a transforma, ao mesmo tempo em que é superado por ela. Seguimos portanto a linha de Richard Bellamy, 1994, pp. 14-15, quando este

Frente a tal dilema, posicionaram-se estes pensadores que também atuavam como políticos e legisladores. O maior expoente desses pré-positivistas - ou seja, daqueles que encontraram no conhecimento positivo, antes mesmo do contato com a doutrina positivista, a razão para o “atraso” latino-americano - foi o argentino Juan Bautista Alberdi.

Na sua principal obra <sup>96</sup>, Alberdi encarou o sistema colonial como herança negativa para os países da América do Sul, que não teriam sido como os EUA colonizados por países dotados de “senso econômico”. Se os liberais românticos trouxeram a liberdade externa, o mesmo não aconteceu com a interna, indispensável para a constituição de nações cuja base do poder estivesse nos cidadãos <sup>97</sup>. Como educar o povo da Argentina, e da América do Sul, para a indústria e para a liberdade - essa era, enfim, a questão básica de Alberdi.

Alberdi foi um dos primeiros latino-americanos a esboçar um pensamento liberal autêntico, preocupado que estava com a efetivação desses pressupostos teóricos num determinado meio social. No dizer de José Ingenieros <sup>98</sup>, Alberdi compreendia a ciência econômica da América do Sul como sendo a ciência da pobreza, contraposta à ciência da prosperidade vigente na Europa. Daí que estivesse nos seus *Estudios Económicos* como que compondo uma “Riqueza da Nações” em dialeto latino-americano.

Empenhado na tarefa de construção nacional, Alberdi dispôs-se mesmo a permitir uma conciliação do progresso econômico com o poder político das oligarquias do interior argentino. Eis o porquê de Merquior <sup>99</sup> caracterizá-lo como um “saint-simoniano burkiano”, pois conseguia combinar o seu industrialismo quase apaixonado ao

---

constata “a natureza historicamente contingente de muitas das proposições fundamentais do liberalismo”, diferenciando tal fenômeno e o seu significado para os vários países europeus.

<sup>96</sup> ver a Introdução, s/d, pp. 3-6, do livro de Juan Batista Alberdi *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina*, escrito em 1852, e que efetivamente serviu de base para a Constituição argentina de 1853, que vigora até os dias de hoje.

<sup>97</sup> Juan Bautista Alberdi, op. cit., pp. 10-15.

<sup>98</sup> ver o prefácio de José Ingenieros para o livro *Estudios Económicos* de Juan Batista Alberdi, 1934.

apego à tradição e à necessidade de uma ordem anterior ao reino da liberdade. Alberdí foi o exemplo mais fiel dessa geração de pensadores que se espelhavam na pujança material norte-americana e europeia, mas sabiam que o transplante latino-americano dessas idéias não seria imediato, sem transformações correspondentes nas estruturas econômicas e políticas.

Três questões fundamentais estimularam esses intelectuais da etapa intermediária entre a romântica e a positivista: a economia política, a situação da Igreja frente ao Estado e a instrução dos habitantes <sup>100</sup>. Esses eram, na verdade, os temas de maior relevância para os governos desses países entre 1850 e 1860. Os pré-positivistas, em geral, diziam-se liberais, pregavam a laicização do espaço público através da criação do registro civil e concentravam seus esforços na instrução dos cidadãos como forma de alcançar a chamada civilização.

Esses emancipadores mentais da América Latina intentaram criar nacionalidades desprovidas dos tradicionalismos coloniais mantidos com Juan Manuel Rosas na Argentina, com o general José Antonio Lopez de Santa Anna no México e, no Brasil, através da continuidade do regime monárquico e escravista. Para tanto, muniram-se das correntes de pensamento em voga na Europa, as quais eram muitas vezes contraditórias entre si. A saber: o tradicionalismo francês (surgido da crítica ao utopismo da Revolução Francesa), o espiritualismo eclético, o utilitarismo inglês, o socialismo romântico de Saint Simon e a escola histórica de Herder <sup>101</sup>.

Essas correntes de pensamento européias deram base à conformação de estudos sobre a nova realidade latino-americana e conferiram uma bagagem pré-positivista que tornou esses países mais propensos ao positivismo - a ponto deste ser transformado, por volta de 1880 e 1890, em ideologia oficial. Entretanto, à medida que o positivismo se

---

<sup>99</sup> José Guilherme Merquior, 1991, pp. 121-126.

<sup>100</sup> Pedro Henriquez Ureña, 1992, p. 73.

<sup>101</sup> ver a esse respeito Leopoldo Zea, 1976, pp. 71-76.

constituía numa ferramenta de poder, rupturas surgiam no seu campo de análise, fazendo com que outros pensadores despontassem, já no século XX, dispostos as questionar a incompatibilidade entre a doutrina positivista e a realidade latino-americana.

Diferentemente da América Espanhola, onde o positivismo surgiu como utopia salvadora frente ao contexto de “anarquia”, a evolução sócio-política do Brasil, ao se manter no plano da ordem monárquica e escravista, fez do positivismo mais um instrumento do que um ideal a ser alcançado. O positivismo cumpriu no Brasil o papel de adequar a estrutura material a uma ordem republicana e a um regime de trabalho assalariado, sem causar transformações drásticas na estrutura de poder. Tão cedo quanto 1868, pode-se situar o positivismo entre aquele “bando de idéias novas” que se insurgiam contra a filosofia espiritualista, católica e eclética, como nos descreveu João Cruz Costa <sup>102</sup>.

Mas o positivismo comtiano ficou no Brasil refém de uma vertente mais ortodoxa, liderada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, ambos participantes do Apostolado Positivista do Brasil, criado em 1881 - o que dificultava a sua influência mais duradoura sobre o poder político, a não ser sob a forma encoberta de uma atitude positivista. Pode-se dizer, ainda segundo Cruz Costa <sup>103</sup>, que o evolucionismo, principalmente spenceriano, vicejou no Brasil ao final do século XIX de forma mais ampla, fornecendo uma síntese filosófica para a burguesia brasileira sem amarrá-la à camisa-de-força da Religião da Humanidade.

Na América de colonização espanhola, houve por sua vez vários positivismos associados às distintas circunstâncias históricas. Na Argentina, o positivismo esteve ligado a um projeto civilizatório que se concentrou na constituição de uma nova moral do trabalho baseada no indivíduo, enquanto no México ele se alicerçou nos predicados

---

<sup>102</sup> João Cruz Costa, 1956, pp. 112-113.

<sup>103</sup> op cit., pp. 301-302.

de ordem e unidade política <sup>104</sup>. A tarefa civilizatória, em grande medida propiciada pela imigração européia na Argentina, não vingou num país essencialmente mestiço, como o México, onde grande parte dos trabalhadores rurais eram de origem indígena.

Para Leopoldo Zea <sup>105</sup>, o positivismo adaptou-se à circunstância mexicana, servindo aos interesses de uma determinada classe social, a burguesia. Obviamente que a burguesia mexicana era diversa da burguesia européia, o que não a impedia de também se utilizar das idéias comtianas. Frente a um processo de “desordem” trazido pelo jacobinismo liberal da Reforma, os positivistas mexicanos - também chamados de *científicos* - se viam instaurando uma nova ordem na sociedade mexicana, pautada agora pela hierarquia social. Para Justo Sierra, citado por Zea, o educador mexicano Gabino Barreda - encarregado de reformar o ensino superior - não estava preocupado em educar o cidadão, mas os membros de uma classe social específica.

Já em Cuba, o positivismo esteve amplamente ligado à luta pela independência. O pensador cubano Enrique José Varona <sup>106</sup> encontrou na ausência de liberdade na ciência e na educação - estando as universidades e escolas cubanas ensinando uma ciência antiquada e fictícia - o principal motivo para o retardamento no processo de independência desse país. Contra o espiritualismo defensor da escravidão e dos vínculos coloniais, os positivistas armaram-se com o conhecimento da própria realidade, o qual deveria preceder a independência.

No Uruguai, a reforma educacional de José Pedro Varela, de 1877, sintonizou o país com o positivismo, defendendo a extirpação da barbárie através da civilização das crianças (bárbaros etários) e dos gauchos (bárbaros culturais) sob a égide de um projeto de regeneração moral do país <sup>107</sup>. Surgia uma nova concepção de disciplina social,

---

<sup>104</sup> sobre as manifestações diferenciadas do positivismo nas circunstâncias históricas da Argentina e México, ver Leopoldo Zea, 1976, pp. 311-314, 325-325.

<sup>105</sup> Leopoldo Zea, 1985, pp. 45-52.

<sup>106</sup> Enrique José Varona, 1951, pp. 9-12.

<sup>107</sup> José Pedro Barrán, 1992, pp. 17-21.

ancorada no controle da sensibilidade e das pulsões. A ordem e o recato passavam a imperar.

Em termos genéricos, esse positivismo adaptado na América Latina baseou-se na matriz inglesa (Herbert Spencer), na matriz francesa (Augusto Comte) e no pragmatismo norte-americano - ainda que a invasão dos Estados Unidos no México, anexando mais da metade do território desse país, causasse um certo desconforto nos pensadores latino-americanos da época, acostumados a ver nos Estados Unidos o exemplo bem sucedido de governo democrático e de desenvolvimento material <sup>108</sup>.

O positivismo comtiano foi aceito basicamente na sua compreensão da história da humanidade por estágios: teológico, metafísico e positivo. No entanto, com a exceção de alguns positivistas brasileiros ou dos ortodoxos chilenos, ele não se desenvolveu na América Latina como “religião da humanidade”. Por exemplo, o chileno Victorino Lastarria criticava de forma veemente essa dimensão do comtismo, pois relegava ao último plano o poder da liberdade humana na definição da história <sup>109</sup>.

Os heterodoxos chilenos, cujo maior expoente era Valentín Letelier, seguiram essa linha mais crítica herdada de Lastarria. Para Letelier, o desenvolvimento industrial e a instrução cívica deveriam criar uma nova sociedade onde a liberdade humana não fosse restringida, mas que pelo contrário servisse como freio à autoridade. O lema para Letelier continuava sendo “ordem e progresso”, não havendo antagonismo entre autoridade e liberdade. Para este pensador chileno, o conflito vivido no Chile era bem diferente daquele imaginado por Spencer, de oposição entre o indivíduo e o Estado. Havia, sim, uma luta entre dois poderes: um conservador, que defendia o fortalecimento

---

<sup>108</sup> ver o texto “Las Ideologías Europeístas” de Carlos Bosch García in Leopoldo Zea, org., 1986, pp. 246, 250-252.

<sup>109</sup> Leopoldo Zea, 1976, pp. 235-237.

da teocracia e outro, liberal (partido de Letelier), que sustentava o fortalecimento do Estado cujo poder emanava da sociedade <sup>110</sup>.

O positivismo também esteve intrinsecamente ligado ao liberalismo econômico na América Latina. Segundo José Guilherme Merquior <sup>111</sup>, o iluminismo escocês pretendia não apenas uma análise econômica da realidade, mas a própria compreensão da história da civilização, o que, em alguma medida, coincidia com as análises spencerianas e comtianas da evolução da humanidade.

Havia pois uma comunhão de princípios entre o liberalismo econômico e as doutrinas evolucionistas do século XIX. Tanto que o “liberal clássico tardio” - na definição de Merquior - John Stuart Mill procurou fugir do utilitarismo tão caro aos pensadores liberais da época e pensar a economia de forma articulada a uma ética social - o que teria feito com que o economista inglês se aproximasse de Comte durante uma etapa da sua vida. Já o liberalismo que chegou à América Latina aceitava os princípios de manutenção da ordem e a necessidade de organização social, mas se afastava de Mill ao recusar uma postura mais libertária e individualista.

A ética do progresso material definiu a burguesia latino-americana - ou pelo menos o projeto burguês das elites modernizadoras dos países latino-americanos durante o período neocolonial. O positivismo aglutinava os interesses dominantes além de fornecer uma utopia de reconstrução social sob o império da ordem, hierarquizando o poder político.

Outro elemento que unificava o positivismo, do sul do Rio Grande ao rio da Prata, era a idéia de que o espírito prático e a análise pragmática da realidade deveriam reger a educação dos futuros cidadãos, proporcionando assim a verdadeira independência dos países latino-americanos. Os positivistas acreditavam que, entre 1880

---

<sup>110</sup> Valentín Letelier, 1895, pp.1-9.

<sup>111</sup> José Guilherme Merquior, 1991, pp. 53-58.



e 1900, despontava uma nova América Latina, sedimentada na ciência, na técnica, na educação dos cidadãos, no progresso simbolizado pelas estradas de ferro, na imigração e no industrialismo.

O positivismo teve portanto um papel fundamental na constituição de estruturas de poder unificadoras no plano político e mantenedoras da ordem no plano social. Pensava-se então, como apontou Carlos Bosch García <sup>112</sup>, que através do adestramento intelectual, poderia se converter esses países elitistas e basicamente monoprodutores em modernos e industriais.

Aos poucos, alguns positivistas foram se reciclando, apoiados por novas teorias e empenhados em combater o poder político que havia se engessado numa ideologia do progresso material por si mesmo. Esses pós-positivistas criticaram o caráter restrito da modernidade durante o período neocolonial, já que as divisões sociais e raciais tornavam-se mais marcantes, enquanto a industrialização continuava em grande medida dependente das atividades exportadoras.

A primeira grande crítica à estrutura do pensamento positivista foi formulada pelo cubano José Martí. Ainda que esse autor refletisse um caso específico - o de uma colônia que não se tornara independente junto com o restante da América Latina e que já sofria dos efeitos da expansão norte-americana - a repercussão de Martí sobre a América Latina mostrou-se avassaladora.

Durante o seu exílio em Nova York, Martí tornou-se cônsul da Argentina, Paraguai e Uruguai nos Estados Unidos, foi eleito presidente da *Sociedad Literaria Hispanoamericana* e representante do Uruguai na Conferência Monetária Internacional Americana de 1890. Além disso, já em 1892, redigiu as *Bases del Partido Revolucionário Cubano* e fundou o jornal *Patria*, atendo-se às atividades voltadas à

---

<sup>112</sup> Carlos Bosch García n Leopoldo Zea, org., op. cit., pp. 254-255.

independência cubana que se anunciava <sup>113</sup>. Tornou-se portanto o cidadão latino-americano por excelência do seu tempo, sem deixar de lutar pela independência de seu país.

O espírito literário martiano, diferentemente das gerações de Domingo Sarmiento e Andrés Bello, distanciava-se do espaço público agora tornado orgânico, o que simbolizava uma certa “marginalização” da literatura latino-americana ao final do século XIX. Segundo Julio Ramos <sup>114</sup>, a literatura durante o período neocolonial ansiava por delimitar seu campo de autoridade social, afrontando a ordem dominante a partir da crítica aos seus valores importados, racionalistas e utilitários. O discurso político e literário de Martí representava o seu desprendimento frente à esfera pública, mas sintetizava também a tentativa de instauração de uma nova modernidade, ancorada nos elementos culturais comuns latino-americanos.

Talvez quem melhor tenha desenvolvido o legado martiano seja o uruguaio José Enrique Rodó, a partir do livro *Ariel*, lançado em 1900. Nessa obra, o sujeito estético, simbolizado pela América Latina, apresenta-se com mais força e clareza na sua luta contra o enriquecimento vulgarizante da modernidade norte-americana, capaz de conquistar as mentes latino-americanas através da *nordomania* <sup>115</sup>.

Daí a necessidade, para Rodó, de uma renovação das gerações de pensadores latino-americanos que, aceitando a herança ibérica e assimilando os ventos da democracia, deveriam partir para o culto perseverante do futuro, com o fim de converter

---

<sup>113</sup> sobre as atividades políticas e literárias de Martí ver o prefácio de Roberto Fernández Retamar para a obra “Páginas Escogidas”, José Martí, 1971.

<sup>114</sup> Julio Ramos, 1989, pp. 7-16 e 202-228.

<sup>115</sup> José Enrique Rodó, 1942, pp. 77-82. O jovem crítico literário Sérgio Buarque de Hollanda demonstrou a sua concordância com Rodó em artigo publicado no ano de 1920, na Revista do Brasil. Ver Sérgio Buarque de Hollanda, 1996, pp. 42-46. Quanto aos efeitos da *nordomania* no Brasil, Sérgio Buarque dizia que a cópia norte-americana não traria resultados positivos ao Brasil, “pois quando muito seguiríamos a regra geral importando apenas as exterioridades dessa cultura”, paralisando qualquer atividade criativa e original nos planos cultural, político e econômico.

o bem-estar material à causa de um novo espírito, encarnado no anjo shakesperiano de Ariel.

Uma nova visão de educação surgia não mais associada ao utilitário mas às ciências do espírito, já que a especialização colaborava para destruir, segundo Rodó, o sentimento de solidariedade. Acreditava Rodó na democracia como forma histórica atual, a qual não deveria no entanto limitar “a superioridade dos melhores” - para ele, a seleção natural continuava se processando no seio das sociedades, agora sob o reino da liberdade

116

As influências de Martí e Rodó repercutiram no maior poeta latino-americano daquela época, Rubén Dario. A partir de 1905, ao lançar o livro *Cantos de Vida y Esperanza*<sup>117</sup>, o nicaraguense se convertia à nova moral latino-americana, exaltadora da herança ibérica e das suas possibilidades num mundo não colonial - distanciando-se assim da sua primeira tendência mais clássica que seguia as maquetes europeias. No poema *A Roosevelt* do livro acima citado, Dario criticava abertamente a nova potência norte-americana, afirmando em conseqüência a identidade latino-americana: “Eres los Estados Unidos/eres el futuro invasor/ de la América ingenua que tiene sangre indígena, que aún reza a Jesús Cristo y aún habla español”.

Antes disso, em 1902, Euclides da Cunha publicava *Os Sertões*, afastando-se do comtismo. Pois se Euclides da Cunha fôra positivista quando jovem, já em 1892 pode se perceber que ele se abria para novas influências que iam de Spencer a Proudhon e Marx. Aos poucos, ele se tornava um empirio-criticista, aceitando as limitações da ciência e a importância da conjectura.

Essa transformação teria permitido, segundo Miguel Reale<sup>118</sup>, que Euclides da Cunha - ainda que mantivesse a idéia da seleção natural transplantada para o plano da

<sup>116</sup> op. cit., pp. 65-71.

<sup>117</sup> Rubén Dario, *Obras Poéticas Completas*, 1949, pp. 699-700.

<sup>118</sup> Miguel Reale, 1993, pp.27-62.

superioridade das raças - caracterizasse o sertanejo como uma categoria étnica retardada antes que degenerada, podendo inclusive contribuir para a formação de uma raça histórica em futuro não tão remoto. O ataque direto ao positivismo no Brasil viria, porém, de um autor com pouca repercussão na época, o sergipano Manoel Bonfim.

Para Manoel Bonfim, o parasitismo das metrópole sobre as colônias havia afetado todas as manifestações da vida coletiva, causando problemas econômicos, políticos, sociais e morais para as sociedades latino-americanas. Se o parasitismo era um fenômeno basicamente econômico, não deixava de atacar todo o edifício social e intelectual das novas nações <sup>119</sup>. Através da escravidão, havia-se degradado a moral do trabalho na América Latina. O problema não era assim a falta de braços e de capitais externos, como clamara algumas décadas antes Alberdi e tantos outros.

Essa herança parasitária por sua vez não foi corrigida pela educação do povo latino-americano no pós-independência. Mantinha-se um *conservantismo inconseqüente* que impedia mudanças sociais e políticas, ao mesmo tempo que se verificava uma contradição permanente entre as palavras e os atos dos homens públicos sul-americanos. Paradoxalmente, a falta de observação da realidade tornava-se um dos traços característicos dessas elites dirigentes, principalmente as munidas das ferramentas positivistas. Tal como Martí e Rodó, Bonfim criticava a importação na América do Sul de idéias que supunham uma associação natural entre progresso humano e prosperidade material.

Ao denunciar *esse mercantilismo universal* <sup>120</sup>, Bonfim demonstrava possuir a sua própria noção de progresso, tingida de uma certa herança evolucionista, pois encarava a sociedade como sujeita a leis categóricas. Para completar, Bonfim sugeria a instrução popular como a única forma de “salvar” a América Latina. A contribuição

<sup>119</sup> ver Manoel Bonfim, 1993, pp. 127-133 e 159-170. O livro de Manoel Bonfim “A América Latina: Males de Origem” foi publicado pela primeira vez em 1905.

<sup>120</sup> op. cit., pp. 50-52 e 328-330.

desse pensador brasileiro esteve em negar a mestiçagem como causa do atraso latino-americano e em ressaltar a dependência econômica do continente mantida às custas de abstrações teóricas como “o livre-comércio é vantajoso para todas as nações” ou “o Estado não deve ser industrial”<sup>121</sup>.

Já em pleno alvoroço do século XX, vários pensadores mexicanos expressaram de diversas formas esse novo estilo de pensamento que se pautava na originalidade da experiência latino-americana como guia para a ação histórica. Dentre eles se destacou José Vasconcelos, que estudou a América Latina, também seguindo os passos de Martí e Rodó, através de um “critério sistematizador anti-especialista”. Ao conjunto de reflexões a respeito desse ramo da espécie racional, a raça ibero-americana, o pensador chamava de *indologia*<sup>122</sup>.

Indologia para Vasconcelos não significava um retorno melancólico ao indigenismo, mas o anúncio de uma nova raça, verdadeiramente universal, pensada a partir de Colombo e somente possível através do concerto de culturas resultante da conquista e da colonização da América. Esse concerto de raças fazia da América Latina o cenário propício para uma nova universalidade. Mas para tal, urgia “o resgate da personalidade latino-americana”, tendo em vista que se havia experimentado um século XIX de incoerência espiritual e política.

Para Vasconcelos, os três sistemas de interpretação da vida - o escolástico dos tempos coloniais, o naturalista e romântico do pós independência e o positivismo do dito período científico - não conseguiram se implantar devido à sua incapacidade de fazer frente às aspirações sociais de grande parte da população marginalizada do poder, da cultura oficial e do progresso econômico. Vasconcelos foi ministro da Educação nos anos vinte e conseguiu criar uma vasta rede de ensino público no México, quando então

<sup>121</sup> *op. cit.*, pp. 165, 175.

<sup>122</sup> ver José Vasconcelos, *s/d*, pp. 1-27.

percebeu que a Revolução Mexicana dava lugar a um caudilhismo partidário e não a uma autêntica reforma social.

Na esteira desse processo de transformações no modo de o latino-americano pensar a si mesmo, encontramos também uma nova literatura. As últimas duas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX deram origem na América Latina a fenômenos de religação cultural com as tendências das metrópoles, onde se gestava a estética modernista. Essa absorção da estética modernista valorizava a originalidade latino-americana <sup>123</sup>, ferindo assim o realismo positivista. Nesse período de transição pode ser situada a origem dos sistemas literários dos países latino-americanos, não se devendo também menoscar a intercomunicação existente entre eles <sup>124</sup>.

As viagens pela Europa e entre os vários países latino-americanos contribuíram para a difusão de uma “ideologia do novo”, que associada a um espírito de confraria - eram finalmente os frutos ansiados por Rodó sob a forma de gerações renovadoras - desembocou nos manifestos e nas revistas literárias de vanguarda que espocaram nos anos vinte do século atual.

Vale destacar: no Brasil, o Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade; na Argentina, o Manifesto Martín Fierro escrito pelo poeta Oliverio Girondo; no Peru, a Revista *Amauta* de José Carlos Mariátegui que conjugava as duas vertentes - política e cultural - da vanguarda da época; a Revista *Avance*, em Cuba; o Manifesto Estridentista no México; além do peruano César Vallejo e do chileno Vicente Huidobro que possuíam suas trajetórias pessoais com grande repercussão no plano estético latino-americano <sup>125</sup>.

<sup>123</sup> para Richard Morse, no seu artigo “The Multiverse of Latin American Identity, 1920-1970” in Leslie Bethell, org., 1996, pp. 9-10, o modernismo europeu não foi simplesmente imitado pela América Latina. Pelo contrário, “o desencanto no centro mostrou as possibilidades de reabilitação na periferia”. Para Morse, o modernismo na América Latina descartou os determinismos do passado, inventando uma nova realidade e um novo futuro.

<sup>124</sup> ver o artigo “Modernidad y Religación: Una Perspectiva Continental (1880-1916)” de Suzana Zanetti in Ana Pizarro, org., 1994, pp. 491-493.

<sup>125</sup> ver Jorge Schwartz, 1995, pp. 19-45, sobre as vanguardas latino-americanas do período. Tal como no caso do positivismo, os movimentos modernistas latino-americanos estiveram inseridos em diversas circunstâncias históricas. Segundo Richard Morse in Leslie Bethell, org., 1996, pp. 12-14, enquanto no

No entanto, essa renovação cultural - ou melhor, a proposta de modernidade estética apoiada nos elementos próprios da América Latina - não teria os efeitos desejados pelos seus participantes. Os golpes militares no Peru e na Argentina - além do Estado Novo no Brasil - durante os anos trinta, bem como a bifurcação dos movimentos modernistas que possuíam entre si mais diferenças que semelhanças, fizeram com que a modernidade latino-americana fosse atenuada, não passando a euforia vanguardista de uma alegoria sarcástica a um regime que já se encontrava nos seus estertores.

---

Brasil, o modernismo paulista era quase um ato cognitivo frente ao processo avassalador de transformação social; na Argentina, ele assumia um tom nostálgico, já que esta metrópole extremamente europeizada - Buenos Aires - procurava ser decifrada, valorizando o *gauchismo* sob uma forma quase mítica; no México, o modernismo apresentou uma outra peculiaridade - a revolução se transformou no evento modernista por natureza, numa revolta que revelava o México para os mexicanos. A difusão cultural apoiada pelo Estado conferiu ao modernismo nesse país uma outra dimensão.

### CAPÍTULO III

## O PERÍODO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA NA AMÉRICA LATINA

O período nacional-desenvolvimentista <sup>1</sup> na América Latina conformou-se a partir de um enfrentamento aos dilemas experimentados durante o período neocolonial, o qual teve o seu enterro triunfal com a crise da economia mundial de 1929. Se a crise de 29 foi para muitos latino-americanos recebida com surpresa <sup>2</sup>, não o foi para lordes Keynes - observando os acontecimentos internacionais a partir dos privilegiados camarotes europeus - que encontrou na 1ª. Guerra Mundial a comprovação do “quão instável, complicada, não-confiável e de natureza temporária era a organização econômica da Europa Ocidental na última metade do século XIX”<sup>3</sup>.

A partir da década de trinta, mas principalmente no pós-2ª. Guerra Mundial, o capitalismo assumiu uma nova dinâmica nas economias centrais da Europa e nos EUA, expandindo-se a partir dos mercados internos dessas nações desenvolvidas e da constituição de Estados do Bem-Estar Social que transformavam os trabalhadores em consumidores e cidadãos.

Nesse sentido, Pierre Souyri <sup>4</sup> qualificou como “uma representação fantasmagórica do capitalismo” a compreensão de que este chegava à sua crise final em virtude da disputa imperialista evidente no período das duas guerras. No seu entender,

---

<sup>1</sup> apesar de ser uma denominação abrangente, queremos com o termo “nacional-desenvolvimentista” filtrar o que há de comum nas manifestações econômicas, políticas e culturais dos países latino-americanos nesse período. Parece-nos que a ideologia desenvolvimentista, o anseio pela integração nacional e a expansão econômica ancorada no mercado interno conferiram um significado especial a esse período da história latino-americana.

<sup>2</sup> deve-se, entretanto, lembrar que várias vozes dissonantes se alçaram contra a estabilidade do período neocolonial, notadamente alguns escritores modernistas. Assim, Mário de Andrade, tão cedo quanto 1921, ao lançar o seu livro *Paulicéia Desvairada*, revelava o seu descrédito em relação a uma ordem social ancorada no preço de uma matéria-prima - essencialmente determinado pelo mercado internacional - como se depreende do poema *Paisagem no. 4*: “os caminhões rodando, as carroças rodando/ rápidas as ruas se desenrolando/ rumor surdo e rouco, estrépitos, estalidos .../ e o largo couro de ouro das sacas de café!.../ mas as ventaneiras da desilusão! a baixa do café!...”. Ver Mário de Andrade, 1987, p. 102.

<sup>3</sup> John Maynard Keynes, 1988, pp.3-8, neste livro escrito em 1919, já anunciava a sua crítica ao sistema capitalista que, segundo ele, visava o máximo de acumulação de capital, ao mesmo tempo que concentrava grande parte da renda gerada nas classes menos suscetíveis de gastá-la de forma efetiva.

<sup>4</sup> Pierre Souyri, 1983, pp. 124-134.



em 1914, haviam se acelerado as contradições fundamentais do capitalismo. Entretanto, estaria na própria natureza deste sistema econômico não desenvolver plenamente as suas potencialidades, restando sempre uma via para o desenvolvimento alternativo das forças produtivas.

Tanto assim que no caso dos “trinta anos gloriosos” - período iniciado no pós-2a. Guerra Mundial - verificou-se uma elevação contínua da produtividade, somente possível na medida em que acumulação e consumo deixavam de agir como pólos antitéticos. No plano da teoria econômica, essa transformação foi traduzida a partir da concepção keynesiana de que a sociedade capitalista não se debatia frente a uma escolha entre consumo e poupança, mas pelo contrário, eram as decisões de investimento que definiam as possibilidades de incremento do consumo.

A prudência e a frugalidade como bases para o desenvolvimento econômico não passavam de componentes de uma ideologia - disseminada no correr do século XIX<sup>5</sup> - de fácil uso para os justificadores das rendas da propriedade. Pois, já no século XX, a sociedade anônima moderna, no dizer de Galbraith<sup>6</sup>, ao realizar a vinculação da técnica e da organização industriais à macroeconomia de planejamento da demanda agregada, desmistificou a “mais majestosa das presunções econômicas, a de que o homem em suas atividades econômicas era condicionado pelo mercado”. Para Galbraith, a tecnoestrutura - composta pelo corpo administrativo das grandes empresas e intimamente relacionada com as várias esferas do poder público - acabou por domesticar o mercado, tornando-o refém das suas decisões.

No plano político, o pós-2a. Guerra Mundial trouxe a emergência dos Estados de Bem-Estar Social. Esse desenlace foi propiciado pela escolha dos trabalhadores - organizados nos seus partidos - por participar de uma ação política, ao invés de uma

---

<sup>5</sup> Joan Robinson, 1973, pp. 103-107.

<sup>6</sup> John Kenneth Galbraith, 1968, pp. 7-12.

ação direta que primasse pela reforma social imediata. Ainda que como produtores, os trabalhadores não pudessem intervir na organização da produção e na distribuição do lucro, como cidadãos o seu poder tenderia a aumentar, desde que contassem com uma política econômica e social que fizesse valer os seus interesses, sem contestar os do capital.

Para Adam Przeworski <sup>7</sup>, a social-democracia europeia - de orientação essencialmente keynesiana - acreditou que através da racionalização gradual da economia, o Estado poderia transformar os capitalistas em funcionários privados do povo sem alterar a situação legal da propriedade privada. Tanto assim que os gastos sociais aumentaram a sua participação no total dos gastos públicos, o que refletiu não somente um empenho distributivista por parte do Estado, mas principalmente um novo arranjo político que tornava a sociedade civil mais imbricada ao aparelho estatal.

Sob o comando da social-democracia, a acumulação de capital se tornou aceitável na medida em que ampliou o bem-estar material dos trabalhadores, permitindo a legitimação da ordem capitalista e por conseqüência do capital privado. Porém, concomitantemente se legitimava a ação estatal. Até então, o Estado havia se legitimado pela ação internacional (defesa da paz), pela cidadania passiva (*habeas corpus*, propriedade privada, separação entre o poder político e o patriarcal) e pela cidadania ativa (igualdade de direitos e de participação no processo político). Agora o Estado encontrava a sua razão de ser na capacidade de gerir e distribuir os recursos sociais e públicos com o objetivo de aceder ao máximo de justiça <sup>8</sup>.

No plano cultural, houve a ênfase na ampliação dos limites definidos pela razão oitocentista. A ciência passou a absorver o plano do irracional, do inconsciente, do que

---

<sup>7</sup>Adam Przeworski, 1995, pp. 23-26, 51-59.

<sup>8</sup>Claus Offe, 1989, pp. 4-5. Esse fortalecimento do Estado não teria acontecido sem uma modernização política das democracias ocidentais. Para Offe, os resultados mais importantes dessa modernização foram: o sufrágio universal, o reconhecimento da liberdade de organização política para partidos e

subjaz no plano do discurso. A razão se encorpou através das formulações estruturalistas, que procuravam internalizar elementos dinâmicos aos modelos teóricos abstratos, ao passo que o concreto passou a ser simultaneamente compreendido e revolucionado através da ação política. O marxismo por sua vez se avantajou, não só pela transformação da URSS em potência mundial, mas principalmente por ter ampliado e diversificado o seu alcance teórico.

O desenvolvimento transformou-se num ideal a ser alcançado em todas as plagas do mundo<sup>9</sup>. O ser humano, através da ação política, tornou-se partícipe do seu meio, enquanto a categoria sociedade passou a abarcar os interesses dos trabalhadores, dos pobres vivendo nos países subdesenvolvidos, das mulheres e das raças antes tidas por menos evoluídas, enfim de todos aqueles rechaçados pelos modelos positivistas anteriores.

Ainda segundo Aron, se a sociedade moderna, industrial e científica - e virtualmente universal - havia modificado a organização do trabalho, da família (agora nuclear), do Estado (que passa a possuir uma burocracia racional e razoavelmente centralizada) e da cultura (indo ao encontro do homem médio através dos meios de comunicação de massa), não conseguira trazer novamente à tona uma concepção evolucionista da história<sup>10</sup>.

O progresso da racionalidade científica, técnica e administrativa não era visto como relacionado ao progresso humanitário, moral, das instituições políticas e de uma

---

sindicatos e a parlamentarização do governo, obtendo os Paramentos parte das prerrogativas do poder Executivo, pp. 264-265.

<sup>9</sup> Raymond Aron, 1966, pp. 17-18, ilustrou essa realidade da seguinte maneira: "pela primeira vez os homens vivem uma única e mesma história, estando a humanidade unificada pelos mesmos conflitos, técnicas e problemas". No entender de Aron, o "desenvolvimento", dentre os termos de difusão universal, era o mais proferido e de uma maneira quase obsessiva. No entanto, e aí está a grande contribuição de Aron, a difusão universal do termo "desenvolvimento" não impediu que a sua compreensão fosse realizada de maneira diferenciada nos vários países do mundo. Se a teoria do desenvolvimento funcionou como uma manifestação ideológica do capitalismo no pós-2a. Guerra Mundial, isso não significou que fosse usada como "arma" apenas pela burguesia, já que as classes médias e populares também carregaram a "bandeira" do desenvolvimento.

<sup>10</sup> op. cit., pp. 92-109.

nova maneira de viver, em grande medida devido ao contexto do pós-2a. Guerra Mundial, o qual associou tecnologia com destruição humana. Foi nesse momento específico que o existencialismo criou suas raízes <sup>11</sup>.

O modernismo enquanto estética cultural, na sua pretensa universalidade, ofuscou um entendimento da real dimensão do desenvolvimento - sujeito este às matrizes teóricas formuladas nos países centrais e, apesar da pregação de uma aliança entre o moderno e o popular, controlador da participação política, principalmente num contexto de expansão da burguesia nos planos nacional e internacional <sup>12</sup>.

Esses elementos econômicos, políticos e culturais do capitalismo reorganizado <sup>13</sup> repercutiram diretamente na América Latina, trazendo conseqüências peculiares para esse continente bem como para cada país em específico.

Na América Latina, o capitalismo também deixou o liberalismo de lado, ainda que jamais chegasse a desenvolver estruturas políticas social-democráticas, estacionando nos compromissos populistas. Os trabalhadores não se transformaram em cidadãos, ingressando na heterogênea categoria de povo. Os consumidores restringiram-se aos grupos abastados, às classes médias e aos operários mais qualificados. O mercado interno surgia enquanto esfera endógena de acumulação, sem se libertar, entretanto, da necessidade de capitais financeiros e produtivos externos.

<sup>11</sup> Jean-Paul Sartre, 1946, pp. 9-24, explicitou que o existencialismo era um humanismo, oposto portanto ao tecnicismo causador da duas guerras mundiais deste século. Para Sartre, ao se aceitar a realidade humana como composta pelo meio material e pela subjetividade, o ser humano torna-se fruto do seu projeto de futuro e da sua ação sobre o meio, não estando assim a sua essência determinada pela indústria, pela técnica ou pela organização do trabalho.

<sup>12</sup> David Harvey, 1992, pp. 42-44, para quem do modernismo "heróico" do entre-guerras passava-se para um modernismo "universal" (ou "alto modernismo") que fazia da arte, da arquitetura e da literatura estruturas assimiladoras do *establishment* político e cultural, numa sociedade em que vigorava uma "versão capitalista corporativa do projeto iluminista de desenvolvimento".

<sup>13</sup> seguimos aqui a linha teórica de Claus Offe, op. cit., pp. 6 e 9, que encontrou no capitalismo organizado do pós-2a. Guerra mundial um conjunto de procedimentos, padrões de organização e mecanismos institucionais que cumpriram, ao menos em tese, o papel de mediar e manter o equilíbrio dinâmico entre poder social e autoridade política. Durante esse período, algumas noções conformaram o "mapa cognitivo" das sociedades capitalistas contemporâneas, tais como: a centralidade do conflito capital/trabalho, a separação entre o poder de fato e a autoridade legítima, o caráter universal das instituições democráticas liberais de participação e representação, a aceitação do princípio majoritário, a

Para Albert O'Hirschman <sup>14</sup>, a América Latina, da mesma forma que os EUA e a Europa, também presenciou os seus "trinta anos gloriosos", durante o pós-2a. Guerra Mundial. Entre 1950 e 1981, o PIB latino-americano aumentou em cinco vezes, o que significou um incremento anual de 5,5% e uma elevação da renda per capita de 2,7% ao ano.

Ou seja, apesar do enorme crescimento demográfico verificado no período, conseguiu-se melhorar as condições de vida de uma parcela razoável da população latino-americana, ainda que em termos de distribuição de renda os avanços tenham sido mínimos ou mesmo negativos. Além disso, o processo de urbanização, mesmo descontrolado, permitiu o declínio da mortalidade infantil e das taxas de analfabetismo. Estas conquistas não seriam revertidas nem mesmo na década de oitenta, quando houve uma queda da renda per capita para o continente.

No plano cultural, o modernismo instaurava-se através da redescoberta da nação e dos seus vários substratos culturais, mas também por intermédio de uma ideologia desenvolvimentista apaziguadora de conflitos, ancorada na utopia da integração nacional e ostentada por um Estado que agia como aparelho de modernização.

Daí afirmarmos que o período nacional-desenvolvimentista representou a etapa de maior sedimentação econômica, política e cultural da América Latina. Não que as democracias latino-americanas estivessem consolidadas, mas houve a possibilidade, durante certos períodos, de legitimação no plano político-eleitoral de forças presentes há algumas décadas nos planos produtivo e social.

Por sua vez, os dilemas enfrentados no imediato pós-2a. Guerra Mundial refletiram a complexidade do cenário político latino-americano. De um lado, projetos de

---

viabilidade e a neutralidade dos modos burocráticos de administração e a possibilidade de atingir o pleno emprego.

<sup>14</sup> Albert O'Hirschmann, 1996, pp. 176-185.

reforma social e participação política, conferindo autonomia de gestão aos partidos de esquerda, militantes trabalhistas e democratas desenvolvimentistas. De outro, as elites dominantes, rurais e urbanas, apoiadas pelos militares que procuravam impedir um fluxo mais contínuo de transformações na estrutura social e política desses países <sup>15</sup>.

Democracia instável, golpes militares, proibição de ativismo político - essa foi a realidade de vários países durante o período nacional-desenvolvimentista, existente mais como projeto dos setores "nacionais", os quais mantiveram uma hegemonia pouco duradoura, contestada e de base social heterogênea.

Essa complexa realidade histórica latino-americana consubstanciada no período nacional-desenvolvimentista tem sido obscurecida pela hegemonia ideológica do momento neoliberal - sob a égide do ahistoricismo pós-moderno - que "joga" nesse período histórico a culpa dos atuais males latino-americanos.

O raciocínio neoliberal não percebe o período nacional-desenvolvimentista como um de concretização dos alicerces das nações, ainda em processo de formação, mas já com uma noção do seu lugar no mundo, valorizando os atores sociais como fundamentais para as decisões políticas e econômicas e consolidando o mercado interno como espaço de criação de uma soberania econômica, social, política e cultural.

Se os mercados eram protegidos e o Estado todo-poderoso, se reinava a ineficiência no plano produtivo e se, no plano político, vicejavam o paternalismo e o populismo - como anunciam os neoliberais - não se pode negar que a América Latina alçou-se aos olhos da comunidade internacional e passou a ser encarada enquanto uma unidade dotada de problemática própria, justamente a partir do período nacional-desenvolvimentista. A industrialização por sua vez trouxe um projeto de

---

<sup>15</sup> ver o artigo "A Conjuntura do Pós-Guerra na América Latina" de Leslie Bethell e Ian Roxborough in Leslie Bethell e Ian Roxborough, orgs., 1996, pp. 40-41.

desenvolvimento, mas não o desenvolvimento e nem tampouco a formação de uma sociedade industrial <sup>16</sup>.

Se durante o período neocolonial abundavam as diferenças entre os países da zona temperada, melhor inseridos no mercado internacional, principalmente Argentina e Uruguai, e os países tropicais essencialmente subdesenvolvidos; a partir dos anos trinta, os países latino-americanos tornavam-se menos dessemelhantes <sup>17</sup>. As condições climáticas e raciais deixavam de ser encaradas como importantes, para ser valorizado o mercado interno - o que contribuiu para México e Brasil se adiantarem em termos de indicadores econômicos.

No plano político-ideológico, as noções de soberania e cultura nacional disseminaram-se pelo continente latino-americano, acentuando as similitudes históricas entre esses países para além dos aspectos de proximidade geográfica.

Esse processo foi interrompido - ou melhor, a rota para o aprofundamento de uma hegemonia nacional-popular em sinal oposto à hegemonia oligárquica do período neocolonial foi arquivada - a partir da emergência nos anos sessenta de ditaduras militares no Cone Sul latino-americano <sup>18</sup>.

No México, essa transformação deu-se no interior do PRI, alterando-se a composição social do bloco hegemônico - o que conferiu à transição do período nacional-desenvolvimentista nesse país um aspecto menos traumático. Mesmo assim, o

---

<sup>16</sup> não houve pois a gestação de sistemas fabris que processassem as demandas sociais capazes de pautar o jogo político e solucionar de forma arquitetada os dilemas da política econômica. Para Jorge Schvarzer, 1996, pp. 12-13, focando o caso argentino, houve basicamente uma acumulação desordenada de oficinas e fábricas, a tal ponto que ao longo do século XX o dilema dos anos trinta - avançar na marcha industrial ou retroceder - fosse sempre recolocado.

<sup>17</sup> Albert O'Hirschman, 1996, pp. 185-186.

<sup>18</sup> Guillermo O'Donnell in *Latin American Research Review*, 1978, pp. 6-9, distinguiu as ditaduras militares dos anos sessenta na América Latina das noções tradicionais de autoritarismo, populismo e fascismo, construindo, a partir da análise histórica, uma nova categoria: o regime burocrático-autoritário (BA). O BA seria caracterizado por uma alta tecnoburocracia nos postos de comando, pela exclusão política e econômica dos segmentos populares, pela significativa despolitização - eliminando as mediações entre o Estado e a sociedade e, portanto, a validade dos conceitos de nação, povo e cidadania como expressões de uma vontade coletiva - e pelo aprofundamento do capitalismo dependente e periférico fundado na industrialização extensiva.

massacre de estudantes na praça de Tlatelolco, em 1968, contribuiu para manchar o otimismo de um governo que continuava a se proclamar herdeiro da revolução. Dessa forma, se o México não presenciou uma ditadura militar, o Estado mexicano assumiu progressivamente feições semelhantes à moldura apresentada pelos regimes burocrático-autoritários do Cone Sul latino-americano <sup>19</sup>.

Se no México e no Brasil houve tentativas de postergar os dilemas enfrentados pelos Estados desenvolvimentistas, essas fracassaram finalmente quando da crise da dívida em 1982. Já no Chile, a partir da ditadura Pinochet, apostou-se no cancelamento da estratégia nacional-desenvolvimentista - talvez porque o governo Allende tivesse exposto em demasia as contradições dessa estratégia - dando início a uma rota de integração a todo custo no mercado internacional. A Argentina, depois do golpe militar de 1976, seguiu uma orientação semelhante à chilena, a qual apresentou, no entanto, um fôlego mais curto <sup>20</sup>.

No México, Brasil e Argentina - principalmente no caso dos dois primeiros - o modelo de substituição de importações e o Estado desenvolvimentista haviam sentado bases mais profundas no campo social e político. Porém, a frustrada tentativa de recomposição de um Estado crescentemente desprovido de base social e sem o mesmo fundamento econômico, em virtude da transformação do cenário internacional, foi preparando o terreno para a emergência do momento neoliberal.

Portanto, na década de setenta, a partir da extinção ou encolhimento da arena política, já se podia verificar a agonia do período nacional-desenvolvimentista. Mesmo nos países onde as políticas neoliberais não foram aplicadas - menos pelo excesso de reivindicações sociais do que pela ainda remanescente politização do aparelho estatal - o

---

<sup>19</sup> op. cit., pp. 28-29.

<sup>20</sup> para Albert O'Hirschmann, 1996, pp. 186-196, a partir dos anos setenta, os caminhos dos países latino-americanos se separam, perseguindo Argentina e Chile uma estratégia neoliberal antecipada, o Brasil completando o parque produtivo e instalando indústrias de bens de capital e de bens



conflito distributivo inflacionário revitalizado pela redemocratização dos anos oitenta acabaria exterminando a possibilidade de continuidade dos compromissos populistas.

Logo, o momento neoliberal não eclodiu com a liberalização e a desregulamentação das economias latino-americanas, sendo o elemento econômico mais culminante que gerador, já que funcionava como ferramenta adicional para um Estado “descompromissado” em relação às suas alianças políticas progressas.

Mas se o período do pós-2a. Guerra na Europa contribuiu para o surgimento de um modelo ou padrão de desenvolvimento <sup>21</sup>, o que podemos dizer a respeito da América Latina? Esse padrão ou modelo de desenvolvimento assumiu uma feição própria na América Latina, em virtude da dinâmica internacional que ainda colocava os países latino-americanos como fornecedores de matérias-primas, fazendo com que a industrialização trouxesse desequilíbrios fiscais e externos permanentes para essas economias; e depois porque a história progressa da América Latina não se dissolvia com a força imaginada pelos desenvolvimentistas, ampliando-se assim a heterogeneidade econômica, social e cultural latino-americana.

A transposição dessas categorias de análise - padrões e modelos de desenvolvimento - para o universo latino-americano traz basicamente dois complicadores. Primeiro, as abordagens regulacionistas foram em geral formuladas para o capitalismo dos países desenvolvidos. Por conseguinte, as tentativas de ambientá-las em países cujo capitalismo apresenta uma dinâmica histórica peculiar exigem doses cavalares de ginástica metodológica. O segundo problema decorre do fato que, para

---

intermediários e o México levando a cabo a sua estratégia consumista de “dessubstituição de importações”, possibilitada pelas altas rendas geradas pelo petróleo.

<sup>21</sup> para Alain Lipietz, 1991, pp. 21-39, o modelo de desenvolvimento é composto por um modo de organização do trabalho, um regime de acumulação e um modo de regulação. Esses elementos, no seu entender, estiveram presentes no compromisso fordista das economias industrializadas, durante o pós-2a. Guerra Mundial, através do fordismo, da produção de massa articulada ao consumo de massa, da legislação social e do papel do Estado na economia através do uso constante da moeda de crédito. Para Jorge Mattoso, 1995, pp. 17-35, a partir dos anos trinta, gestou-se nessas economias industrializadas um novo padrão de desenvolvimento, graças a uma associação virtuosa entre o paradigma produtivo e as

muitos regulacionistas, o âmbito político funciona como mero reflexo da política econômica, aprisionando as relações entre grupos e classes sociais a um modelo pré-concebido.

Eis porque ao invés de dizermos que o modelo fordista, keynesiano ou social-democrata foi capenga, absorvido de forma incompleta ou apenas parcialmente implementado na América Latina, preferimos caracterizar como nacional-desenvolvimentista esse período a partir da conformação de um estilo de desenvolvimento latino-americano historicamente determinado<sup>22</sup>.

### *A Expansão Econômica a Partir do Mercado Interno*

A crise de outubro de 1929 atingiu gravemente as economias latino-americanas exportadoras de produtos primários, na medida em que os preços destes caíram dramaticamente no mercado internacional<sup>23</sup>. O colapso internacional dos países latino-americanos foi ainda mais exacerbado pelo fato de que os mesmos tinham contraído dívidas públicas significativas no período 1918-1930<sup>24</sup>.

---

relações sociais e salariais, diferentemente do que acontecera no período 1876-1930, quando houvera um descompasso entre as esferas produtiva e social, impedindo a reprodução continuada do capital.

<sup>22</sup> Enrique de la Garza Toledo, org., 1994, pp. 21-24, deixou patente o seu objetivo de “reconstruir na conjuntura do espaço as possibilidades de ação viável dos sujeitos frente ao contexto econômico”, usando a noção de estilo de desenvolvimento para abarcar as contradições dessa história não pré-concebida. Para ele, a noção de modelo de substituição de importações capta apenas um dos ângulos do estilo de desenvolvimento, faltando caracterizar a intersecção entre o Estado, os atores sociais e a ideologia.

<sup>23</sup> na verdade, os preços das *commodities* latino-americanas iniciaram o seu movimento descendente um pouco antes desta data. O pico do café brasileiro foi atingido em março de 1929, o do açúcar cubano em março de 1928 e o do trigo argentino em maio de 1927. Se os preços dos produtos exportados caíram, também este foi o caso dos preços das importações latino-americanas, ainda que a queda dos primeiros fosse mais acentuada, acarretando uma piora nos termos de intercâmbio para a América Latina. Quanto ao volume exportado, este caiu de forma mais drástica para os exportadores de produtos minerais, Bolívia, Chile e México. A crise foi especialmente sentida nos países mais abertos ao exterior, que experimentaram uma significativa queda tanto no preço como no volume das exportações, a saber Chile e Cuba. Ver essas informações em Victor Bulmer-Thomas, 1994, pp. 196-198.

<sup>24</sup> a dívida pública foi incrementada pela aumento das taxas de juros internacionais. A fuga de capitais configurou-se numa dificuldade adicional para a recuperação econômica desses países. Entre 1931 e 1954 - com a exceção de 1938 - os países latino-americanos presenciaram um fluxo negativo de capitais. Ver Victor Bulmer-Thomas, op. cit., pp. 199-201.

Durante os anos trinta, como decorrência da crise, verificou-se uma alteração das políticas monetárias e cambiais. No plano cambial, prevaleceu a desvalorização da moeda e as taxas de câmbio múltiplas, e no plano monetário, políticas creditícias expansionistas e taxas de juros baixas. O equilíbrio externo foi instaurado em 1932 a níveis nominais de exportações e importações bem inferiores. O não-pagamento da dívida externa foi fundamental para a consecução desse objetivo, sendo prática constante nos países latino-americanos, com a exceção da Argentina.

Essa nova realidade também trouxe o aumento da dívida pública interna: de um lado, verificou-se a queda das receitas fiscais do governo por conta da redução do volume de comércio exterior; e, de outro, houve o aumento da oferta de moeda. A desvalorização e os controles cambiais - realizados em boa parte dos países - bem como os empréstimos a baixas taxas de juro propiciaram uma alteração significativa dos preços relativos - favorecendo tanto a indústria como a agricultura substitutiva de importações, as quais dispunham de capacidade ociosa.

A segunda metade dos anos trinta trouxe a recuperação econômica dos países latino-americanos, atingindo estes em 1939 um PIB superior ao verificado em 1928-1929. Segundo Bulmer Thomas <sup>25</sup>, o crescimento econômico desse período pode ser explicado por três fatores: substituição de importações, promoção de exportações e aumento da demanda agregada doméstica, com especial relevância para os dois últimos.

Para Bulmer-Thomas, após 1932, o volume de importações voltou a crescer, e o que é mais importante, a uma velocidade mais rápida que as taxas de crescimento econômico, desmistificando a visão de que a substituição de importações se iniciara durante os anos trinta <sup>26</sup>. Apenas a partir dos anos quarenta e cinquenta, o crescimento industrial e do PIB dos países latino-americanos - principalmente daqueles dotados de

---

<sup>25</sup> op. cit., pp. 209-213.

<sup>26</sup> op. cit., pp. 223-224.

maior mercado interno - moveu-se numa direção oposta às exportações de produtos primários.

A grande conquista dos anos trinta fôra a recusa em se fazer uso de políticas econômicas supostamente auto-reguláveis, em prol de outras manipuladas pelas autoridades com o fim de servir aos interesses nacionais. Nesse primeiro momento, visava-se tão-somente a administração da crise, não levando ainda essa mudança no uso das ferramentas de política econômica a uma “revolução” no plano do pensamento <sup>27</sup>.

Durante esse período, o sistema capitalista enfrentava dificuldades para estabelecer normas universalmente aceitas no plano internacional. Em 1939, apesar de uma leve recuperação, o PIB norte-americano ainda se encontrava abaixo do valor apresentado em 1929 <sup>28</sup>. Essa incapacidade para uma recuperação sustentada refletia, na verdade, a inexistência de uma ordem internacional aceita pelos países capitalistas desenvolvidos, fazendo com que a Europa e os EUA ingressassem numa “destrutiva espiral de protecionismo competitivo e depreciação cambial” <sup>29</sup>.

Houve nesse momento a proliferação de acordos bilaterais na América Latina. Através do Pacto Roca-Runciman <sup>30</sup>, a Argentina continuou na sua estratégia de “comprar a quem nos compra”, facilitando a compra de equipamentos ferroviários e produtos têxteis ingleses bem como a remessa de capital para os investidores daquela potência, mantendo assim a sua participação em termos percentuais no mercado inglês.

Ao final dos anos trinta, o presidente norte-americano Franklin Roosevelt despertava para a necessidade de aumentar o comércio com a América Latina, no intuito

<sup>27</sup> Victor Bulmer-Thomas, op. cit., pp. 232-234.

<sup>28</sup> apesar da política do “New Deal”, segundo Jeremy Rifkin, 1995, pp. 29-32, em 1940, a taxa de desemprego norte-americana ainda era significativamente alta, em torno de 15%. A recuperação do setor industrial ainda não era consistente. Somente graças à economia de guerra, os EUA conseguiram reduzir a taxa de desemprego para 4% em 1943.

<sup>29</sup> John Pinder in Carlo M. Cipolla, org., 1985, pp. 344-345.

<sup>30</sup> Jorge Schvarzer, 1996, pp. 156-157.

de alcançar o apoio geopolítico daquela região durante a guerra que se anunciava, mas também como opção à redução das importações e exportações com a Europa.

Assim, em 1939, era criado, a partir da Conferência Pan-Americana realizada no Panamá, o sistema de cooperação econômica inter-americana que visava mitigar os efeitos do Ato da Tarifa Smooth-Hawley de 1930 - responsável pelo aumento dos preços das exportações latino-americanas durante a década. Essas mudanças resultaram numa participação norte-americana de 54% nas exportações latino-americanas e de 62,4% no caso das importações. Durante a 2a. Guerra mundial, aumentava também de forma significativa o comércio entre os países latino-americanos, atingindo uma participação de mais de 20% no comércio total <sup>31</sup>.

Os ecos da política econômica rooseveltiana fizeram-se ouvir junto aos governos latino-americanos que passaram a intervir mais decididamente na economia comprando estoques dos produtos primários e estimulando a diversificação produtiva, basicamente através da expansão das indústrias leves dos setores têxtil e alimentício <sup>32</sup>. O liberalismo do período neocolonial passou a ser rechaçado tanto pela direita como pela esquerda do espectro político.

O processo de substituição de importações finalmente implantou-se no cenário econômico latino-americano, favorecido pelo contexto da 2a. Guerra Mundial. Mesmo com pequenas economias de escala - reflexo do restrito mercado interno e do potencial de consumo em queda - os países latino-americanos conseguiram avançar nos setores de bens intermediários e bens de capital. Isso foi conseguido graças à queda das importações, ao comércio intra-regional de manufaturas e às compras e subsídios governamentais.

---

<sup>31</sup> ver essa informações em Victor Bulmer-Thomas, op. cit., pp. 238-243.

<sup>32</sup> Tulio Halperin Donghi, 1989, pp. 213-215, apontou que os princípios dirigistas foram aplicados por governos de tendências políticas as mais dispares, desde a restauração conservadora da Argentina, passando pela revolução de trinta no Brasil que redefiniu o espaço das elites dominantes no poder político, até o governo Cárdenas que dera vigor juvenil à Revolução Mexicana.

Mas o desenvolvimento por substituição de importações <sup>33</sup> assumiu características diferenciadas nos três países onde atuou de forma mais presente, a saber: Argentina, México e Brasil.

Para Celso Furtado <sup>34</sup>, a preocupação pela defesa do nível de atividade interna numa fase de depressão cíclica foi bastante clara na Argentina, enquanto no México - até por que os exportadores de produtos minerais eram em grande parte estrangeiros - o papel estratégico do Estado foi mais ativo, propiciando inclusive a criação da *Nacional Financiera* - banco de desenvolvimento econômico. O caso brasileiro pode ser considerado como intermediário, na medida em que a preocupação pela unificação nacional era mais forte que no caso argentino, mas o aparelho estatal ainda não possuía uma visão tão independente dos grupos oligárquicos como no caso mexicano.

Dois outros países, segundo Celso Furtado <sup>35</sup>, inseriram-se nos marcos do processo de substituição de importações, ainda que de forma menos pronunciada durante os anos trinta. O Chile, por ter sido o país latino-americano mais afetado pela crise, urgia uma postura mais ativa do Estado, com o fim de introduzir mudanças na estrutura econômica. Isso foi possível a partir da criação, em 1939, da *Cooperación de Fomento* (CORFO), que desenvolveu planos de eletrificação para o país, instalou siderúrgicas e criou as bases para a produção e refino do petróleo.

---

<sup>33</sup> deve-se deixar claro que há várias interpretações sobre o modelo de substituição de importações propriamente dito. Por exemplo, para Maria da Conceição Tavares, 1986, pp. 100-104, antes de 1930, houve um processo de implantação do setor industrial, enquanto a partir da década de cinquenta iniciou-se um outro processo de "constituição de forças produtivas especificamente capitalistas", gestado a partir da simbiose entre o capital nacional, o Estado e as empresas multinacionais.

<sup>34</sup> ver Celso Furtado, 1986, pp. 115-122, onde o autor enfatizou que as diferenças existentes nos processos de substituição de importações, principalmente entre Argentina e México, podem ser encontradas na primeira fase da industrialização (último quarto do século XIX e primeiras décadas do século XX), pois enquanto o mercado interno argentino crescia em função das exportações que necessitavam de uma infra-estrutura complexa e pagavam salários relativamente altos, no México o mercado interno sedimentou-se devido à existência prévia de indústrias têxteis desde o início do século XIX e a uma política de unificação nacional que se ressentia dos conflitos com o imperialismo norte-americano nos Estados do Norte. Ao mesmo tempo, a expansão das formas capitalistas de produção no México ocasionou a marginalização da população, fazendo que este mercado interno prévio e unificado crescesse mais lentamente e não fosse tão vinculado ao desenvolvimento do setor externo como no caso argentino.

<sup>35</sup> op. cit., pp. 128-131.

Já no caso da Colômbia, ainda de acordo com o ponto de vista furtadiano, a primeira e a segunda fase da industrialização se superpuseram no pós-trinta, fazendo com que esse país atingisse, entre os países latino-americanos, a maior intensidade no processo de industrialização entre 1929 e 1957, incrementando o produto industrial em 830%, quase o dobro das taxas brasileira (475%) e mexicana (407%).

A industrialização somente se expandiu no pós-2a. Guerra porque através do acúmulo de reservas monetárias, os Estados latino-americanos criaram uma infraestrutura física e produtiva com o fim de sustentar a expansão do capital nacional privado. Ao final do conflito mundial, as estruturas produtivas dos países mais densamente povoados estavam inteiramente transformadas. Nos anos sessenta, a participação do setor industrial no PIB dos países que perseguiram de forma mais obstinada o modelo de substituição de importações era semelhante à verificada nos países desenvolvidos<sup>36</sup>.

No entanto, o contexto favorável do pós-2a. Guerra foi por demais breve para as economias latino-americanas, pois em 1954 os termos de intercâmbio voltaram-se contra estes países, aguçando os problemas estruturais dessas economias subdesenvolvidas. Para tanto colaborou a manutenção de taxas de câmbio sobrevalorizadas em quase todos os países latino-americanos, com a exceção do México<sup>37</sup>. Essa política cambial associada a um esforço industrializante, já que os bens intermediários e de capital podiam ser obtidos a preços menores, acabou por sepultar a capacidade de o modelo de substituição de importações se desenvolver sem desequilíbrios no balanço de pagamentos<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Victor Bulmer-Thomas, *op. cit.*, p. 283.

<sup>37</sup> Eliana Cardoso e Ann Helwege, 1993, pp. 90-94.

<sup>38</sup> tanto assim que para Halperin Donghi, *op. cit.*, pp. 258-259, somente Brasil e México não presenciaram um contexto de estagnação econômica durante a segunda metade da década de cinqüenta. Chile e Uruguai chegaram inclusive a aceitar, segundo este autor, "as perorações em favor do neoliberalismo econômico que lhes eram dirigidas pelos países metropolitanos". No entanto, não passavam de perorações já que o modelo de substituição de importações ainda respiraria durante ao

O caso mexicano foi particular na medida em que as desvalorizações cambiais de 1948, 1949 e 1954 permitiram um melhor desempenho das suas exportações, tanto de produtos primários como de alguns manufaturados. Esse país também se beneficiou de uma delimitação das tarefas a serem preenchidas pelo capital nacional, protegendo os setores financeiros, de seguros, transportes e petróleo.

A Argentina, a partir de 1930, caminhou no sentido de uma economia industrial não integrada, segundo o ponto de vista do economista Aldo Ferrer<sup>39</sup>. Ao final da década de quarenta, este país já completara a substituição de importações dos bens de consumo, bens intermediários e de bens de capital simples, tendo dificuldades para avançar nos demais estágios da industrialização. Para Ferrer, a acumulação de capital na Argentina fôra lenta e deformada, havendo uma insuficiente capitalização nos setores produtivos de bens de capital e infra-estrutura, ao contrário do que acontecia nos setores não-produtivos (Estado, habitação, comércio, serviços, finanças e serviços pessoais).

No entanto, estes dados devem ser reavaliados a partir da revisão histórica proposta por Jorge Schvarzer<sup>40</sup>. Segundo este autor, durante o auge do capital estrangeiro, entre 1958 e 1962, houve um crescimento de 36,4% da indústria de máquinas e equipamentos e de 17,8% na indústria química. Entre 1958 e 1974, o crescimento industrial atingiu uma média de 6% ao ano. Nesse último ano, em torno de 1/3 das exportações já eram industriais. Mas se o crescimento era puxado por firmas mais sofisticadas, principalmente estrangeiras, não se pode esquecer que estas consumiam um montante elevado das reservas e dependiam de tarifas e câmbios favoráveis, sendo os efeitos sobre o restante do parque produtivo limitados.

---

menos uma década até que o seu esgotamento provasse ser definitivo, contando para tanto com a transformação do cenário internacional. Só neste momento, a idéia neoliberal alçou a sua frente para a América Latina.

<sup>39</sup> Aldo Ferrer, 1965, pp. 11-13 e 201-204.

<sup>40</sup> Jorge Schvarzer, 1996, pp. 228 e 236-237.



No Brasil, o desenvolvimento capitalista do período 1930-1955 assumiu a feição de uma “industrialização restringida”, na medida em que não se criou um departamento de bens de produção responsável pela autodeterminação do capital - algo a ser gestado apenas no período cíclico da industrialização pesada, de 1956 a 1967.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello <sup>41</sup>, para se altar de uma etapa a outra, foi necessária a conjunção de duas forças: o capital internacional e o Estado, já que o capital nacional não dispunha de estrutura técnica e financeira capaz de alavancar um bloco de investimentos pesados.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), viabilizado na segunda metade da década de 70, foi possível graças a uma elite nacional-desenvolvimentista remanescente sob um arcabouço autoritário, que se favoreceu - diferentemente da Argentina - de margens de lucros altas e de um mercado de trabalho altamente competitivo. Ressalve-se também que a taxa média de crescimento industrial entre 1968 e 1973 foi surpreendente, de 13,3%, e que uma perda de dinamismo da indústria de transformação já podia ser percebida no período 1974-1977 - tendo a sua taxa de crescimento caído para 6,6% ao ano - em virtude da crise do sistema internacional e da dinâmica cíclica do capitalismo brasileiro <sup>42</sup>.

A despeito das diferenças, o modelo de industrialização por substituição de importações, segundo Eliana Cardoso e Ann Helwege <sup>43</sup>, pautou-se pela aplicação de taxas de juro reduzidas, tornando fácil o acesso ao crédito, ao mesmo tempo que estimulou a criação de empresas públicas na produção de bens intermediários - aço e energia elétrica, por exemplo - e distribuiu subsídios a alguns setores considerados essenciais, de forma a facilitar o investimento do capital privado que percebia altas taxas de rentabilidade.

---

<sup>41</sup> op. cit., pp. 116-122.

<sup>42</sup> ver o artigo “Desempenho Industrial: Auge e Desaceleração nos Anos 70” de Regis Bonelli e Dorothea Werneck in Wilson Suzigan, org. 1978, pp. 172-173.

Em meados dos anos sessenta, grande parte dos países que aplicaram esse modelo sofriam de déficits fiscais e externos, restando aos investimentos diretos externos o papel de liderar o incremento da produção nos setores dinâmicos<sup>44</sup>. Tanto que o anti-americanista presidente argentino Juan Perón chegou a aprovar regulamentos favoráveis aos investimentos externos em 1955, ainda que estes tenham se tornado lei apenas em 1959. No Brasil, através da Instrução 113 da SUMOC, os investidores estrangeiros passaram a ter privilégios em relação aos brasileiros no que tange às divisas cambiais para importações.

No México, a expansão das *maquiladoras* aconteceu já nos anos sessenta, aproveitando-se das desvalorizações cambiais e da proximidade geográfica com o mercado norte-americano. O processo de internacionalização da economia mexicana aconteceu de forma mais decisiva do que no restante dos países que apresentaram um crescimento industrial de grandes proporções. A participação dos investimentos estrangeiros - principalmente norte-americanos - no conjunto do setor manufatureiro mexicano passou de 7% para 74% entre 1940 e 1974<sup>45</sup>.

Esse período de crescimento econômico alavancado pelo mercado interno trouxe mudanças significativas na dinâmica do mercado de trabalho latino-americano. Em primeiro lugar, pode-se perceber uma drástica mudança ocupacional entre 1950 e 1980, caindo a participação da agricultura na PEA de 55% para 32%, ao mesmo tempo que aumentava a participação da indústria, de 19% para 26%, e do setor serviços, de 26% para 42%. No que diz respeito ao emprego urbano, a demanda de trabalho

---

<sup>43</sup>op. cit., pp. 105-114.

<sup>44</sup> ver Víctor Bulmer-Thomas, op. cit., pp. 281-282. Segundo Jorge Schvarzer, op. cit., pp. 221-222, os investimentos diretos externos na Argentina - de forma a não causar críticas severas por parte da opinião pública nacionalista - concentraram-se nos setores "virgens" da indústria desse país, como automotivo e químico. João Manuel Cardoso de Mello, op. cit., p. 119, reconhece as altas oportunidades de investimento para as multinacionais nos mercados internos latino-americanos durante esse período. Este autor porém ressalta que as multinacionais não podem ser dissociadas da dinâmica da competição oligopólica vigente nos países centrais.

<sup>45</sup> ver o artigo "Redefining the Authoritarian Regime" de José Luis Reyna in José Luis Reyna e Richard Weinert, orgs., 1977, pp. 156-157.

acompanhou de perto a oferta de trabalho. Ao final do período,  $\frac{3}{4}$  dos trabalhadores urbanos ocupados estavam empregados no setor formal, enquanto o restante se encontrava ocupado no setor informal, que crescia a reboque do primeiro <sup>46</sup>.

Deve-se frisar que o modelo de substituição por importações não foi um projeto concebido no vazio histórico com o objetivo de fazer com que a América Latina atingisse o seu ótimo econômico, sendo, pelo contrário, fruto de uma situação internacional específica. Por conseguinte, à medida que a situação internacional se transformava, trazia novos dilemas para a evolução do modelo de substituição de importações.

Para os países desenvolvidos, o período do pós-2a. Guerra foi mais que uma etapa de crescimento econômico, já que trouxe uma mudança estrutural para o capitalismo através da difusão dos bens duráveis de consumo e da substituição de produtos naturais por sintéticos, processo esse acompanhado pela resposta dinâmica do setor de bens de capital, responsável direto pelo progresso técnico <sup>47</sup>. O crescimento das economias dos países desenvolvidos não ocorreu, entretanto, de forma linear nem constante, envolvendo ritmos de crescimento diferenciados e trocas de posições entre os países em termos de hegemonia industrial.

Segundo Aloisio Teixeira <sup>48</sup>, três etapas no crescimento econômico desses países podem ser observadas desde o pós-2a. Guerra até a crise do petróleo de 1973. A primeira fase, de reconstrução econômica, vigorou do Plano Marshall até meados da década de cinquenta, sendo 1950 um ano determinante, pois foi quando se verificou um crescimento do produto industrial mundial da ordem de 13%. A segunda fase

---

<sup>46</sup> Ricardo Infante e Emilio Klein in Revista de la Cepal, dezembro 1991, pp. 130-133. Segundo os autores o emprego público foi uma válvula de escape importante no sentido de suprir a oferta de trabalho ascendente, chegando em em 1980 a representar 16% dos ocupados urbanos na América Latina. Quanto à taxa de subutilização da força de trabalho (desemprego + subemprego), esta chegou a decrescer de 46% para 40% durante o período analisado, denotando o alto dinamismo do mercado de trabalho bem como do processo de mobilidade social. Se a taxa de pobreza média caiu de 50% para 35% entre 1960 e 1980, este fato ocorreu de forma concomitante à concentração pessoal e funcional da renda na maiorias países latino-americanos.

<sup>47</sup> Aloisio Teixeira, 1983, pp. 84-85.

<sup>48</sup> op. cit., pp. 90-94.

compreendeu de 1955 até meados dos anos sessenta e correspondeu à convergência do padrão de industrialização através da sua difusão intersetorial e intrasetorial. A terceira fase iniciou-se com a queda das taxas de crescimento e de produtividade - o que já se manifestava ao final dos anos sessenta, tornando-se realidade incontestável quando da primeira crise do petróleo em 1973.

Houve alterações significativas no poderio industrial das várias nações desenvolvidas durante o período. A participação dos EUA no produto manufatureiro mundial chegou ao seu ápice em 1950, representando 51,2% do PIB industrial mundial, para depois cair, atingindo a cifra de 43,8%, em 1960. Quanto à Inglaterra, a sua participação no PIB industrial mundial caiu entre 1938 e 1950, de 11,1% para 7,5%. Os demais países europeus da Europa Ocidental aumentaram a sua participação no PIB industrial em 1960 com relação a 1950, sendo este também o caso do Japão <sup>49</sup>.

Durante esse período, o comércio internacional cresceu mais que o produto - em 1969, o comércio mundial respondia por 11% do produto mundial, valor que era de 7,5% em 1955 <sup>50</sup> - sendo em grande medida restrito aos países que caminhavam para uma convergência do padrão de industrialização. Como ilustração a esta realidade, pode-se mencionar que se em 1955 um terço do comércio mundial era composto pelo comércio de produtos industrializados entre os países desenvolvidos, essa participação atingiu a casa dos 50% ao final dos anos sessenta <sup>51</sup>.

Nesse contexto particularmente mutante do capitalismo mundial é que devemos observar a evolução das idéias cepalinas, sem cair na tentação de congelá-las fora do seu ambiente histórico, como fizeram os teóricos neoliberais. Raúl Prebisch - ao criticar a teoria de comércio internacional (que supunha irrealisticamente a mobilidade dos fatores

---

<sup>49</sup> Aloisio Teixeira, 1983, pp. 118-120.

<sup>50</sup> ver John Pinder in Carlo M. Cipolla, org., 1985, p. 357.

<sup>51</sup> Victor Bulmer-Thomas, op. cit., p. 270.

produtivos entre os países) e promulgar o desenvolvimento econômico na América Latina através da industrialização<sup>52</sup> - não estava teorizando num vácuo histórico.

Para Prebisch, a postura cepalina encontrava justificação no âmbito concreto da história, na medida em que a deterioração dos termos de troca para os países periféricos em relação aos países centrais a partir de 1930, apesar de uma parcial e insuficiente reversão dessa tendência durante a 2a. Guerra Mundial, causava uma queda do coeficiente de importação dos produtos latino-americanos por parte da Inglaterra e EUA, revelando assim “a indisfarçável insuficiência do impulso proveniente do exterior”<sup>53</sup> para o desenvolvimento econômico latino-americano.

Como a industrialização substitutiva de importações inicialmente não se tornou competitiva no mercado internacional para os produtos industriais - o que aconteceu apenas nos anos setenta em alguns setores de bens de consumo não-duráveis e de bens intermediários - o seu desenvolvimento implicou um crescente e estrutural déficit no balanço de pagamentos, como já previa Prebisch, pois as importações de bens de capital, de valor mais elevado, eram cada vez mais incrementadas. Num contexto em que o incremento do comércio mundial se dava pelo intercâmbio de manufaturas, a participação da América Latina nas exportações mundiais caiu de 13,5% em 1946 para 7% em 1960<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Raul Prebisch, 1964, pp.33-42, deixou claro que a industrialização não solucionaria naturalmente os problemas de desenvolvimento das economias latino-americanas, pois existia uma insuficiência dinâmica causada pelo desequilíbrio entre a produtividade e os investimentos. Isso queria dizer que o aumento de renda oriundo do aumento de produtividade gerava maior potencial de investimento, mas não na medida para absorver a mão-de-obra excedente - dando lugar a uma heterogeneidade estrutural nos mercados de trabalho latino-americanos. Como reflexo disso, o PIB per capita crescera a uma média de 1% ao ano na América Latina, durante a década de cinquenta, bastante abaixo do verificado nas economias dos países desenvolvidos durante o mesmo período. De forma a ilustrar tal insuficiência dinâmica, Aníbal Pinto, 1976, pp. 90-93, qualificou as economias latino-americanas como “economias de massas sem massas”, já que apenas 5% das populações desses países possuíam um potencial de consumo efetivo. Para Pinto, a distribuição de renda (nos âmbitos da estrutura tributária, salarial e de propriedade) deveria funcionar como alavanca para o desenvolvimento econômico.

<sup>53</sup> Raul Prebisch, 1979, pp. 21-22, 42-44.

<sup>54</sup> Victor Bulmer-Thomas, op. cit., p. 270.

Interessantemente, o hoje tornado paladino da ineficiência produtiva pela retórica neoliberal, Raul Prebisch, professava já em 1951 <sup>55</sup> que o problema econômico fundamental da América Latina era aumentar a renda real per capita através de um incremento da produtividade. As condições históricas daquele momento permitiram que esse crescimento da produtividade se desse a partir da industrialização - que por sua vez sofreria dilemas ao longo da década de sessenta, à medida que a inflação e a dívida externa se elevavam e o investimento direto externo fluía para a América Latina “truncando” as estruturas produtivas latino-americanas, mais especificamente nos casos de Brasil e México <sup>56</sup>.

Os cepalinos obtiveram sucesso na medida em que foram construídos parques industriais relativamente complexos em alguns países latino-americanos. Porém, os desequilíbrios estruturais se agravaram de tal maneira que essas conquistas seriam combatidas durante o momento neoliberal através de terapias anti-inflacionárias e de medidas de liberalização econômica indiscriminadas, tornando o subdesenvolvimento destas economias uma manifestação não apenas de estruturas truncadas, mas de blocos desintegrados.

No plano internacional, cabe salientar que as relações entre países foram redefinidas, entrando em vigor um novo contexto onde a potência hegemônica, os EUA, almejava estabelecer normas mundialmente aceitas, eludindo assim a distribuição assimétrica do poder econômico e político entre as nações. Foram assim criadas novas instituições internacionais, a partir da Conferência Monetária e Financeira da ONU

---

<sup>55</sup> Raúl Prebisch, 1979, p. 10.

<sup>56</sup> Fernando Fajnzylber, 1980, pp. 7-13, mostrou como a débil burguesia industrial latino-americana, se de um lado impunha uma elevada proteção à importação de bens de consumo, de outro, permitia a entrada não programada de investimentos externos que passaram a liderar e a definir a expansão do setor industrial a partir da produção de produtos para as classes de média e alta renda, não se progredindo assim em termos de complexidade produtiva, como no caso japonês.

organizada em Bretton Woods, no ano de 1944, sob a hegemonia norte-americana, tornada concreta a partir da instauração do padrão dólar-ouro <sup>57</sup>.

Datam desse ano o Fundo Monetário Internacional (FMI) - cujo objetivo era zelar pela estabilidade monetária mundial através da concessão de empréstimos a países com déficits no balanço de pagamentos e o BIRD (futuro Banco Mundial) - responsável pela execução de investimentos produtivos onde o capital privado fosse escasso. A essas duas instituições internacionais, integrou-se o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), em 1947, que tinha por objetivo permitir uma maior liberdade nos fluxos de comércio internacionais <sup>58</sup>.

Em contraste, a Guerra Fria, ao se recrudescer em 1948, colocava em xeque esse mundo harmônico estabelecido em Bretton Woods e instaurava a bipolaridade na política internacional que vigorou até a queda do muro de Berlim em 1989 <sup>59</sup>. Havia já passado o momento histórico da política de boa vizinhança dos Estados Unidos para com a América Latina, sob a égide da presidência de Roosevelt, durante os anos trinta, quando o objetivo máximo dos EUA era a união de forças contra o nazi-fascismo.

A partir de 1953, o não-intervencionismo do período entre-guerras tornava-se letra morta nas relações norte-americanas com a América Latina. A Revolução Cubana acirrou o contexto de Guerra Fria, fazendo com que os norte-americanos intervissem e expulsassem Cuba da OEA, na Conferência Interamericana de Punta del Este, realizada

---

<sup>57</sup> Samuel Lichtensztein e Mônica Baer, 1987, pp. 25-34, mostram que a hegemonia norte-americana, à diferença da inglesa no século XIX, conseguiu legitimar instituições e mecanismos multilaterais que se proclamavam organizadores da cooperação mundial.

<sup>58</sup> Victor Bulmer-Thomas, *op. cit.*, pp. 267-269, relata como o entusiasmo dos países latino-americanos em relação à constituição de uma nova ordem efetivamente multilateral foi precipitado. Na prática, o FMI e o Banco Mundial concentraram suas prioridades na reconstrução européia, enquanto o GATT não conseguiu liberalizar o comércio de produtos primários, a ponto de os EUA se recusarem a ratificar a Carta de Havana, de 1947-1948, que realizava alguns progressos nesse sentido.

<sup>59</sup> Eric Hobsbawm, 1994, pp. 225-230, dividiu os quarenta e cinco anos que englobam a história mundial de 1944 a 1989 em duas partes, sendo a linha divisória traçada em torno do início dos anos setenta, quando teve início a desestruturação do sistema internacional constituído em Bretton Woods. Quanto à distribuição do poder internacional emergente com a Guerra Fria, enquanto a situação na Europa e no Japão estava consolidada, havia uma disputa entre as duas superpotências pelo domínio sobre o Terceiro Mundo, principalmente na Ásia e na África e, em menor medida, na América Latina.

em 1962. Ao mesmo tempo, o presidente John. F. Kennedy lançava a Aliança para o Progresso, que envolvia investimentos públicos do governo norte-americano, de empresas privadas dos EUA, Europa e Japão, além de um compromisso latino-americano de mobilização de capitais<sup>60</sup>.

Os governos latino-americanos dessa época encararam a cooperação internacional - nos planos comercial e financeiro - como indispensável ao desenvolvimento econômico dos seus países, na medida em que podia conferir um impulso ao processo interno de acumulação. A idéia era caminhar paulatinamente para uma alteração das relações de dependência, pois não mais se imaginava que a América Latina seguiria as etapas do desenvolvimento tal como este havia se manifestado nos países desenvolvidos. No entender de Prebisch, o multilateralismo - desde que dotado de uma efetiva participação dos países subdesenvolvidos e periféricos - possibilitaria essa transformação das relações de dependência<sup>61</sup>.

Quanto às experiências de integração regional desenvolvidas na América Latina durante os anos sessenta - dentre as quais encontram-se a Área de Livre-Comércio da América Latina (ALALC) e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) - o seu objetivo básico estava na racionalização do processo de substituição de importações, incrementando as economias de escala para os países integrantes destes blocos e induzindo progressivamente a concorrência entre as indústrias latino-americanas, de forma a estimular a difusão do progresso técnico<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Demetrio Boersner, 1990, pp. 270-271, descreveu a história da Aliança para o Progresso, enfatizando que o precursor deste projeto havia sido o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, com a sua proposta de criação de uma Operação Panamericana, em 1958, a qual fora recusada pelo governo norte-americano neste ano, apoiada em 1959 pelos dirigentes da Revolução Cubana, e finalmente aceita pelo presidente Kennedy, em 1961, ainda que em outros moldes, como forma de se opor à tentativa de disseminação de uma revolução social para o resto da América Latina.

<sup>61</sup> Raul Prebisch, 1970, pp. 155-163. A empreitada de Prebisch no plano internacional resultou na criação, em 1964, da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD).

<sup>62</sup> *op. cit.*, pp. 187-197.



No entanto, os projetos de integração regional foram gradativamente se esfacelando à medida que a industrialização sofria impasses externos e as ditaduras militares se espalhavam pelo Cone Sul latino-americano. Se a participação do comércio intraregional no comércio total aumentou durante a década de setenta <sup>63</sup>, este foi um processo de natureza privada, liderado pelas multinacionais, a ser arrefecido em 1981, com a queda drástica das importações latino-americanas causada pelo contexto recessivo.

### *A Formação Abortada dos Estados Nacional-Populares*

O principal elemento sócio-político do período nacional-desenvolvimentista foi a possibilidade de relativa contemplação dos interesses das classes médias e trabalhadores a partir da expansão e complexificação do mercado interno. Isso não aconteceu tanto através de uma política distributivista, mas basicamente devido a uma redefinição do papel do Estado, responsável pela expressão política dessas forças sociais em ascensão.

Ao avaliar de forma genérica os vários regimes populistas da experiência histórica latino-americana - que vigoraram dos anos trinta aos setenta dependendo do país em questão - o nosso objetivo não é o de compreendê-los enquanto movimentos sociais ou ideologias do Estado, e muito menos identificá-los com a possível demagogia de alguns líderes personalistas. No nosso entender, esses regimes populistas refletiram uma forma específica de exercício do poder, onde Estado, sistema político e atores sociais apareciam de forma indiferenciada <sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> é importante frisar que, nos anos setenta, 50% das exportações intraregionais eram compostas de produtos industriais, enquanto no caso das exportações extraregionais esse percentual era bem inferior.

<sup>64</sup> Alain Touraine, 1989, pp. 186-187.

Podemos assim encontrar na América Latina forças ou movimentos nacional-populares movidos por uma estratégia de inclusão política e social. No entanto, esses setores sociais muitas vezes não viabilizaram suas “intenções populistas”, já que isto dependia do resultado dinâmico dos conflitos políticos existentes.

Ainda segundo Touraine <sup>65</sup>, o populismo na América Latina significou a própria recusa ao ideal de modernidade ocidental, tal como estruturado nas sociedades européias durante os séculos XVIII e XIX. Essa recusa supunha uma nova realidade utópica capaz de combinar as transformações do sistema capitalista com formas particulares de organização política e social. Se a modernização era dirigida de fora, ela deveria assumir um sentido nacional, o qual muitas vezes se mostrou anti-imperialista.

No mesmo sentido, Jorge Castañeda destacou no populismo - podendo ser este tanto um período histórico como um tipo de regime - uma certa idéia de modernidade, defensora da inclusão dos excluídos do período neocolonial, o que ficava patente nas novas legislações sociais e no arcabouço mítico que envolvia o conceito de nação<sup>66</sup>. Para Castañeda, o populismo latino-americano surgiu da confluência de duas forças: a capacidade limitada de reformar o sistema político de cima e a capacidade limitada de lutar pela reforma por parte dos setores sociais vindos de baixo e até então excluídos.

O regimes populistas envolveram a interdependência nem sempre harmônica de três objetivos: o Estado como articulador da identidade nacional; o aprimoramento dos mecanismos políticos e sociais de integração; e a valorização da cultura nacional e popular. O populismo - apesar do movimento contraditório de forças presente no seu seio e da forma diferenciada com que se apresentou nos vários países latino-americanos - sintetizou, para Touraine <sup>67</sup>, a natureza política dessas sociedades dependentes durante o período nacional-desenvolvimentista.

---

<sup>65</sup> op. cit., pp. 185-186 e 331-337.

<sup>66</sup> Jorge Castañeda, 1994a, pp. 40-50.

<sup>67</sup> op. cit., pp. 188-189.

Distanciando-se de Touraine, Halperin Dongui pinçou nos consensos populistas mais os seus dilemas e contradições do que uma forma específica assumida pelas relações entre a sociedade civil e o Estado na América Latina. Para o historiador argentino, a fragilidade do populismo latino-americano estava na incapacidade de se atingir um equilíbrio social e político face às dificuldades apresentadas pelas economias latino-americanas, a partir dos anos sessenta <sup>68</sup>.

No entender de Halperin Donghi, a crescente politização das massas engendrou uma redefinição dos alicerces de legitimidade dos governos - tanto ditatoriais como democráticos. Essa nova legitimidade mostrou-se incompatível com os sistemas econômicos, os quais não haviam se tornado soberanos industrialmente. O dilema da modernização por sua vez apresentou condicionantes mais políticos do que técnicos, já que as estruturas tradicionais pregressas de poder não ousaram se dissolver.

Esse contexto nublado do ponto de vista econômico agravou-se quando a política latino-americana foi redefinida nos termos da Guerra Fria, depois da Revolução Cubana. A postura inicial do presidente norte-americano John Kennedy em defesa de uma “revolução social pacífica” na América Latina foi perdendo terreno para uma ação mais intervencionista de caráter militar <sup>69</sup>.

Ao final dos anos sessenta, a política latino-americana primava pela manutenção do *status quo*, abrindo espaço para modelos de Estado reacionários e desorganizadores dos consensos populistas, com as raras exceções de Chile e Venezuela. No México, o desenvolvimento desnudava o seu caráter paradoxal <sup>70</sup>: as Olimpíadas de 1968 - que

---

<sup>68</sup> Tulio Halperin Donghi, op. cit., pp. 263-264.

<sup>69</sup> ver Tulio Halperin Donghi, op. cit., pp. 295-296, onde o autor explicitou a divisão da política externa norte-americana entre o Pentágono (ênfase no aspecto militar) e o Departamento de Estado (ênfase no aspecto econômico-social). Após a morte de Kennedy, o primeiro grupo foi favorecido, o que se refletiu no apoio ao Exército brasileiro quando da queda de João Goulart, nas intervenções no Panamá e em São Domingos e na repressão aos movimentos guerrilheiros na Venezuela, Bolívia e Guatemala.

<sup>70</sup> Octavio Paz, 1985, pp. 40-41.

simbolizavam uma festa de coroamento do progresso mexicano - ocorriam simultaneamente ao massacre de estudantes em Tlatelolco.

Esse desenlace autoritário significou uma forma de encaminhar as contradições presentes no panorama político do imediato pós-2a. Guerra. Se entre 1944 e 1946, podia-se identificar a ocorrência de três fenômenos distintos, mas inter-relacionados - democratização, tendência à esquerda e apoio à militância trabalhista <sup>71</sup> - em 1948, um refluxo dessas tendências era percebido a partir da proscrição dos partidos políticos comunistas, da cooptação das lideranças sindicais e da restrição à ampliação da democracia.

De forma a acompanhar esse percurso de conformação das perspectivas populistas, as quais foram enfraquecidas num momento posterior, chegando-se até aos projetos de extinção da sociedade civil das ditaduras militares, devemos compreender a natureza específica do capitalismo latino-americano durante o período nacional-desenvolvimentista. Nesse sentido, a análise das classes sociais não pode prescindir do fato de que uma complexa estratificação social existente antes da emergência do capitalismo moldara-se aos elementos constituintes de uma economia de mercado de bases capitalistas <sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> ver alguns exemplos citados por Leslie Bethell e Ian Roxborough no seu artigo "A Conjuntura do Pós-Guerra na América Latina" in Leslie Bethell e Ian Roxborough, orgs., 1996, pp. 17-41, tais como: a derrubada das ditaduras equatoriana e venezuelana; as eleições de Ramón Grau de San Martín pelo partido dos "autênticos" - o PRC-A - em Cuba, de José Luiz Bustamante y Rivero no Peru, candidato apoiado pela APRA de Victor Haya de la Torre, do reformista Juan José Arévalo na Guatemala e do governo de centro-esquerda no Chile através de Gabriel González Videla; além das eleições democráticas realizadas no Brasil e na Argentina depois de um longo período ditatorial.

<sup>72</sup> Para Florestan Fernandes, 1975, pp. 15-20, a sociologia não deve se curvar a uma tendência cosmopolita do capitalismo, nem a uma ênfase descabida na peculiaridade do capitalismo em países subdesenvolvidos, já que existem elementos universais e particulares na compreensão da "dinâmica da sociedade de classes no mundo subdesenvolvido". Assim, paradoxalmente, no momento em que estas sociedades latino-americanas assumiram a condição de subdesenvolvimento, ela introjetaram as possibilidades para a sua superação, assimilando em algum grau "o padrão de crescimento e equilíbrio inerentes ao capitalismo autônomo e auto-suficiente". A explicação para o subdesenvolvimento econômico possui a mesma natureza daquela processada para o desenvolvimento econômico, a ser resumida na seguinte questão: como as classes se organizam e cooperam entre si frente a um regime social de produção econômica de natureza predominantemente capitalista?

Dai a importância, segundo Florestan Fernandes, das contribuições weberianas para a análise sociológica latino-americana, sendo o conceito de “situação de classe” mais apropriado que o de classe social, pois na América Latina as formas típicas de socialização de classe mostram-se “débeis, vacilantes e ambíguas”<sup>73</sup>.

O sociólogo paulista diferenciou os países que se encontravam no limiar da transição para o capitalismo avançado: configurando Brasil e México os tipos mais complexos de capitalismo dependente; enquanto nos casos venezuelano e argentino o excedente econômico não contribuiu para a gestação de um desenvolvimento capitalista integrado; e no chileno verificou-se um esgotamento das possibilidades de crescimento no seio do capitalismo dependente<sup>74</sup>. Essas diferenciações não devem servir como constatações ahistóricas, cumprindo o papel de enfatizar como a estruturação do Estado e das classes sociais se deu no marco dessas sociedades subdesenvolvidas durante o período nacional-desenvolvimentista.

Nesse sentido, não nos parece adequada a visão de Luis Carlos Bresser Pereira., para quem o Estado populista haveria sucedido o Estado oligárquico-mercantil e antecedido o Estado tecnocrático-capitalista dependente<sup>75</sup>. O populismo, segundo essa abordagem, significou meramente uma etapa em direção ao “subdesenvolvimento industrializado”, durante a qual teria se verificado uma maior amplitude de grupos e classes sociais tangendo a esfera do poder, sem se dignar o autor, entretanto, a esboçar uma hipótese acerca das contradições sociais e as condições de expansão do capitalismo.

O populismo, através de um enfoque marxista reducionista, foi também encarado como a mistificação ideológica processada por um caudilho com o objetivo de descaracterizar o conteúdo social imanente às lutas populares, como nos sugeriu

---

<sup>73</sup> op. cit., pp. 27-30.

<sup>74</sup> op. cit., pp. 48-50.

<sup>75</sup> Luis Carlos Bresser Pereira, 1977, pp.116-138. Percebe-se claramente que esses três modelos de Estado são formulados a partir de uma análise unilateral das transformações econômicas e dos seus efeitos sobre os planos político e ideológico.

Augustin Cueva <sup>76</sup>. Parece-nos, ao contrário, mais adequado seguir os passos de uma revolução burguesa “difícil” <sup>77</sup>, nos termos de Florestan Fernandes, delimitando assim as possibilidades e dilemas enfrentados pelo capitalismo nesses países, sem que para isso devessem se conformar revoluções nacionais e democráticas, segundo os figurinos europeu e norte-americano.

Essa visão permite explicar como a retórica do desenvolvimentismo no segundo governo Vargas funcionou não como simples máscara, refletindo o projeto de industrialização a forma de consolidação do capitalismo, porém não dissociado de manifestações conservadoras e ambíguas, em virtude justamente da ampla coalizão de forças que definia as suas margens de possibilidades <sup>78</sup>.

É também sugestivo que o capitalismo tenha sentado as suas bases no México num momento de retórica dirigista e socialista e nem por isso mascaradora da realidade. Octavio Ianni <sup>79</sup> situou no governo Cárdenas o momento de transformação do Estado mexicano em categoria essencial para a constituição de uma formação social capitalista. Logo, em virtude da inexistência de uma classe suficientemente organizada e hegemônica, o Estado, durante o período cardenista, atuou como vanguarda organizadora das relações de produção, das forças produtivas e da acumulação tanto pública como privada do capital.

---

<sup>76</sup> Por exemplo, para Augustin Cueva, 1983, pp. 184-185, “toda revolução anti-imperialista conseqüente possui necessariamente claras características anti-capitalistas”. O fato de que assim não ocorresse na América Latina não serviu para que Cueva revisasse o seu marco teórico. O desprezo demonstrado por esse autor ao conceito de populismo deve-se assim às conotações não-revolucionárias desse regime de poder.

<sup>77</sup> para Florestan Fernandes, 1987, pp. 311-312, a “dificuldade” da revolução burguesa no Brasil - mas também na América Latina - está na tentativa de “se extrair um ethos burguês do cosmos patrimonialista no qual ele fora inserido, graças a quatro séculos de tradição escravista e de um tosco capitalismo comercial”. Isso fez com que a burguesia brasileira, por exemplo, realizasse o seu movimento histórico de uma maneira especificamente contra-revolucionária, como no caso do golpe de 64, “rompendo com o arsenal ideológico e utópico inerente às tradições republicanas dessa burguesia”.

<sup>78</sup> Pedro César Dutra Fonseca, 1989, pp. 354-360.

<sup>79</sup> Octavio Ianni, 1991, pp. 13-27.

No caso brasileiro, segundo Sônia Draibe <sup>80</sup>, o Estado do pós-trinta adquiriu foros de universalidade de duas maneiras. De um lado, à partir do ordenamento jurídico-político e da ampliação das funções técnico-legislativas e, de outro, através da estatização das relações sociais viabilizada pela absorção dos vários interesses corporativos no seio do seu próprio aparelho. Sob esse aspecto, as políticas de caráter nacional do período (educação, saúde, previdência social e trabalho) permitiram a constituição de um Estado capitalista, na medida em que controlavam a inserção subordinada dos interesses subalternos no âmbito do Estado, constituindo e reforçando as estruturas capitalistas de dominação <sup>81</sup>.

Se o Estado deu um sentido ao processo de acumulação e determinou os mecanismos de exercício do poder, qual foi o espaço político ocupado pelo capital industrial? Se este teve na América Latina dificuldades para se inserir de forma autônoma nos vários espaços produtivos nacionais, no plano político a sua postura era ainda mais cautelosa. Durante os anos cinquenta, era comum se associar no Brasil e na América Latina a burguesia nacional à noção de projeto nacional. Mas “a crise pós-desenvolvimentista” dos anos sessenta trouxe novos elementos a esta equação política, na medida em que os antigos empresários nacionais engrossaram fileiras na defesa do golpe brasileiro de 1964.

Para Luciano Martins <sup>82</sup>, ao se conferir ao empresário nacional um papel shumpeteriano, inovador e progressista no processo de desenvolvimento, deixou-se de lado o contexto social latino-americano, no qual o “divórcio entre a racionalidade privada e a social” fez do empresariado não tanto um indutor do processo de

---

<sup>80</sup> Sônia Draibe, 1985, pp. 62-76.

<sup>81</sup> no entanto, manifestava-se uma contradição básica para a constituição de uma ordem pública segundo os preceitos da democracia liberal. O Estado de direito surgia de forma concomitante ao arcabouço burocrático-material centralizado pelo poder público, tornando limitada a democracia e hipertrofiado o poder Executivo. Ver Sônia Draibe, op. cit., pp. 374-375.

<sup>82</sup> Luciano Martins, 1968, pp. 107-118.

industrialização, mas principalmente um grupo de pressão oferecendo resistências e apoios tácitos em cada situação política específica.

De outro lado, uma prática política transformadora, capaz de instaurar uma nova hegemonia nacional-popular, segundo a tradição do pensamento gramsciano, não vingou na América Latina<sup>83</sup>. Os projetos socialistas latino-americanos ficaram reféns da matriz clássica soviética, dificultando a reverberação de suas ações políticas pelo conjunto das forças populares.

Para Portantiero, o êxito dos populismos consistiu na elaboração desde cima de um novo arranjo de poder, cooptando as massas através de uma modernização da política. Porém, ao mesmo tempo que permitiu uma maior inserção política a essas forças sociais, o populismo abortou a constituição de uma hegemonia nacional-popular, segundo a terminologia gramsciana.

O fortalecimento da burguesia industrial e a expansão do proletariado e de um setor popular urbano não-operário resultaram de uma ampliação da divisão social do trabalho. Porém, se a industrialização propiciou uma base de sustentação aos novos grupos, não dissolveu as antigas e ainda poderosas elites que geravam as divisas de exportações e nem as forças políticas controladoras do poder nos âmbitos local e regional<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Juan Carlos Portantiero in Carlos Nelson Coutinho, org., 1988, pp. 47-60. Segundo Portantiero, o nacional-popular aparece em Gramsci através de duas dimensões: as formas culturais e a vontade coletiva. O elemento nacional-popular rechaça os dois extremos do cosmopolitismo (liberalismo) e do nacionalismo (fascismo) e almeja associar o nacional ao povo, duas entidades distanciadas pelo caráter elitista do poder e da cultura em sociedades industrializadas tardiamente. Na Itália de Gramsci, a união entre essas idéias-força poderia provocar uma nova hegemonia, trazendo a possibilidade de uma mudança histórica. Para tal, as classes sociais deveriam transcender o horizonte de suas atividades econômico-corporativas, agrupando-se em torno de uma vontade coletiva.

<sup>84</sup> cabe aqui uma reflexão a respeito do papel das burocracias latino-americanas, agindo no seio de formações sociais pratriomonalistas. Para Roberto Guimarães in Planejamento e Políticas Públicas, 1990, pp. 10-11, a burocracia não constitui uma classe em si mesma, também não estando determinada pelas elites ou classes dominantes. Isso a leva a um movimento pendular, ora apoiando os aspectos pluralísticos da democracia, como durante certos momentos do período nacional-desenvolvimentista, ora se curvando às práticas de caciquismo, cooptação e mesmo de repressão.



Esse “populismo desenvolvimentista”<sup>85</sup> envolveu interesses bastante contraditórios - investimentos de monta e consumo ampliado; participação estatal no desenvolvimento e expansão do setor privado - que não necessariamente deveriam vir à tona, mas que assim o fizeram quando o contexto internacional “voltou as costas” para a América Latina e no contexto interno as alianças políticas se tornaram mais fragmentadas.

Empreendemos agora a tarefa de compreender como esses dilemas se manifestaram e foram contornados, mormente nos quatro países que mais perto chegaram de uma conformação de poder definida prioritariamente pela ação endógena dos elementos econômicos e sócio-políticos.

No Brasil e no México, segundo Alain Touraine<sup>86</sup>, os Estados nacional-populares talvez nunca tenham chegado a se configurar, já que as elites dirigentes saíram fortalecidas pela ação do Estado, fazendo com que estes países se aproximassem mais do perfil nacional-desenvolvimentista.

Na Argentina, o corporativismo do operariado e a menor pujança da industrialização impediram que o nacional-desenvolvimentismo assumisse a mesma natureza que nos dois casos anteriores. Se o caso de Eduardo Frei no Chile aproximou-se de alguma forma do nacional-desenvolvimentismo, a peculiaridade do sistema político chileno gerou uma polarização excessiva que levou a uma tentativa de socialismo democrático frustrada.

Não obstante, em termos bastante genéricos, o nacional-desenvolvimentismo parece ter sido a intenção de grande parte dos líderes de esquerda e direita latino-americanos durante este período, afeitos que eram a um modelo de crescimento

---

<sup>85</sup> para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, 1970, pp. 91-97, o “populismo desenvolvimentista” podia oscilar tanto em direção a um distributivismo social e econômico quanto a um nacionalismo mantenedor dos interesses econômicos dos novos setores dominantes.

<sup>86</sup> op. cit, pp. 212-213.

econômico com intervenção ativa do Estado e participação das forças sociais na estrutura política, ainda que não de forma autônoma.

Começamos pelo México. Esse país distinguiu-se dos demais países latino-americanos entre os anos trinta e sessenta por ter conseguido um equilíbrio mais “feliz” entre a nova situação econômica de industrialização voltada para o mercado interno e o sistema político onde eram canalizados os interesses de quase todas as forças sociais, excluindo apenas a Igreja e os antigos proprietários de terra<sup>87</sup>. A inexistência de uma classe de grandes proprietários rurais permitiu uma maior liberdade na política de investimentos desse país. Assim, de 1954 a 1976, impôs-se o “desenvolvimento estabilizador”<sup>88</sup>, que pressupunha um aumento dos lucros e dos salários reais sem criar problemas estruturais no campo da inflação e do balanço de pagamentos.

Mas o grande crescimento industrial remonta ao período dos anos quarenta - para alguns economistas o marco da “decolagem” da economia mexicana - que coincidiu justamente com a predominância da burguesia industrial no aparato de poder. Em 1946, após a posse do presidente Miguel Alemán, conjugaram-se vários processos, típicos da nova feição adquirida pela sociedade mexicana: industrialização maciça, urbanização caótica, classe média consumista e burocracia tecnocrata crescentemente desvinculada dos líderes revolucionários<sup>89</sup>.

No entanto, essa industrialização capitaneada pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) - que assumia o seu formato definitivo em 1946 - não teria sido possível se o sistema político não estivesse legitimado pela sociedade nos seus vários elementos componentes: camponeses, operários, organizações populares e Exército.

---

<sup>87</sup> Tulio Halperin Dongui, op. cit., pp. 236-239, observou que “o México socialista estava para se tornar o país da América Latina que melhor soubera se adaptar ao clima do capitalismo na segunda metade do século XX”. Para isso, a reforma agrária contribuiu principalmente graças aos seus aspectos sócio-políticos, na medida em que criou uma grande massa de camponeses que mantinham uma certa benevolência para com os “herdeiros do regime revolucionário”.

<sup>88</sup> Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, 1993, pp. 168-170.

<sup>89</sup> Alan Riding, 1985, pp. 73-75.

Essa tarefa foi executada por Lázaro Cárdenas (1934-1940) que institucionalizou o movimento camponês e operário e criou um sentimento de auto-estima nacional a partir da idéia de um desenvolvimento com feições próprias. Daí o motivo de Alain Touraine ver no PRI mais uma forma de Estado do que um partido político <sup>90</sup>.

Foi, aliás, a partir de Cárdenas que a revolução adquiriu um certo caráter de perpetuidade, segundo Aguilar Camín e Lorenzo Meyer <sup>91</sup>, na medida em que um presidente após o outro vinha para resgatar a “verdade da revolução”, pois esta implicava uma série de tarefas em todos os campos da vida social <sup>92</sup>.

O capitalismo mexicano prosperou amortecendo as várias demandas sociais que por sua vez não bloquearam o crescimento industrial, já que este dependia fundamentalmente do Estado e do investimento externo norte-americano - que nos anos sessenta controlava os setores mais dinâmicos da economia - automotivo, bens de capital, elétrico e químico.

Mas nem tudo era perfeito no mundo mexicano do desenvolvimento estabilizador, já que a “dinâmica da desigualdade” se acelerava: nos anos setenta, entre 50% e 70% da população estava marginalizada do desenvolvimento, num contexto de deterioração da distribuição de renda e de ampliação da dependência comercial e financeira em relação aos Estados Unidos <sup>93</sup>.

Os corretivos ao desenvolvimento - melhoria da distribuição de renda e reforma fiscal progressiva - não estavam disponíveis nessa democracia restrita, dotada de ferramentas claramente autoritárias para aplacar greves e movimentos sociais. Portanto, se o populismo mexicano vigorou durante o governo Cárdenas, o seu legado foi

---

<sup>90</sup> op. cit, pp. 213.

<sup>91</sup> op. cit, pp. 160-161.

<sup>92</sup> nos discursos e escritos de Cárdenas, a idéia da necessidade de contínuo aperfeiçoamento da Revolução está sempre presente. Às vésperas do início de seu governo, em 1934, Cárdenas dizia: “no debemos dar por terminados los compromisos de la Revolución”. Finalizando seu mandato, em 1940, ele seguia enfatizando que “continuará el movimiento revolucionario, a pesar de la sucesión transitoria de sus hombres”. Ver Lázaro Cárdenas, 1976, pp. 19-21.

transformado num tecnicismo econômico que se aproveitava de um sistema político crescentemente restringido - graças ao monopólio do poder exercido pelo PRI.

Apesar de o presidente Luis Echeverría (1971-1976) haver tentado um renascimento do populismo na primeira metade da década de setenta - principalmente a partir de uma pregação terceiro-mundista no plano internacional - esta estratégia se mostrou ineficaz, ou melhor, não foi além do plano da retórica, pois a relação entre o capital industrial e o Estado já era essencialmente simbiótica - enquanto entrava em xeque não somente o modelo de desenvolvimento mas também o sistema político e o seu método de arbitragem dos conflitos sociais <sup>94</sup>. Isso ficaria comprovado a partir da desvalorização do peso de 1976 e das cisões no âmbito do PRI - que se aprofundariam ao longo dos anos oitenta.

Quanto ao Brasil, o movimento político que colocou Getúlio Vargas no poder em 1930 e que, se redefiniu a partir da revolução de 1932 - quando a elite paulista se mostrou como força importante no plano político nacional - consolidou-se em definitivo no Estado Novo (1937-1944), através de uma aliança entre a burocracia civil e militar e a burguesia industrial, no intento de promover uma industrialização sem abalos sociais <sup>95</sup>.

Apenas a partir de 1937, a política econômica passou a estimular o desenvolvimento industrial, sendo criada nesse ano a Carteira de Crédito Agrícola e

---

<sup>93</sup> Pablo Gonzalez Casanova, 1983, pp. 163-178.

<sup>94</sup> Para José Luis Reyna em seu artigo "Redefining the Authoritarian Regime" in José Luis Reyna e Richard Weinert, orgs., 1977, pp. 155-169, o México, entre os anos quarenta e setenta, presenciou o advento do capitalismo monopolista o que repercutiu em alguma medida numa estrutura política monopolística, a qual o autor definiu como "corporativismo populista". Esse sistema de conciliação propiciava um ativismo dos grupos sociais que tinham porém as suas demandas "desradicalizadas". Entre 1955 e 1973, o crescimento econômico foi inclusive acompanhado de aumento dos salários reais. Porém, já na primeira metade da década de setenta, podia-se notar que esse sistema de conciliação vivia um momento de equilíbrio instável, aprofundando-se os vínculos do aparelho estatal com a burguesia e atenuando-se a satisfação das demandas populares através de uma "retórica populista" cada vez mais descolada da realidade concreta.

<sup>95</sup> Boris Fausto, 1995b, pp. 366-373.

Industrial do Banco do Brasil e ampliada a participação direta do governo em empreendimentos nos setores siderúrgico, minerador, químico e de energia elétrica <sup>96</sup>.

Data desse período também a legislação do salário mínimo, de 1940, e o Código de Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, que visaram manter uma estrutura sindical vinculada ao aparelho do Estado e processar a construção no plano simbólico da figura de Getúlio Vargas como defensor dos trabalhadores.

Já no período 1946-1964, dois momentos importantes devem ser destacados: o segundo governo Vargas e o governo Juscelino Kubitschek (JK). No segundo governo Vargas, foram feitos investimentos nos setores de energia e transportes. Nesse período, teve a sua origem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cujo objetivo era ampliar a infra-estrutura física e acelerar o processo de diversificação industrial.

Mas as necessidades de fazer face a um contexto de aumento da inflação, de um lado, ao que se respondia com medidas ortodoxas no plano econômico, e de enfrentar um contexto de acirramento das greves, de outro, como no caso dos trabalhadores têxteis de São Paulo, em 1953, <sup>97</sup>, levaram ao suicídio político de Vargas - reflexo da própria impossibilidade de se resolver estes dilemas através de um consenso populista.

O governo JK simbolizou a tentativa de restabelecer esse populismo instável através de uma política tipicamente nacional-desenvolvimentista. O Plano de Metas, lançado em 1957, significou uma iniciativa integrada de diversificação da indústria brasileira, desenvolvendo os setores siderúrgico, mecânico, elétrico e de material de transporte. Entre 1957 e 1961, o PIB per capita brasileiro cresceu em torno de 4%, três

---

<sup>96</sup> ver o artigo "Política Industrial no Brasil" de Wilson Suzigan in Wilson Suzigan, org., 1978, pp. 46-47, onde o autor afirma que este estímulo não configurava uma política industrial propriamente dita, já que a proteção decorrente da política cambial era ainda consequência do esforço para controlar o desequilíbrio externo.

<sup>97</sup> Boris Fausto, op. cit., p. 412.

vezes mais que no restante da América Latina<sup>98</sup>. Durante esse período, consolidou-se o tripé da estrutura produtiva brasileira, integrando capital privado nacional, capital externo e capital estatal.

No entender de Octavio Ianni<sup>99</sup>, o “desenvolvimentismo populista” implantado pelo modelo getuliano não foi resultado de um projeto global, formulado de maneira sistemática, sendo antes o resultado de uma ação do Estado, por vezes autoritário por vezes populista, frente aos interesses de vários grupos e classes sociais. O período 1961-64 representou por sua vez “o esgotamento desse ciclo estrutural de realizações”. Para Ianni, no interior do modelo getuliano, constituíram-se um modelo socialista, que rompia através do movimento sindical com a tradição populista, e o modelo internacionalista, desenvolvido pelo próprio Juscelino Kubitschek como forma de superar as contradições internas do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Esse modelo internacionalista seria levado às suas últimas conseqüências pelo governo militar de 1964 - causando fraturas no nacional-desenvolvimentismo e no populismo que apesar de fluido havia se consolidado como modelo de arbitragem dos conflitos sociais. O modelo internacionalista no Brasil não significou o amainamento da intervenção estatal - que foi inclusive reforçada - nem o desmantelamento do capital privado nacional, que encontrou nichos de inserção industrial à medida que a economia ostentava altas taxas de crescimento.

A estabilidade política do governo JK fôra apenas relativa, na medida que dependeu de uma atuação convergente da política econômica, dos partidos políticos no Congresso e do Exército, fazendo com que a democracia não estivesse sedimentada na sociedade civil, dependendo para sua eficácia de fatores econômicos e políticos de natureza conjuntural<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> Boris Fausto, *op. cit.*, pp. 425-430.

<sup>99</sup> Octavio Ianni, 1968, pp. 123-133.

<sup>100</sup> Maria Vitória M. Benevides, 1976, pp. 47-51.

Aceitando a análise histórico-estrutural de José Luis Fiori <sup>101</sup>, o Estado desenvolvimentista brasileiro se viabilizou ideologicamente nos anos vinte, assumiu uma forma centralista, autoritária e intervencionista nos anos trinta, para alcançar seu pleno sucesso desenvolvimentista nos anos cinquenta. Apesar da sua forma autoritária, este Estado se postou como “fraco” politicamente frente ao interesses da internacionalização, principalmente no contexto de um pacto social interno frágil, que tinha dificuldade de integrar na estrutura de poder os interesses dos grupos e classes sociais nacionais.

Logo, tanto o México como o Brasil apoiaram-se de forma muito marginal nos esquemas populistas - principalmente nos momentos posteriores a Cárdenas e a partir do segundo governo Vargas - preferindo realizar a arbitragem de interesses no âmbito de um Estado desenvolvimentista, mais forte para dirimir entre os vários interesses em jogo e mais dotado de legitimidade social no México que no caso brasileiro. Essas diferenças explicam a emergência do golpe militar no Brasil em 1964, ao contrário do México que manteve o mesmo sistema político ainda que com crescentes contestações sociais.

A Argentina distinguiu-se desses dois países <sup>102</sup> na medida em que o populismo se mostrou aqui mais próximo do seu tipo ideal: as demandas populares levaram a uma efetiva participação do sindicalismo, através da *Confederación General del Trabajo* (CGT), na política peronista. Dessa forma, a burguesia de Estado mexicana e a burguesia industrial brasileira imbricada no aparelho do Estado não podem ser comparadas à burguesia industrial argentina, reticente com relação ao peronismo, apesar dos intentos de Perón de cooptá-la através da *Confederación General Económica* (CGE) <sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> José Luiz Fiori, 1995a, pp. xvii-xviii.

<sup>102</sup> pode-se fazer um contraponto entre o peronismo e o cardenismo, a partir de Werner Altman, 1991, pp. 419-420. Para Altman, a aliança de classes que havia engendrado o peronismo não possuía o mesmo “estofo” daquela criada pelo cardenismo, onde havia a estruturação de um Estado e de um sistema político que transcendiam a figura do líder personalista. Por isso, o peronismo mostrou ser uma experiência mais conjuntural e datada e menos policlassista do que o cardenismo, já que este, mesmo desvirtuado depois da saída de Cárdenas, continuou vigorando através de uma arquitetura sólida de exercício do poder político.

<sup>103</sup> Aliás, para Halperin Donghi, op. cit., p. 285, uma das heranças do período pós-peronista é a existência de uma classe operária de atuação política mais coerente que o patronato industrial.

Tanto assim que em 1955, após a saída deste presidente do poder, a *Unión Industrial Argentina* (UIA) voltou a assumir um papel destacado na política argentina. No entanto, a UIA não estimulou uma grande transformação produtiva direcionada pelo setor industrial, preferindo se aliar às elites tradicionais e militares <sup>104</sup>.

É importante ressaltar que Perón <sup>105</sup> alçou-se ao poder na Argentina após um período de oscilação entre a regeneração nacional e a restauração constitucional, onde governos militares e civis se alternaram, entre 1930-1943, havendo uma prevalência dos enfoques conservadores e nacionalistas à la Juan Manoel Rosas. Contudo, o clamor pela democracia já se fazia sentir a partir de meados dos anos trinta através das greves operárias e das manifestações dos partidos comunista e radical, unidos através das frentes democráticas.

O papel de Juan Perón - presidente argentino nos períodos 1946-1951 e 1952-1955 - foi associar esses elementos díspares que configuraram a crise do regime neocolonial: industrialização, demandas sociais latentes, bem como a necessidade de uma nova legitimidade democrática e de uma nova força política que se interpusesse entre os comunistas e os nacionalistas conservadores.

O projeto de industrialização por substituição de importações através da expansão do mercado interno teve um sucesso imediato na Argentina, pois contou com uma distribuição de renda favorável aos trabalhadores. Houve um controle rígido do câmbio e a estatização de vários setores da economia <sup>106</sup>. A sindicalização cresceu de forma exorbitante, a partir de 1943, para atingir o seu ápice em 1953. Não obstante o

---

<sup>104</sup> Para Jorge Schvarzer, 1996, pp. 240-243, a industrialização argentina - salvo no que diz respeito às novas plantas industriais dos setores produtivos dinâmicos e geralmente controlados por firmas multinacionais - assumiu uma lógica extensiva de esgotamento do potencial das instalações existentes, semelhante portanto à lógica extrativa do setor primário.

<sup>105</sup> ver Luis Alberto Romero, 1994, caps. 3 e 4, onde nos baseamos para apreender o significado histórico do peronismo.

<sup>106</sup> houve tanto as empresas compradas pelo Estado, principalmente nos setores de telefonia, ferroviário, portuários e serviços em geral, como as criadas por este para um fim específico, como nos setores de gás combustível, água e energia. Chegou-se mesmo a criar a *Dirección Nacional Industrial del Estado*



fato de o Estado controlar a ação sindical, esta não deixava de representar os interesses dos trabalhadores.

A democracia de massas suplantava a democracia formal e as grandes concentrações na *plaza de Mayo* conferiram uma certa legitimidade plebiscitária ao regime populista de Perón, que ademais contava com o carisma de sua mulher Evita, de origem popular, simbolizando a identificação do seu governo com o povo.

No entanto, já no segundo governo de Perón, a situação econômica se agravava, enquanto o pacto peronista que envolvia o sindicalismo, o Exército e a Igreja afrouxava-se paulatinamente. Medidas anti-inflacionárias foram acionadas e os contratos coletivos de trabalho congelados por dois anos. O populismo peronista transmutou-se em autoritarismo ao mesmo tempo em que se verificou uma normalização nas relações externas com os Estados Unidos. A dificuldade de sustentar essas contradições levou ao golpe militar de 1955. A deposição de Perón era fruto do mesmo contexto que propiciara o suicídio do presidente Vargas no ano anterior.

Entre 1955 e 1966, o sistema político argentino passou a sofrer de um acentuado dualismo <sup>107</sup>, já que os peronistas (proscritos eleitoralmente) e os anti-peronistas agiam em arenas políticas diferenciadas. Os sindicatos peronistas, que não participavam do Congresso nem do aparelho do Estado, emperravam qualquer política levada a cabo pelos radicais no poder - Arturo Frondizi (1958-1962) e Arturo Illia (1963-1966). A aliança civil-militar que depusera Perón, de composição bastante heterogênea, divergia em dois pontos básicos: integração ou proscricção do peronismo;

---

(DINIE), uma holding pública que organizou as empresas alemãs confiscadas durante a guerra. Ver Jorge Schvarzer, *op. cit.*, pp. 201-205.

<sup>107</sup> ver o artigo "Political Cycles in Argentina Since 1955" de Marcelo Cavarozzi in Guillermo O'Donnell et alli, *org.*, 1986, pp. 19-31.

enquanto no campo da política econômica, não havia consenso entre os liberais, desenvolvimentistas e populistas reformadores <sup>108</sup>.

Aos poucos, os liberais - apoiados pelos militares - foram percebendo que a erradicação do peronismo e a retificação da orientação estatista e industrialista da política econômica não combinariam com um sistema político democrático. O golpe militar de 1966 seguiu essa linha, ao ver no enclausuramento da política a forma de frear o aumento da participação dos setores populares na vida econômica e social da Argentina.

O populismo argentino, mais que em qualquer outro lugar da América Latina, tornou-se a própria expressão de um modelo duradouro de vinculação entre Estado e sociedade, a ponto de se solidificar enquanto fenômeno político para além de uma determinada retórica. Isso ficou patente na sua incapacidade de se adaptar ao novo momento histórico: o peronismo não apresentaria assim a mesma maleabilidade verificada nos demais países onde o Estado era mais independente das forças sociais.

O Chile foi talvez o único país latino-americano a tentar superar o clima político da Guerra Fria, encontrando uma terceira via - equidistante do socialismo e do capitalismo desigual - através do aprofundamento do modelo de substituição de importações. Isso aconteceu primeiramente no governo Eduardo Frei (1964-70), através da "chilenização" das minas de cobre e da reforma agrária <sup>109</sup>. Nas cidades, intentava-se

---

<sup>108</sup> nessa época, o Partido Radical havia se cindido em dois: os "intransigentes" e os "populares". Os intransigentes eram desenvolvimentistas em matéria de política econômica e defendiam a gradual integração do peronismo no sistema político. Já os populares, eram intervencionistas em política econômica e defendiam a proscrição do peronismo. Os liberais apoiavam os radicais intransigentes na política econômica de curto prazo e os radicais populares na postura refratária à volta do peronismo como força política legal. Essas fricções no campo das alianças entre radicais e liberais abriram espaço para o golpe militar de 1966.

<sup>109</sup> a chilênização era diferente da nacionalização, na medida em que significava uma aquisição de 51% da participação acionária nas minas de cobre, o que permitia ao governo definir uma política de preços e de investimentos autônoma. Além da reforma agrária, deve-se ressaltar que durante esse período aumentou de forma significativa a sindicalização dos trabalhadores rurais, chegando a representar, em 1970, 20% do total de filiados no país. Deve-se ressaltar também o papel do gasto público, o qual dobrou entre 1964 e 1970. Ver Simon Collier e William F. Sater, 1996, pp. 311-316.

através de ações comunitárias a mobilização política das mulheres e jovens dos bairros populares, integrantes de um subproletariado em crescimento.

Mas essa nova situação sócio-econômica e política significava um equilíbrio instável entre o sistema político chileno - sólido e aberto - e o crescimento das demandas sociais, no dizer de Alain Touraine <sup>110</sup>. A chave do sistema político chileno estava na ampla rede de partidos políticos - mais ou menos vinculados às classes sociais e dotados de ideologias próprias - bem como na existência de espaços viáveis de transação entre estes, especialmente no âmbito do Congresso. Ou seja, diferentemente das poderosas instituições estatais da Argentina e do Brasil, existia no Chile um esquema centralizador de decisões políticas mas que dependia da vigência de uma democracia representativa, segundo Valenzuela <sup>111</sup>.

Este sistema político gerava uma permanente polarização e competitividade na política chilena que se resolvia através da acomodação de interesses. A existência de uma direita, de uma esquerda e de um centro pragmático genuínos contribuíram para tal desenlace. A natureza estrutural da dependência na política chilena pode ser explicada através da contradição de um sistema social onde as necessidades de transformações eram amplas - ligadas à necessidade de desenvolver o país - mas os recursos passíveis de serem distribuídos via sistema político muito limitados. Ao se converter em centro ideológico, a democracia cristã chilena inviabilizava essa política acomodatória, reforçando as atitudes críticas da esquerda e da direita ao regime.

A eleição de Salvador Allende refletiu essa polarização política exacerbada, que se cristalizou durante o seu governo e acabou por romper com os próprios alicerces da política democrática chilena. O governo da Unidade Popular - heterogênea aliança de partidos encabeçada pelo partido Socialista - propunha a transformação das relações de

---

<sup>110</sup> Alain Touraine. *op. cit.*, pp. 205-206.

<sup>111</sup> Arturo Valenzuela, 1989, pp. 67-68.

classe e de propriedade num regime democrático. Para tanto, no plano econômico, os socialistas democráticos redistribuíram a renda, ampliaram os programas e serviços públicos, estenderam o controle do Estado sobre a iniciativa privada, além de terem expandido a reforma agrária.

Na verdade, a estratégia socialista acabou por ressaltar a natureza dependente da economia chilena <sup>112</sup>, levando aos seus últimos limites o modelo de substituição de importações, bem como o sistema de arbitragem dos conflitos políticos a ele relacionado. Ao exacerbar os conflitos do período nacional-desenvolvimentista, o Chile se tornou o primeiro país latino-americano a presenciar uma experiência neoliberal como tentativa de solução aos seus impasses históricos, instaurada de forma despótica pelo general Augusto Pinochet.

### *Desenvolvimentismo e Modernismo: As Novas Ideologias*

O desenvolvimentismo vicejou enquanto doutrina ideológica durante os anos quarenta e cinquenta do século XX. A dinâmica histórica latino-americana constituída de forma subordinada durante o período neocolonial, contribuía agora para a definição dos rumos da história universal. Nesse período, as idéias, as variáveis econômicas e as forças sociais revestiam-se de um endogeneidade impressionante em relação aos padrões do início do século.

O desenvolvimentismo - enquanto doutrina propulsora do desenvolvimento econômico - possuía três vertentes básicas que se entechavam no interior de um

---

<sup>112</sup> Arturo Valenzuela, op. cit., pp. 155-162, aponta como já em 1973, a inflação se descontrolava e os déficits externos se ampliavam, rompendo o apoio comum da burguesia e dos setores populares às políticas voltadas para o mercado interno. A política econômica de Salvador Allende propiciou uma cisão entre a esquerda e a direita do espectro político, a primeira perseguindo um desenvolvimento com base no aumento da massa salarial, da participação do Estado na economia e da industrialização autárquica, enquanto a segunda acreditava no fim da intervenção estatal, no arrocho salarial e na

universo ideológico que viveu sua origem, maturidade e crise entre os anos de 1930 e 1964 <sup>113</sup>. No entender de Ricardo Bielschowsky, essas três vertentes podem ser definidas pelas inclinações políticas e pelo nicho de atuação dos economistas durante esse período, sendo elas: a corrente desenvolvimentista do setor privado; e as correntes desenvolvimentistas nacionalista e não-nacionalista, formuladas no âmbito do setor público <sup>114</sup>.

Essa ideologia desenvolvimentista teve o seu salto qualitativo no Brasil, sobretudo durante o Estado Novo, o que possibilitou a sua transformação em estratégia industrializante de desenvolvimento <sup>115</sup>, redefinindo não somente a política econômica mas todos os demais âmbitos da vida social. O desenvolvimentismo - enquanto projeto de expansão planejada e apoiada pelo Estado - esteve especialmente associado ao nacionalismo econômico e foi durante algum lapso de tempo conduzido pela corrente nacionalista presente no setor público. No México, Chile e Argentina, podemos acompanhar tendências semelhantes.

O desenvolvimentismo, na esfera econômica, estruturou-se a partir de um arcabouço teórico - constituído de forma inovadora pela CEPAL - que conferiu os contornos básicos às ações dos governos latino-americanos das mais distintas filiações políticas. As formulações cepalinas surgiram de um vazio teórico deixado pelas

---

desindustrialização a partir da liberalização e privatização da economia. Com o golpe de Estado e a morte de Allende, a linha da direita passou a dar o sentido da história chilena.

<sup>113</sup> Ricardo Bielschowsky, 1995, pp.34-35.

<sup>114</sup> Para Bielschowsky, op. cit., pp. 37-38, podem ser detectadas outras correntes além das desenvolvimentistas durante os anos cinquenta, a saber: a socialista e a liberal. Os socialistas eram mais radicais que os desenvolvimentistas nacionalistas já que o seu marco de referência era a transição para o socialismo. Quanto aos neoliberais, estes promoveram um polêmico debate com os desenvolvimentistas. Se de um lado, aceitavam alguma intervenção estatal no pós-trinta de forma a corrigir as "imperfeições do mercado", defendiam que estas intervenções fossem pontuais. Além disso, primavam pelo equilíbrio monetário e do balanço de pagamentos, além de serem refratários aos mecanismos de promoção industrial. A crise do socialismo ao nível internacional, as altas taxas de inflação e os desequilíbrios estruturais no setor externo fizeram com que de marginal, a corrente neoliberal se tornasse predominante no pensamento econômico latino-americano a partir dos anos oitenta, quando o período nacional-desenvolvimentista já se esfumava.

<sup>115</sup> op. cit., pp. 247-252.

economias neoclássica e marxista <sup>116</sup>, conformando-se ecleticamente através do empréstimo de vários campos teóricos e recriando uma nova globalidade original no que diz respeito à compreensão da dinâmica do desenvolvimento latino-americano <sup>117</sup>.

Quanto à influência keynesiana, para Prebisch tratava-se, na América Latina, “não de salvar economias já maduras, mas de levar à maturidade economias ameaçadas de raquitismo” <sup>118</sup>, o que engendrou uma transformação no sistema de pensamento keynesiano quando aplicado à realidade latino-americana. Um exemplo nesse sentido pode ser encontrado na utopia cardenista que transcendeu o keynesianismo, o fascismo e o socialismo <sup>119</sup> na sua estratégia de desenvolvimento, processando um amálgama das idéias existentes no plano internacional e adaptando-as a um contexto político e social onde o Estado adquiria um amplo raio de manobra.

Albert O’Hirschman <sup>120</sup> classificou a “economia do desenvolvimento” - formulada pelos economistas latino-americanos críticos ao sistema internacional e que se eclipsou na CEPAL para depois se espriar pelos corpos técnicos dos aparelhos de Estado dos vários países da região - como sendo equidistante dos enfoques neomarxistas e neoclássicos. Para este autor, os neoclássicos e neomarxistas possuíam algo em comum na medida em que, ao esquematizarem sobremaneira a realidade latino-americana, cediam ao terreno fácil das ideologias. A “economia do desenvolvimento” esposava dois predicados básicos: a recusa ao monoeconomismo e o princípio da reciprocidade das vantagens.

<sup>116</sup> ver o artigo “Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro” de Francisco de Oliveira in Reginaldo Moraes et alli, 1986, pp. 153-160.

<sup>117</sup> ver Fernando Henrique Cardoso, 1993, pp. 70-71, sobre “a originalidade da cópia cepalina da idéia de desenvolvimento”. Essa originalidade manifestou-se através de duas contribuições: uma, no plano teórico, ao explicitar a tendência à reprodução das desigualdades entre as nações através do comércio internacional; e a outra, no plano prático, que possibilitou que esse esforço teórico se revertesse num conjunto de políticas favoráveis à industrialização.

<sup>118</sup> Halperin Donghi, op. cit., p. 259.

<sup>119</sup> Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, 1993, pp. 133-134.

<sup>120</sup> Albert O’Hirschman, 1986, pp. 49-66.

O primeiro predicado rejeitava o capitalismo enquanto sistema monolítico, universal e abstrato, assumindo estas características peculiares - como por exemplo no caso dos países subdesenvolvidos - passíveis de serem redefinidas através de políticas indutoras à transformação produtiva. O segundo predicado pressupunha que a superação do subdesenvolvimento traria vantagens econômicas e comerciais para os países desenvolvidos, não havendo uma assimetria inerente ao sistema capitalista internacional, podendo ser este reformulado a partir de metas globais.

Se a grandeza da economia do desenvolvimento se deveu a uma recusa sensata aos dogmas ahistóricos e a uma original assimilação da realidade econômica internacional, conformando novos substratos teóricos, a sua decadência, para O'Hirschman<sup>121</sup>, foi fruto de que - ao não conseguir viabilizar na prática aquilo que era exposto sob a forma de enunciados econômicos - abriu a guarda para o fogo cruzado dos neomarxistas e neoclássicos encapsulados nos seus modelos teóricos.

Os neoclássicos acusavam "a economia do desenvolvimento" de ter distorcido o ótimo econômico, enquanto os neomarxistas criticavam a sua falta de disposição em levar as contradições do capitalismo ao seu limite, de forma a apressar a implantação do socialismo na América Latina. Essas contestações vindas de fora de seu campo teórico possibilitaram a fragmentação das formulações cepalinas - enquanto alguns cepalinos criticavam a má alocação de recursos, outros passaram a enfatizar os aspectos de uma nova dependência.

Porém, se a "fantasia organizada"<sup>122</sup> perdia seu feitiço, isto não se explicava pelo "erro" dos seus pressupostos teóricos. Pode-se afirmar que as linhas de ação

---

<sup>121</sup> *op. cit.*, pp. 66-73.

<sup>122</sup> Celso Furtado, 1985, pp. 89-91, 106-107, em livro do mesmo nome, redigiu o seu testemunho de cepalino que enfrentou o descrédito de economistas norte-americanos pela economia latino-americana, vivendo os últimos de "aplicar às economistas atrasadas instrumentos de análise de validade comprovada nos países desenvolvidos". O governo norte-americano por sua vez sempre fôra contra a CEPAL, órgão da ONU, fazendo tudo para inviabilizá-la, no intuito de entregar as suas funções a uma instituição mais "neutra" e pan-americana como a OEA.

política cepalinas foram absorvidas por uma dinâmica histórica progressa, que se transformava e era redefinida por forças sociais atuantes no processo de desenvolvimento. Restava o sonho de uma soberania econômica latino-americana, a ser processada através de uma alteração das relações de dependência, e formulada em esquemas econômicos universais adaptados à especificidade desses países.

Se a CEPAL através de suas formulações econômicas dera alento ao desenvolvimentismo, não pôde impedir que este seguisse vida própria, ficando pé em forças sociais e organismos públicos que aprofundavam e/ou alteravam o seu significado. Um exemplo foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ligado ao MEC, que tornou-se o aparelho ideológico do Estado durante o governo JK, zelando pela propagação do desenvolvimentismo - podendo este assumir vários aspectos, desde que justificasse o desenvolvimento econômico em termos estritamente capitalistas <sup>123</sup>.

O ISEB propunha-se a criar uma ideologia transformadora que estimulasse a consciência social crítica nos países subdesenvolvidos, diferentemente das ideologias “imperialistas” do período neocolonial. Dois eram os principais pressupostos teóricos dos cientistas sociais do ISEB: o Brasil estava inserido no processo de implantação e consolidação do capitalismo industrial; e a divisão da sociedade entre agentes sociais modernos e tradicionais, de acordo com o seu papel de estímulo ou de reação à industrialização, o que os definia, por conseguinte, como nacionais ou anti-nacionais, respectivamente.

O caráter ideológico do desenvolvimentismo ficava patente ao se justificar uma dada política econômica ou conformação do Estado lançando mão do argumento de que esta ou aquela estavam de acordo com os “interesses nacionais”. Contudo, aos poucos, foi-se percebendo que a compreensão do subdesenvolvimento econômico não levava

---

<sup>123</sup> nossa visão do papel histórico do ISEB veiculada no presente texto foi retirada do artigo “Teoria e Ideologia na Perspectiva do ISEB” de Caio N. Toledo in Reginaldo Moraes et alli, 1986, pp. 224-256.



naturalmente a uma política adequada para a sua superação, por mais “nacional” que esta fosse.

A partir dessa mudança de concepção, o destrinchamento do elemento ideológico subjacente ao desenvolvimentismo ganhou um campo fértil nas ciências sociais, que passaram a ver o Estado como epicentro das contradições de classe. Dentro dessa nova linha de pensamento, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto <sup>124</sup> mostraram como para “o reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento” era necessário mais que simplesmente “assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas”.

Nesse sentido, a noção de dependência enfatizava - de forma mais clara que na visão dos cepalinos - a vinculação entre os sistemas econômico e político, atendo-se ao posicionamento dos atores sociais no plano interno, sem contudo prescindir de uma constante dialética entre este plano e o externo.

Em obra recente, Fernando Henrique Cardoso observou como a dependência - ao invés de servir como uma “síntese de pensamento” da realidade histórico-social latino-americana - transformou-se num termo “ecletico”, devido às várias correntes intelectuais que se profetizaram dependentistas, estando aí incluídos dos pregadores do “esquematismo marxista” aos defensores árdios do “empiricismo historicista”. Para Cardoso, o conceito de dependência já nasceu “impuro”, tendo o teórico se aliado ao político na crítica à possibilidade de existência de um Estado nacional-burguês na América Latina <sup>125</sup>.

Ainda mais danoso para o conceito de dependência foi o seu consumo pelos latino-americanistas basicamente de origem norte-americana, que se resignaram a ver o mundo latino-americano através de oposições binárias, abdicando assim de qualquer

---

<sup>124</sup> op. cit., 1970, pp. 25-30.

<sup>125</sup> Fernando Henrique Cardoso, 1993, pp. 83-85.

raciocínio dialético ou histórico <sup>126</sup>. Pode-se assim diagnosticar um outro patamar da dependência, o cultural, transmitido a partir da aceitação dos modos de pensamento dominantes pela América Latina.

O consumo da dependência, ou a sua transformação em moda, propiciou, para Octavio Ianni <sup>127</sup>, a emergência de um duplo eufemismo. Os marxistas compreendiam a dependência mais como “um recurso semântico” capaz de comprovar quaisquer teses sobre o imperialismo, enquanto os não-marxistas encontravam neste termo a explicação para a estagnação latino-americana, engessando esse corpo de idéias e transformando-o num modo de pensamento alheio à realidade histórica.

Para Octavio Ianni, a dependência cultural deve ser entendida como parte de uma dependência mais ampla - estrutural - definida pela forma como o capitalismo processa na periferia a combinação entre estrutura econômica e modos de organização do poder e do pensamento.

Nesse sentido, se houve uma incorporação nos modelos cepalinos do dualismo herdado das teorias de modernização - que analisaram o espaço social de forma estanque, criando uma polarização entre o “moderno” e o “arcaico” - alguns latino-americanos, como Francisco de Oliveira <sup>128</sup>, ousaram questionar esse esquematismo, estabelecendo “uma simbiose e uma organicidade”, “uma unidade entre os supostos contrários”. Para Oliveira, a reiteração de teses dualistas teria sido inclusive responsável pela ausência de uma teoria sobre a acumulação capitalista na América Latina, já que o capitalismo não era visto como processo histórico mas como um jogo funcionalista entre duas variáveis abstratas.

---

<sup>126</sup> op. cit., pp. 125-126.

<sup>127</sup> Octavio Ianni, 1971, pp. 163-165 e 179-183.

<sup>128</sup> Francisco de Oliveira, 1987, pp. 12-13.

Paulo Arantes <sup>129</sup> - seguindo os passos de Antônio Cândido - enunciou como o sentimento dos contrários, fundado na dialética entre o localismo e cosmopolitismo e inerente à evolução mental latino-americana, foi usurpado pela sociologia funcionalista norte-americana. Em contraste, o retorno à dialética, proporcionado pela compreensão crítica acerca do significado das ditaduras militares, realçou o quão estrutural e dinâmica era a ligação entre o tradicional e o moderno.

A especificidade latino-americana nasce do descompasso histórico <sup>130</sup>, permitindo aos intelectuais-artistas-homens de ação compreenderem o movimento histórico das sociedades latino-americanas mas também os diversos significados do movimento universal do capital. A periferia torna-se - principalmente durante os anos sessenta - o melhor lugar da platéia para se assistir à transformação do capital no seu movimento dialético entre o universal e o local.

No dizer de Leopoldo Zea <sup>131</sup>, durante o imediato pós-2a. Guerra, aquilo que se chamava no Ocidente de crise, na América Latina passava a ser visto como solução. O modernismo surgia dessa possibilidade de realização de filosofias nacionais, seguindo o historicismo de Ortega y Gasset, o existencialismo de Sartre, o marxismo de Gramsci, mas adaptando-os a uma compreensão do homem concreto latino-americano. A filosofia latino-americana voltava-se para si mesma, sem a pecha dos românticos pré-positivistas que não ousaram se separar de uma matriz rigidamente ocidental - a América Latina era agora percebida como ocidental por natureza, não estando a sua especificidade dissociada de uma proposta mais universal.

---

<sup>129</sup> Paulo Arantes, 1992, pp. 9-45.

<sup>130</sup> Roberto Schwarz, 1989, pp. 12-13. Esse "descompasso histórico" foi absorvido no plano estético por Oswald de Andrade e pelo tropicalismo dos anos sessenta que, ao se utilizarem de uma justaposição dos elementos do Brasil-Colônia aos elementos do Brasil burguês, denunciaram o caráter alegórico da nação.

<sup>131</sup> Leopoldo Zea, 1992, pp. 69-73.

Outro mexicano, o poeta Octavio Paz <sup>132</sup>, vislumbrou esta oposição entre universalidade e nacionalidade - a qual teria devorado os mexicanos desde a colônia, passando pela independência, pela reforma de 1867, pela revolução de 1910 e pelo nacionalismo dos anos trinta. Para Paz, enquanto existir essa oposição, a mexicanidade vai refletir apenas a forma específica do mexicano não se constituir enquanto personalidade original. Assim, não haveria um sentimento de inferioridade do mexicano, mas apenas uma solidão universal, dependendo o mexicano para aflorar a sua humanidade de um projeto mais amplo de civilização ocidental, do qual ele é partícipe, como também o latino-americano em geral.

Essa expressão máxima das potencialidades nacionais através da redefinição do universal foi a intenção política e cultural do projeto modernista, nas muitas vertentes com que este se apresentou na América Latina. Para Roberto Schwarz, citado por Paulo Arantes <sup>133</sup>, este projeto começou a naufragar, por volta dos anos sessenta, quando o universalismo se apresentou como simples ideologia, enquanto o universal concreto, simbolizado na figura do capital, seguia o seu processo de valorização, desconsiderando as várias contribuições culturais nacionais, dentre elas as latino-americanas.

A filosofia latino-americana teve uma vida breve, pois existira em grande medida às custas deste desenvolvimentismo ancorado numa visão economicista, baseada por sua vez na existência de um fato vulgar: o enriquecimento continuado <sup>134</sup>. Se o desenvolvimento econômico surgiu como resultado de um par de conceitos, quais sejam “excedente” e “expansão”, o seu estancamento fez com que a crítica filosófica e cultural do período, defensora da originalidade latino-americana, se tornasse subitamente desacreditada.

---

<sup>132</sup> Octavio Paz, 1993, pp. 311-340.

<sup>133</sup> op. cit., pp. 19-20.

<sup>134</sup> José Medina Echavarría. 1967, pp. 11-14.

Podemos observar na arena literária a maturidade cultural demonstrada pela América Latina durante o período nacional-desenvolvimentista. O primeiro elemento a ser ressaltado é a significativa mudança ocorrida nas relações do escritor com o seu meio social <sup>135</sup>. O leitor médio passava a ter uma existência concreta na América Latina, ou seja, a literatura encontrava o seu verdadeiro público - ainda que bastante restrito em relação ao total da população - o que exigia crescentemente do escritor um posicionamento a respeito dos grandes temas nacionais, face à extrema especialização dos economistas e cientistas sociais. A política estava estreitamente associada à literatura num período em que os vários sistemas literários nacionais se constituíam de forma definitiva.

Mas o que definia esteticamente a literatura latino-americana desse período? Para Alejo Carpentier <sup>136</sup>, o barroco representa a forma de expressão artística naturalmente latino-americana, estando relacionado a um espírito imaginativo - que possui horror ao vazio e à estrutura linear-geométrica - sendo a própria arte em movimento, pulsando de um eixo central mas se expandindo de forma exuberante para todos os lados. O poeta cubano transformou o barroco num conceito trans-histórico. O “barroquismo”, no seu entender, emerge sempre no momento de nascimento de uma nova ordem social, sendo trazido à tona pelas vanguardas artísticas.

Este barroquismo encontrou um campo especial para a sua manifestação no contexto latino-americano de ampla miscigenação cultural. O “realismo maravilhoso” ou “fantástico” vigente na América Latina entre os anos cinquenta e sessenta, significou o transplante desse barroquismo para o plano da linguagem escrita. Os latino-americanos perceberam que a sua realidade era mais profunda e complexa, recheada de várias culturas e períodos históricos que conviviam simultaneamente.

---

<sup>135</sup> as idéias desenvolvidas sobre esse tema encontram-se em Mario Benedetti, 1970, p. 9-21.

<sup>136</sup> Alejo Carpentier, 1987, pp. 109-121.

A diferença entre o realismo fantástico ou maravilhoso e o surrealismo - seu contemporâneo - era clara para Carpentier <sup>137</sup>. Enquanto o surrealismo procurava o maravilhoso no estapafúrdio, no que está fora da realidade, construindo uma nova realidade para si, o realismo maravilhoso encontrava esse elemento fantástico <sup>138</sup> na própria experiência histórica, transformando a arte num processo de auto-conhecimento da coletividade latino-americana.

Para Carlos Fuentes <sup>139</sup>, esse movimento literário - por muitos chamado de "boom" latino-americano - deve ser visto como um ato de linguagem verdadeiro, em si mesmo revolucionário, na medida em que conseguiu se contrapor tanto às falsas linguagens do subdesenvolvimento quanto às falsas linguagens do desenvolvimento, pois de um lado, o tradicionalismo analfabetizante, e, de outro, a cultura de massa, dificultavam a autêntica expressão do ser latino-americano.

Para além da linguagem superficial do cotidiano, eram descobertas várias outras linguagens subjacentes, vegetando no plano do inconsciente coletivo latino-americano. O escritor deveria reacender todos os níveis desse real amplificado, perpassando os diversos poros culturais, sociais e políticos destas sociedades complexas - tarefa a qual o próprio Fuentes se propôs em *La Región Más Transparente del Aire*.

Esse período da literatura latino-americana trouxe o abandono do relato do tipo nativista em prol de uma visão universalista ainda que voltada a temas nacionais e populares, realizada a partir de novas técnicas narrativas. Seus principais expoentes foram o mexicano Carlos Fuentes, o peruano Mario Vargas Llosa, o cubano Alejo

<sup>137</sup> op. cit., pp. 124-129.

<sup>138</sup> a recriação histórica a partir do elemento fantástico foi realizada por Gabriel Garcia Márquez, 1970, no seu livro *Cien Años de Soledad*. Nessa obra, a cidade Macondo se transforma no pano de fundo mítico para a realização das idiossincrasias latino-americanas, tão reais e tão específicas, que o escrito nos pergaminhos não seria passível de repetição "desde sempre e para sempre" (p. 350-351). Transparece também uma certa nota nostálgica no relato fictício de Garcia Márquez, que parece sugerir ter perdido a América Latina a sua oportunidade de se afirmar enquanto realidade original autêntica, liberta de espelhismos e cópias ocidentais.

<sup>139</sup> Carlos Fuentes, 1969, pp. 85-94.

Carpentier, o colombiano Gabriel Garcia Márquez e o paraguaio Augusto Roa Bastos, ainda que seja difícil delimitar de forma rígida os escritores pertencentes a tal movimento literário.

O “boom” latino-americano pautou-se mais pela fama internacional de alguns escritores que seguiram trajetórias individuais ancorados num espírito comum, modernista. O mesmo pode-se falar de escritores como o brasileiro João Guimarães Rosa e o uruguaio Juan Carlos Onetti, dentre muitos outros. No plano da poesia, houve algumas obras monumentais no que diz respeito à sedimentação de um estilo próprio, fundado na observação de uma realidade singular, como atestam a poesia do chileno Pablo Neruda ou do brasileiro Carlos Drummond de Andrade.

Mas talvez o maior espírito modernista desta época tenha sido o argentino Jorge Luis Borges que zanzou por todos os estilos literários - pela vanguarda espanhola, pelo romantismo patriótico e pelo universalismo hermético - e se constituiu na própria metáfora de uma América Latina consciente das suas novas possibilidades e limitações estéticas mas também econômicas, políticas e culturais. Borges, o primeiro vanguardista anti-vanguardista do continente <sup>140</sup>, ao optar ao final da sua carreira por uma poesia pura, hermética e rigidamente ocidental, pode ser visto como o símbolo da gênese, maturidade e decadência do modernismo como expressão de uma originalidade especificamente latino-americana.

Muitos autores tentaram compreender a relação existente entre esse modernismo exuberante no plano literário-artístico e a modernização social deficiente. O desgaste do período nacional-desenvolvimentista deveria ser encontrado, segundo essa abordagem, não no processo social em si, mas na cultura desenraizada, pautada na cópia européia.

---

<sup>140</sup> ver definição de Jorge Schwartz, 1995, pp. 59-61.

Para Nestor Garcia Canclini <sup>141</sup>, devemos seguir o caminho inverso. O modernismo deixa assim de ser encarado como projeto imitado ou desenraizado da realidade social, para ser avaliado a partir do “modo como as elites processaram a intersecção de diferentes temporalidades históricas, elaborando a partir delas um projeto global”. Para Garcia Canclini, os pintores e escritores latino-americanos não estavam preocupados em transplantar as idéias européias, mas em “reelaboraões desejosas de contribuir para a transformação social” <sup>142</sup>.

Assim sendo, a falta de sedimentação do modernismo na América Latina não se deveu a um suposto desajuste em relação à modernização sócio-econômica, mas à dificuldade de esta se efetivar a partir de um direcionamento aos conflitos entre as diferentes temporalidades históricas. O modernismo “falhou” por não ter conseguido se viabilizar num cenário em que a ordem dominante ainda era semi-oligárquica, a economia capitalista semi-industrializada e os movimentos sociais semi-transformadores <sup>143</sup>.

---

<sup>141</sup> Nestor Garcia Canclini, 1997, pp. 67-71.

<sup>142</sup> op. cit., pp. 73-79.

<sup>143</sup> op. cit., p. 83.



## CAPÍTULO IV O MOMENTO NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA

Não pretendemos caracterizar de forma definitiva as transformações políticas, econômicas e culturais processadas no continente latino-americano durante os últimos vinte anos. Procuramos sinalizar, contudo, os principais elementos do momento neoliberal, iniciado em 1976, com a nomeação de Sérgio de Castro para o cargo de ministro das Finanças de Augusto Pinochet <sup>1</sup>, generalizado pelo conjunto da América Latina até o início dos anos noventa, amortecido com a crise do peso mexicano de dezembro de 1994, mas que ainda serve de referência econômica para esse continente na segunda metade da última década do século XX.

Em virtude da sua recente generalização pela América Latina - no Brasil, o momento neoliberal assume uma dinâmica própria somente após o Plano Real, de julho de 1994 - as contradições presentes nesse novo momento da história latino-americana ainda se encontram submersas ou não foram contornadas através de um novo consenso social. Eis o motivo de aqui trabalharmos o neoliberalismo enquanto momento histórico <sup>2</sup>, sendo as suas contribuições para a dinâmica histórica latino-americana ainda não perceptíveis na sua integridade.

Partimos do pressuposto de que o momento neoliberal não pode ser compreendido a partir de um modelo universal de ajuste econômico <sup>3</sup> aplicável a países

---

<sup>1</sup> ver Arturo Valenzuela e Pamela Constable, 1993, pp. 170-184. Após a visita de Milton Friedman a Santiago, em março de 1975, o governo Pinochet através do seu ministro das Finanças, Jorge Cauas, iniciou um tratamento de choque na economia chilena. Esse processo seria aprofundado com a nomeação de Sergio de Castro para esse cargo, ao final de 1976.

<sup>2</sup> seguimos o esforço metodológico de José Luís Fiori, 1995a, pp. 13-15, que foge das visões do senso comum acerca do tempo conjuntural, conferindo a este uma existência concreta dotada de substrato analítico - já que é nesse tempo presente que os atores sociais controlam a sua incerteza futura. Para Fiori, diferentemente da perspectiva ahistórica das expectativas racionais, "cada momento implica uma percepção do passado e uma expectativa de futuro únicas, sendo as decisões do presente independentes das suas consequências". A noção de momento histórico implica uma possível dialética, a qual adquire sentido quando se aceita que a aplicação do recitativo neoliberal acarreta efeitos diversos daqueles professados pelos seus formuladores e interesses não manifestos quando da sua implementação.

<sup>3</sup> a aceitação de um modelo único de ajuste implica uma classificação dos países latino-americanos entre bem ou mal-sucedidos. Assim, para Carlos Geraldo Langoni in FGV, 1994, pp. 55-56, Chile, México e

dotados de histórias tão peculiares, ainda que partícipes de uma mesma temporalidade e dinâmica históricas.

Alejandro Foxley <sup>4</sup>, por exemplo, discorda da existência de um novo modelo econômico na América Latina. Para o autor, pode-se perceber um processo gradual que possui três fases básicas <sup>5</sup>, seguindo cada país uma trajetória específica. O autor aponta os efeitos sociais disruptivos da estratégia neoliberal durante as duas primeiras fases, os quais podem inclusive atravancar a caminhada em direção à terceira fase; além disso, Foxley ressalta a importância da legitimidade política e da consolidação das instituições democráticas.

Essa visão nos parece, no entanto, demasiado centrada no aspecto econômico, encarando as demais “variáveis” não-econômicas como exógenas ao processo ou condicionadas por fatores diretamente econômicos. Cabe-nos compreender o momento neoliberal a partir do seu desenrolar histórico, não definido a priori por uma senda em direção à terceira fase almejada por todos os países - o que faz com que deixemos de encarar a experiência chilena como tipo ideal. Os elementos sociais e políticos das reformas neoliberais são componentes das mesmas e participam juntamente com os elementos econômicos na configuração do momento neoliberal latino-americano.

Afastamo-nos também da visão corrente que aceita o novo cenário internacional como imutável e inevitável, fazendo uso de termos com alto teor doutrinário como no caso da “globalização”<sup>6</sup>. Não se quer aqui negar a sua existência, mas apenas entendê-la

---

Bolívia, ao início dos anos noventa, já haviam seguido estas reformas “inevitáveis”, as quais avançavam de vento em popa na Argentina e Peru, enquanto Brasil e Venezuela prosseguiram de forma lenta e irregular.

<sup>4</sup> ver o Prefácio de Alejandro Foxley in Victor Bulmer-Thomas, org., 1996, pp. 1.2.

<sup>5</sup> op. cit., pp. 3-6. A primeira fase é a da estabilização econômica, a segunda, a das reformas estruturais (abertura comercial, financeira e privatização). A chegada à terceira fase significa o sucesso nas duas anteriores e reflete o crescimento dos níveis de investimento e produtividade de forma sustentada. Segundo esta análise, o Chile teria sido o único país latino-americano a alcançar a terceira fase desse processo gradual de transformações econômicas.

<sup>6</sup> segundo François Chesnais, 1996, pp. 14-31, o termo globalização, usado a partir dos anos oitenta, principalmente pelas escolas de administração de negócios dos EUA, e divulgado pela imprensa econômica e financeira internacional, não fisga a fusão do longo processo de acumulação do capital -

como realidade criada pelo do capitalismo. A globalização deve deixar de cumprir o papel de ferramenta ideológica, para ser percebida como rebento do movimento do capital, gerado a partir das opções políticas das elites dos países hegemônicos.

Esse capítulo - articulado ao restante da dissertação - estrutura-se a partir de um duplo exercício dialético. Num primeiro plano, acompanhamos o movimento da história universal recente, a partir das respostas parciais formuladas pelas elites dominantes latino-americanas - o que engendra conflitos internos capazes de acarretar a redefinição do significado do processo de internacionalização no contexto latino-americano.

Num segundo plano, contrapomos a dinâmica histórica latino-americana - matéria dos capítulos I, II, III - às tentativas de desestruturar as suas referências básicas por parte dos teóricos neoliberais, processo que ainda não chegou ao seu termo. Esses são portanto os dois enfoques - a América Latina em relação ao mundo e a América Latina em relação ao seu passado - dos quais partimos para filtrar as "novidades" do presente.

Vamos pois ao objeto. Onde ele tomou forma e sob que condições, a ponto de se expandir rapidamente pelo cenário internacional? O neoliberalismo concretizou-se a partir das experiências de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, já no crepúsculo da década de setenta. As políticas implementadas por esses governos não resultaram de um ato de mera vontade política - já que configuraram respostas a circunstâncias históricas específicas - ao mesmo tempo que contribuíram para soterrar alguns princípios das doutrinas liberais consolidados durante o século XIX.

---

cuja origem está em 1914 - com a especificidade das políticas neoliberais, eliminando pois qualquer tentativa de estabelecimento de um nexu histórico. A globalização passa a ser vista como um agente externo, dissociado da dinâmica interna das novas realidades nacionais, marcadas por alianças políticas voltadas para uma inserção internacional competitiva mais que pela integração social. Para o FMI, maio de 1997, p. 45, a globalização significa uma maior interdependência econômica entre as nações, o que implica a melhor alocação de recursos ao nível internacional e o aumento da produtividade e dos padrões

No plano econômico, o neoliberalismo significou prioritariamente a execução de políticas de contração da emissão monetária, de elevação das taxas de juros, de redução dos impostos dos setores abastados da sociedade e de liberalização dos fluxos financeiros e comerciais.

O comércio internacional voltou, a partir de 1984, a apresentar uma curva ascendente, enquanto verificou-se uma grande elevação dos investimentos diretos externos e em carteira <sup>7</sup>. A desregulamentação financeira assumiu dimensões gigantescas: o mercado de títulos nos países desenvolvidos que representava 10% do produto desses países em 1989, já superava a casa dos 100% em 1995 <sup>8</sup>.

Para Giovanni Arrighi <sup>9</sup>, o determinante da reestruturação do capitalismo mundial não é o deslocamento de atividades produtivas entre países, mas “a mudança de fase dos processos de acumulação de capital, em escala mundial, da expansão material para a financeira”. No seu entender, ao invés de os anos oitenta marcarem uma nova etapa na história do capitalismo, eles representaram os estertores do modelo passado que teria conseguido acomodar as contradições entre capital e trabalho.

Fazendo vista grossa aos descompassos existentes entre o capital produtivo e o capital financeiro, o neoliberalismo pretendeu, a partir de um conjunto de políticas econômicas, inaugurar uma nova espiral de crescimento para os Estados Unidos e a Europa depois de quase uma década de recessão <sup>10</sup>, quando ficara patente o fracasso das políticas keynesianas para retirar essas economias da estagflação.

---

de vida. Essa afirmação possui uma conotação essencialmente ideológica, já que não se observa uma maior convergência entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

<sup>7</sup> François Chesnais, 1996, pp. 58-59, utilizando dados da OCDE, mostra como durante a década de oitenta e noventa, ainda que tenha havido um grande crescimento desses dois tipos de investimentos, o investimento em carteira avança mais rapidamente que o direto externo. Esse processo reflete a predominância do capital financeiro, volátil, em relação ao capital produtivo.

<sup>8</sup> FMI, maio de 1997, p. 60.

<sup>9</sup> Giovanni Arrighi in Praga, setembro-dezembro de 1996.

<sup>10</sup> para Paul Krugman, 1995, pp. 124-129, esse crescimento não veio da maneira desejada para os EUA, já que a taxa de investimento privado caiu, aumentou a desigualdade de renda, enquanto os déficits fiscal e comercial da economia norte-americana cresceram durante a década de oitenta - fatores que contribuíram para a recessão do início dos anos noventa verificada nesse país.

O desenvolvimento da tecnologia da informática e das telecomunicações permitiu a associação entre integração produtiva, crescimento econômico e expansão comercial. Segundo Luciano Coutinho <sup>11</sup>, os oito anos consecutivos de expansão sustentada - entre 1983 e 1990 - vieram acompanhados de um poderoso *cluster* de inovações, baseado em novas tecnologias de impacto abrangente sobre o conjunto das estruturas industriais das principais economias capitalistas.

Esse processo permitiu uma acentuação qualitativa do processo de internacionalização do capital - o que para alguns países dotados de governos neoconservadores foi compreendido como a comprovação da inevitabilidade das políticas neoliberais. Linda Weiss <sup>12</sup> discorda da uniformidade na aplicação de políticas neoliberais. Para a autora, os Estados nacionais demonstraram vários graus de adaptabilidade frente a este contexto internacional. No caso do Japão e dos Nic's asiáticos, os Estados nacionais - e não só as grandes corporações - inseriram-se de forma ativa nesse novo contexto, definindo critérios para o aumento sistêmico de competitividade.

A aplicação das políticas neoliberais nos Estados Unidos e em grande parte das economias européias trouxe por sua vez a redução das taxas de inflação, a recuperação

---

<sup>11</sup> ver Luciano Coutinho in *Revista Economia e Sociedade*, agosto de 1992, pp. 69-71, onde o autor caracteriza essas novas tecnologias como derivadas da aplicação da microeletrônica. A capacidade desse "complexo eletrônico" de permear amplos setores da economia é o que justifica uma abordagem neoschumpeteriana para a Terceira Revolução Industrial. As condições para a conformação de um novo paradigma tecnológico, no sentido schumpeteriano, parecem preenchidas, segundo o autor: amplo espectro de aplicação em bens e serviços; oferta crescente e suficiente para suprir a demanda na fase de difusão acelerada; rápida queda dos custos unitários dos produtos; fortes impactos sobre as estruturas financeiras, organizacionais e sobre os processos de trabalho; redução do custo do capital e ampliação da produtividade do trabalho.

<sup>12</sup> Linda Weiss in *New Left Review*, setembro/outubro de 1997, pp. 3-4. Maria da Conceição Tavares in *Revista Economia e Sociedade*, agosto de 1992, pp. 32-35, ressalta os casos de Japão e Alemanha, países que devido aos seus sistemas de organização industrial bem como à relação simbiótica entre bancos e grandes empresas, conseguiram adquirir uma grande pujança no panorama internacional e fugir das oscilações das taxas de câmbio e de juros internacionais.

das taxas de lucro e o aumento das taxas de desemprego - aproximando estas últimas das suas taxas “naturais”<sup>13</sup>.

No entanto, as políticas neoliberais não conseguiram, ainda segundo Perry Anderson, trazer de volta as taxas de crescimento dos anos sessenta nem transformar o aumento significativo dos lucros em maiores taxas de investimento. Isso em grande parte devido à desregulamentação dos mercados financeiros. Portanto, ainda segundo o historiador inglês, não se caminhou para uma “reanimação do capitalismo avançado mundial”<sup>14</sup>.

No plano político, vislumbrou-se, a partir da década de oitenta, uma crescente hegemonia dos governos conservadores nos Estados Unidos e na Europa, cujo objetivo central foi desestruturar os sistemas de Bem-Estar social bem como os mecanismos de gestão da demanda agregada, quebrando a espinha dorsal dos movimentos sindicais desses países. Mesmo os governos euro-socialistas de François Mitterrand na França, Felipe González na Espanha, Mário Soares em Portugal, Georges Papandreu na Grécia e Bettino Craxi na Itália adaptaram-se à nova dinâmica dos mercados financeiros internacionais - abandonando o ideal do pleno emprego e cedendo ao predicado da ortodoxia monetarista.

---

<sup>13</sup> ver o artigo “O Balanço do Neoliberalismo” de Perry Anderson in Emir Sader e Pablo Gentili, orgs., 1995, pp. 15-16.

<sup>14</sup> movidos por tal percepção, marxistas de todas as tendências procuram limitar o alcance do neoliberalismo. Para Ernest Mandel, no seu artigo “O Neoliberalismo e a Alternativa Socialista na Atualidade” in Tullo Vigevani, org., 1994, pp. 117-121, o neoliberalismo apresenta-se como impossibilidade teórica num contexto de crescente desenvolvimento do capital monopolista, a partir do qual se fundam “sociedades burocratizadas pós-capitalistas”. Já para Robert Kurz, 1992, pp. 198-205, verifica-se uma crise do sistema de produção de mercadorias, visível nos elos mais frágeis do sistema, o Leste Europeu e a América Latina, e presente nas margens do capitalismo desenvolvido. A destruição ecológica e a proliferação da desigualdade nos países desenvolvidos através da “valorização do trabalho abstrato como ponto de partida e chegada da mercadoria moderna” levaria à desintegração dos fundamentos comuns da humanidade. O desperdício do trabalho (desemprego) em todos os pontos do planeta apontaria para a destruição do próprio capital. No nosso entender, porém, a análise marxista desconsidera que a ideologia neoliberal, apesar das suas contradições com o sistema capitalista, mantém-se como forte referência para todos os países do mundo. Essa contradição muitas vezes não leva ao colapso do sistema capitalista mas à transformação dos seus fundamentos sociais e econômicos, como se verificou no pós-trinta do presente século, a partir de uma reviravolta no plano ideológico.

O neoliberalismo recebeu um “segundo alento”<sup>15</sup> com a *débaçle* dos regimes socialistas do Leste Europeu e a conseqüente implementação de políticas econômicas de corte neoliberal nesses países. Frente a essa reviravolta processada no âmbito dos países de socialismo real, tanto a esquerda como a direita dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos pareciam optar por uma via “pragmática”, a ponto de se supor que as diferenças ideológicas não mais conformariam a dinâmica política das sociedades contemporâneas<sup>16</sup>.

Quanto à transformação das estruturas sociais e políticas das sociedades contemporâneas, ainda que haja um consenso a respeito da falência do “antigo”, o *quantum* e a qualidade dessa transformação estão ainda mal definidos, sendo por demais complexo o encadeamento entre os significados da derrocada dos regimes socialistas, dos requisitos do novo contexto internacional e das implicações do novo paradigma industrial.

Alguns teóricos mais otimistas, dotados de um evolucionismo naturalista, como Peter Drucker<sup>17</sup> acreditam no advento de uma sociedade pós-capitalista, baseada no conhecimento como principal fator de produção. Essa sociedade pós-capitalista renunciaria também a morte do Estado-nação em prol de um pluralismo onde “coexistiriam estruturas transnacionais, regionais, nacionais, grupais e mesmo tribais”. No entanto, como tal autor não hierarquiza o papel de cada uma destas estruturas, corre-se o risco de aceitar um participativismo de natureza bastante abstrata e descolado dos processos sociais e econômicos.

---

<sup>15</sup> Perry Anderson, op. cit., pp. 17-19.

<sup>16</sup> ver Gazeta Mercantil, 24 de julho de 1995, o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso proferido na Universidade de Coimbra. Se o presidente brasileiro não acredita na “morte das ideologias”, ele acaba por aceitá-la, quando no mesmo discurso diz que “enquanto a esquerda rejeitou a ditadura do proletariado, a direita passou a defender a importância das políticas públicas compensatórias”, criando assim um “espaço de convergência”.

<sup>17</sup> Peter Drucker, 1993, pp. xi-xiii.

Já para Alain Touraine, não é a superação do capitalismo que está em jogo, mas os elementos constitutivos da sociedade industrial desenvolvida sob os auspícios deste sistema de produção. No seu entender, um novo tipo social encontra-se em gestação, “a sociedade programada”, a qual possibilitaria um aumento do controles da sociedade sobre o seu próprio destino. Dessa forma, a cada estágio do desenvolvimento histórico, o investimento se apossa de um nível da atividade econômica, quais sejam: consumo, distribuição, organização do trabalho e produção <sup>18</sup>.

Um outro ponto de vista <sup>19</sup> opta por ressaltar os aspectos de desregulação, informalização, terceirização e precarização do mercado de trabalho neste contexto de ausência de um novo modo de regulação. A dessindicalização e o rompimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores são assim contrapostos às visões lúdicas - refêns do individualismo consumista e da noção genérica de “civilização terciária”, a qual procura afastar do mapa histórico todas e quaisquer tensões sociais.

As mudanças no mundo do trabalho decorrentes do novo padrão tecnológico e industrial nos países desenvolvidos não são, entretanto, facilmente generalizáveis. Para Jorge Mattoso <sup>20</sup>, essas mudanças apresentam duas faces distintas. De um lado, o sistema de acumulação flexível propicia o surgimento de um novo tipo de trabalhador, qualificado, polivalente e mesmo portador de uma nova ética do trabalho. De outro, a concentração dos fluxos do progresso técnico e o rompimento dos controles macroeconômicos nacionais e dos consensos sociais engendram uma grande massa de

---

<sup>18</sup> segundo Alain Touraine, 1988, p. 95-101, o domínio do investimento sobre cada um destes níveis de atividade econômica acarreta, respectivamente, tipos de sociedades distintos: agrária, mercantil, industrial e pós-industrial ou programada. O capitalismo pode ser caracterizado como um modo de desenvolvimento e de propriedade passível de ser encontrado nas sociedades mercantil, industrial e programada, distanciando-se Touraine do voluntarismo sociológico de Peter Drucker.

<sup>19</sup> ver o artigo “Sociedade e Trabalho: Conceitos e Sujeitos Históricos” de Elmar Altvater in Tullo Vigevani, org., 1994, pp. 63-65.

<sup>20</sup> Jorge Mattoso, 1995, pp. 71-77.



trabalhadores desempregados, marginalizados, sujeitos a formas atípicas e muitas vezes precárias de trabalho <sup>21</sup>.

Visualizando outro nível desse capitalismo transformado, Göran Therborn <sup>22</sup> percebe uma mudança nas relações de força entre o Estado e o mercado. Diferentemente do período 1945-1973, observa-se a partir de então um esmaecimento na convergência entre as duas instituições sociais, assumindo o mercado um perfil cada vez mais avantajado, obtido justamente às expensas do Estado. No entanto, essa tendência deve ser matizada, na medida em que o discurso neoliberal, ao enfatizar a “fraqueza” do poder estatal, procede a um exagero retórico, supondo uma “força” do Estado durante o pós-2a. Guerra que não corresponde à realidade histórica <sup>23</sup>.

Observando-se o capitalismo como um processo histórico de longa maturação, duas posturas se confrontam a respeito do significado do neoliberalismo para a rearticulação deste sistema social de produção: de um lado, há aqueles que encaram o neoliberalismo como um ataque ao século XX e às conquistas derivadas de um maior controle dos processos produtivos e decisórios por parte da sociedade<sup>24</sup>; de outro, há os

<sup>21</sup> ver também David Harvey, 1992, pp. 174-184, que avalia ser incompleta a transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível. Haveria assim uma justaposição de sistemas fordistas e não-fordistas de controle do trabalho. Para Harvey, o modelo de acumulação flexível não se implantou plenamente, verificando-se uma recombinação de estratégias de busca de mais-valia relativa (via mudanças organizativas e tecnológicas) e de mais-valia absoluta (via intensificação do processo de trabalho, redução dos salários e piora das condições de trabalho). Da mesma forma que Harvey não detecta o surgimento de um novo modo de regulação, Jorge Mattoso não diagnostica um novo padrão de desenvolvimento coetâneo ao novo padrão tecnológico e de industrialização.

<sup>22</sup> ver o artigo “A Crise e o Futuro do Capitalismo” de Göran Therborn in Emir Sader e Pablo Gentili, orgs., 1995, pp. 43-45.

<sup>23</sup> ver Linda Weiss in *New Left Review*, setembro-outubro de 1997. Para a autora, os neoliberais ou “globalistas ortodoxos”, teriam realizado uma construção política da “fraqueza” do Estado no atual contexto internacional.

<sup>24</sup> ver John Kenneth Galbraith in *O Estado de São Paulo*, agosto de 1995, onde o autor aponta que os processos de expansão do Estado e da legislação social foram conseqüências da industrialização e da urbanização, as quais trouxeram consigo o advento da sociedade de massa. Ver argumento semelhante desenvolvido por Paulo Nogueira Batista Jr in *Folha de São Paulo*, 5 de dezembro de 1996, onde o autor discorda da partícula “neo” do termo neoliberalismo. No seu entender, o neoliberalismo é uma tentativa de inserir a economia atual, mais complexa e fragmentada, num contexto regulatório de cem anos atrás.

que comemoram o rejuvenescimento do capitalismo, soltando-se das amarras estatistas e retornando às suas origens oitocentistas <sup>25</sup>.

O debate sobre o neoliberalismo versa inevitavelmente sobre a compreensão histórica do desenvolvimento capitalista, o que abre espaço para o debate entre ideologias. As novas utopias passam assim a ser formuladas a partir de visões que associam as inovações tecnológicas com projetos de sociedade. Para os neoliberais, a tecnologia permite saltos estratosféricos na produção e nas margens de lucro das corporações internacionais, enquanto para os seus críticos a distribuição do trabalho e dos ganhos de produtividade no seio da sociedade representa o ideal a ser alcançado <sup>26</sup>.

É mister lembrar que essa recente virada histórica no desenvolvimento do capitalismo ocorreu num momento de transformação da realidade internacional. Se durante a Guerra Fria, o capitalismo restringiu-se a uma transfiguração da modernidade europeia, a difusão do receituário neoliberal ocasionou uma gama de respostas diferenciadas nos vários países do globo, sendo a crescente polarização social enfrentada de maneiras particulares. Esse processo abriu espaço para “modalidades de criollização” <sup>27</sup>, com o objetivo de adaptar/enfrentar o neoliberalismo a partir de contextos políticos mais integradores e panoramas ideológicos mais originais.

O desenlace trazido por essa ampla variedade de contextos sócio-culturais define a temporalidade e natureza do neoliberalismo nas várias circunstâncias nacionais, o que por sua vez condiciona o alcance do neoliberalismo no âmbito internacional.

---

<sup>25</sup>ver o artigo do economista Rudiger Dornbusch in Folha de São Paulo, 21 de julho de 1996, prenunciando uma nova era áurea para o capitalismo, novamente competitivo, em virtude do avanço tecnológico, do fim do comunismo e das estruturas estatais-corporativistas e da queda das taxas de inflação. No mesmo sentido, o artigo de Roberto Campos in Folha de São Paulo, 10. de setembro de 1996, encara a abertura neoliberal como revivificação da primeira abertura datada de meados do século passado, sustentando a hipótese de que as transformações sócio-econômicas presenciadas no último século merecem ser negligenciadas.

<sup>26</sup> Jeremy Rifkin, 1995, p. 41. André Gorz, 1988, pp. 19-20, por exemplo, critica a racionalidade econômica do momento neoliberal, na medida em que a desigualdade na repartição do trabalho na esfera econômica, resultante da desigualdade na repartição do tempo liberado pela inovação tecnológica, leva a uma nova estratificação da sociedade, cindida entre as classes hiperativas ou incluídas e a nova classe de “servidores”.

Portanto, o embate cultural, mais que as discussões fechadas entre economistas, pode permitir um avanço frente ao impasse criado pelo momento neoliberal.

Durante a década de setenta e de forma mais decisiva na de oitenta, o mercado ideológico passou a estar cada vez mais inchado por alguns dogmas: o retorno ao individualismo, o reforço a uma concepção pragmática e de curto prazo da economia, a ojeriza em relação ao Estado e a tolerância para com a concentração de renda ascendente. Essa “política econômica do contentamento”, segundo os termos de Galbraith<sup>28</sup>, sentou as bases para o novo espírito neoliberal.

No nosso entender, a crítica à política econômica predominante deve ser processada através de uma crítica mais ampla à própria natureza da modernidade. Segundo Alain Touraine, o esgotamento da idéia de modernidade não significa a instauração de uma nova ordem, podendo representar o início de um movimento de idéias destinado a superar a contradição entre razão objetiva e razão subjetiva<sup>29</sup>. Daí a ênfase na pluralidade dos atores sociais, a ser concretizada no âmbito da história, sem o que corre-se o risco de aceitar o liberalismo vago dos pós-modernos - permissivo quanto à reprodução do capital e pouco normativo em relação ao aumento da participação dos movimentos sociais nos sistemas políticos.

Essa linha de raciocínio vai ao encontro das formulações sociológicas de Anthony Giddens<sup>30</sup>, que parte de uma interpretação descontínuista do desenvolvimento social moderno. Giddens desconfia do poder interpretativo dos ideólogos da pós-modernidade, os quais aceitam os seguintes pressupostos: os fundamentos da

---

<sup>27</sup> Göran Therborn, *op. cit.*, pp. 49-50.

<sup>28</sup> John Kenneth Galbraith, 1992, pp. 18-27.

<sup>29</sup> para Alain Touraine, 1995, pp. 9-14 e 99-104, deve-se aceitar a dinâmica contraditória entre a idéia da sociedade, desenvolvida por Rousseau e os modernistas, e a realidade da vida social aberta, mutável e pluralista. Para tanto, deve-se lutar pela correspondência crescente entre o sistema e os seus atores, sem cair nas teses pós-modernistas que desistem de uma concepção histórica da vida coletiva.

<sup>30</sup> Anthony Giddens, 1991, pp. 51-58. O autor contesta a existência da pós-modernidade, preferindo definir o atual contexto como um de radicalização da modernidade, a partir de um maior entendimento desta por si mesma, o que se deve à sua característica de reflexividade.

epistemologia passada estão desacreditados; qualquer versão de progresso é falsa porque totalizante; o surgimento de uma nova agenda política, através dos movimentos ecológicos e das minorias em geral, elimina as lutas de classes.

Aliás, para chegarem à negação da história, os teóricos pós-modernos possuem a sua própria concepção não-explicita da história da modernidade<sup>31</sup>. Se num primeiro momento, o pós-modernismo apaga as linhas divisórias entre os diferentes reinos da sociedade - político, econômico, social e cultural; num segundo momento, permite a colonização das esferas teórica e moral-política pelo reino da estética. Um processo de mão-dupla então se verifica, cujas faces são a mercantilização da cultura e a absorção da economia pela indústria cultural. O novo regime de acumulação transforma-se num regime de significados<sup>32</sup>. A aceitação irrestrita desses significados limita por sua vez o escopo de uma utopia que não seja a do pragmatismo flexível neoliberal.

Logo, o neoliberalismo não se resume a um conjunto de predicados de política econômica, favorecendo-se do contexto cultural pós-moderno no qual a reprodução do capital torna-se um elemento natural e as contestações históricas e sociológicas ao seu movimento - mesmo que não sigam referenciais marxistas - são arquivadas, já que o progresso deixou de ser uma busca para se transmutar numa conquista indiscutível.

Para Richard Bellamy<sup>33</sup>, o liberalismo sob a forma neoliberal deixou de ser uma ideologia com objetivos políticos e sociais circunscritos para se converter numa “metaideologia” desprovida de determinações éticas. Cessou de fazer sentido assim a associação tipicamente oitocentista entre burguesia e instituições e valores liberais. Tal

---

<sup>31</sup> Para Krishan Kumar, 1997, pp. 78-79, todas as variedades da teoria pós-modernista possuem alguma concepção de moderno. O pós-modernismo seria assim “um conceito de contrastes”, já que tal teoria retira significado tanto daquilo que rejeita como daquilo que aceita para ocupar o espaço vazio existente no plano do conhecimento.

<sup>32</sup> *op. cit.*, pp. 128-129.

<sup>33</sup> Richard Bellamy, 1994, pp. 9-10, 14-15.

associação, quando se verifica, assume mais a forma de roupagem ideológica que de práxis política <sup>34</sup>.

No balanço histórico realizado por Perry Anderson, a América Latina deu lugar à “terceira cena de experimentações neoliberais”<sup>35</sup>, depois de este fenômeno já ter sentido suas bases nos Estados Unidos e nas Europas Ocidental e Oriental. Porém, o percurso do neoliberalismo pela América Latina não foi uniforme. A própria temporalidade e natureza do momento neoliberal variou bastante de país para país. Desde o plano econômico elaborado pelos *chicago-boys* em 1976 no Chile até a implementação do Plano Real em 1994 no Brasil, o neoliberalismo assumiu manifestações diferenciadas, sendo complexa qualquer tentativa de generalizar o seu impacto sobre a América latina.

Em termos econômicos, foram implementados na maioria dos países latino-americanos, até o início dos anos noventa, programas de liberalização comercial geralmente acompanhados de uma liberalização na conta capital do balanço de pagamentos <sup>36</sup>. O retorno dos capitais, principalmente de origem privada, para a América Latina, a partir de 1991, tornou inevitável a sobrevalorização da taxa de câmbio desses países. Esses novos capitais vieram estimulados pela abertura dos mercados financeiros, pelo desencadeamento do processo de privatizações das empresas estatais latino-americanas e, principalmente, pelas baixas taxas de juros praticadas no plano internacional.

Essas políticas de liberalização econômica, se conseguiram ressaltar o papel fundamental da inserção internacional para as economias latino-americanas, não trouxeram de volta a espiral do crescimento econômico. O hiato entre estabilização e

---

<sup>34</sup> no entanto, para Perry Anderson in Emir Sader e Pablo Gentili, orgs., 1995, p. 22, o neoliberalismo conforma um “corpo de doutrina coerente, autoconsciente, e militante”, diferentemente do liberalismo eclético do século XIX. Nesse sentido, o neoliberalismo, “em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”, se parece mais ao movimento comunista do início do século XX.

<sup>35</sup> Perry Anderson, op. cit., p. 19.

crescimento provou ser muito mais longo do que se imaginava, tendo o crescimento médio anual latino-americano alcançado 3,1% entre 1991 e 1996, taxa bem inferior aos 5,5% verificados no período 1945-1980<sup>37</sup>. Isso justamente durante o período em que o ingresso de investimentos diretos externos na América Latina quase quintuplicou, passando de US\$ 6,6 bilhões para US\$ 30,8 bilhões<sup>38</sup>. No entanto, a participação desses investimentos no PIB latino-americano em 1995 e 1996 atingiu apenas 1,6%, sendo os efeitos macroeconômicos dos investimentos das multinacionais bastante restritos.

Para melhor compreendermos a realidade econômica do momento neoliberal na América Latina, devemos nos reportar a um evento que significou, na maioria dos casos, a impossibilidade de continuação da estratégia de substituição de importações nesses países: a crise da dívida externa de 1982.

Muitos autores, ao desconsiderar a crise da dívida, incorreram no erro de qualificar o “atraso” de países como o Brasil no processo de globalização a partir da má administração macroeconômica. A globalização não faz parte, segundo essas formulações, de um processo histórico de redefinição das estruturas econômicas e de poder do capitalismo internacional - sendo considerada um fenômeno espontâneo<sup>39</sup>. No nosso entender, a crise da dívida de 1982 representou a forma específica de inserção da América Latina neste processo histórico de crescente internacionalização econômica<sup>40</sup>.

Através dos planos sugeridos pelas instituições do sistema financeiro internacional ou pelos próprios latino-americanos com diplomas nas universidades norte-

---

<sup>36</sup> Manuel Agosin e Ricardo Ffrench-Davis in Revista de la Cepal, agosto de 1993, p. 45.

<sup>37</sup> CEPAL, 1997, pp. 13-14.

<sup>38</sup> CEPAL, 1996a, p. 33.

<sup>39</sup> Gustavo Franco, 1996, pp. 7-11.

<sup>40</sup> para Francisco de Oliveira in Novos Estudos Cebrap, março de 1995, pp. 62-63, a dívida externa é um elemento de subordinação financeira dos Estados nacionais da periferia capitalista. Através da dívida externa, para Oliveira, “os países dependentes teriam não apenas financiado a ampliação do capital produtivo das multinacionais nos seus territórios, como também sancionado a extraterritorialização dos mecanismos financeiros de acumulação de capital”.

americanas, um modelo de ajuste frente a uma crise externa passou a instaurar uma nova lógica econômica, sepultando gradualmente o período nacional-desenvolvimentista <sup>41</sup>.

Esse ajuste estrutural foi geralmente realizado de forma abrupta e indiscriminada, sem contrapartidas internacionais, a competitividade resumindo-se às vantagens comparativas estáticas, tendo as taxas de investimento inclusive caído durante o período, ao mesmo tempo que os fluxos de capitais ingressos no continente latino-americano, basicamente a partir de 1991 <sup>42</sup>, foram em grande medida (em torno de 2/3 do total) de natureza especulativa, de acordo com Agosin e Ffrench-Davis <sup>43</sup>.

As políticas de liberalização econômica não conseguiram portanto retirar as economias latino-americanas da armadilha do subdesenvolvimento. A heterogeneidade produtiva e social acirrou-se sobremaneira, ocasionando rupturas drásticas nos setores não-exportadores, incapazes de enfrentar a acentuada concorrência internacional num contexto de câmbio valorizado, juros altos, ausência de investimentos em infra-estrutura e de uma política industrial coerente. Mesmo onde esses dilemas foram parcialmente solucionados, como no Chile, não se conseguiu impedir um permanente desequilíbrio entre a expansão do setor privado na economia e as necessidades de investimento em infra-estrutura, segundo Alejandro Foxley <sup>44</sup>.

Eis porque José Antonio Ocampo <sup>45</sup> sugere que o equilíbrio externo dos anos noventa, além de provisório, foi conseguido a partir de um crescente desequilíbrio no plano interno. Os planos de estabilização visaram dois objetivos básicos: o equilíbrio

---

<sup>41</sup> Osvaldo Sunkel e Stephany Griffith-Jones, 1990. p. 206.

<sup>42</sup> entre 1991 e 1993, os fluxos líquidos de recursos financeiros à região somaram US\$ 165,9 bilhões, enquanto os déficits em conta corrente chegaram a US\$ 98 bilhões, fazendo com que todos os países latino-americanos acumulassem reservas. Ver Mário Damill, José Maria Fanelli e Roberto Frenkel. in Revista de Economia Política, outubro/dezembro 1996. p. 118.

<sup>43</sup> Manoel Agosin e Ricardo Ffrench-Davis, op. cit, p. 43.

<sup>44</sup> Para Alejandro Foxley in Victor Bulmer-Thomas, org. 1996, pp. 3-5, a excessiva valorização das moedas no pós-1991 propiciou uma indesejada liberalização nos fluxos de capital que reduziu a inflação, mas trouxe déficits externos insustentáveis. Ao mesmo tempo, uma reforma fiscal não foi proposta desde o início, fazendo que os cortes de investimentos não fossem suficientes para se contrapor à dívida pública crescente. Em síntese, acabou-se postergando indefinidamente, à exceção do Chile, o cenário tão almejado de crescimento econômico com altas taxas de poupança.

externo e a estabilização econômica. Variáveis como emprego, distribuição de renda, taxa de investimento e nível de atividade econômica ficaram relegadas a um segundo plano <sup>46</sup>.

Para Ocampo, o “sucesso” desses planos - tal como veiculado pela mídia - deve-se a três fatores, oriundos da realidade econômica da década de oitenta: obsessão pelo curto prazo, sensação de descontrole das variáveis macroeconômicas e presença dos organismos internacionais nos modelos de ajuste. Como resultado desse processo, a noção de “estratégia de desenvolvimento” saiu da agenda econômica desses países, ainda que transformações estruturais fossem acionadas na esteira dos planos de ajuste de curto prazo.

Não obstante, a situação externa ainda se mantinha frágil, chegando o déficit latino-americano em conta-corrente a US\$ 48 bilhões em 1994 (3% do PIB regional) <sup>47</sup>, sustentável em grande medida pela entrada de capitais de curto prazo - os quais demonstraram a sua alta volatilidade quando da crise do peso mexicano. Se entre 1994 e 1996, o déficit em conta corrente em relação ao PIB regional caiu, ele continuou concentrado em um país, agora o Brasil (2/3 do déficit total), tal como antes estivera no México.

Segundo Victor Bulmer-Thomas <sup>48</sup>, a mudança econômica ocorrida durante os anos oitenta não foi tão drástica como se chegou a pensar. Em última instância, essa nova economia procurava se opor - muitas vezes de forma ingênua - à economia

---

<sup>45</sup> José Antonio Ocampo in *Journal of Latin American Studies*, maio de 1991, pp. 175-178.

<sup>46</sup> Mesmo em períodos de crescimento econômico, as instituições internacionais mostram-se reticentes quanto à realização de políticas distributivas. Por exemplo, o BID, 1993, pp. 15-16, prega a necessidade de uma “segunda geração” de reformas estruturais, já que a primeira geração foi insuficiente para trazer o crescimento sustentável. Essas reformas consistem na abertura às novas tecnologias, na inversão de recursos em educação e requalificação profissional e no estímulo às pequenas e médias empresas, já que a macroeconomia deve permanecer intocável. O aumento do emprego, da distribuição de renda e das taxas de investimento é considerado consequência natural dessas reformas estruturais. Ver também *El Mercurio*, 10 de setembro de 1995, onde o ex-ministro das Finanças de Pinochet, Hernan Büchi, defende que o aumento do gasto público deteriora os níveis de produtividade. Portanto, uma reforma tributária que aumente a capacidade de gasto do Estado está fora dos preceitos neoliberais.

<sup>47</sup> CEPAL, 1996a, p. 50 e CEPAL, 1996b, p. 47.



prevalecente no modelo anterior. Apesar das formulações neoclássicas, a novidade consistia na maior ênfase às forças da internacionalização e ao papel predominante do setor privado na alocação de recursos. No entanto, um *boom* inicial de exportações não levaria a uma superação do modelo de desenvolvimento para dentro, se o setor que sofria a concorrência das importações não absorvesse os ganhos de produtividade.

Tal crítica mostrou-se acertada, quando já nos anos noventa a sobrevalorização das moedas latino-americanas, associada a uma liberalização comercial indiscriminada, trouxe impactos dramáticos para o setor produtivo desses países. Mesmo assim, até a crise do peso de 1994, a mídia internacional exaltou as experiências chilena, argentina e mexicana, propiciando uma generalização do modelo neoliberal para o restante dos países a partir de um efeito dominó <sup>49</sup>.

No plano social, após a década perdida de oitenta - quando se verificou uma queda de 0,9% do PIB per capita anual - a década de noventa trouxe um crescimento do PIB per capita anual latino-americano de 1,1%, uma leve redução da taxa de pobreza (de 41% para 39%) e um aumento dos gastos sociais como percentagem do PIB (de 10,4% para 12,2%) <sup>50</sup>.

Essas “melhorias” não conseguiram todavia reverter a tendência de concentração da renda, manifesta na elevada proporção de empregos informais sobre o total de empregos gerados na América Latina no período (84%) e no aumento de 40% a 60% da distância salarial entre os segmentos de profissionais qualificados e os segmentos de baixa produtividade. Quanto à taxa média de desemprego latino-americana, esta

---

<sup>48</sup> ver a Introdução de Victor Bulmer-Thomas in Victor Bulmer-Thomas, org. 1996, pp. 10-13.

<sup>49</sup> para Victor Bulmer-Thomas, op. cit., p. 12, apesar do discurso ideológico, havia uma certa dose de pragmatismo nas medidas econômicas implementadas. No nosso entender, esse pragmatismo somente se justifica a partir de algumas opções de política econômica - juros altos, moeda sobrevalorizada e corte dos gastos públicos, principalmente no item investimentos - que acentuam os dilemas estruturais vividos por esses países.

<sup>50</sup> essas informações encontram-se em CEPAL, 1996a, pp. 40 e 42 e CEPAL, 1997, pp. 14 e 94.

saltou de 5,8% no início da década para 7,7% em 1996 <sup>51</sup>. Portanto, as políticas de abertura econômica não foram neutras nos seus impactos sobre o emprego e a concentração pessoal e funcional da renda.

Segundo Fernando Fajnzylber <sup>52</sup>, entre os anos setenta e noventa, nenhum país latino-americano conseguiu lograr simultaneamente crescimento com equidade, mantendo-se portando vazia “a caixa do desenvolvimento”. O Chile conseguiu crescer a uma taxa anual de 7% nos anos noventa, com uma taxa de investimento ascendente, mas sem alcançar uma redução dos altos índices de desigualdade social <sup>53</sup>.

Na verdade, sair da caixa vazia não faz parte da estratégia neoliberal, estando estes países mais preocupados em ascender nos *rankings* de competitividade promovidos pelas instituições internacionais <sup>54</sup>. Tal competição pouco criteriosa entre os países latino-americanos pela atração de investimentos internacionais impede a elevação dos impostos das classes abastadas, do setor financeiro e das firmas multinacionais, diminuindo o alcance redistributivo das políticas públicas <sup>55</sup>.

Se as reformas econômicas nos auxiliam na definição de uma periodicidade histórica para o momento neoliberal, não se deve inferir que os seus impactos estejam restritos ao plano material, nem muito menos supor que as transformações políticas e

<sup>51</sup> CEPAL, 1997, pp. 15-16.

<sup>52</sup> Fernando Fajnzylber in Notas sobre la Economía y el Desarrollo, janeiro-fevereiro 1992, pp. 3-4.

<sup>53</sup> ver a entrevista do segundo presidente chileno da nova etapa democrática, Eduardo Frei Ruiz-Tagle in Gazeta Mercantil, 24 de março de 1996. O Chile, com uma taxa de investimento superior à verificada nos demais países latino-americanos, de 28%, deve perseguir três tarefas básicas, segundo Eduardo Frei: aprofundar a democracia, manter as taxas de crescimento econômico e avançar em termos de justiça social. Apesar dos indicadores econômicos positivos, a concentração de renda nesse país é superior à existente durante os anos sessenta.

<sup>54</sup> Entre 1995 e 1996 o Chile saltou de 20º para 18º no ranking de competitividade internacional promovido pelo Fórum Econômico Internacional de Davos, na Suíça. O Brasil no mesmo período passou de 33º a 48º e o México de 44º para 33º. Ver essas informações in Gazeta Mercantil, 7 de setembro de 1995 e in O Estado de São Paulo, 30 de maio de 1996. Essa pesquisa avalia a média ponderada de alguns critérios sócio-econômicos, além de coletar opiniões de executivos internacionais, refletindo supostamente os melhores mercados para investimentos. Interessantemente, as mudanças de posição no ranking não acompanham a situação macroeconômica e social dos países, mas tão-somente uma noção abstrata de competitividade - pautada na taxa de retorno para os capitalistas internacionais, estando portanto dissociada da articulação e integração dos sistemas econômicos nacionais. Apesar disso, esse ranking funciona como reforço ideológico ao receituário neoliberal.

<sup>55</sup> Jorge Castañeda, 1994a, p. 420.

culturais não colaboraram para a forma como este receituário neoliberal se difundiu pelo continente latino-americano.

No plano político, o momento neoliberal presenciou o restabelecimento do imperativo democrático nos países latino-americanos. Aliás, para Fiori <sup>56</sup>, duas novas realidades - o projeto neoliberal de desestatização e a esperança popular de democratização - surgiram imbricadas, ainda que sejam de alguma maneira conflitantes.

Pois justamente quando a sociedade civil incrementava suas demandas e anseios de participação, o Estado sofria uma reforma regressiva. O conflito emerge do fato de que o aumento da participação política exige uma maior complexidade da esfera pública. Descartou-se o determinismo de alguns dependentistas, que relacionaram falta de democracia a ausência de crescimento econômico, e passou-se a venerar a pujança dos movimentos sociais num contexto recessivo.

Nesse interim, para Atilio Borón <sup>57</sup>, “a empresa dramática de instaurar a democracia se reduziu à criação e à institucionalização apenas de uma ordem política”, desconsiderando-se os seus conteúdos éticos bem como os antagonismos sociais latino-americanos, em prol da governabilidade e da eficácia administrativa. Para Borón, a partir do momento neoliberal, não se pode falar de democracias latino-americanas, mas de “capitalismos democráticos”, onde o capitalismo se converte em substantivo e a democracia quando muito em adjetivo.

A democracia passou a estar ancorada essencialmente na estabilização econômica que trouxe “uma imagem de consenso nacional”<sup>58</sup> - capaz de atenuar apenas no curto prazo a ânsia de participação política e transformação social <sup>59</sup> - manifesta nas

---

<sup>56</sup> José Luiz Fiori, 1995a, pp. 10-12.

<sup>57</sup> ver o artigo “A Sociedade Civil Depois do Dilúvio Neoliberal” in Emir Sader e Pablo Gentili, orgs. 1995, pp. 63-69.

<sup>58</sup> José Luís Fiori in Folha de São Paulo, 1o. de outubro de 1995.

<sup>59</sup> mesmo os neoliberais admitem a falta de enraizamento social das novas políticas econômicas. Ver Folha de São Paulo, 1o. de fevereiro de 1997, que relata a declaração do ministro da economia mexicano, Guillermo Ortiz, na sessão sobre América Latina do Fórum Econômico Mundial, o qual

novas alianças hegemônicas em torno das reeleições de Carlos Menem, Alberto Fujimori, Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, e na coalizão entre a *democracia-cristã* e o Partido Socialista no Chile - país que manteve em tempos democráticos o teor das medidas neoliberais implementadas durante o regime militar <sup>60</sup>.

Mas o que teria impulsionado essas novas alianças hegemônicas? Frente ao descontrole macroeconômico da década de oitenta e à impossibilidade de responder de forma concertada aos conflitos distributivos e corporativos, a estratégia neoliberal pareceu funcionar como a única saída num contexto de estreitamento do leque de opções de política econômica. Inicialmente, ela se mostrou "hobbesiana", pois tentava definir as regras do jogo a partir de uma visão tecnocrática, alheia ao jogo político. Apenas depois do sucesso da estabilização - em termos de contenção inflacionária - é que uma significativa parcela das elites políticas tornou-se neoliberal, contribuindo inclusive para adaptar aqueles pressupostos abstratos a uma realidade concreta de distribuição do poder político entre os novos aliados.

Esse novo cenário político, segundo William Smith <sup>61</sup>, apresentou as seguintes características: subordinação das políticas públicas à lógica do mercado; privatização difusa do poder do Estado mediante o desgaste da esfera política; e fortalecimento dos setores líderes da classe empresarial. Para que tal ocorresse, dois elementos mostraram-se fundamentais: Executivo forte e maioria parlamentar confiável.

Estes elementos apareceram no Peru de Alberto Fujimori, através do fechamento do Congresso; no Brasil, na ampla aliança de partidos em torno da candidatura e reeleição de Fernando Henrique Cardoso; na hegemonia incontestável do PRI mexicano e do Partido Justicialista argentino nos seus respectivos Congressos; e na

---

admitiu não ter o povo se beneficiado com as reformas. Na verdade, o novo modelo econômico não está alicerçado num modo de inclusão política e social, como durante o período anterior.

<sup>60</sup> O caso chileno, porém, diferencia-se dos demais, na medida em que o ajuste neoliberal já foi absorvido pelos agentes econômicos, enfrentando tal país os dilemas oriundos da gestação de um novo consenso social.

concertação de partidos que retirou Pinochet do poder e conferiu maioria parlamentar às políticas realizadas pelo Partido da Democracia Cristã (PDC) no Chile.

No plano cultural, o neoliberalismo formulou uma crítica exaltada à idéia de desenvolvimento e aos seus modelos estruturalistas aplicados na América Latina. Populismo, intervencionismo e nacionalismo passaram a ser vistos como entidades ahistóricas, recheadas de significados pejorativos.

A pós-modernidade entrou no debate latino-americano de forma inesperada e abrupta, tal como sói ser na relação de dependência cultural que guarda esse continente com a mídia internacional e com as universidades, principalmente norte-americanas. Mas num continente em que a modernização foi concentradora e excludente, a pós-modernidade pode refletir um certo descrédito em relação ao passado e mesmo frustração frente a um futuro ainda não vivido, mas jamais um permanente desencanto<sup>62</sup>, haja vista as possibilidades culturais e políticas de uma América Latina essencialmente moderna - reflexo da absorção das várias culturas não-criollas ao seu horizonte histórico

<sup>63</sup>

O momento neoliberal na América Latina significa a aceitação do espírito pós-moderno - na medida em que o *status quo* se consolida, a concentração de renda se aguça, os capitais se apropriam do espaço público e a democracia se estabiliza a partir de concepções formalistas, aprofundando o desencontro entre contemporaneidade e não-

---

<sup>61</sup> ver William Smith in Dados, 1993, pp. 211-221.

<sup>62</sup> Segundo Norberto Lechner no texto intitulado "A Disenchantment Called Postmodernism" in John Beverly et alli, 1995, pp. 160-164, se a pós-modernidade trouxe uma maior ênfase ao elemento político, à identidade política mais precisamente, ela substituiu a crença no progresso e na ciência por uma valorização do presente e dos sentidos, a qual deve ser superada de forma a fazer com que o homem latino-americano seja consciente da sua própria ação histórica e coletiva.

<sup>63</sup> para Nestor Garcia Canclini, 1997, pp. 19-20, a modernização não deve ser vista como uma força alheia e dominadora, mas como reflexo das tentativas de renovação empreendidas por diversos setores, a partir da "heterogeneidade multitemporal de cada nação". Essa abordagem tenta romper com a suposta compartimentação entre as culturas culta, popular e de massa na América Latina, encarando estas como pertencentes a uma modernidade comum e específica.

contemporaneidade<sup>64</sup> e impossibilitando uma ação integrada sobre os vários elementos componentes da dinâmica histórica latino-americana. Daí recusarmos a encarar o receituário neoliberal como indutor de uma nova estratégia de desenvolvimento<sup>65</sup>.

Não que inexistam transformações significativas nas formas de se pensar a política e a economia latino-americanas. Porém, o enfrentamento crítico das forças sociais a estas novas concepções, bem como a resolução dos impasses presentes no fronte externo, configuram os elementos responsáveis pela definição da nova “cara” do consenso social e da identidade cultural e política dessas nações, independentemente de as economias serem mais abertas e as empresas estatais mais escassas em relação ao período anterior.

#### *A Estabilização Monetária e a Desestruturação dos Sistemas Econômicos Nacionais*

A crise internacional de 1973 não foi exclusivamente uma crise do petróleo. O sistema capitalista - em termos de crescimento do produto, das taxas de investimento e dos níveis de comércio - já vinha apresentando desde o final dos anos sessenta os seus primeiros revezes, a partir da queda da lucratividade nas economias dos países avançados. Na esteira desse processo, os crescentes déficits comerciais da economia norte-americana solaparam o sistema internacional, perdendo o dólar qualquer referência com o padrão-ouro a partir de 1971, quando passou a vigorar um regime de taxas de câmbio flutuantes<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> Octavio Ianni, 1996, pp. 23-24 e 88-89. Seguindo a abordagem de Ianni, a modernização, especialmente na América Latina, desenvolve-se num contexto de várias temporalidades. A ilusão ocidentalista consiste na integração e na homogeneização em detrimento da não-contemporaneidade. No entanto, é sobre esta última que se cria a base para uma contemporaneidade possível, sintonizada com os elementos sociais e culturais de um determinado contexto histórico.

<sup>65</sup> Ainda que para Luiz Carlos Bresser Pereira, 1996, p. 31, o receituário neoliberal possa ser executado por políticos progressistas que adotem uma perspectiva social-democrática, em nenhum caso concreto se verificou que tal associação possibilitasse a superação do momento neoliberal..

<sup>66</sup> Alain Lipietz, 1991, pp. 44-46.

Durante o restante da década de setenta, as políticas econômicas dos países desenvolvidos resumiram-se à tentativa de gerar superávits comerciais comprimindo a demanda interna. O comércio internacional passou a ser grande alavanca de crescimento dessas economias. Nesse período, o excesso de capitais no mercado financeiro viabilizou a expansão tardia do fordismo para os países do chamado Terceiro Mundo <sup>67</sup>.

Entre 1973 e 1979, podemos encontrar as primeiras experiências neoliberais latino-americanas, fadadas ao fracasso imediato devido a uma conjuntura externa instável. Argentina, Chile e Uruguai executaram programas de estabilização e liberalização econômicas durante os seus respectivos regimes militares. Esse neoliberalismo *avant la lettre* empenhava-se no combate aos desequilíbrios macroeconômicos que assumiam a forma de déficits no balanço de pagamentos e taxas de inflação crônicas.

Estes programas de estabilização implementados a partir de 1974, no Chile e no Uruguai, e de 1976 na Argentina, eliminaram os controles de preços e liberalizaram os fluxos de capital e comércio. Políticas monetárias contracionistas associaram-se a este rol de medidas. Vale lembrar que a intensidade na execução dessas medidas variou de país para país <sup>68</sup>. O Chile foi o país que implementou de forma mais ortodoxa o receituário neoliberal, a ponto de reduzir significativamente o déficit fiscal e a taxa de inflação, lançando inclusive em 1979 um conjunto de leis trabalhistas flexíveis.

---

<sup>67</sup> Para Alain Lipietz, 1988, pp. 96-111, esse fordismo periférico atingiu alguns países do Terceiro Mundo, beneficiando-se dos seus mercados consumidores, da mão-de-obra barata, da relativa autonomia do Estado frente às classes sociais e de uma industrialização razoavelmente mecanizada. Tal fordismo justifica-se como "periférico" na medida em que os níveis mais sofisticados do processo produtivo são realizados nas matrizes e a demanda social é apenas parcialmente coberta no plano nacional, pois os produtos se destinam também às exportações. Essa realidade está associada a uma nova divisão internacional do trabalho, intra-industrial, entre três tipos de atividades: I- engenharia e tecnologia avançada; II- atividades produtivas padronizadas com certo nível de qualificação; e III- atividades que não exigem qualificação especializada.

<sup>68</sup> para um acompanhamento das medidas de estabilização e liberalização dessas economias, ver o artigo "Que Falló en las Reformas Recientes en el Cono Sur?" de Vittorio Corbo, Jaime de Melo e James Tybout in Sebastian Edwards e Simón Teitel, orgs., 1991, pp. 217-221.

No entanto, a utilização do câmbio como instrumento anti-inflacionário tornou estas economias altamente vulneráveis aos humores da economia mundial, como ficou comprovado com a segunda crise do petróleo e com a da elevação dos juros internacionais em 1979. A afluência de capitais que havia sido altamente positiva entre 1976-1978 inverteu-se a partir do início da década de oitenta. O endividamento crescente desses países levou à recessão de 1982: se os primeiros ajustes neoliberais haviam deteriorado os salários reais, estes foram ainda mais comprimidos na recessão do início da década de oitenta.

Na Argentina, o período durante o qual José Alfredo Martínez de Hoz foi ministro da Economia (1976-1980) simbolizou o desgaste da estratégia industrializadora e a tentativa de fazer desta nação novamente uma exportadora de produtos primários. A queda dos preços desses produtos no mercado internacional, bem como o aumento das dívidas externa e interna, fizeram com que esta estratégia fracassasse, acentuando o processo de regressão da base econômica argentina <sup>69</sup>.

Graças a este experimento e também à situação hiperinflacionária dos anos oitenta, a oposição empresarial e sindical - principalmente nos segmentos voltados para o mercado interno - mostrou-se frágil em 1991, quando Carlos Menem, amparado pelo ministro da Economia Domingo Cavallo, implementou o que Martínez de Hoz fora impossibilitado de levar a cabo. O neoliberalismo ressurgiu na Argentina quinze anos após a sua primeira aparição, revigorado por um contexto internacional favorável, mas igualmente instável.

No caso chileno, ainda que entre 1977-1981 a taxa de crescimento do PIB fosse de 7% ao ano num contexto de estabilidade monetária, a valorização do câmbio entre 1979-1982, de em torno de 25%, dificultou a sustentação dessa realidade no longo prazo. O endividamento externo juntou-se à deterioração dos termos de troca, fazendo



com que, em 1982, o PIB chileno apresentasse uma queda de 15% e a taxa de desemprego superasse os 30%<sup>70</sup>. Além disso, segundo Edwards, o processo de acumulação de capital não conseguiu emplacar, pois as taxas de investimento estacionaram a um nível abaixo do verificado durante os anos sessenta.

No México e no Brasil<sup>71</sup>, o excesso de endividamento não se deveu à necessidade de cobrir o déficit no balanço de pagamentos oriundo de estratégias de liberalização comercial com valorização do câmbio e abertura financeira - como no caso de Chile e Argentina - mas à tentativa de dar uma nova vida à estratégia de substituição de importações (Brasil) e de se beneficiar do aumento dos preços do petróleo, levando a economia ao pleno emprego (México).

Se a crise de 1982 foi dramática para as economias latino-americanas em geral, os seus efeitos negativos sobre a produção, o emprego e a renda tenderam a ser mais notáveis nos países em que as políticas comercial e financeira haviam se tornado mais liberais durante os anos setenta<sup>72</sup>.

Para Osvaldo Sunkel e Stephany Griffith-Jones, apesar destas diferenças, todos os países reviram as suas opções de política econômica, de forma a se enquadrar no novo contexto de recessão internacional, alta do juro e deterioração dos termos de troca para os produtos latino-americanos. A fuga de capitais também afetou estes países que somente entre 1982 e 1984 exportaram US\$ 75 bilhões, valor superior ao recebido pelos mesmos no período 1976-81<sup>73</sup>.

A partir de agosto de 1982, quando da moratória mexicana, uma onda de reescalonamentos da dívida percorreu todos os países latino-americanos, assumindo os

---

<sup>69</sup> Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, 1984, pp. 72-73.

<sup>70</sup> ver o artigo "El Monetarismo en Chile, 1973-1983: Algunos Enigmas de la Economía" de Sebastian Edwards in Sebastian Edwards e Simón Teitel, orgs., 1991, pp. 137-140, 160-161.

<sup>71</sup> Eliana Cardoso e Ann Helwege, 1993, pp. 131-137.

<sup>72</sup> Osvaldo Sunkel e Stephany Griffith-Jones, 1990, pp. 118-120.

<sup>73</sup> op. cit., p. 125.

seguintes aspectos <sup>74</sup>: os agentes financeiros privados e as instituições internacionais empenharam-se na luta pelos seus interesses; houve o estabelecimento de condicionalidades, em termos de obrigações macroeconômicas, para a concessão de novo empréstimos; as negociações dos credores privados eram feitas individualmente com cada país latino-americano, apesar dos esforços isolados em sentido contrário; as negociações eram programadas anualmente, impedindo a definição de um horizonte de longo prazo; o objetivo da “administração” da dívida era a estabilidade do sistema financeiro privado internacional e não a retomada do desenvolvimento das economias latino-americanas.

Os *policy-makers* latino-americanos - influenciados pelos diagnósticos das instituições credoras internacionais - acreditaram que solucionado o problema da dívida e com o retorno do crescimento econômico nos países avançados, a América Latina sairia da crise. Essa análise mostrou-se equivocada. A partir de 1984, o ciclo econômico voltou a seguir uma trajetória ascendente nos EUA e na Europa, mas o cômputo da década de oitenta para a América Latina não foi dos mais promissores, a ponto de se qualificá-la costumeiramente como uma “década perdida”.

Segundo Ernesto Ottone <sup>75</sup>, a participação da América Latina e do Caribe no comércio mundial caiu para apenas 4% em 1989. Durante a década de oitenta, enquanto o PIB mundial aumentou 3% ao ano, o PIB latino-americano teve um incremento médio anual de apenas 1%, tendo o PIB per capita caído em 10% no acumulado da década. A América Latina viu, durante o mesmo período, a concentração de renda se magnificar, ao mesmo tempo que a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza saltou de 35% para 41% entre 1980 e 1989. De acordo com a CEPAL <sup>76</sup>, as taxas de desemprego ao final da década eram bem superiores às verificadas em 1980 para os principais países

---

<sup>74</sup> op. cit., pp. 134-141.

<sup>75</sup> Ernesto Ottone in Documentos de Trabajo/CEPAL, dezembro de 1993, p.3.

latino-americanos, com as exceções de Brasil e Chile. Já a taxa de investimento média para a região, que chegara a 24% em 1980, caía a 16% ao final da década.

Esses resultados negativos <sup>77</sup> não eram explicados, pelos neoliberais, a partir da exportação de capitais ou das políticas de ajuste com significados recessivos para os países latino-americanos. Aceitou-se de forma acrítica que as doses ministradas haviam sido reduzidas e que a liberalização completa destas economias devia ser perseguida, se as mesmas quisessem figurar no rol das economias desenvolvidas e extirpar de vez os desequilíbrios macroeconômicos.

A implantação definitiva do neoliberalismo na América latina, a partir de 1988 <sup>78</sup> - no bojo da eleição de Carlos Salinas de Gortari no México, seguida das eleições de Carlos Menem e Fernando Collor em 1989, na Argentina e no Brasil, respectivamente, de Carlos Andrés Pérez na Venezuela no mesmo ano e, finalmente, de Alberto Fujimori no Peru, em 1990 <sup>79</sup> - significou a continuidade da lógica econômica presente nos planos de ajuste frente à crise da dívida.

Deve-se lembrar que comparamos economias bastante diferenciadas, cujos ajustes variaram sobremaneira em termos de *timing* e alcance das medidas, além de as condições internas e internacionais terem se transformado muitas vezes de forma imprevista, implicando a redefinição constante da política econômica. O Chile, ao possuir

---

<sup>76</sup> CEPAL, 1996b, pp. 53 e 68.

<sup>77</sup> esses resultados negativos deveram-se, segundo Eliana Cardoso e Ann Helwege, op. cit., pp. 141-144, às soluções para a crise da dívida que mesmo quando diminuíram o montante da mesma, através do Plano Brady, não propiciaram uma transformação do sistema financeiro internacional que estivesse mais de acordo com as necessidades dos países em desenvolvimento. Isto porque as taxas de juros reais não caíram na magnitude esperada, os preços dos produtos primários declinaram, a transferência de recursos para saldar o serviço da dívida implicou uma depressão das importações e uma ampliação da dívida pública, incrementando a inflação e dificultando a retomada da taxa de investimento aos níveis dos anos setenta.

<sup>78</sup> ver o artigo "Balanço do Neoliberalismo" de Perry Anderson in Emir Sader e Pablo Gentili, orgs., 1995, p. 20, onde o autor aponta que os experimentos boliviano e chileno eram, até 1988, isolados e não representavam uma mudança clara de conduta dos países latino-americanos em prol do neoliberalismo, ainda que algumas políticas condicionadas pelos credores internacionais tivessem sido implementadas nesses países.

<sup>79</sup> foi aliás, em 1990, que John Williamson identificou, segundo Luiz Carlos Bresser Pereira, 1996, pp. 48-49, o que mais tarde ficaria conhecido como "Consenso de Washington".

um horizonte temporal de pelo menos vinte anos de aplicação do receituário neoliberal (1976-1996), merece destaque. Dois momentos - 1982 e 1989 - foram imprescindíveis para a adequação dos pressupostos neoliberais às novas condições internacionais e internas deste país.

O primeiro desses momentos - 1982-1983 - significou a saída dos *chicago-boys* do poder e o fim da influência do liberalismo dogmático, ainda que a favor da manutenção de uma estratégia conservadora. Sob pressão de grupos empresariais, houve um aumento das tarifas alfandegárias, o que estimulou o retorno a um processo mais limitado e circunscrito de substituição de importações<sup>80</sup>. Observou-se ao mesmo tempo uma relativa desvalorização do câmbio, combinando política comercial com política cambial, o que havia estado ausente durante os anos setenta.

Também no que tange ao processo de privatização, a estratégia adotada nos anos oitenta foi diversa daquela dos anos setenta. Pode-se dizer, com Ernest Bartell<sup>81</sup>, que o Chile viveu duas fases da privatização, separadas pela crise de 1981-1983, quando vários bancos e empresas foram reestatizados. Na primeira fase, as empresas privatizadas foram compradas por grandes conglomerados financeiros, que ao invés da gestão empresarial, preferiram os ganhos especulativos proporcionados pelo diferencial de juros. Já na segunda fase, houve uma reorganização das empresas antes do processo de privatização e um estímulo à presença do capital internacional com limitações à sua repatriação.

Para Ffrench-Davis e seus colaboradores, as mudanças de enfoque na política econômica durante os anos oitenta permitiram uma recuperação gradual da produção e do investimento, ainda que em 1989 os salários médio e mínimo em termos reais, assim

---

<sup>80</sup> Ricardo Ffrench-Davis, Patricio Leiva e Roberto Madrid in Revista Pensamiento Iberoamericano, janeiro-julho de 1992, pp. 47-53.

<sup>81</sup> ver o artigo "Privatization: The Role of Domestic Business Elites" in Werner Baer e Melissa Birch, orgs. 1994, pp. 75-78.

como o gasto social e a taxa de investimento se encontrassem abaixo dos valores verificados em 1970.

Patricio Aylwin, primeiro presidente eleito pelo voto democrático depois da queda de Allende, empossado em 1989, não ousou modificar os mecanismos de gestão econômica neoliberal, ainda que barganhasse pelo aumento da capacidade de financiamento do Estado e de organização dos trabalhadores - através das reformas fiscal e trabalhista - no intuito de amenizar a injustiça social incrementada no Chile durante o período militar. Essa dupla opção representou um sério conflito com sua base de poder, já que o neoliberalismo pragmático contava com o pleno apoio dos grandes empresários e proprietários de terra <sup>82</sup>.

Portanto, ao se utilizar o Chile como modelo, deve-se levar em conta qual dos neoliberalismos chilenos <sup>83</sup> se está pretende imitar, e mais, que a relativamente longa história do momento neoliberal nesse país foi propiciada por uma implacável ditadura.

Além disso, se as taxas de crescimento econômico se mantiveram em torno de 7% ao ano durante a década de noventa, parece inegável ser a regressão da estrutura produtiva desse país - concentrada nas atividades agropecuárias e no setor serviços - uma limitação ao progresso em termos de distribuição de renda, já que os ganhos de produtividade se alastram menos facilmente pelo seio da cadeia produtiva, estando uma crescente parte da mão-de-obra, principalmente a informal, alheia ao processo de expansão do excedente.

A emergência do momento neoliberal na história mexicana foi ao mesmo tempo mais sutil e complexa - o que talvez tenha se devido à estrutura produtiva mais diversificada desse país e à especificidade do seu sistema político de natureza autoritária.

---

<sup>82</sup> ver Eduardo Silva in *Journal of Interamerican Studies*, janeiro-março de 1992, pp. 100-103

<sup>83</sup> aqui seguimos outro estudo de Eduardo Silva in *World Politics*, julho de 1993, p. 534, onde o autor qualifica três tipos de neoliberalismo durante o Chile autoritário: o gradual (1973-75), o radical (1976-1982) e o pragmático (1983-88). Após o primeiro governo democrático, o modelo neoliberal pragmático

A orientação da política econômica modificou-se radicalmente a partir de julho de 1985, sob a gestão do presidente Miguel de la Madrid, empossado em 1982. O câmbio foi então desvalorizado e iniciou-se a liberalização comercial mexicana.

Ao final de 1987, a balança comercial encontrava-se estável, enquanto a inflação atingia níveis crônicos. Em dezembro de 1987, através do *Pacto de Solidariedad Económica* (PSE), foram elevadas as tarifas públicas com o fim de reduzir o déficit fiscal, enquanto o câmbio foi valorizado de forma a servir de âncora para a inflação e acelerar a liberalização comercial<sup>84</sup>. A novidade da experiência neoliberal mexicana foi o compromisso dos empresários com a manutenção dos preços e dos sindicatos com a não-reivindicação de aumentos salariais.

Em 1988, já sob a nova gestão de Carlos Salinas de Gortari, o PSE foi renovado sob a alcunha de *Plan de Estabilización y Crecimiento Económico* (PECE). No ano seguinte, a economia mexicana apresentava uma taxa de inflação inferior aos 20% e voltava a crescer em torno de 3% ao ano. Tal como no Chile, a privatização foi um dos sustentáculos do neoliberalismo mexicano: entre 1982 e 1991, 822 das 1.155 empresas paraestatais foram privatizadas<sup>85</sup>.

Mas essa estabilidade - como seria comprovado a partir da crise do peso de dezembro de 1994 - mostrou-se provisória, na medida em que era refém do contexto internacional de afluxo de capitais para os mercados emergentes. Em 1991, o déficit da balança comercial mexicana superava os US\$ 10 bilhões e, em 1994, chegava aos US\$ 18,5 bilhões. Já o déficit em conta corrente atingia nesse ano a casa dos US\$ 30 bilhões, representando em torno de 8% do PIB daquele país<sup>86</sup>. Esse déficit em conta corrente foi

---

foi mantido com algumas rupturas. Estas foram incapazes, no entanto, de alterar a lógica de funcionamento do neoliberalismo.

<sup>84</sup> Adriaan Ten Kate in Revista Pensamiento Iberoamericano, janeiro-julho de 1992, pp. 62-65.

<sup>85</sup> Héctor Guillén-Romo in Investigación Económica, abril-junho 1992, pp. 37-38.

<sup>86</sup> CEPAL, 1996a, pp. 49-50. Para a OCDE, 1995, pp. 4-6, o aumento do déficit em conta corrente no México deveu-se a uma série de motivos. Dentre estes, deve-se ressaltar o baixo nível da poupança privada interna como percentagem do PIB - o qual era menor ainda no caso da poupança pública, por

preenchido entre 1988 e 1994 graças à entrada de capitais interessados nos ganhos da bolsa, nos juros altos, no processo de privatização e nas possibilidades de barateamento de custos salariais para as empresas norte-americanas beneficiadas com o *North-American Free Trade Agreement* (NAFTA).

Aliás, a aprovação do NAFTA, em 1994, exigia essa rigidez da política externa mexicana que descuidava do aumento da produção, das exportações e do nível de investimentos. O crescimento econômico dava-se através da expansão do consumo. Nesse sentido, a limitação da política econômica era clara: como não havia aumento significativo da produção e os aumentos de produtividade eram localizados - apesar dos crescentes investimentos das multinacionais, 85% destes estavam concentrados no setor serviços - não se revertia a defasagem competitiva trazida pela valorização cambial <sup>87</sup>.

Esse interregno de “sucesso” do neoliberalismo mexicano teria sido para Castañeda <sup>88</sup> resultado dos fluxos especulativos de capital durante a primeira metade da década de noventa, em virtude das baixas taxas de juros praticadas nos países desenvolvidos, fazendo o autor inclusive uso de comparação com a experiência chilena do final da década de setenta <sup>89</sup>. A volta do México à realidade econômica, no bojo da desvalorização do peso em dezembro de 1994, causou o acréscimo de um milhão de pessoas ao total de desempregados desse país e a redução do poder de compra da população em mais de 30% <sup>90</sup>.

---

conta das restrições fiscais - incrementando o déficit em conta corrente, preenchido através da entrada de capitais externos principalmente nas aplicações em carteira. Esse círculo vicioso era acionado pelos juros altos - os quais funcionavam como mecanismos de contenção da demanda, mas também de atração de capitais.

<sup>87</sup> Arturo Huerta in *Investigación Económica*, abril-junho 1992, pp. 224-228.

<sup>88</sup> Jorge Castañeda, 1994b, p. 10.

<sup>89</sup> é interessante notar como os neoliberais no comando da política econômica no Chile de 1979, no México pré-crise de 1994 e no Brasil pós-Plano Real entoaram o mesmo coro de que se deve “dar graças a Deus pelo déficit comercial”, tal como proferiu o professor da Universidade de Chicago, Arnold Harberger, em entrevista à revista chilena *Qué Pasa*, 24 de abril de 1980. As crises chilena de 1981 e a mexicana de 1995 mostraram que essa euforia era despropositada.

<sup>90</sup> Matt Smith in *Gazeta Mercantil*, 7 de junho de 1996.

A crise do peso repercutiu em toda a América Latina, já que o México havia colaborado de maneira decisiva para a formação das expectativas dos investidores internacionais acerca da região. Dessa forma, a crise mexicana teve conseqüências duradouras para a América Latina <sup>91</sup>, não somente no que diz respeito à confiança internacional mas à própria consciência dos dilemas a serem enfrentados durante a implementação do receituário neoliberal.

De forma semelhante ao Chile e ao México, a Argentina iniciou efetivamente seu momento neoliberal em abril de 1991, através do Plano de Conversibilidade, que estabeleceu a paridade do peso com o dólar. Este plano encontrou uma situação hiperinflacionária e de descontrole das contas públicas do país. Tal como no caso mexicano, a taxa de inflação reduziu-se num curto lapso de tempo. Em 1992, esta encontrava-se num patamar reduzido (17,5%), sendo que em 1994 já era de 3,9%. O crescimento econômico atingiu uma média de 7,7% entre 1991 e 1994 <sup>92</sup>.

A receita foi a mesma aplicada por Chile e México: valorização do câmbio, cortes do déficit público através de um programa radical de privatizações, reforma administrativa com amplo corte de empregos públicos, acordo da dívida externa através do Plano Brady, liberalização do comércio e política de estímulo aos investimentos externos, flexibilização dos salários e dos custos trabalhistas de forma a superar o desnível de competitividade gerado pelo câmbio, política salarial submetida aos ganhos de produtividade, além da reforma na previdência que culminou na privatização do sistema <sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> Mário Damill, José Maria Fanelli e Roberto Frenkel in Revista de Economia Política, outubro-dezembro de 1996, pp. 115-116.

<sup>92</sup> CEPAL, 1996a, pp. 39 e 41.

<sup>93</sup> para Carlos Acuña no artigo "Politics and Economics in the Argentina of the Nineties (Or, Why the Future No Longer Is What It Used to Be)" in Carlos Acuña et al, 1994, pp. 44-47, tais medidas ocasionaram uma "verdadeira revolução neoliberal", que acabaria por transformar as bases do modelo de acumulação e a estrutura das relações sociais na Argentina.



Pode-se perceber no cenário argentino duas ondas de reformas estruturais<sup>94</sup>. A primeira onda envolveu as privatizações, a liberalização comercial e a reforma tributária, estando associada ao processo de estabilização econômica. Já a segunda onda de reformas, realizada entre 1993 e 1994, revestiu-se de intentos de refundação social, estando concentrada nos temas da previdência social e das relações de trabalho.

A crise do peso mexicano originou uma queda do PIB argentino de 4,4% em 1995. A partir de então, a estabilização econômica contrastou com níveis de desemprego e pobreza crescentes. A população abaixo da linha de pobreza em Buenos Aires saltou de 16,1% em maio de 1994 para 26,7% em maio de 1996, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censo (INDEC)<sup>95</sup>; quanto à taxa de desemprego, esta atingiu seu recorde em 1995, 17,5%, quase o triplo do percentual verificado em 1991<sup>96</sup>.

A aparição do Plano Real no Brasil, em julho de 1994, selou a hegemonia do momento neoliberal na América Latina. Valorização do câmbio, continuidade da liberalização comercial e das privatizações iniciadas no governo Fernando Collor, política monetária contracionista e paulatina desindexação dos salários permitiram que a economia entrasse numa febre de consumo que levou a taxas de crescimento econômico elevadas até o primeiro trimestre de 1995.

No entanto, a crise do peso mexicano, o crescente déficit comercial, bem como o aumento da dívida pública, tornaram também a economia brasileira sujeita à armadilha

---

<sup>94</sup> Pablo Gerchunoff e Juan Carlos Torre in *Desarrollo Económico*, outubro-dezembro de 1996, pp. 739-744 e 754-761. A dificuldade de compatibilizar as duas ondas de reformas reflete a natureza complexa do cenário político desses países, principalmente quando o neoliberalismo passa a afetar não somente as variáveis econômicas gerais, causando impactos na estrutura da sociedade e nas identidades culturais. Esse dilema foi enfrentado na Argentina, mas também nos outros países onde o neoliberalismo intentou redefinir o processo de desenvolvimento de forma integral.

<sup>95</sup> Folha de São Paulo, 11 de outubro de 1996.

<sup>96</sup> CEPAL, 1996a, p. 42. Cerca de três anos antes, o ex-presidente argentino Raúl Alfonsín já criticava o neoliberalismo radical, que ao eliminar o papel distributivo do Estado, amplia via-mercado as brechas entre ricos e pobres. Ver Folha de São Paulo, 19 de abril de 1992. Percebe-se ainda como esse neoliberalismo radical chega na Argentina vinte anos após a sua presença na circunstância chilena, o que ressalta a específica temporalidade do momento neoliberal nos vários países latino-americanos.

do *stop and go* e do crescimento contido. A inflação havia se reduzido para 10,6% em 1996, mas o crescimento de 3% ao ano <sup>97</sup> mostrou-se incapaz de solucionar o desemprego crescente <sup>98</sup> e de trazer a taxa de investimento <sup>99</sup> aos níveis da década de setenta.

Quanto à distribuição de renda trazida pelo Plano Real, esta significou a redução da participação dos 20% mais ricos na renda total de 64,7% para 62,4% entre 1994 e 1996, ao passo que os 50% mais pobres aumentaram a sua participação na renda total de 11,3% para 12,3% no mesmo período <sup>100</sup>, fenômeno este que tende a ser contrarrestado no médio prazo pela estabilização da inflação a níveis baixos - eliminando os efeitos do fim do imposto inflacionário - e pelo aumento do desemprego.

Já o déficit em conta corrente da economia brasileira foi de US\$ 24,3 bilhões em 1996, acima de 3% do PIB<sup>101</sup>, indicando que o Brasil - ainda que não siga necessariamente a mesma trajetória da economia mexicana, em virtude das diferenças de estrutura produtiva - sofre dos mesmos desequilíbrios estruturais presentes no México pré-crise de 1994, pois o ingresso de capitais - ao preencher o saldo negativo da balança comercial - mantém a inflação estável, porém às custas de taxas de crescimento pífias.

Entre 1991 e 1996, enquanto o crescimento acumulado das importações brasileiras aumentou em 149%, o crescimento das exportações manteve-se bem abaixo,

---

<sup>97</sup> CEPAL, 1996a, pp. 39-41.

<sup>98</sup> Antônio Barros de Castro in Folha de São Paulo, 2 de outubro de 1996, compara o Brasil à Argentina e ao México, os quais também passaram no momento inicial dos seus planos de estabilização por queda da taxa de desemprego em virtude do aumento dos preços dos bens não-comercializáveis, o que resultou na geração de empregos no setor serviços. Porém, no longo prazo, este efeito tende a se esfumaçar, em virtude da convergência entre os preços industriais e de serviços e da queda do potencial de consumo - já que os níveis de endividamento privado chegam ao seu limite.

<sup>99</sup> Segundo Luciano Coutinho in Economia em Perspectiva, junho-julho de 1997, p.4, desde o lançamento do Plano Real, a taxa de investimento não conseguiu superar a casa dos 16%.

<sup>100</sup> O Estado de São Paulo, 28 de março de 1997.

<sup>101</sup> O Estado de São Paulo, 15 de abril de 1997.

na faixa dos 51%. Logo, o Brasil, ao tentar sepultar o crescimento por substituição de importações, obteve uma redução do crescimento com substituição de exportações<sup>102</sup>.

Ao mesmo tempo, o ajuste fiscal transformou-se numa “tarefa de Sísifo”<sup>103</sup>, já que apontado como a grande deficiência da estabilização no Brasil por integrantes do governo e críticos internacionais, reflete o desequilíbrio externo instituído com o Plano Real. Os juros altos possibilitam, de um lado, o financiamento do déficit em conta corrente, e de outro, a expansão da dívida pública. O Plano Real, se trouxe a estabilização, engessou também as possibilidades de conformação de uma nova estratégia de desenvolvimento para o país.

Quanto aos investimentos externos, se é verdade que estes aumentaram no Brasil de US\$ 1,7 bilhão em 1994 para US\$ 9,4 bilhões em 1996, não se pode negar que tais investimentos estão em grande medida concentrados nos setores de bens duráveis e não duráveis, voltados mais para o crescimento do mercado interno do que para a geração de divisas internacionais<sup>104</sup>. Logo, no longo prazo, os investimentos diretos externos tendem a aguçar ainda mais o *trade-off* entre crescimento econômico e desequilíbrio externo.

Transcendendo o campo das especificidades nacionais, Osvaldo Rosales<sup>105</sup> classificou o momento neoliberal como uma experiência inédita nos anais da história econômica na América Latina, por fazer coincidir, num mesmo lapso temporal, ajuste

---

<sup>102</sup> Álvaro Antônio Zini Júnior in Folha de São Paulo, 24 de novembro de 1996. A posição do governo brasileiro pode ser encontrada em Gustavo Franco, 1996, pp. 18-20, onde este autor justifica que a elevação da taxa de produtividade no Brasil, durante a década de noventa, justifica uma nova taxa de câmbio de equilíbrio.

<sup>103</sup> Paulo Nogueira Batista Jr. in Folha de São Paulo, 19 de setembro de 1996.

<sup>104</sup> Mariano Francisco Laplane in O Estado de São Paulo, 1o. de março de 1997.

<sup>105</sup> Osvaldo Rosales in Economía de América Latina, 1990, pp. 107-109. Este autor elucida como o conceito de ajuste estrutural, surgido nos países do Terceiro Mundo durante os anos setenta, foi apropriado pelos neoliberais em benefício próprio e num sentido completamente diverso. Para Rosales, “o ajuste estrutural na sua conceituação inicial significava um conjunto de transformações econômicas, políticas e institucionais capazes de levar a economia de um país a sua taxa de crescimento potencial sem trazer problemas para o balanço de pagamentos”. Durante o momento neoliberal, pelo contrário, os desequilíbrios do balanço de pagamentos foram levados ao limite máximo, enquanto o crescimento se manteve abaixo do seu potencial.

externo, estabilização, equilíbrio fiscal e pagamento do serviço da dívida externa. A depressão das taxas de investimento e a compressão dos salários, bem como a situação externa instável, impossibilitaram a retomada do crescimento econômico de forma sustentada.

Ainda segundo Rosales, os países latino-americanos não realizaram a “distinção prática” entre liberalização e promoção de exportações, ponto onde residiria o sucesso das experiências do Sudeste Asiático.<sup>106</sup> Mesmo no caso chileno, a duplicação da participação do setor exportador no PIB, durante os anos oitenta, deveu-se não tanto ao experimento ortodoxo, mas aos projetos de desenvolvimento da *Corporación de Fomento* (CORFO)<sup>107</sup> - existente desde o final dos anos trinta - que estimularam a exportação de produtos das áreas florestais e ligados à pesca (inclusive farinha de peixe), fruticultura e cobre.

Para Otaviano Canuto<sup>108</sup>, a associação entre o ritmo da liberalização, o nível de investimentos e a possibilidade de uma reestruturação produtiva dinâmica foi peremptoriamente desconsiderada pela hegemonia neoliberal, que avaliou serem os custos de adaptação no curto prazo (em termos sociais e de desorganização do aparato produtivo) negligenciáveis. A liberalização comercial funcionou basicamente como âncora dos preços.

Ao se dar a taxa de câmbio praticada como realista, acabou-se por condenar os “ineficientes” e rebaixar as variáveis investimento, emprego e renda desses sistemas

<sup>106</sup> op. cit., pp. 122-123.

<sup>107</sup> Aníbal Pinto in *Novos Estudos Cebrap*, julho de 1990, pp. 93-97. Para o economista chileno, os ortodoxos economistas chilenos, através de um exercício de amnésia histórica, desconhecem o papel desempenhado pela CORFO, impingindo-lhe o rótulo de “estatista”, quando esta na verdade havia estimulado um alto grau de complementaridade entre os setores público e privado. Segundo Pinto, a privatização atingiu o universo das atividades apoiadas pela CORFO somente num último estágio, a partir de 1985.

<sup>108</sup> Otaviano Canuto in *Revista Economia e Sociedade*, dezembro de 1994, pp. 43-46, 60-61. O autor ressalta também a importância de se reconsiderar algumas das variáveis apontadas pelos desenvolvimentistas pioneiros, inclusive agravadas pelo momento neoliberal, como as assimetrias tecnológicas entre centro e periferia e as elevadas elasticidades renda da demanda para produtos sofisticados nas economias periféricas.

econômicos nacionais. Ao mesmo tempo, os novos regimes de comércio não conseguiram aumentar as exportações na magnitude exigida para que não houvesse desequilíbrios externos e os impactos internos em termos de investimento e geração de empregos não fossem tão decepcionantes.

Uma visão neo-keynesiana crítica, apoiada por formulações da nova teoria do comércio, valoriza o papel da política industrial no estímulo ao comércio intra-setorial de manufaturas, incrementado a partir da expansão do mercado doméstico. No contexto latino-americano, pelo contrário, ao não se desenvolver os novos setores dinâmicos, houve uma limitação ao crescimento das exportações, concentradas no setores de bens intermediários e de *commodities* agrícolas <sup>109</sup>.

Houve assim em todos os países latino-americanos, principalmente a partir dos anos oitenta, uma regressão da estrutura industrial, o que implicou uma inflexão na tendência histórica de aproximação aos perfis industriais dos países desenvolvidos. Os ajustes externos seguiram as linhas gerais das formulações neoclássicas das vantagens comparativas. Para os neoliberais, na América Latina, onde o capital é parco, não haveria sentido investir em setores de alta sofisticação tecnológica, devendo haver uma opção clara pelos setores intensivos em recursos naturais e mão-de-obra.

Apesar dessa formulação genérica e abstrata, a reestruturação industrial - acionada num contexto de crise e abertura - apresentou vários estilos. Estes estilos resultaram de diversas combinações entre fatores macroeconômicos, estruturais e institucionais. Da mesma forma, os interesses das empresas multinacionais variaram de acordo com a natureza do ajuste. Seguindo de maneira esquemática a análise de Ricardo

---

<sup>109</sup> ver o artigo "The New Trade Regime, Macroeconomic Behaviour and Income Distribution in Latin America" de E.V.K. FitzGerald in Victor Bulmer-Thomas, org., 1996, pp. 34-36. Segundo o autor, tal modelo de ajuste externo seria responsável pelo aumento da pobreza e da concentração de renda no médio prazo, devido aos seguintes fatores: pequenas taxas de crescimento econômico, depressão do nível real de salários, pequena qualificação da mão-de-obra, contração fiscal e expansão do desemprego estrutural.

Bielschowsky e Giovanni Stumpo <sup>110</sup>, listamos os quatro estilos de reestruturação industrial na América Latina, intimamente relacionados à especificidade do momento neoliberal em cada um desses países.

O estilo chileno pode ser caracterizado como de “desindustrialização com reorientação para fora”, responsável pela contração do complexo metal-mecânico/eletroeletrônico, bem como pela decisão das multinacionais desse setor de se retirarem do país. O caso argentino configura uma “desofisticação importadora”. Se o processo foi semelhante ao chileno, não teve efeitos tão drásticos, restando ao final do processo uma indústria metal-mecânica de tamanho médio com alto grau de diversificação.

No México, verificou-se uma “integração radical em direção ao norte”, aumentando a importância de alguns segmentos do setor metalmeccânico, como automotivo e maquiladoras, mas debilitando os setores de bens de capital e de bens de consumo não-duráveis. No Brasil, o estilo de reestruturação industrial mostrou-se “defensivo”, no sentido de manter a complexidade das indústrias metal-mecânica e eletroeletrônica, obtendo inclusive o apoio das multinacionais. Num contexto de valorização cambial (pós-1994), este ajuste defensivo deu lugar a um processo de desindustrialização gradual, menos generalizado que nos casos anteriores.

Esses ajustes, apesar da diversidade de estilos, apresentaram uma justificativa comum: o ingresso inexorável na era da globalização. No entanto, essa globalização, mesmo para os países latino-americanos enquadrados na definição de mercados emergentes, possui significados bastante particulares.

Segundo a OCDE <sup>111</sup>, a globalização pode ser caracterizada como “a aceleração do desenvolvimento da atividade econômica, atravessando as fronteiras políticas

---

<sup>110</sup> Ricardo Bielschowsky e Giovanni Stumpo in Revista de la Cepal, abril de 1995, pp. 139-143 e 161-163.

nacionais e regionais". Por sua vez, a especificidade da atual globalização - a OCDE considera outras duas globalizações, a das décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial e a dos anos cinquenta e sessenta - deveria ser encontrada no nível microeconômico, já que teria havido uma redução da distância não só entre os países <sup>112</sup> mas também entre os atores econômicos, incentivando uma maior interdependência internacional nos âmbitos comercial, produtivo e financeiro.

Juntamente com as novas tecnologias e a abertura dos mercados financeiros, a tendência à especialização - conjugada a uma maior flexibilização produtiva e do trabalho - teria permitido, de acordo com a OCDE, maiores margens de inserção na economia mundial para os países latino-americanos, contrariamente ao verificado durante o período de crescimento voltado para o mercado interno

No entanto, ainda que a OCDE apresente os elementos-chave do processo de globalização, esta instituição não hierarquiza as influências nem matiza os impactos referentes a cada uma das esferas da globalização - conferindo um aspecto lúdico a este fenômeno e aos seus significados para os países latino-americanos.

Por exemplo, segundo Chesnais <sup>113</sup>, a OCDE silencia sobre a globalização financeira; não qualifica o processo de flexibilização que avança mais sobre o âmbito da organização do trabalho do que da estrutura dos mercados; a mobilidade do capital fora dos países desenvolvidos não é completa e se concentra em áreas que privilegiam mão-de-obra barata; quanto à maior especialização das empresas, a OCDE não relata que a descentralização das operações está associada a uma crescente centralização do capital;

---

<sup>111</sup> OCDE, 1996, pp. 5-53.

<sup>112</sup> o Banco Mundial, outra instituição internacional de relevo, e responsável pela tentativa de universalização do neoliberalismo, admite entretanto a existência de um processo de crescente divergência entre os países mais ricos e os mais pobres durante o último século, verificado também no período recente. Enquanto em 1870 a renda per capita média dos países ricos era 11 vezes maior que a dos países pobres, a mesma relação passou para 38 vezes em 1960, chegando a 52 vezes em 1985. Ver Banco Mundial, 1995, p. 53-54. É verdade que o Banco Mundial aponta para uma reversão dessa tendência, caminhando-se para um contexto de "convergência condicional", o que por enquanto não foi percebido na prática.

não especifica as relações entre o oligopólio mundial e os países da periferia; e faz vista grossa sobre a relação potencialmente conflitiva entre capital industrial e financeiro.

A OCDE admite terem os fluxos de investimento direto externo - uma das principais âncoras do processo de globalização - se concentrado nos países avançados (80% do total) <sup>114</sup> durante a década de oitenta, enquanto as exportações de produtos manufaturados dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos permaneceram no mesmo patamar.

Por sua vez, as recomendações da OCDE em termos de políticas acessórias aos ajustes estruturais se restringem ao desenvolvimento do capital humano, do *savoir-faire* tecnológico e organizacional e do espírito de livre iniciativa <sup>115</sup>, desconsiderando as transformações macroeconômicas mais gerais, a instabilidade dos ajustes para as economias latino-americanas e o aprofundamento da desigualdade da renda não somente nos países em desenvolvimento, mas também no seio das economias dos países avançados <sup>116</sup>.

Em oposição ao novo senso comum global, o economista argentino Aldo Ferrer <sup>117</sup> afirma que a competitividade continua dependendo, em primeiro lugar, do desenvolvimento dos países de origem. Não só a mão-de-obra qualificada, mas também o sistema nacional de ciência e tecnologia, a eficiência nas prestações do serviço público, o sistema de transportes e de acesso a informação, o custo do dinheiro e as taxas de juros,

---

<sup>113</sup> op. cit., pp. 14-31.

<sup>114</sup> François Chesnais, 1996, pp. 34-50 e OCDE, 1996, pp. 18,21,44 e 45. Já a participação da América Latina no total de investimentos diretos externos em 1995 era de apenas 6,7%, apesar de significar um recorde em termos absolutos (OCDE).

<sup>115</sup> OCDE, 1996, pp. 46-47.

<sup>116</sup> segundo Paul Singer in Revista São Paulo em Perspectiva, janeiro-março de 1996, pp. 6-8, "a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países". Diferentemente da sua fase anterior, anos 50 e 60, quando houve uma expansão da industrialização, a globalização na fase atual (anos 80 e 90) traz um processo de desindustrialização em todos os países, ainda que com ritmos e significados distintos.

<sup>117</sup> Aldo Ferrer in El Trimestre Económico, 1996, pp. 1369-1372.



bem como a taxa de expansão da demanda e a distribuição da renda funcionam como balizadores para o aumento da competitividade sistêmica de uma economia.

Ferrer relativiza também o impacto da globalização, já que os mercados internos ainda absorvem 80% da produção mundial e a acumulação de capital se faz principalmente (em torno de 90%) com a poupança interna dos países. Este autor mostra ainda como as exportações mundiais representam 20% do PIB mundial e os investimentos das firmas multinacionais correspondem a 5% do investimento fixo mundial. Além disso, 9 de cada 10 trabalhadores mundiais estão ocupados na produção para os mercados internos nacionais.

Estas transformações econômicas advindas com a recente mundialização do capital - compreendidas a partir de Chesnais e matizadas por Ferrer - estão relacionadas à emergência de um novo sistema de poder multipolar, o qual é decorrente da debilitação dos atuais centros nacionais de poder e da tentativa ainda frustrada de constituição de novas estruturas supranacionais <sup>118</sup>. Esse novo equilíbrio internacional tem se mostrado instável na medida em que a regulação multilateral dos fluxos comerciais privilegia basicamente os países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, o surgimento de novas estruturas supranacionais não pode substituir em importância os Estados nacionais, os quais se apresentam virtualmente enfraquecidos, especialmente na América Latina.

A regionalização tem funcionado como uma tentativa de governar a partir de bases mais sólidas o processo de globalização <sup>119</sup>. No caso da América Latina, tem-se observado o retorno aos projetos de integração, como no caso do Mercosul. Deve-se ressaltar também o NAFTA, que vincula o México de forma inexorável aos destinos da

---

<sup>118</sup> Celso Furtado, 1992, pp. 16-19.

<sup>119</sup> essa é a linha de pensamento das várias instituições internacionais e mesmo dos governos dos países latino-americanos. A diferença de postura está muitas vezes na ênfase dada a cada fenômeno. Enquanto os países latino-americanos do Cone Sul enfatizam o Mercosul, por exemplo, as instituições internacionais defendem a globalização de forma mais arraigada. Para a CEPAL, 1994, pp. 11-13, deve-se perseguir uma política externa que privilegie o "regionalismo aberto", compatibilizando a integração regional ao aumento de competitividade internacional.

economia norte-americana. Se esses blocos sub-regionais significam um avanço da diplomacia latino-americana, não se sabe qual vai ser a margem de manobra dos mesmos frente à possibilidade de criação de uma Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) em 2.005, tal como ficou acordado na Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994, na cidade de Miami <sup>120</sup>.

Não se pode negar também que os projetos de regionalização na América Latina acontecem concomitantemente e de alguma forma condicionados pelas reformas neoliberais. Ou seja, a instabilidade externa das economias latino-americanas, a sua dependência com relação aos mercados externos de bens e de capitais e a desestruturação dos sistemas econômicos desses países impedem que as estruturas de poder regional sejam vistas como mecanismos compensadores de uma soberania nacional perdida.

Resta-nos finalizar esse breve percurso pelo significado econômico do momento neoliberal com um parêntese a respeito do papel da CEPAL - responsável pela sedimentação de uma economia política latino-americana entre os anos cinquenta e setenta. O momento neoliberal impôs duas transformações básicas para a relação da CEPAL com o novo ambiente econômico.

Em primeiro lugar, a CEPAL foi “jogada para escanteio” enquanto grande agência formuladora de políticas públicas para os países latino-americanos, sendo substituída pelos consultores formados, na sua grande maioria, nas universidades norte-americanas e vinculados a instituições como o FMI e o Banco Mundial.

Em segundo lugar, a própria CEPAL passou por um processo de reflexão crítica, que em muitos pontos a colocou em sintonia com o novo receituário neoliberal.

---

<sup>120</sup> duas posturas se confrontaram na Conferência das Américas: uma primeira que defendia a expansão do NAFTA para a América Latina, e uma segunda que pregava a integração econômica a partir dos mercados sub-regionais já existentes. Ver *Inter-American Dialogue*, 1994, pp. 5-7. A discussão em torno da ALCA reflete não somente os intuítos de integração econômica, mas também a luta pela

Fernando Fajnzylber, ex-diretor da CEPAL, em entrevista de 1991 <sup>121</sup>, aponta os quatro pontos de coincidência entre o novo pensamento cepalino e o pensamento neoliberal: urgência de transformação no manejo da economia, necessidade de maior integração internacional, novo papel do Estado e importância dos equilíbrios macroeconômicos.

Entretanto, para Fajnzylber, algumas diferenças de enfoque devem ser ressaltadas. Para ele, a CEPAL parte da análise da situação concreta das economias latino-americanas durante os anos oitenta, enquanto os neoliberais estariam presos a um modelo teórico pretensamente universal. Além disso, no entender da CEPAL, a equidade não pode ser adquirida pelo simples funcionamento do mercado, sendo um dos pré-requisitos para a competitividade. Uma terceira diferença radica na compreensão da inserção internacional, que para os neoliberais se restringe ao aumento do comércio exterior, enquanto para os cepalinos - seguindo a tradição prebischiana - o progresso técnico surge como elemento fundamental.

Se em termos teóricos, a CEPAL continua se diferenciando do *mainstream* neoliberal, em termos práticos esta instituição não conseguiu viabilizar concretamente uma “transformação produtiva com equidade”<sup>122</sup>, rubrica com a qual procura atualizar o referencial cepalino aos novos tempos e à nova dinâmica internacional. Resta saber se uma transformação mais drástica nos conceitos cepalinos não se faz necessária no sentido de criar uma contra-hegemonia nos planos produtivo e social para o continente latino-americano.

---

soberania nas decisões de política econômica por parte dos vários países inseridos nesse mercado regional expandido.

<sup>121</sup> Fernando Fajnzylber in Revista de la Cepal, abril de 1994, pp. 207-209.

<sup>122</sup> CEPAL, 1990.

*Reforma do Estado e Democracia num Contexto de Segmentação Social*

Os cientistas sociais latino-americanos costumam situar as transformações sócio-políticas processadas no período pós-1980 como resultantes de uma transição entre modelos de desenvolvimento. Segundo esse enfoque, o continente latino-americano estaria passando de um modelo de industrialização por substituição de importações para um modelo de transnacionalização do mercado interno <sup>123</sup>. Por conseguinte, ambos os componentes de um modelo de desenvolvimento - modo de acumulação e modo de regulação social - estariam, segundo Francisco Zapata, sendo redefinidos.

Em contraste com esta perspectiva, o momento neoliberal, se trouxe um novo padrão de acumulação <sup>124</sup>, voltado para o mercado externo, não conseguiu provar a sua sustentabilidade nem estabelecer um novo marco nas relações entre Estado e sociedade civil - ainda que algo de novo pareça estar surgindo dos escombros do passado. Zapata indica, por exemplo, a separação entre a economia e a política como ilustrativa de uma nova dinâmica social, diversa do padrão vigente durante o período nacional-desenvolvimentista, quando o projeto de industrialização estava relacionado a uma distribuição de poder que incorporava novos segmentos sociais.

Uma forma de ilustrar essa separação entre a economia e a política pode ser realizada através do acompanhamento dos atuais processos de tomada de decisão,

---

<sup>123</sup> ver o artigo "Estado, Sociedade e Integração Regional: Livre Comércio e Reestruturação" de Francisco Zapata in Hélio Zylberstajn et alii, 1996, pp. 311-314.

<sup>124</sup> ver o artigo "O Estado Neoliberal e o Caso Mexicano" de José Carlos Feijó Valenzuela in Asa Cristina Laurell, org., 1995, pp. 11-32, 47-51. Para este autor, o "modelo neoliberal" não deve ser visto como um conjunto de reformas econômicas ou como uma filosofia econômica ultra-apologética do mercado, mas enquanto padrão de acumulação, vigente num determinado período histórico e em alguns países da América Latina. O padrão de acumulação neoliberal seria uma degeneração do modelo secundário-exportador: já que não se consegue continuar diversificando a pauta de exportações e avançando numa industrialização com produtos de maior de valor adicionado, opta-se pela abertura externa e pela valorização cambial que deprimem a competitividade externa dessas economias, mas reforçam o papel dos oligopólios e dos salários baixos num contexto de inserção internacional menos qualificada, deteriorando as condições de distribuição de renda. Esse padrão de acumulação sustenta-se num bloco de poder - com a presença privilegiada do capital nacional e internacional - que assume características centralizadoras e autoritárias, distanciando-se estrategicamente da sociedade civil.

perdendo o Estado o seu poder de intervenção econômica enquanto proprietário - papel concedido à iniciativa privada através do manejo eficientista da economia. A privatização reveste-se assim de metas não somente econômicas: o seu principal objetivo político radica no enfraquecimento do poder dos sindicatos das empresas estatais.

No nosso entender, essa separação entre a economia e a política é antes resultado da fragilidade desse novo modelo de desenvolvimento capenga - incapaz de se generalizar pelo conjunto da sociedade, de forma a absorver as tensões sociais visíveis e latentes. Se o momento neoliberal trouxe a formação de um novo bloco hegemônico, não conseguiu sentar as bases para um consenso social <sup>125</sup>. Fica faltando portanto uma das “pernas” do modelo de desenvolvimento.

Quais seriam pois as coordenadas sócio-políticas do momento neoliberal? Em termos de mercado de trabalho, ocorre a redução do mercado formal de trabalho e a proliferação de trabalhos precários, tendo a participação do setor informal na PEA passado de 30% em 1981 para 40% em 1992, segundo o BID <sup>126</sup>. Já para a CEPAL, a participação do emprego informal no emprego total passou de 51,6% em 1991 para 56% em 1995 <sup>127</sup>. Não obstante as estatísticas diferenciadas, a tendência de informalização do mercado de trabalho é facilmente perceptível. Deve-se, contudo, não incorrer no erro de relacionar setor informal com tradicional, já que a sua recente expansão está associada às transformações das relações de trabalho em setores cujo processo produtivo apresenta-se como tipicamente capitalista <sup>128</sup>.

A tendência de aumento da produtividade do trabalho não esteve dissociada de uma deterioração dos níveis de renda da população ocupada. O salário mínimo real

---

<sup>125</sup> para Alain Touraine in Folha de São Paulo, 16 de junho de 1996, após a vaga do neoliberalismo pode se esperar uma “desforra do mundo político”, já que, “a julgar pela análise histórica, toda a fase de liberalização da economia responsável por tensões sociais insustentáveis é seguida de uma fase inversa de reconstrução do controle social da economia”.

<sup>126</sup> Francisco Zapata in Hélio Zylberstajn et alli, , op. cit., p. 315-316.

<sup>127</sup> CEPAL, 1997, pp. 65-66.

<sup>128</sup> Laís Abramo in DPPS-ILPES, setembro de 1996, pp. 8-9.

latino-americano, em 1995, era 28% inferior ao índice de 1980. Quanto ao salário médio industrial latino-americano, este era, em 1994, 5% inferior ao de 1980 <sup>129</sup>. Essa maior heterogeneidade na estrutural social e produtiva favoreceu a atomização da ação sindical e dificultou a conformação de uma proposta crítica por parte da classe trabalhadora crescentemente desestruturada.

Esse novo contexto é fruto de uma aliança entre o capital nacional e o Estado - sujeita a conflitos localizados, já que a expansão do capital internacional deslocou parcelas do capital privado nacional e das estatais controladas por burocracias quase autônomas. Os arranjos populistas - alguns dos quais contaram com ampla participação sindical - foram desfeitos, ou então se transformaram em caricaturas de seu passado como nos casos mexicano e argentino, onde os sindicatos oficiais chancelaram as políticas neoliberais dos ex-partidos populistas - PRI e Partido Justicialista, respectivamente.

A nova aliança capital-Estado, a crise do sindicalismo enquanto esfera de articulação de interesses nacionais e a possibilidade de manutenção no poder a partir da aceitação do novo figurino ideológico permitiram que líderes populistas como Carlos Andrés Pérez e Carlos Menem, respectivamente na Venezuela e na Argentina, mudassem radicalmente de enfoque.

Mas se o espaço de representação política tornou-se restrito, novos partidos surgiram de forma a tentar canalizar transformações sociais mais profundas no cenário latino-americano <sup>130</sup>, como o Partido Revolucionário Democrático (PRD) no México, a Frente Para Um País Solidário na Argentina (Frepaso) na Argentina, a Frente Ampla no Uruguai e o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. De forma concomitante, verificou-se a transformação de movimentos guerrilheiros em partidos, como no caso da

---

<sup>129</sup> CEPAL, 1997, pp. 66-69.

<sup>130</sup> Jorge Domínguez in *Foreign Affairs*, janeiro de 1997, pp. 4-5.

Aliança Democrática (ex-M-19) na Colômbia, do Movimento ao Socialismo (MAS) na Venezuela e da Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí em El Salvador.

Alguns autores como Manuel Antonio Garretón <sup>131</sup> não descartam a possibilidade de emergência de um novo modelo ou matriz sócio-política no horizonte latino-americano. Para o sociólogo chileno, o momento neoliberal propiciou uma desarticulação do aparelho estatal, questionando a importância deste na vida sócio-econômica, ainda que o Estado tenha durante esse período ampliado os seus poderes coercitivos <sup>132</sup>.

Porém, o saldo político do momento neoliberal reveste-se de ambiguidades. Garretón aponta também para uma tendência de “triplo fortalecimento autônomo” do Estado, sistema político e sociedade civil - a qual pode, no entanto, propiciar uma excessiva autonomia da economia frente à política, “arrastando o Estado para lógicas corporativas e mercantis”, no caso de estas três esferas, ao invés de cooperarem entre si, se distanciarem uma das outras.

De um lado, o sistema político tornou-se mais complexo e diferenciado, fugindo do bipartidarismo presente em muitos dos países latino-americanos. De outro, surgiram coalizões governamentais majoritárias que podem indicar tanto uma opção pela democracia com mudança social como uma opção por estabilidade econômica com segmentação social e elitização política.

O caso chileno pode indicar um maior apego pela primeira opção. Já no Brasil da aliança PSDB-PFL, na Argentina do Pacto de Olivos, no Peru do autogolpe, ou no México do acordo implícito entre o PRI e o PAN durante as eleições presidenciais de agosto de 1994, a segunda opção apresenta-se como mais condizente com a realidade.

---

<sup>131</sup> Manuel Antonio Garretón in *Serie Estudios Sociales/FLACSO*, julho de 1992, pp. 10-19.

<sup>132</sup> Segundo Alberto Pla, 1995, p. 2, um exemplo da política agressivamente intervencionista do Estado pode ser encontrado na fixação arbitrária e imutável da paridade cambial, alterando assim os demais preços relativos da economia. A Argentina configura-se no caso extremo de rigidez na ancoragem cambial.

Essas experiências estariam comprovando que o controle do poder superou as motivações em prol da transformação social, enquanto as democracias se tornaram “delegativas”<sup>133</sup>.

A noção de crise do Estado emergiu desse cenário de transição política, motivada pela compreensão neoliberal. Se a percepção dessa crise era quase universal, o movimento pela reforma do Estado tratou de alijar alguns segmentos sociais na definição das novas diretrizes dessas nações<sup>134</sup>. Nesse sentido, as ditaduras militares do Cone Sul e a burocratização do PRI mexicano possibilitaram o início da desestruturação dos antigos consensos e abriram espaço para a viabilização das políticas neoliberais.

Pode-se acompanhar no momento atual duas posturas divergentes acerca do alcance e origem da crise do Estado. Segundo Bresser Pereira <sup>135</sup>, a especificidade da crise dos anos oitenta - ao contrário da crise de trinta, causada pela insuficiência da demanda - encontra-se no fato de ela ser essencialmente uma crise do Estado. Para este autor, diferentemente da postura neoliberal, a “interpretação da crise do Estado” não critica um Estado forte que cresceu em demasia, mas um Estado fraco que se expandiu de forma distorcida. Esse enfoque permitiria, no seu entender, uma síntese entre o

---

<sup>133</sup> segundo definição de Guillermo O'Donnell, in *Novos Estudos Cebrap*, outubro de 1991, pp. 25-27, as democracias delegativas significaram uma “segunda transição” incompleta, passo além da transição de regimes autoritários para democráticos. Esta segunda transição não propiciou a consolidação da democracia, já que não fortaleceu as instituições representativas da sociedade civil, em grande medida devido à crise sócio-econômica e aos resquícios do autoritarismo ainda insepulto. Fugiram da concepção de democracias delegativas de O'Donnell os regimes chileno e uruguaio, que resgataram do seu passado instituições e práticas democráticas (Congresso e sistema partidário), ausentes nos demais países latino-americanos.

<sup>134</sup> fundamental para tal reviravolta foi a transformação do populismo em algo ahistórico e irracional. Tal período histórico dotado de determinações políticas, sociais e culturais ficou restrito ao seu significado em termos de política econômica. O “populismo econômico” ficou associado ao desperdício e à ausência de cálculo econômico. Essa visão encontra-se em Rudiger Dornbusch e Sebastián Edwards in *El Trimestre Económico*, janeiro-março 1990, pp. 121-125, onde os autores qualificam quaisquer políticas de crescimento com distribuição de renda como disruptivas em termos inflacionários e de equilíbrio internacional, sendo classificadas como “populistas” - o que abarca desde os governos Salvador Allende e Alán García, no Chile e no Peru, respectivamente, até o Plano Cruzado no Brasil. A obsessão inflacionária e a aceitação da dinâmica internacional em detrimento da soberania nacional transformaram-se nas âncoras neoliberais e destruíram os consensos sociais gestados não por um Estado Gestador, mas por sistemas políticos mais participativos e de hegemonia concertada.

<sup>135</sup> Luiz Carlos Bresser Pereira, 1996, pp. 19-22.



paradigma neoliberal e o paradigma nacional-desenvolvimentista, chamada de estratégia social-liberal<sup>136</sup>.

Seguindo o argumento do economista brasileiro - escolhido para o cargo de Ministro da Administração e Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso - percebe-se a gestação de um Estado social-liberal, “liberal pois acredita no mercado, e social pois contrata a realização de serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica de organizações públicas não-estatais, financiadas a fundo perdido com orçamento público”<sup>137</sup>. Bresser Pereira não acredita na existência do Estado neoliberal, sendo este apenas “uma utopia da direita que a esquerda arcaica latino-americana transformou na sua realidade particular”.

Entretanto, a transição de um Estado Planejador para um Estado Coordenador e do Bem-Estar Social, propugnada por Bresser Pereira, não se verifica concretamente em nenhum lugar do cenário político internacional, pois uma mudança na operacionalização do Estado, na forma como este contrata serviços não é suficiente para inseri-lo num novo processo de desenvolvimento. Além de uma ampla reforma tributária, são necessários novos mecanismos de controle do poder por parte da sociedade.

Já para José Luis Fiori, a crise do Estado é o epicentro da crise sócio-econômica e do modelo de arbitragem dos conflitos na América Latina. Nesse cenário, uma mera mudança operacional apresenta-se como incapaz de reformular a crescente fragmentação do aparelho estatal, já que as suas próprias contradições - embutidas no seu compromisso fundador e solucionadas a partir de movimentos de “fuga para frente” ou de centralizações sucessivas - não mais podem ser contornadas<sup>138</sup>.

Além disso, Fiori ressalta a diferença entre a intervenção do Estado na economia e na sociedade dos países centrais e o que se verificou no caso dos países

---

<sup>136</sup> op. cit., pp. 49-56.

<sup>137</sup> op. cit., p. 14.

periféricos. Enquanto nos países centrais, o Estado do Bem-Estar Social agiu como “mantenedor da bipolaridade” no tratamento aos capitais, assegurando uma equalização no tratamento aos iguais, no caso dos países latino-americanos o Estado, durante o mesmo período, caminhou em direção oposta, “desigualizadora e, parcialmente, concentradora”<sup>139</sup>.

Vale pois questionar uma reforma do Estado que não se dispõe a enfrentar a sua balcanização e privatização processada pelos interesses dominantes. No plano concreto, a reforma do Estado do momento neoliberal assume os mesmos parâmetros anteriores, tornando o seu discurso letra morta na realidade. Porém, há uma diferença básica: o Estado abdica de abrir novas fronteiras de acumulação, destinadas ao capital internacional, e fortalece o seu poder discricionário sobre o valor do dinheiro e das normas que orientam o mercado.

Aliás, para Marcus André de Mello<sup>140</sup>, a agenda neoliberal exige um Estado intervencionista não somente para introduzir mudanças mas principalmente para dar sustentabilidade ao mercado, num contexto de encurtamento significativo das estratégias de longo prazo<sup>141</sup>.

---

<sup>138</sup> José Luís Fiori, 1995a, pp. 43-44.

<sup>139</sup> *op. cit.*, pp. 35, 45-49. Essa constatação não impede que Fiori seja reticente quanto à perspectiva de formulação de uma teoria sustentável sobre o Estado periférico latino-americano, o que quando foi intentado obedeceu a visões doutrinárias, a idealizações com base na história européia ou a exercícios histórico-comparativos desprovidos de base analítica. Assim, a caracterização do Estado e da sua inserção no movimento do capitalismo latino-americano, bem como a sua relação com os sistemas políticos locais, ainda se colocam como problemas. Fiori, porém, distancia-se claramente de Bresser Pereira, 1996, pp. 16-17, para quem o crescimento distorcido do Estado trouxe os mesmos resultados para o Estado Desenvolvimentista do Terceiro Mundo, o Estado Comunista do Segundo Mundo e o Estado do Bem-Estar Social do Primeiro Mundo.

<sup>140</sup> ver o artigo “Ingovernabilidade: Desagregando o Argumento” de Marcus André de Mello in Lícia Valladares e Magda Prates Coelho, orgs., 1995, p. 32.

<sup>141</sup> em 1996, o formulador do “Consenso de Washington”, John Williamson, argumentou que as reformas econômicas pregadas em 1990 não seriam suficientes para a retomada do desenvolvimento econômico. No seu entender, deveria-se aumentar a preocupação com a esfera social, com a educação e com a criação de instituições que aumentassem a governabilidade da economia. Isso não significa, entretanto, uma mudança do arcabouço neoliberal, já que o Estado segue tendo um papel limitado no crescimento econômico. Reflete, sim, uma superação da ingenuidade anterior dos neoliberais de que a economia poderia se mostrar pujante num mundo de instituições destroçadas. Ver Folha de São Paulo, 5 de setembro de 1996.

Nesse contexto particular, o Estado do momento neoliberal não segue um conjunto vago de doutrinas puras. Ele configura-se enquanto Estado do grande capital que conseguiu derrotar a classe operária, causando rupturas e limitações nos pactos corporativos do pós-Guerra <sup>142</sup>. A ideologia do Estado Mínimo serve quando muito para aplacar oposições sequiosas de acordos tripartites e coletivos.

Mas até que ponto é possível a definição sociológica deste Estado de caráter provisório, mescla dos resquícios de um pacto rompido com o embrião de um novo bloco de poder consolidado às expensas da sociedade? Para Lucio Oliver Costilla <sup>143</sup>, a reforma do Estado na América Latina condiz com a mudança nas relações de propriedade e na organização das atividades econômicas, reforçando o papel do capital internacional no conjunto do sistema econômico - o que aliás não se contradiz com a maior autonomia do poder Executivo na arbitragem dos conflitos entre os interesses dominantes nem com a revitalização das instituições representativas.

Todavia, Oliver Costilla peca ao caracterizar tal reforma como sendo oligárquica e transnacional, dificultando a compreensão do significado das mudanças do aparelho do Estado nos marcos do momento neoliberal. Parece-nos que, para além da mera criação de novos rótulos, deve-se fisgar a intenção dos atores em definir um determinado rumo para o processo de transição.

O momento neoliberal traz uma reorganização da vida social a partir da desregulamentação dos elementos até então responsáveis pelo direcionamento do mercado, ao mesmo tempo que se exime de enfrentar os interesses oligárquicos presentes no seio da máquina estatal, relegando a pregação do Estado Mínimo ao plano do discurso. Logo, não se pode correr o risco de apressadamente conferir a uma intenção ou projeto de governo o rótulo de um tipo definitivo de Estado.

---

<sup>142</sup> ver o artigo "Neoliberalismo e Estado" de Enrique de la Garza Toledo in Asa Cristina Laurell, org., 1995, p. 84.

Destarte, o endividamento das várias esferas de governo, principalmente em regimes federalistas, a ineficiência administrativa e os rombos da previdência social são de tal magnitude, que a crise fiscal e o problema da qualidade dos serviços públicos não podem ser solucionadas simplesmente a partir de um programa de governo coerente.

Pelo contrário, as soluções parciais a esses vários aspectos da crise do Estado são definidas a partir do novo bloco de poder hegemônico. Eis a contribuição da estabilização, da nova vaga ideológica e da concentração do poder no Executivo para a redefinição do papel do Estado - a partir de cima - abrindo novas sendas para a valorização do capital. Ao contrário do período anterior, o escopo do Estado não mais cresce para atender os desejos de expansão do capital privado. O capital, durante o momento neoliberal, se valoriza a partir da desestatização de vários setores da vida econômica latino-americana.

Esse novo bloco de poder hegemônico pode ser observado no caso inglês, a experiência mais “pura” de neoliberalismo de que se tem notícia <sup>144</sup>. Porém, mesmo nesse caso extremo, houve contradições entre os neoliberais dogmáticos e os cálculos políticos e eleitorais da “dama de ferro” que não visava romper a coesão interna do Partido Conservador.

Segundo Radhika Desai <sup>145</sup>, Margaret Thatcher teria provado não ser tão thatcherista assim. O thatcherismo por sua vez não expandiu a sua base social de apoio, tendo transformado, ainda que parcialmente, apenas as perspectivas dos formadores de opinião e da elite governante. Aliás, segundo o mesmo autor, o neoliberalismo thatcherista não conseguiu assimilar a “vasta igreja da vida intelectual britânica”. A

---

<sup>143</sup> Lucio Oliver Costilla in *Estudios Latinoamericanos*, julho-dezembro de 1994, pp. 3-7.

<sup>144</sup> Perry Anderson in Emir Sader e Pablo Gentili, orgs., 1995, p. 12, mostra como durante os três períodos do governo Margaret Thatcher (1979-1992), contraiu-se a emissão monetária, foram reduzidos os impostos sobre as classes mais altas e abolidos os controles dos fluxos financeiros, além de aplicada uma legislação anti-sindical juntamente com a queda drástica dos gastos sociais. O processo de privatização foi mais tardio envolvendo a habitação pública e depois as indústrias básicas: aço, eletricidade, petróleo, gás e água.

novidade trazida por Thatcher foi a gestão de uma nova visão de futuro - a partir da crise de 1979 - moldada num projeto hegemônico não contestado pela esquerda trabalhista desse país.

Porém, apenas de 1988 em diante - nove anos após a eleição de Thatcher como primeira-ministra - detectou-se o intento de instauração de uma nova filosofia social baseada no individualismo e na eficiência, através da reforma educacional, dos sistemas de saúde e de habitação e do financiamento dos governos locais. Contudo, apesar da doutrina liberal, para Glennester, Power e Travers, verificou-se o renascimento do poder central, convertido em árbitro dos serviços prestados por entidades privadas ou públicas não-estatais, enfraquecendo assim os poderes locais inviabilizados pela crescente centralização política e financeira <sup>146</sup>.

Essa reforma do Estado por cima realizada na maioria dos países europeus mas também na América Latina - chancelada por um consenso político genérico e socialmente desmobilizador, patente nas reeleições de presidentes ou primeiros-ministros com o fim de manter a governabilidade política e a estabilidade econômica<sup>147</sup> - implicou a aceleração das tensões sociais e a inviabilização de uma nova estratégia de desenvolvimento tanto na Inglaterra e nos seus vizinhos europeus, como no caso dos países latino-americanos.

Na Inglaterra, os resultados sociais dessas políticas de livre mercado são elucidativos. Apesar da redução dos gastos sociais, o número de pessoas dependentes do auxílio de renda estatal aumentou em 75% entre 1979 e 1987 - tendo sido portanto

---

<sup>145</sup> Radhika Desai in *New Left Review*, janeiro-fevereiro de 1994, pp. 59-64.

<sup>146</sup> Howard Glennester, Anne Power e Tony Travers in *Journal of Social Policy*, pp. 389-393. Tais autores cogitam inclusive que a doutrina individualista do thatcherismo tenha cumprido o papel de obscurecer o surgimento desse novo Leviatã.

<sup>147</sup> os longos períodos de governo de François Mitterrand, Felipe González e Margaret Thatcher na Europa, bem como as mudanças nas Constituições argentina e brasileira de forma a permitir as reeleições, respectivamente, de Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso, mais o autogolpe do peruano Alberto Fujimori, e a manutenção da mesma coalização de poder no Chile, são alguns

incrementado o número de pessoas abaixo da linha de pobreza. Em virtude do aumento do desemprego e da proliferação dos empregos precários no setor serviços - mas também devido à maior regressividade na estrutura tributária - a disparidade entre o rendimento médio dos 5% mais ricos aumentou em relação ao rendimento médio dos 5% mais pobres <sup>148</sup>.

Segundo Alan Walker, a estratégia do governo de Margaret Thatcher em termos de política social consistiu em cinco pontos básicos: corte dos gastos sociais, aplicação dos conceitos do mercado no seio das políticas sociais, substituição de serviços sociais universais por estratégias focalizadoras voltadas aos grupos mais necessitados ou vulneráveis, estímulo a formas alternativas e privadas de sistemas de Bem-Estar Social e centralização dos recursos acompanhada de uma descentralização na responsabilidade pelas operações <sup>149</sup>.

Para Sônia Draibe <sup>150</sup>, a identificação das políticas sociais neoliberais é uma tarefa assaz complexa, essencialmente por três fatores: primeiramente, o seu corpo teórico é frágil, ficando os neoliberais reféns de algumas receitas práticas de como proceder no corte dos gastos públicos; em segundo lugar, o próprio neoliberalismo transforma-se constantemente ao enfrentar conflitos internos e externos ao seu escopo teórico, à medida que suas políticas são implementadas; por último, o neoliberalismo, em virtude da sua estratégia de predominância ideológica, apropria-se de idéias e políticas social-progressistas. A combinação na América Latina de redemocratização e maior visibilidade dos movimentos da sociedade civil com a maré neoliberal teria inclusive contribuído para realçar essa “confusão” teórica.

---

exemplos da conjunção entre estabilidade econômica e monopólio do poder político, acompanhada pelo aprofundamento das tensões sociais e pela crescente desmotivação democrática.

<sup>148</sup> ver o artigo de Alan Walker “The Strategy of Inequality: Poverty and Income Distribution in Britain, 1979-1988” in Ian Taylor, org., 1990, pp. 36-44.

<sup>149</sup> op. cit., pp. 33-35.

<sup>150</sup> Sônia Draibe in Revista USP, março-maio de 1993, pp. 86-89.

Na América Latina, as reformas das políticas sociais tiveram como vetores estruturantes a descentralização, a privatização e a focalização em direção aos mais carentes <sup>151</sup>. Se num primeiro momento, as razões de justiça social não eram levantadas, pois se privilegiava questões como o volume e a eficácia social dos gastos, num segundo momento, o aumento da pobreza e da desigualdade social - por conta da aplicação do próprio receituário neoliberal - implicaram um redirecionamento do gasto social.

Segundo Elisa Reis <sup>152</sup>, esses esforços podem significar uma *neobeneficência*, como forma de o governo realizar o seu *marketing* político, reinventando o clientelismo frente aos grupos com riscos de anomia social e dificultando a ampliação da solidariedade social na América Latina, apesar dos manifestos de “exortação à solidariedade”. A noção de sociedade civil dilui-se de tal maneira que se assemelha àquela de povo, utilizada pelo nacional-desenvolvimentismo. Essa solidariedade num contexto de exclusão social pode quando muito apresentar uma certa eficácia filantrópica.

Para Asa Cristina Laurell <sup>153</sup>, as políticas sociais sob os auspícios do neoliberalismo possibilitaram uma menor desmercantilização dos bens sociais, processo inverso ao realizado durante o nacional-desenvolvimentismo. Se durante esse período, presenciou-se a afirmação de uma desordem social decorrente da passagem de uma sociedade tradicional a outra moderna, por outro lado, o momento neoliberal - ao

---

<sup>151</sup> op. cit., pp. 97-101. Para a autora, não há necessariamente uma oposição entre políticas seletivas e universais, pois o tipicamente neoliberal é a dicotomia entre essas duas políticas, instaurando uma *segmentação da cidadania*, principalmente num contexto de centralização das decisões sobre a distribuição dos gastos sociais no âmbito do poder Executivo.

<sup>152</sup> ver o artigo “Governabilidade e Solidariedade” de Elisa Reis in Lícia Valladares e Magda Prates Coelho, 1995, pp. 59-62.

<sup>153</sup> ver o artigo “Avanço em Direção ao Passado: A Política Social do Neoliberalismo” de Asa Cristina Laurell in Asa Cristina Laurell, org., 1995, pp. 155-161. Para a autora, não é correto comparar a social-democracia europeia com a formação dos “Estados do Bem-Estar Social” latino-americanos, em virtude dos processos políticos específicos desses países onde a democracia representativa foi mais a exceção do que a regra e a população marginalizada das relações de trabalho estáveis se mostrou significativa. Mesmo assim, a orientação e o conteúdo das políticas sociais eram a de um Estado de Bem-Estar Social, ainda que “restrito” e “regulado”, devido à existência de mecanismos de seletividade. É justamente esse

combinar estancamento do crescimento econômico <sup>154</sup> com crescente fragmentação social - instaurou uma segunda desordem <sup>155</sup>, freando a ascensão social para a grande massa de trabalhadores e cidadãos. Essa realidade nos parece bem distinta do retrato do setor informal pintado por Hernando de Soto <sup>156</sup> com cores ideológicas.

O caso dos *pobladores* chilenos pode servir-nos de exemplo. Esses trabalhadores compõem os grupos marginais que vivem nas zonas periféricas de Santiago - compreendendo metade da população dessa região metropolitana - e expressam as parcas condições de trabalho <sup>157</sup> bem como o aumento da informalização e da exclusão social, estando à margem do ideário modernizador dos novos economistas *criollos* chilenos.

Eugenio Tironi <sup>158</sup> os qualifica como grupos *não-concertables*, na medida em que a fragmentação social emperra um processo institucional de conciliação entre os diversos agente sociais. Os *pobladores*, dada a sua falta de uniformidade e de organicidade, e a despeito do seu peso numérico, não se conformam enquanto grupo político de pressão e acabam, dessa forma, valorizando estratégias individualistas e atomizadoras. Os neoliberais aproveitam-se desse contexto de apatia política e de

Estado do Bem-Estar social especificamente latino-americano que se encontra desestruturado durante o momento neoliberal.

<sup>154</sup> esse é o caso da economia mexicana que durante o tão festejado governo Salinas cresceu a uma média anual de 2,5%. Segundo o Banco Mundial, para que a pobreza não aumente nos países latino-americanos, é necessário um crescimento anual de no mínimo 3,4%. Ver Jorge Castañeda, 1994b, p. 88.

<sup>155</sup> ver o artigo "Crisis, Neoliberalismo y Desorden" de Sergio Zeremeño in Pablo González Casanova, org., 1989, pp. 240-243.

<sup>156</sup> para Hernando de Soto, 1986, pp. 316-318, a atividade informal significa uma verdadeira revolução contra o capitalismo mercantilista latino-americano, o qual teria impedido o acesso dos mais pobres à economia de mercado em virtude do excesso de trâmites burocráticos. No entanto, para o economista Victor Tokman in PREALC, 1990, pp. 3-5, esse enfoque neoliberal, que associa informalidade a ilegalidade, não dá conta da vasta heterogeneidade do setor informal na América Latina. Na medida em que existe um excesso de mão-de-obra nessa região, o setor informal gera muitas atividades de subsistência que não estão integradas ao setor moderno da economia, nem o estariam se o excesso de burocracia fosse eliminado.

<sup>157</sup> ainda que a taxa de assalariamento dos trabalhadores ocupados chilenos tenha saltado de 50%, em 1980, quando atingiu o seu nível mínimo, para 64% em 1994, as condições de trabalhos estão longe do ideal, já que 2/3 dos trabalhadores assalariados das pequenas empresas não possuem contrato de trabalho e 70% não são sindicalizados. Ver Laís Abramo in DPPS-ILPES, setembro de 1996.

<sup>158</sup> ver Eugenio Tironi no artigo "La Acción Coletiva de Obreros e Pobladores" in Jaime Gazmuri, org., 1988, pp. 79-83, 91-92.



ausência de um sistema simbólico de referência, antes proporcionado pela industrialização e pela conformação do Estado nacional.

Eduardo Bustelo <sup>159</sup> percebe um novo perfil social emergente nos países latino-americanos a partir da década de noventa. A estabilização econômica e o surgimento de novos Fundos de Emergência e de Renda Social - de caráter mais temporário do que duradouro - teriam permitido uma redução da pobreza estrutural, concentrando um maior número de pessoas em torno dos limites da linha de pobreza, sem contudo reduzir a parcela de renda obtida pelos segmentos abastados.

Desse modo, a concentração de renda manteve-se praticamente inalterada, havendo uma relativa distribuição da renda da classe média empobrecida para a população de baixa renda, a qual continua impossibilitada de fazer parte do mercado de consumo e de ter acesso a serviços sociais de qualidade. Esse segmento social em expansão no conjunto da América Latina segue em geral o perfil dos pobladores chilenos descrito por Tironi.

Pode-se levantar como causa desse cenário social fragmentado a crise do sistema político. Nos termos de Francisco Weffort <sup>160</sup>, “o Estado-nação deixa de funcionar como espaço territorial privilegiado do desenvolvimento econômico”. Para Weffort, isso não implica uma crise do Estado no seu formato desenvolvimentista ou liberal, e muito menos uma defesa da redução ou ampliação do seu tamanho ou escopo na realidade atual, mas apenas que este Estado-nação, obsoleto em termos econômicos pelo processo de transnacionalização, sofre uma descontinuidade cujos resultados vão depender dos embates sócio-políticos e da capacidade de se transcender estes dilemas a partir de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico.

---

<sup>159</sup> Eduardo Bustelo in Planejamento e Políticas Públicas, julho-dezembro de 1994, pp. 31-40.

<sup>160</sup> Francisco Weffort in Pensamento Iberoamericano, janeiro-julho de 1991, pp. 175-176.

Mas se o Estado-nação sofre uma séria crise, assim como a sua estrutura federativa em alguns países latino-americanos, seria no mínimo apressado insistir no seu fim enquanto categoria política fundamental do sistema capitalista ao nível nacional e internacional, a não ser que se parta de um economicismo financeirista que restringe a situação geopolítica internacional à liberalização dos mercados financeiros <sup>161</sup> ou que se proceda a uma mitificação do poder econômico das multinacionais.

Passamos agora à avaliação do significado sócio-político das experiências neoliberais tal como estas se constituíram no horizonte histórico latino-americano, tendo início no Chile, passando por México e Argentina, e finalmente chegando ao Brasil. Se o momento neoliberal redefiniu em alguma medida a dinâmica histórica latino-americana, esses casos são paradigmáticos das peculiaridades existentes na adaptação a essa nova realidade, justificando assim a criação de esquemas interpretativos para cada país.

O Chile foi com certeza o país latino-americano onde o momento neoliberal conseguiu sedimentar de forma mais profunda as transformações estruturais condizentes com um novo “projeto fundacional”<sup>162</sup> de sociedade. A eliminação da arena política trazida pela ditadura pessoal de Pinochet, ainda que altamente institucionalizada a partir da estrutura vertical das Forças Armadas, mostrou-se de vital importância para a implementação de uma nova agenda social, já que a oposição e o governo transitavam em esferas diferenciadas.

Essa nova agenda social viabilizou-se sob os auspícios das “sete modernizações”, as quais trouxeram alterações jurídicas e práticas no edifício social, especialmente no campo das políticas trabalhista, de educação, saúde, previdência social, habitação, urbana e administrativa <sup>163</sup>. O objetivo central dessas reformas era o de modificar as relações entre Estado e sociedade civil, retirando o papel regulador do

---

<sup>161</sup> Jacob Gorender in *Revista de Estudos Avançados*, 1995, pp. 96-98.

<sup>162</sup> Manuel Antonio Garretón, 1989, caps. 8,9 e 10.

primeiro e atomizando os agentes sociais de forma a dificultar a organização autônoma de interesses classificados como “corporativos”.

No plano da legislação trabalhista, os sindicatos ficaram restritos ao âmbito da empresa, as greves foram proibidas, reduziu-se a indenização por dispensa e o salário mínimo foi achatado. A maioria dessas mudanças seriam reavaliadas no governo Patricio Aylwin, durante os anos 1990 e 1991. A dispensa por justa causa foi reinstaurada e a indenização por demissão aumentada. Além disso, foi reconhecido o direito de constituição de centrais sindicais e a negociação coletiva passou a abarcar vários temas, sendo generalizada para níveis superiores ao da empresa <sup>164</sup>.

Em termos de educação, saúde, previdência e habitação, caminhou-se dos direitos sociais universais para sistemas de capitalização/contribuição privados e individuais, ficando as camadas mais pobres dependentes de um setor público desfinanciado e ineficiente. O acesso à educação, saúde e previdência ficou vinculado aos recursos econômicos de cada indivíduo. Ao mesmo tempo, foi incentivada a descentralização na prestação destes serviços, o que aconteceu num contexto de restrição fiscal.

Já no campo da política urbana, através do *Plan Regulador* foi aumentado o número de municipalidades, como no caso da Grande Santiago, com o intuito de estabelecer uma maior homogeneidade no seio destas. Esse processo incrementou a segmentação espacial e social, além de ter causado uma concentração dos recursos fiscais nas zonas mais abastadas<sup>165</sup>.

Além da privatização e descentralização das políticas sociais - conjugadas a uma queda do gasto social - verificou-se no Chile um recrudescimento da concentração de

---

<sup>163</sup> Louis Hecht Oppenheim, 1993, pp. 156-160.

<sup>164</sup> René Cortázar, 1993, pp. 24-26 e 101-108. No dizer de René Cortázar, essas modificações recentes significaram um passo à frente em relação à excessiva simplificação neoliberal, que não concedeu, durante a ditadura militar de Pinochet, qualquer papel ao Estado e à sociedade organizada na vida econômica.

renda e um aumento do nível de pobreza. Em 1989, 64,2% da riqueza total chilena se dirigia para os 20% mais ricos, percentagem que era de 58,2% em 1978 e de 43,2% em 1969. Em 1987, a sociedade chilena também apresentava outro recorde histórico: 45% da população estava situada abaixo da linha de pobreza <sup>166</sup>.

Já no plano político, se a tentativa de institucionalizar a ditadura militar, transformando-a num regime autoritário e de restrita participação política <sup>167</sup>, pareceu se confirmar com a aprovação da Constituição de 1980 via-plebiscito, a partir da crise econômica de 1981-1982 e da rearticulação da oposição política, tal projeto se resumiu, para Garretón, a uma mera política de administração da crise no curto prazo.

Em maio de 1983, teve lugar o dia nacional de protestos, reunindo após décadas as classes médias e populares no mesmo lado da confrontação política. Esse fato “reintroduziu a política na vida social”<sup>168</sup>. Além disso, as rupturas no seio da coalizão dominante faziam-se cada vez mais claras, envolvendo dissidências no âmbito do grande capital, dos pequenos e médios empreendedores, dos profissionais liberais e das classes médias. A recomposição do aparato de poder significou também a demissão da tecnocracia neoliberal formada pela escola de Chicago.

A oposição por sua vez não conseguiu transformar a sua força social em política. O Partido Demócrata Cristão (PDC) chegou a organizar coalizões como a *Alianza Democrática* (AD), em 1983, e a *Asamblea de la Civilidad*, em 1986. No entanto, não se elaborou uma visão programática comum que fosse além da mera agregação das várias e contraditórias demandas sociais. As clivagens ideológicas ainda prevaleciam frente ao objetivo de derrubar o regime autoritário.

---

<sup>165</sup> Louis Hecht Oppenheim, op. cit., pp. 161-163.

<sup>166</sup> op. cit., pp. 154-155.

<sup>167</sup> para Jaime Guzmán, consultor político de Pinochet, o governo militar deveria ser visto como “pré-democrático”, já que o seu objetivo era plasmar num futuro próximo uma “democracia estável de massas”. Na verdade, a escassa abertura política verificada durante os anos oitenta já se assemelhava ao cenário de democracia cerceada, pensado por Guzmán, onde vigorariam “correntes políticas similares e moderadas, comprometidas com a manutenção do sistema”. Ver *Qué Pasa*, 31 de janeiro de 1980.

A oposição através da *Concertación de Partidos para el No* acabou se adaptando aos prazos e cronogramas estabelecidos para a transição democrática na Constituição de 1980, refletindo a sua incapacidade para impor uma agente política própria<sup>169</sup>. Mas por que afinal teria vencido o “não” e quais os significados da transição democrática para o futuro sócio-político chileno? E associada a esta questão: até que ponto o Chile teria conseguido superar o momento neoliberal a partir do novo contexto político democrático?

No dizer de Eduardo Silva<sup>170</sup>, a oposição democrática trocou as perspectivas de uma ampla reforma econômica e social pela democracia política. A *Concertación*, ao assegurar a manutenção da coalizão pragmática neoliberal, formada por grandes empresários e latifundiários, adquiriu legitimidade junto ao capital para vencer a batalha eleitoral. Essas concessões transformaram-se em rígidas heranças neoliberais, pois a conformação de um sistema econômico desregulado e de natureza excludente impunha limites aos objetivos confessos de aumento dos gastos sociais e melhor distribuição de renda<sup>171</sup>.

Uma análise do primeiro governo democrático de Patricio Aylwin realça como apesar do incremento nos gastos sociais, da redução do desemprego para 7% da PEA, do crescimento do PIB per capita acumulado de 20% entre 1991-1994 e da redução da taxa de pobreza para 33%, os indicadores de distribuição de renda permaneceram inalterados: em 1992, 45,5% dos ocupados recebiam menos de dois salários mínimos<sup>172</sup>.

---

<sup>168</sup> Manuel Antonio Garretón, 1989, pp. 158-161.

<sup>169</sup> Manuel Antonio Garretón in Cuadernos de Difusión/FLACSO, maio de 1989, pp. 17-19, apresenta a conjunção dos três fatores que definiram a transição democrática chilena: a decomposição do poder, seguida pela mobilização social e pela mediação - o plebiscito - que instaurou o espaço político para a solução do conflito manifesto.

<sup>170</sup> Eduardo Silva in Journal of Interamerican Studies, janeiro-março de 1992, pp. 97-99.

<sup>171</sup> Segundo Simon Collier e William F. Sater, 1996, pp. 384-395, os objetivos econômicos da *Concertación* podiam ser resumidos na frase “crescimento com equidade”, já que - se assumia a necessidade de conter a inflação e de continuar estimulando as exportações - enfatizava também o combate à dívida social deixada pelo governo Pinochet.

<sup>172</sup> Jacques Chonchol in Revista de Estudos Avançados, 1996, pp. 151-152 e 157-159.

O caso chileno funciona como alerta para os demais países latino-americanos, já que apesar do maior período de maturação dessas reformas, aliás redefinidas por diferentes coalizões sociais vigentes em contextos tanto autoritários quanto democráticos, ampliou-se a rigidez da concentração de renda enquanto o contexto de crescente segmentação social manteve-se inalterado.

O momento neoliberal não foi tão facilmente viabilizado no México quanto no Chile, onde uma ditadura militar havia eliminado a arena política. Pode-se mesmo dizer que em termos políticos a situação mexicana era quase a oposta da chilena. O sistema político mexicano ingressava na década de oitenta com mais de cinquenta anos de hegemonia incontestável, graças ao PRI que cumpria o papel de balcão de arbitragem de toda a sorte de interesses.

Como convencer uma burocracia nacionalista, corporativa, intervencionista e auto-centrada que a eficiência dos mercados se fazia necessária? E mais: qual a síntese possível entre políticas econômicas efficientistas e sistema político fechado e de natureza clientelista? As respostas a estas questões permitem a elucidação do significado do momento neoliberal na circunstância mexicana.

É importante lembrar que desde a posse de Miguel de la Madrid, em 1982, o conflito entre os políticos e os tecnocratas - latente desde os anos setenta - havia se afluído, causando fissuras na elite política mexicana <sup>173</sup>. Os novos homens do poder vinham agora menos da estrutura partidária do que das universidades norte-americanas com seus diplomas de economia. Em contraposição, a industrialização estimulada pelo setor público criou uma complexa rede de clientelas no interior do sistema federativo mexicano que impediam a vigência de um neoliberalismo puro nesse país.

Mas o que talvez tenha possibilitado uma reviravolta na relação entre a burocracia priista e os tecnocratas foi a falência da antiga estratégia de desenvolvimento

econômico, além da percepção de que alguns grupos sociais possuíam idéias a respeito de como retirar o México do atoleiro econômico. Esses grupos sociais estavam basicamente ligados ao grande empresariado nacional, reunido no *Consejo Coordinador Económico* (CCE), já a partir de 1975. Esse empresariado possuía um grande potencial exportador e já se encontrava de alguma forma internacionalizado, a ponto de contribuir de forma decisiva para a aceitação do NAFTA no cenário mexicano.

A crise de 1982, ao desestruturar de forma definitiva o “desenvolvimento estabilizador”, justificou a ascensão de um novo bloco hegemônico, onde o Estado se tornava quantitativamente reduzido mas qualitativamente transformado em seu poder político e de regulação<sup>174</sup>. Para Celso Garrido, o governo Salinas de Gortari, empossado em 1988, simbolizou o auge desse novo bloco hegemônico.

Contudo, a conformação de uma nova elite política, os *neocientíficos*<sup>175</sup>, se assegurava uma solução temporária para a recomposição da estrutura de poder do PRI, não resolvia os problemas advindos com o déficit de legitimidade presente nesse sistema político<sup>176</sup>. Aliás, o aumento da desigualdade social e a baixa taxa de representatividade do sistema político se agravaram a tal ponto que a eleição do presidente Carlos Salinas de Gortari, em 1988, além das sérias suspeitas de fraude, significou a menor votação (50,4% dos votos totais) obtida por um presidente na história mexicana.

Com o intuito de sanar esse déficit de legitimidade, o governo de Salinas lançou mão de uma reforma eleitoral e de um vigoroso *marketing* em torno da gestação do Estado solidário, tentando viabilizar na prática a doutrina do social-liberalismo. Quanto à reforma eleitoral, ainda que tenham sido criados o Instituto e o Tribunal Eleitoral, os

---

<sup>173</sup> Héctor Aguilar Camín e Lorezno Meyer, 1993, pp. 257-258.

<sup>174</sup> ver o artigo “Liderazgo Empresarial y Reforma Económica Estructural en México: La Perspectiva del Proceso a Principios de los Años Noventa” de Celso Garrido in Enrique de La Garza Toledo, 1994, org., pp. 166-172.

<sup>175</sup> em alusão aos *científicos*, tecnocratas de Porfirio Díaz que possibilitaram a inserção internacional mexicana nos moldes do regime neocolonial.

<sup>176</sup> José Luis Méndez in *Gestión y Política Pública*, primeiro semestre de 1994, pp. 201-204.

quais possibilitaram eleições mais “limpas” em 1994 <sup>177</sup>, não se conseguiu - e nem foi o objetivo deste governo - ampliar a representação da sociedade civil no desenho, execução e avaliação das políticas públicas <sup>178</sup>. O sistema político continuava não refletindo a diversidade social e cultural do panorama mexicano.

Jorge Castañeda <sup>179</sup> aponta que a restrição da reforma política ao seu aspecto meramente eleitoral, bem como a resistência a um acordo nacional tanto por parte do PRI como dos outros partidos - PRD e PAN <sup>180</sup> - tornou mais lenta e penosa a transição de um sistema político em processo de desintegração para uma democratização não somente do Estado mas também da sociedade civil.

Quanto a esse último ponto, o corporativismo sindical tem se mostrado uma das áreas mais reticentes à transformação, dificultando assim o avanço em direção a um sistema democrático de relações do trabalho no México. A *Confederación de Trabajadores de México* (CTM), através de um pacto social <sup>181</sup>, aprovou todas as medidas econômicas que enfraqueceram o poder de compra dos trabalhadores, eliminaram empregos e viabilizaram uma expansão desmesurada do setor informal, sem modificar, no entanto, a Lei Federal do Trabalho <sup>182</sup>, de 1917, de natureza

<sup>177</sup> deve-se lembrar que o PRI continuou dispondo nas eleições de 1994 de um desproporcional acesso à mídia, além de fazer uso dos seus programas de governo e se beneficiar de uma massa comparativamente maior de recursos financeiros para a campanha. No entanto, a fraude, se houve, parece ter sido localizada. Estas eleições significaram um passo em direção à transição democrática desse país, presenciando-se já, em alguns Estados, a existência de um claro bipartidarismo. Ver a síntese da Conferência Binacional, realizada na University of Texas, setembro de 1994.

<sup>178</sup> op. cit., pp. 209-212.

<sup>179</sup> Jorge Castañeda, 1994b, pp. 83-93.

<sup>180</sup> respectivamente Partido da Revolução Democrática e Partido da Ação Nacional, o primeiro de esquerda, e o segundo de direita. Esses dois partidos têm contribuído, durante a década de noventa, para um maior equilíbrio do sistema política mexicano, atenuando assim o poder do PRI.

<sup>181</sup> os aumentos salariais dos trabalhadores da CTM são acordados entre a cúpula sindical e o governo, tendo estado sempre abaixo da inflação durante os anos noventa. Essa realidade tem motivado o surgimento de vários sindicatos independentes e não vinculados à estrutura corporativa. Tais sindicatos, que representavam 10% do movimento sindical em 1995, responderam por 25% das greves durante esse período, tendo efetivamente conseguido aumentos salariais superiores aos obtidos pelo sindicalismo oficial. Ver *The Wall Street Journal of Americas*, 4 de abril de 1996.

<sup>182</sup> ver o artigo “Reestruturação Produtiva e Sistema de Relações Trabalhistas: Os Obstáculos da Democratização” de Graziela Bensusán in Hélio Zylberstajn et alli, 1996, pp. 210-218.



intervencionista. Diferentemente do Chile, o México não necessitou de uma nova legislação trabalhista para trazer flexibilidade ao mercado de trabalho.

Se o governo de Salinas de Gortari não trouxe uma transformação do sistema político, ao menos almejou uma alteração nas relações entre Estado e sociedade civil. O *Programa Nacional de Solidariedad* (PRONASOL), implantado nesta gestão, teve o objetivo expresso de mitigar os níveis de pobreza urbana e rural, através de uma nova visão de política social não-clientelista, que conferisse às esferas municipais autonomia para processar as suas demandas mais urgentes. Os recursos para o PRONASOL vieram em grande medida das empresas estatais privatizadas e o seu montante seguiu uma trajetória ascendente, passando de US\$ 680 milhões em 1989 para US\$ 2,5 bilhões em 1993 <sup>183</sup>.

Mas o PRONASOL, ao invés de superar o clientelismo, reinventou esta prática política, destinando verbas a municípios e Estados com predominância da oposição; e ao invés de promover a descentralização nas políticas públicas, reforçou a sua centralização nas mãos do Executivo - observou-se quando muito uma desconcentração na forma do gasto. Em termos de superação da pobreza e de diminuição da desigualdade de renda, os resultados trazidos pelo PRONASOL foram bastante limitados <sup>184</sup>.

O governo mexicano ao tentar criar o mito de uma nova relação Estado-povo, separou os resultados da política macroeconômica do incremento das carências sociais da população mexicana. Como observou Armando Bartra <sup>185</sup>, “o que o ministro da Fazenda Pedro Aspe tirava com uma mão, Rojas, coordenador do PRONASOL, dava com a outra”. Retratos dessa realidade de piora crescente da distribuição de renda são a

<sup>183</sup> ver o artigo “Mexico’s National Solidarity Program: An Overview” de Wayne A. Cornelius, Ann L. Craig e Jonathan Fox in Wayne A. Cornelius, Ann L. Craig e Jonathan Fox, orgs., 1994, pp. 6-8.

<sup>184</sup> op. cit., p. 22.

<sup>185</sup> citado por Igor Fuser, 1995, p. 84.

queda de 60% do salário mínimo real entre 1982 e 1992 e a redução da participação dos salários na renda nacional, de 37,2% para 23,5% no mesmo período <sup>186</sup>.

Logo, não se comprovou a passagem de um Estado proprietário para um Estado solidário, mas antes a conformação de uma sociedade segmentada social, regional e culturalmente <sup>187</sup>, onde as perspectivas de integração social eram descartadas seja pela política econômica, seja pelo sistema político encapsulado e antidemocrático. O alto nível de pobreza e a alta participação da economia informal no mercado de trabalho (58,5% dos empregos gerados) <sup>188</sup> denotam a ineficácia da solidariedade neoliberal, sendo a pobreza não somente uma herança estrutural, mas também o resultado de um modo específico de crescimento e de reprodução social.

A campanha publicitária em torno do NAFTA, o retorno ao crescimento econômico e a imagem de uma nova política social solidária acabaram deslocando as atenções de um sistema político autoritário, centralizador e clientelista. Segundo Jorge Castañeda, a euforia com o ingresso no NAFTA ofuscou os problemas políticos e sociais. Acreditava Salinas ser o NAFTA o seu antídoto contra o malefício sexenal mexicano <sup>189</sup>, que segundo a tradição política desse país propicia uma crise a cada troca de presidente. O levante de Chiapas e a crise do peso de dezembro de 1994 vieram para comprovar a teoria do malefício sexenal e apontar os limites de se aprisionar as contradições históricas mexicanas no padrão neoliberal de acumulação do capital.

De acordo com o *Programa de Acción para Reforzar el Acuerdo de Unidad para Superar la Emergencia Económica* <sup>190</sup>, lançado pelo governo de Ernesto Zedillo em março de 1995, a crise do peso fôra tão-somente o resultado de um contexto

<sup>186</sup> op. cit., p. 86.

<sup>187</sup> ver o artigo "México: Crisis, Repunte y Segmentación Social" de Juan Castaingts Teillery in Enrique de la Garza Toledo, org., 1994, pp. 258-271.

<sup>188</sup> ver o artigo "A Integração e a Agenda Trabalhista de Final do Século (O Caso do TLCAN)" de Rosa Albino Garavito Elías in Hélio Zylberstajn et alii, 1996, pp. 27-28.

<sup>189</sup> Jorge Castañeda, 1994b, pp. 19-22.

<sup>190</sup> La Jornada, 10 de março de 1995.

internacional adverso. Para Victor Flores Olea <sup>191</sup>, vendeu-se a idéia de que a crise econômica era um fenômeno natural, dissociado das decisões nacionais de política econômica. O pacote unilateral do governo, de elevação das tarifas públicas e redução dos salários, ressaltou por sua vez os aspectos autoritários e as desigualdades da sociedade mexicana.

Os dilemas políticos enfrentados durante o momento neoliberal argentino, a partir da eleição de Carlos Menem em 1989, o tornaram de alguma forma semelhante à situação mexicana. Essa semelhança pode ser em parte encontrada nos regimes populistas experimentados por esses dois países, os quais em maior medida que no restante da América Latina alicerçaram o Estado a uma base social - principalmente de origem sindicalista - ainda que no México tal consenso tivesse permeado o sistema político e na Argentina assumido uma feição mais frágil, dependente da figura do líder personalista.

Isso talvez explique o fato de que o menemismo não tentasse manter a estrutura precedente, optando por se sobrepor a um sistema político de natureza instável, pois incapaz de canalizar as demandas sociais através das instituições democráticas representativas.

Tal debilidade intrínseca ao sistema político argentino ficou patente no governo de Raúl Alfonsín (1983-1989). Durante a campanha, tal presidente conseguira tornar público o apelo pela democratização e montar uma aliança de caráter multi-classista, recuperando a tradição yrigoyenista esquecida pela radicais nos anos cinquenta e sessenta. Porém, após a sua eleição, as demandas de sindicatos, industriais e grandes fazendeiros continuaram correndo por fora da estrutura partidária <sup>192</sup>, criando assim uma

---

<sup>191</sup> Victor Flores Olea in *La Jornada*, 11 de março de 1995

<sup>192</sup> ver o artigo "Peronism and Radicalism: Argentina's Transitions in Perspective" de Marcelo Cavarozzi in Paul Drake e Eduardo Silva, orgs., 1986, pp. 167-174.

base frágil para a continuidade democrática, principalmente num contexto de aceleração inflacionária.

Nesse sentido, o faccionalismo da *Confederación General del Trabajo* (CGT), ao não processar as demandas via-sistema partidário ou estrutura legislativa, contribuiu para o enfraquecimento do jogo democrático<sup>193</sup>. O peronismo parecia ainda agir por fora da legalidade, não se adequando ao contexto de uma nova ordem política. E não só os sindicatos, mas também os militares (através das sucessivas tentativas de golpes) e os empresários (fazendo uso constante de instrumentos inflacionários de forma a manter as suas margem de lucro) pareciam não estar interessados no restabelecimento do sistema político após o vendaval da ditadura militar.

Tanto os radicais quanto Alfonsín partiram do pressuposto de que o Estado possuía uma excessiva autonomia em relação aos atores sociais, sendo assim possível uma tática de concertação<sup>194</sup>. Contudo, na prática, uma coalizão pautada nos marcos da macroeconomia neo-keynesiana já não era mais viável. O fato de os atores sociais não terem sido completamente galvanizados pelo neoliberalismo relâmpago de Martínez de Hoz não significava que continuassem respondendo à mesma dinâmica econômica presente no período nacional-desenvolvimentista.

Ainda segundo Jeremy Adelman, ao invés de uma nova coalizão que reestruturasse o capitalismo, verificou-se, a partir do governo Menem, um novo regime de acumulação que fragmentava os consensos passados, alterando dramaticamente a natureza da regulação estatal.

Carlos Menem, ao dar início ao momento neoliberal na Argentina, partiu do raciocínio político oposto ao de Alfonsín, permitindo a concentração do poder no Executivo, o relaxamento do institucionalismo democrático e o revigoramento das forças

---

<sup>193</sup> James W. MacGuire in *Latin American Research Review*, 1992, pp. 68-72

<sup>194</sup> Jeremy Adelman in *New Left Review*, janeiro-fevereiro de 1994, pp. 77-82

de mercado. O *indulto* concedido aos militares, a redistribuição de poder no seio da CGT, a partir do comando do Grupo dos 15, e a concessão do Ministério da Fazenda e de vários cargos do primeiro escalão para executivos da multinacional do setor alimentício Bunge & Born ilustram a tentativa menemista de recriar uma nova hegemonia política no cenário argentino.

A privatização funcionou como grande agregadora dos interesses do capital nacional e internacional, viabilizando uma reorganização econômica sem contestação política, o que tornou patente o caráter classista do Estado argentino, em alguma medida mascarado durante a aliança populista. Essa nova lógica econômica contribuiu por sua vez para o desmantelamento do peronismo enquanto projeto de incorporação social e de estímulo ao crescimento industrial.

A reforma do Estado mais imediatista que programática - já que a privatização e a liberalização funcionavam como meras âncoras para a estabilização - aguçou o contexto de crises políticas recorrentes, já que a Argentina pós-populista transformava-se num híbrido de instituições herdadas do peronismo e de respostas pragmáticas a novas contingências políticas, sem contudo fundar uma hegemonia razoavelmente consubstanciada em termos de base social e compromisso político <sup>195</sup>.

O fenômeno Domingo Cavallo foi peça preponderante do momento neoliberal argentino, num momento em que os ministros da economia latino-americanos parecem concentrar o próprio sistema político em suas mãos, já que a contração monetária como instrumento de política pública justifica a isenção por parte de tais tecnocratas de toda a sorte de pressões setoriais e políticas.

---

<sup>195</sup> op. cit., pp. 89-91.

O ministro argentino recusou-se a “peronizar a economia”<sup>196</sup> - ele próprio integrante de um governo peronista - face às pressões políticas tidas por injustificáveis no contexto do novo pragmatismo efficientista. Cavallo também negou a relação entre as altas taxas de desemprego e a sua política econômica<sup>197</sup>. O momento neoliberal parece assim instaurar a ilusão de que a produtividade cresce independente do contexto social e alheia aos determinantes políticos.

Qual a síntese entre pragmatismo na lógica econômica e reinvenção do personalismo centralizador na lógica política? Tal como no caso mexicano, a resposta a esta questão reside na peculiaridade do momento neoliberal argentino. Eis, a seguir, os traços da nova política menemista, identificados por Marcos Novaro<sup>198</sup>.

Primeiramente, diante da fragmentação do poder existente no populismo tradicional, Menem procedeu a uma colossal concentração do poder estatal. A desvinculação do menemismo em relação às antigas organizações de massa aconteceu em prol de uma base heterogênea, dispersa e empobrecida - dotada de poder eleitoral. Em segundo lugar, a relação entre o Executivo e o empresariado não se deu através de um sistema corporativista, mas de *lobbies* constantemente reatualizados. Por último, os interesses políticos deixaram de gravitar em torno do Partido Justicialista, estando agora centrados no Executivo que “deve mobilizar uma enorme quantidade de recursos de interpelação”, substituindo “a mobilização de massa pela mobilização de imagens”.

<sup>196</sup> Franco Castiglioni in Nueva Sociedad, maio-junho 1996. pp. 8-14. Em agosto de 1996, logo após a demissão de Domingo Cavallo do seu posto de ministro da economia, a Argentina presenciou a maior greve desde 1989, quando Menem assumiu o poder. O fato novo é que, a partir de então, a CGT passa a assumir uma postura crítica ao governo, juntando-se às demais centrais sindicais. Ver O Estado de São Paulo, 9 de agosto de 1996. Esse descontentamento social agravou-se nos meses de abril e maio de 1997, quando o país foi acometido pelas *puebladas* - revoltas populares que utilizam o bloqueio de rodovias federais para protestar contra o desemprego. Ver Folha de São Paulo, 30 de maio de 1997.

<sup>197</sup> O problema do desemprego, para Cavallo, deve ser encontrado no aumento da produtividade da mão-de-obra. Ver O Estado de São Paulo, 9 de agosto de 1996.

<sup>198</sup> Marcos Novaro in Cuadernos del Claeh, 1993/4, p. 55-77. Para Novaro, o menemismo combina elementos de continuidade e ruptura com o peronismo, não se restringindo ao rompimento total com o passado a partir de uma mudança da ótica econômica, nem a uma mera reinvenção das práticas peronistas num contexto histórico distinto.

Esse cenário não parece favorável a um processo de crescente institucionalização da política, já que os demais partidos e os movimentos sociais tendem a se enfraquecer em prol da consolidação do novo bloco hegemônico - incrementando dessa forma a segmentação social <sup>199</sup> e causando fissuras na consciência coletiva nacional.

O momento neoliberal no Brasil diferenciou-se dos três países analisados acima, basicamente por três fatores. Em primeiro lugar, o processo de redemocratização no Brasil divergiu das tendências verificadas no restante do Cone Sul. Em seguida, a dinâmica dos atores sociais mostrou-se significativamente particular no cenário brasileiro: o processo de industrialização criou uma estrutura produtiva e social mais diversificada e complexa nesse país, sendo o surgimento do novo sindicalismo e a maior coerência de propósitos do capital nacional reflexos desta realidade. Por último, o momento neoliberal se instalou de forma consistente no Brasil somente após o Plano Real, de julho de 1994, quando os demais países latino-americanos já colhiam os frutos e dilemas das reformas orientadas ao mercado.

No que se refere ao processo de transição democrática, esta foi propiciada por um acordo entre as elites políticas no intuito de impedir que o movimento pelas Diretas-Já e os anseios de reorganização da sociedade civil vingassem - o que teria culminado na desestruturação da arquitetura de poder criada durante o período militar. Em suma, a transição democrática no Brasil contou com a participação das elites integrantes do regime autoritário <sup>200</sup>.

---

<sup>199</sup> como reflexo disso, o diferencial de renda entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, que era de 15 vezes em 1991 - antes do Plano de Conversibilidade - passou a ser de 22 vezes em 1996. Ver Folha de São Paulo, 24 de fevereiro de 1997.

<sup>200</sup> Frances Hagopian in *Comparative Political Studies*, julho de 1990, pp. 164-166. Para a autora, diferentemente dos demais países do Cone Sul, não teria havido uma ruptura entre o governo democrático e o autoritário, já que a própria elite política controlava o processo de transição. Tancredo Neves teria sido capaz de organizar essa elite ao seu redor, contando com o apoio político do PMDB e do PFL - partido criado para abrigar os políticos da ARENA não mais comprometidos com a sustentação do

Entretanto, os estudos sobre a redemocratização conferiram uma descomunal autonomia às elites, desconsiderando a cultura política subjacente aos atores sociais em geral. Nesse sentido, deve-se ressaltar que transição política e consolidação democrática possuem conteúdos analíticos distintos, ainda que a primeira seja condição necessária para a consecução da segunda. Isso significa que deve-se jogar uma pá de cal no “eleitoralismo” que supõe estarem os alicerces para a fundação democrática na institucionalização do processo eleitoral <sup>201</sup>.

Enfatizando a importância da cultura política, Wanderley Guilherme dos Santos <sup>202</sup> a caracteriza no Brasil como sendo resultante de um híbrido institucional, que associa uma morfologia poliárquica presente na multiplicidade dos grupos de interesses - que não mobilizam contudo uma significativa parcela de “interessados” - a um Estado de natureza excessivamente legisladora e regulatória. Antes que pluralidade de interesses, desenvolveria-se “um hobbesianismo social pré-participatório e estatofóbico”. O governo brasileiro governa muito, mas o faz no vazio, mantendo-se distante da institucionalidade democrática.

Essa ausência de capacidade de governo <sup>203</sup> foi compreendida através do conceito de governabilidade já durante o governo José Sarney, sendo realçada pelo governo Fernando Collor e levada ao paroxismo durante o governo Fernando Henrique Cardoso. A partir da banalização do conceito de governabilidade, passou-se a ver o Estado mais como instrumento técnico de decisões econômicas do que como arena onde se fazem presentes os interesses políticos mais diversos.

---

regime militar. “Uma democracia por meios anti-democráticos”, eis a fórmula brasileira, no entender de Hagopian.

<sup>201</sup> José Álvaro Moisés in *Novos Estudos Cebrap*, novembro de 1994, pp. 93-96.

<sup>202</sup> Wanderley Guilherme dos Santos, 1993, pp. 77-80.

<sup>203</sup> Segundo Guido Mantega in *Fundação SEADE*, 1995, p. 40-42, essa ausência de capacidade de governo não está relacionada a um suposto processo de estatização da economia. Pelo contrário, durante a década de oitenta, houve uma redução da participação da carga tributária no PIB, bem como uma diminuição dos investimentos estatais superior à verificada nos gastos totais do governo. Na verdade, a



O conceito de governabilidade virou sinônimo de manutenção do pacto oligárquico e de garantia dos interesses do *establishment* econômico nacional <sup>204</sup>. De outro lado, essa mesma governabilidade repôs a instabilidade básica da vida política brasileira, ao impedir a institucionalização dos anseios sociais dos grupos populares.

A aliança PSDB-PFL configurada durante as eleições presidenciais de 1994 - e vital para a viabilização do momento neoliberal no Brasil - ocorreu de forma concomitante à tentativa de imputar ao PT a alcunha de ultrapassado, antidemocrático e radical - alijando do processo político um partido com propostas de institucionalização da democracia.

Percebe-se, numa perspectiva mais ampla, ter sido o ano de 1985 - mais que o início de um longo processo de consolidação democrática - o marco para a definição de uma nova democracia restrita e controlada, que com o Plano Real transforma a estabilização em estratégia de conquista eleitoral e controle político clientelista. Para Gilberto Felisberto Vasconcelos <sup>205</sup>, verifica-se um novo tipo específico de dominação política, sucedâneo da ditadura, e responsável pelo amálgama entre mídia, Estado e processo eleitoral.

Agora passemos aos atores sociais. O Brasil emergiu da ditadura e do processo de industrialização em marcha forçada com um novo ator, o sindicalismo, o qual rompeu com a armadura corporativista e urgiu não somente por conquistas salariais mas também pela democratização das relações de trabalho. De outra parte, o conflito intra-capital aguçava-se à medida que o Estado atestava a sua dificuldade em funcionar como elemento propulsor do processo de acumulação.

---

estatização da dívida externa e o estímulo à ciranda financeira propiciaram uma nova relação entre Estado e capital.

<sup>204</sup> Fábio Wanderley Reis in *Novos Estudos Cebrap*, março de 1995, pp. 53-57.

<sup>205</sup> Gilberto Felisberto Vasconcelos, 1997, pp. 13-17. No entanto, tal autor exagera no uso de conceitos, tais como "capitalismo videofinanceiro" e "sistema político videofinanceiro", enfatizando sobremaneira a globalização financeira e o papel da televisão na política brasileira e desconsiderando outros aspectos da realidade social.

A herança da década de oitenta, no dizer de Francisco de Oliveira <sup>206</sup>, apresentou-se sob a forma de uma tensão permanente entre mudança social progressista e ânsia por ordem e estabilidade. A exacerbação inflacionária fez o pêndulo se aproximar mais do segundo objetivo que do primeiro, permitindo ao Plano Real estabilizar a moeda e instaurar um novo projeto de poder <sup>207</sup>, pautado numa mudança social regressiva que se espelha na desregulamentação do mercado de trabalho e na desconstitucionalização da Constituição de 1988. As emendas constitucionais - e especialmente a da reeleição - procuraram ampliar a "governabilidade" do bloco de poder nos seus conchavos regionais e com os vários segmentos do capital <sup>208</sup>.

Se, ainda com Francisco de Oliveira, Fernando Collor foi um "aviso extemporâneo", Fernando Henrique Cardoso aparece como "o portador da hegemonia burguesa contemporânea no Brasil"<sup>209</sup>. A estabilidade seguiu portanto as diretrizes do poder econômico da grande empresa: o Estado deveria eliminar o déficit público e dar cabo das bases sociais que o legitimavam <sup>210</sup>.

Não obstante, deve-se matizar que a hegemonia burguesa ou o poder econômico da grande empresa não trouxeram a resolução do conflito intra-capital - principalmente num contexto de acirramento da concorrência internacional - nem impediram que o neoliberalismo fosse questionado nos seus fundamentos básicos por alguns setores do capital.

E aqui entramos no terceiro ponto. Será que no Brasil o processo de reforma tem sido moderado em sua ideologia e na sua efetiva implementação em virtude do seu

---

<sup>206</sup> Francisco de Oliveira in *Novos Estudos Cebrap*, março de 1995, p. 64-66.

<sup>207</sup> tal projeto permite a coesão da ampla maioria das classes abastadas do país, tendo simpatia nos setores médios e prestígio em parcelas da intelectualidade, a qual se cindiu pela primeira vez após o regime militar. Este projeto acelera por sua vez o processo de segmentação social no Brasil. Ver Tarso Genro in *Folha de São Paulo*, 26 de janeiro de 1997.

<sup>208</sup> para Ciro Gomes e Roberto Mangabeira Unger, 1996, pp. 17-18, o consenso presente no discurso político brasileiro - e que se apóia na maioria parlamentar do governo - impede a resolução de três questões cruciais: a consolidação da estabilidade monetária, a moderação das desigualdades sociais e a formulação de um novo projeto de desenvolvimento nacional.

caráter tardio em relação aos demais países latino-americanos? Viveríamos no Brasil uma realidade de reformas neoliberais sem neoliberalismo <sup>211</sup>, pois a dimensão política não é descartada e a mudança negociada favorece o exercício da democracia?

No nosso entender, o momento neoliberal mostra-se tão presente no Brasil <sup>212</sup> como na América Latina ou na Inglaterra do governo Thatcher. As peculiaridades do desenvolvimento histórico de cada país definem o alcance e o formato alcançado pelo momento neoliberal em cada paragem. Que o setor industrial seja mais forte no Brasil do que no restante da América Latina implica que o desmonte produtivo não se manifesta de forma tão indiscriminada. A força das oligarquias estaduais impele ao estabelecimento de conchavos. Por sua vez, a elite política governante não pode passar ao largo do sindicalismo e das instituições da sociedade civil, o que transforma a democracia numa disputa incessante por espaço político.

Não obstante tais especificidades, o momento neoliberal, também no caso brasileiro, comprova como os conceitos de governabilidade política e estabilidade econômica prevalecem sobre as noções de soberania, democracia, compromisso social, participação ativa do Estado e expansão da estrutura produtiva.

---

<sup>209</sup> Francisco de Oliveira in *Novos Estudos Cebrap*, março de 1995, pp. 67-68.

<sup>210</sup> João Manuel Cardoso de Mello in *Economia e Sociedade*, agosto de 1992, pp. 62-63.

<sup>211</sup> Maria Hermínia Tavares de Almeida in *Revista Dados*, 1996, pp. 226-227.

<sup>212</sup> para o cientista Roberto Mangabeira Unger, o neoliberalismo vigente no cenário brasileiro é seletivo, pois evita a colisão com os grandes interesses da elite, degenerando-se num “numa série de barganhas que permitem manter a essência dos grandes interesses econômicos ao mesmo tempo em que se aumenta a flexibilidade econômica”. O resultado dessa situação seria, para Mangabeira Unger, o postergamento da incorporação social. Ver entrevista concedida a *Folha de São Paulo*, 28 de setembro de 1997.

*O Encaixe entre Liberalismo Econômico e Pós-Modernismo*

A ideologia cumpriu um papel de extrema relevância na viabilização do momento neoliberal. Enquanto as políticas econômicas, os sistemas políticos e as relações entre Estado e sociedade diferenciaram-se nos vários momentos neoliberais - dos EUA, Europas Ocidental e Oriental e dos países latino-americanos - a ideologia apresentou um caráter universal. Parece-nos assim plausível supor que o momento neoliberal aproveita-se dessa nova hegemonia ideológica.

Partimos do pressuposto de que se vive não tanto sob a égide de políticas econômicas ou de Estados neoliberais, mas de uma ideologia neoliberal que condiciona o próprio caráter das políticas econômicas e do Estado, ainda que não se deva esquecer que os sistemas econômicos e sociais anteriores ao momento neoliberal exerceram um papel decisivo na definição de como esse fenômeno seria aceito e absorvido por cada realidade histórica.

Mas o que viria a ser a ideologia neoliberal? Antes de precisar quais os fundamentos dessa ideologia, cabe situar o seu *locus* inicial, a partir do qual foi disseminada pelo mundo inteiro. Segundo Adam Przeworski <sup>213</sup>, essa ideologia contém um projeto intelectual, traçado no interior do universo acadêmico norte-americano durante os anos setenta, o qual foi remodelado pelas instituições financeiras internacionais, principalmente a partir da crise de 1982.

Mas a origem de uma teoria neoliberal da história, da sociedade e do funcionamento dos mercados pode ser encontrada num período anterior aos anos setenta. Perry Anderson <sup>214</sup> detectou o surgimento de uma franco-maçonomia neoliberal, em 1947, através da reunião realizada na Sociedade de Mont Pelérin, pequena estação de

---

<sup>213</sup> Adam Przeworski in Revista Lua Nova, 1993, pp. 209-211.

<sup>214</sup> Perry Anderson in Emir Sader e Oablo Gentili, orgs., 1995, pp. 9-10.

inverno localizada na Suíça, da qual participaram intelectuais como Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek.

Estes teóricos juntaram-se no propósito de se opor ao Estado do Bem-Estar europeu e ao New Deal norte-americano. Apesar de partirem de diversos enfoques, concordavam que a liberdade dos cidadãos e a concorrência - para eles, base do sistema capitalista - estavam em xeque em virtude do excessivo intervencionismo do Estado. Esses autores apostavam também na desigualdade como valor positivo. Suas idéias ficaram incubadas, porém, durante mais de vinte anos até se alçarem como nova hegemonia intelectual ao nível internacional.

Por que, de forma aparentemente súbita, esses pensadores de marginais se tornaram aclamados em universidades, instituições internacionais e governos dos quatro-cantos do mundo? Robert Kuttner<sup>215</sup> dá algumas pistas acerca dessa mutação ocorrida no plano das idéias.

Primeiro, apesar da revolução propiciada pelo pensamento keynesiano, o núcleo do pensamento econômico havia se mantido - mesmo durante os anos cinquenta e sessenta - neoclássico, graças a uma aliança entre matemática sofisticada e pressupostos abstratos sobre o comportamento humano. Em segundo lugar, a estagnação da economias "keynesianas" durante os anos setenta teria dado uma razão de ser aos economistas conservadores<sup>216</sup>.

Por último, à medida que o *laissez-faire* voltou a ganhar crédito junto aos economistas, alguns profissionais que haviam apoiado a vigência da economia mista

---

<sup>215</sup> Robert Kuttner, 1997, pp. 30-34.

<sup>216</sup> op. cit., pp. 24-28. Para Kuttner, a "vitória" dos economistas neoliberais pode ser sintetizada a partir da aceitação da concepção de eficiência smithiana (com base na alocação dos fatores produtivos) em detrimento da eficiência keynesiana (com base na equivalência entre produto real e potencial) e da eficiência schumpeteriana (com base na eficiência tecnológica gerada através de uma estrutura oligopólica e de externalidades sistêmicas). O retorno à noção de eficiência smithiana pode assegurar uma eficiente alocação de recursos no plano microeconômico, mas causa inevitavelmente - ao se descuidar das demais eficiências - o aumento do desemprego e o subinvestimento tecnológico no plano coletivo.

passaram a duvidar das suas formulações anteriores. Nesse ínterim, Milton Friedman deixou de ser uma curiosidade intelectual para se transformar no grande mago economista, tendo vários de seus seguidores sido premiados com o Nobel de economia.

Para Kuttner<sup>217</sup>, essa alteração no perfil profissional dos economistas teria sido mais importante para a conformação dessa nova hegemonia intelectual do que as pressões da classe empresarial e da nova direita pelo livre mercado. Contudo, é no encontro entre esses três fatores que se deve buscar a explicação para o vendaval ideológico que assolou o panorama político, econômico e cultural durante os anos oitenta.

O neoliberalismo passou a influenciar a partir de então o funcionamento de mercados como o de trabalho e o de prestação de serviços sociais (saúde, por exemplo), chegando até mesmo à esfera política, já que a própria democracia, através da teoria do *public choice*, foi conquistada pela lógica irrestrita do mercado. Todas as atividades humanas mostraram-se passíveis de ser traduzidas em equações matemáticas de numerosas variáveis condicionadas pela eficiência incontestável do mercado<sup>218</sup>.

A doutrina neoliberal não se constituiu numa nova teoria econômica, que aprendeu com os erros da política keynesiana. Pelo contrário, esse corpo de idéias afirmou-se enquanto nova filosofia de organização, ou melhor, de desorganização social. A recuperação de alguns dogmas do liberalismo oitocentista como o individualismo (sociedade = soma de indivíduos), o naturalismo (a natureza humana está sujeita a leis universais) e o progresso (o uso da razão leva a um processo evolutivo) conferiu ao

<sup>217</sup> op. cit., p. 234.

<sup>218</sup> Antônio Delfim Netto in Gazeta Mercantil, 26 de abril de 1996. Para Delfim Netto, a economia "assaltou" primeiramente os planos moral e político, a partir de Adam Smith, enquanto hoje se apropria de outras ciências, como no caso da sociologia, através do individualismo metodológico. De economia política ela se transformou em teoria econômica e hoje assume o papel de "ramo bastardo da matemática com a pretensão de alcançar o ideal de uma ciência pura". Para Delfim Netto, a chamada globalização nada mais é que o triunfo economicista sobre todas as demais visões de mundo, fenômeno que o autor classifica como "mercadismo".

neoliberalismo uma fonte filosófica de apoio - ainda que os resultados em termos históricos sejam radicalmente distintos dos verificados ao longo do século XIX.

Apesar de hegemônico, o neoliberalismo não conformou um todo coerente e uniforme de idéias, sendo várias as suas correntes. Enrique de la Garza <sup>219</sup> destaca quatro correntes neoliberais. A primeira, da Escola de Chicago, e que mais influenciou no campo das políticas econômicas, possui como expoente Milton Friedman <sup>220</sup>. Seu método científico pode ser descrito como positivista, já que tem na matemática e na lógica seus fundamentos principais, imputando grande importância ao caráter observacional da ciência.

Já a Escola Austríaca, diferentemente da Escola de Chicago, é dedutivista e compreensiva. As ações do indivíduos não são vistas como racionais, mas subjetivas. As leis da economia não podem ser formuladas a partir da observação. É empirista na medida em que o mercado, através de um esquema de tentativa e erro, acaba por decidir quais as ações mais eficientes. Os expoentes da escola austríaca são Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek <sup>221</sup>.

Segundo o modelo de Enrique de la Garza, a terceira corrente neoliberal seria a escola virginiana do *public choice*, na qual adquire importância um certo contratualismo, já que se prevê a criação de algumas instituições que sirvam às preferências individuais.

---

<sup>219</sup> ver o artigo "Estado e Neoliberalismo" de Enrique de la Garza in Asa Cristina Laurell, org., 1995, pp. 77-79.

<sup>220</sup> Milton Friedman, 1982, pp. 7-9, defende o capitalismo competitivo como único mecanismo de organização econômica capaz de promover liberdade política, já que em se separando a economia da política, a última não pode deslocar a primeira. Mas sua grande contribuição ao pensamento neoliberal está na distinção entre o sentimento igualitarista (plano ético e normativo) e os resultados deletérios que essas medidas teriam provocado nos planos positivo e científico (p. 160). Segundo ele, a remuneração aos diversos fatores produtivos dá-se através da própria alocação desses fatores, ou seja, a distribuição é vista como natural e não socialmente fabricada, soando pois exógenas e disruptivas quaisquer intenções distributivistas.

<sup>221</sup> ver Friedrich Hayek, 1994, pp. 15-18, 37-48, para quem os anos de coletivismo - incluindo aí todos os níveis de socialismo, o qual é definido pelos meios de intervenção estatal antes que por seus fins - teriam causado uma descontinuidade não somente em relação à sociedade liberal do século XIX mas em relação principalmente aos princípios da civilização ocidental. Portanto, para Hayek, mais que modelos de gestão econômica, o século XX estaria confrontando coletivismo e liberalismo, bem como suas respectivas propostas de sociedade. A competição seria a melhor forma de organização social, pois

O liberalismo é mais moderado, pois que pensado da órbita do Estado - transformado em esfera privada de interesses particulares - onde os funcionários públicos estão sujeitos à lógica econômica mais que ao bem-estar social. Seu expoente é James Buchanan.

A quarta escola agrupa os anarco-capitalistas, os quais acreditam numa nova ética propiciada pela economia, capaz de redescobrir a verdadeira natureza humana. A visão de uma sociedade pós-industrial que superou o reino da necessidade e aportou no reino da liberdade mostra-se como predominante.

Como ressalta Enrique de la Garza, as posições teóricas, ontológicas e valorativas dos neoliberais refletem o emaranhado dessas quatro correntes, não havendo nunca a aplicação rigorosa de apenas uma delas. A despeito disso, parece claro ter sido o neoliberalismo hayekiano predominante no que diz respeito à criação de uma nova forma de pensamento, de um espírito aceito e incorporado pelos neoliberais em geral.

Segundo José Guilherme Merquior, para Hayek, o individualismo seria o instrumento principal para a viabilização do progresso. Na visão hayekiana, o neoliberalismo - ou, seja, o liberalismo econômico como valor supremo - conjugado ao neoevolucionismo deve definir a nova arquitetura do pensamento liberal <sup>222</sup>. Esse neoliberalismo hayekiano teria por sua vez deturpado o legado liberal de Keynes e impedido que os neocontratualistas - como, por exemplo, John Rawls e Norberto Bobbio - tivessem um maior impacto no debate intelectual recente. Para Hayek, qualquer tentativa de estabelecimento de uma liberdade positiva redundava em construtivismo, já que o conceito de justiça social aparece como desprovido de significado <sup>223</sup>.

Por isso, discordamos ser o neoliberalismo uma autêntica retomada do liberalismo clássico. Para José Joaquín Brunner <sup>224</sup>, o neoliberalismo rompe com a matriz

---

indivíduos atuando de forma cooperativa podem gerar suas recompensas materiais, sendo o sistema de preços o melhor sinal da remuneração a ser obtida por indivíduos atomizados.

<sup>222</sup> José Guilherme Merquior, 1991, pp. 188-195

<sup>223</sup> op. cit., pp. 218-219.

<sup>224</sup> José Joaquín Brunner, 1994, pp. 127-129.



cultural do liberalismo oitocentista, na medida em que se torna um “liberalismo das coisas”, abdicando do ideal de emancipação política do indivíduo. A centralidade dos mercados desloca a centralidade da democracia. Regimes autoritários ou ditatoriais são inclusive encarados como pragmaticamente necessários em algumas conjunturas <sup>225</sup>.

O momento neoliberal proporcionou uma verdadeira transformação do *ethos* liberal. Para Miguel Andreoli <sup>226</sup>, o centro de definição da identidade dos sujeitos teria se deslocado da esfera da produção para a esfera de consumo. Isso implica o ser humano deixar de ser definido a partir da realização de alguma vocação e passar a construir sua subjetividade através das várias formas de gratificação existentes, propiciando um resgate do hedonismo. A moral deixa de ser associada à culpa, para se converter numa fruição de prazeres de natureza essencialmente consumista.

Segundo Luiz Antônio de Oliveira Lima <sup>227</sup>, esse “individualismo possessivo” hayekiano significa a neutralização de algumas concepções estruturantes da cultura política ocidental, tais como a necessidade de um Estado apaziguador das desigualdades sociais e de liberdades comunitárias como forma de dar consistência à democracia.

Nesse sentido, autores como John Rawls e Jürgen Habermas podem oferecer alternativas mais sólidas no plano político para o neoliberalismo <sup>228</sup>. A abordagem rawlsiana tenta compatibilizar acumulação e valores comunitários, eficiência e igualdade, sem cair no igualitarismo. Mas a razão prática ahistórica e o sistema representativo cumprem aqui o papel de canais de veiculação desta nova justiça; enquanto para Habermas deve vigorar um critério dialógico responsável pela universalização de

---

<sup>225</sup> essas conjunturas seriam aquelas “contaminadas” por um alto grau de politização das decisões econômicas. Para Guy Sorman, 1987, pp. 25-27, o ministro do Trabalho chileno durante o governo Pinochet, José Piñera, alegava na esteira de Hayek e Friedman que a democracia somente poderia ser implantada nesse país depois da descentralização das instituições e da descentralização da sociedade.

<sup>226</sup> Miguel Andreoli in Revista Encuentros, agosto 1993, pp. 53-58.

<sup>227</sup> Luiz Antônio de Oliveira Lima in Revista Lua Nova, 1993, pp. 335-336.

<sup>228</sup> op. cit., pp. 341-348.

interesses, refundando assim a solidariedade democrática agora orientada por uma esfera política pública onde os vários grupos socializam as suas identidades <sup>229</sup>.

A recusa do neoliberalismo em aceitar outras alternativas práticas e teóricas ao seu escopo restrito ficou evidente no caso da pregação do liberalismo social. O liberalismo social caracterizou-se na América Latina mais pela retórica que o próprio neoliberalismo utiliza face à desorganização social que traz no seu bojo do que por um novo conjunto de premissas na relação entre Estado e sociedade <sup>230</sup>.

A doutrina do liberalismo social surgiu motivada pelo incremento da dívida social resultante da aplicação do receituário neoliberal no México de Carlos Salinas de Gortari e no Brasil de Fernando Collor de Mello. Aspásia Camargo descreve como o termo “liberalismo social” foi enunciado pela primeira vez por Collor em dezembro de 1992, e depois por Salinas em março de 1993 <sup>231</sup>. Esse liberalismo social, ao ficar restrito ao âmbito da propaganda política, não conseguiu se enraizar na sociedade, transformando a conduta dos atores sociais.

No plano ético, o neoliberalismo também apresentou vários matizes <sup>232</sup>, podendo tanto se aproveitar de um certo tradicionalismo moralista, como de uma ênfase bastante genérica no mito da mobilidade pelo esforço pessoal e no direito à diferenciação e autodisciplina. Ele procura também instaurar um senso comum anti-estatista na

<sup>229</sup> ambos os autores afastam-se do liberalismo ortodoxo, pois desacreditam do surgimento natural do Estado como ente diferenciado da ordem econômica. Para Wanderley Guilherme dos Santos, 1988, pp. 74-76, na medida em que se refuta a idéia de funcionamento autônomo tanto do mercado como da ordem política, a noção de uma ordem econômica fundada exclusivamente pelo mercado aparece como essencialmente artificial. O mercado, tal como o Estado, passariam a ser dependentes de condicionantes políticos e institucionais.

<sup>230</sup> Jose Joaquin Brunner, 1994, pp. 129-132. Para este autor, tal novo conjunto de premissas sociais seria melhor executado sob a égide do socialismo liberal - vertente defendida por Norberto Bobbio na polêmica teórica entre liberalismo e socialismo - que aposta numa “volta às fontes libertárias do socialismo, adaptadas ao atual desenvolvimento político e econômico da sociedade”.

<sup>231</sup> ver Aspásia Camargo in Folha de São Paulo, 4 de abril de 1992. Segundo a autora, o responsável pela formulação do liberalismo social teria sido o pensador mexicano Jesús Reyes Heróles, com o qual teria tido contado o embaixador brasileiro José Guilherme Merquior, mentor intelectual do governo Collor. Este teria sido o percurso de uma idéia utilizada com o intuito de atenuar os resultados negativos do momento neoliberal em termos sociais.

<sup>232</sup> Enrique de la Garza in Asa Cristina Laurell, op. cit., pp. 80-82.

sociedade, mostrando o Estado como o responsável por todos os males. O neoliberalismo é muitas vezes autoritário já que restringe a participação política das massas, deixando as decisões para os sábios<sup>233</sup> - os próprios tecnocratas neoliberais. No que tange à questão da desigualdade, o neoliberalismo torna-se ainda mais pragmático que o liberalismo do século XIX, o qual se mantinha refém do credo iluminista<sup>234</sup>.

No plano científico, o método neoliberal é em grande medida positivo, pois depende das formulações neoclássicas. Eleutério Prado, na esteira do raciocínio habermasiano, relata como o positivismo abandonou a indagação referente ao sentido do conhecimento para se concentrar na tarefa de determinar critérios de cientificidade<sup>235</sup>. Para Prado<sup>236</sup>, essa suspensão na busca de uma conexão entre fatos e valores apresenta-se como suspeita, na medida em que as decisões sobre as premissas utilizadas estão sujeitas a normas aceitas e não de todo exógenas ao contexto social e cultural. Esses problemas práticos não questionados pelas discussões “racionais” significam a porta de entrada para os valores na ciência positiva.

A economia neoclássica, revitalizada durante o momento neoliberal, encontrou sua justificação através do neopositivismo e do empirismo lógico, segundo os quais estaria fora do conhecimento científico tudo aquilo que se distanciasse da forma lógica ou da pura observação, no dizer de Bento Prado Jr.<sup>237</sup>.

<sup>233</sup> Friedrich Hayek, 1994, pp. 68-79. Para o economista austríaco, um plano econômico ao ser submetido ao Parlamento ou Congresso acaba por ser deturpado tal a gama de interesses envolvidos. Ou seja, a democracia acabaria por soterrar as próprias instituições democráticas. Não podendo todos os interesses ser contemplados, “a melhor solução seria delegar tal tarefa a um grupo de especialistas”. Já segundo o ministro das Finanças do governo Pinochet durante a segunda metade dos anos oitenta, Hernan Büchi, “somos apenas técnicos de economia, não tratamos de questões políticas”. Ver Guy Sorman, 1987, p. 24.

<sup>234</sup> Ludwig Von Mises, 1987, p. 30-33. Para este autor, diferentemente do velho liberalismo que acreditava serem os homens todos iguais - sendo por isso necessária a igualdade nos direitos políticos e civis - o neoliberalismo aposta na desigualdade congênita dos homens. A única igualdade entre os homens é a existente perante a lei. No mais, os seres humanos devem ser tratados como desiguais, pois distintas são as suas capacidades e potencialidades. Na verdade, essa compreensão filosófica retira do sistema social qualquer condicionamento sobre os indivíduos. A pobreza e outras carestias sociais são assim encaradas como resultado do fracasso pessoal.

<sup>235</sup> Eleutério Prado, 1991, p. 25.

<sup>236</sup> op. cit., pp. 34-40.

<sup>237</sup> Bento Prado Jr., Prefácio in José Márcio Rego, org., 1996, p. 7.

John Toye <sup>238</sup> relata como, a partir dos anos oitenta, o paradigma neoclássico predominou no estudo das políticas executadas nos países em desenvolvimento. Essa nova economia política partiu do individualismo metodológico, da maximização racional da utilidade e do método de estática comparada nas situações de equilíbrio, analisando países do Terceiro Mundo fora do contexto internacional em que estavam inseridos. A unificação entre economia e política - sob as rédeas da primeira - tornou-se possível a partir do método da eleição racional.

Persio Arida <sup>239</sup> questiona os fundamentos filosóficos da economia neoclássica, na medida em que esta supõe ser possível recontar o passado de uma teoria a partir da sua última novidade, como se a ciência evoluísse linearmente e o papel do historiador estivesse restrito ao de historiador das idéias. Interessantemente, Arida mostra como não foi graças à evidência empírica que os neoliberais neoclássicos “venceram” algumas controvérsias dos seus opositores mas aos seus argumentos retóricos e ao maior vigor comparativo dos seus programas de pesquisa.

Os neoclássicos conseguiram transformar também vários dos seus argumentos em sabedoria convencional, esposados de forma incontestada pelo homem comum sintonizado com a mídia. Esse saber convencional não foi disseminado através da evidência empírica ou de dados estatísticos mas principalmente por meio de anedotas e metáforas <sup>240</sup>. Corresponderia assim o neoliberalismo tão-somente a mais um momento de criação de uma sabedoria convencional, a ser criticada no momento seguinte, quando a economia internacional processar as suas tendências contraditórias?

---

<sup>238</sup> ver o artigo de John Toye “Hay una Nueva Economía Política del Desarrollo?” in Christopher Colclough e James Manor, orgs., 1994, p. 443.

<sup>239</sup> Persio Arida in José Márcio Rego, org., 1996, pp. 18-27.

<sup>240</sup> Paul Krugman in *Desarrollo Económico*, outubro-dezembro de 1996, pp. 727-730. Um exemplo dado por Krugman é a citação recorrente dos tigres asiáticos como prova da eficiência das políticas econômicas neoliberais. As únicas lições a serem tiradas desses países se referem ao aumento das exportações em relação ao PIB e das taxas de poupança nacionais, resultados obtidos a partir de vários *mixs* de políticas. Outro exemplo é justificar a liberalização de países como Índia e Brasil em virtude do colapso do modelo soviético de planificação centralizada, que na prática tinha pouco que ver com a

Parece-nos que essa visão cíclica das idéias dominantes não se aplica plenamente à realidade <sup>241</sup>. O compromisso keynesiano, por exemplo, não significou apenas a transformação de uma teoria econômica em sabedoria convencional, já que possibilitou um crescimento do capitalismo em todas suas esferas: comércio, investimento, salários reais e empregos. Diferentemente, o momento neoliberal instaurou a desconexão entre essas esferas da dinâmica econômica, enquanto o conjunto de idéias dominantes viabilizou-se apenas como ideologia.

Resta-nos perguntar como esse arsenal ideológico ingressou na América Latina e quais teriam sido os seus elementos propulsores? Para David Hojman <sup>242</sup>, não se deve confundir as políticas sugeridas pelo FMI, o ajuste estrutural praticado pelos países latino-americanos após a crise da dívida de 1982 e a conversão dos intelectuais às políticas de abertura da economia e de estímulo ao livre mercado.

Seria contudo errôneo negar a existência de conexões importantes entre a conversão intelectual, os pacotes de reformas e as medidas pregadas pelo FMI. Afinal, o modelo de estabilização do FMI condiciona o tipo de reformas estruturais, ao mesmo tempo que exige uma nova tecnocracia capaz de imprimir essa nova lógica econômica. Que esta nova lógica econômica tenha vigorado no Chile sem a necessidade de um pacote do FMI mas por intermédio de uma ditadura militar - cujas políticas eram aliás elogiadas por esta instituição financeira internacional - não parece fazer muita diferença.

---

dinâmica de intervenção do Estado nessas duas economias. Essas comparações não possuem nenhuma base empírica pois se pautam pela descontextualização da realidade histórica desses países.

<sup>241</sup> Albert O'Hirschman, 1996, pp. 160-161, contesta a afirmação de que as doutrinas econômicas vêm e vão em intervalos regulares, tal como as escolas de pintura. Mesmo assim, O'Hirschman aventura-se a traçar um paralelo histórico entre o keynesianismo e o neoliberalismo: ambas as doutrinas surgiram num país, os EUA, tornando-se aí predominantes, até assegurarem num segundo momento a sua hegemonia no plano internacional. No entanto, essa persuasão ideológica cedeu rapidamente espaço à contestação, a qual se manifestou inicialmente no próprio país difusor.

<sup>242</sup> David Hojman in *Journal of Latin American Studies*, 1994, pp. 192-196.

Hojman <sup>243</sup> aponta alguns elementos importantes para a aceitação do receituário neoliberal, quais sejam: lições aprendidas com a crise de 1982; a existência de tecnocratas altamente qualificados; o desenvolvimento de uma classe média empresarial; exaustão da industrialização por substituição de importações; reforma fiscal, modernização financeira e diversificação das exportações; e uma opinião pública favorável às reformas.

Este autor avalia que os “erros” de política econômica cometidos no passado não correm o risco de ser repetidos devido à existência de tecnocratas que apreenderam a “verdadeira” economia <sup>244</sup>, além de uma classe média dinâmica e com sentido empresarial que exerce um importante papel econômico e sociológico na região. Ou seja, elementos exógenos viriam por purificar o sistema econômico latino-americano “sufocado” de intervencionismo e populismo.

Além dessa visão quase heróica quanto ao papel dos tecnocratas, a reforma fiscal, a modernização financeira e a diversificação das exportações são encaradas de forma descontextualizada por Hojman, não havendo uma análise conseqüente dos seus impactos. Algumas questões ficam sem respostas: não teria sido a diversificação das importações muito mais significativa que a das exportações? A modernização financeira não teria levado ao endividamento precipitado e desnecessário, tal como na década de setenta? A reforma fiscal não acabou por restringir a capacidade de investimento do

---

<sup>243</sup> op. cit., pp. 191-192.

<sup>244</sup> sobre a teoria econômica aceita pelos tecnocratas chilenos, ver o artigo “The Defiant State: Chile in the Post-Coup Era” de David Pion-Berlin in Abraham F. Lowenthal e J. Samuel Ficht, orgs., 1986, pp. 317-321, onde tal autor mostra como no caso do Chile, desde 1956, através de financiamento da USAID, a Universidade de Chicago havia estabelecido um programa de intercâmbio com a Universidade Católica do Chile. Milton Friedman e Arnold Harberger, ambos professores de Chicago, contribuíram para a formulação do plano econômico chileno de 1975 sob a direção Jorge Cauas, e depois de Sérgio de Castro. O próprio Hayek chegou a fazer várias palestras em Santiago que se tornou, a partir de meados da década de setenta, uma espécie de laboratório do neoliberalismo. Havia pois uma “comunidade transnacional” imbuída de uma “mesma herança intelectual”, que estava acima de quaisquer interesses materiais”, ainda que estes tenham se manifestado quando da aplicação concreta do ideário neoliberal. Já para Patricio Silva in *Journal of Latin American Studies*, maio de 1991, pp. 385-389, percebia-se uma crescente tecnocratização do processo político, acentuada com os neoliberais, mas que já vinha desde os

Estado, limitando o seu papel estratégico na alavancagem do desenvolvimento econômico?

Quanto à opinião pública do momento neoliberal, esta ainda se encontra influenciada pela memória inflacionária, e portanto de certa forma anestesiada com a estabilização monetária. Além disso, deve-se perguntar sobre o papel das mídias nacionais - reféns da mídia internacional - sobre a formação da opinião pública nos países latino-americanos. Os periódicos e revistas de alta circulação na América Latina tendem a reproduzir os juízos acerca de seus países tal como veiculados pela imprensa internacional.

O aparente sucesso obtido pelas políticas econômicas de corte neoliberal pode ser explicado não pela melhoria nas condições de vida das populações desses países, mas pela conquista ideológica das elites e formadores de opinião. Isso foi possível por três motivos<sup>245</sup>. Em primeiro lugar, o argumento em torno dessas políticas foi conduzido em termos essencialmente teóricos. Nada poderia ser comparável ao “fracasso” do modelo anterior, tal como foi descrito pelos neoliberais. Segundo, as políticas foram formuladas principalmente por *policy-makers* - ou a história assim foi contada - com o intuito de punir os empresários e agentes sociais “ineficientes”. Por fim, apesar da posição subordinada da América Latina no plano internacional, o ingresso de investimentos externos emergiu como sinal de que os planos haviam dado certo.

Antes que a estabilização monetária fosse vista como a volta da normalidade para esses organismos econômicos, uma desconstrução dos pressupostos estruturalistas de compreensão da dinâmica histórica latino-americana havia se processado. Para Carlos Mallorquín<sup>246</sup>, o discurso estruturalista foi apresentado pelos neoliberais como fruto dos

---

democrata-cristãos de Eduardo Frei e dos socialistas de Allende - a despeito de os discursos oficiais nesses períodos serem significativamente diferentes, às vezes quase opostos uns aos outros.

<sup>245</sup> ver a esse respeito o artigo “The New Trade Regime, Macroeconomic Behaviour and Income Distribution in Latin America” de E.V.K FitzGerald in Victor Bulmer-Thomas, org., 1996, p. 48.

<sup>246</sup> Carlos Mallorquín in Estudios Latinoamericanos, 1994, pp. 63-65, 75-77.

avanços da ciência econômica nos países centrais <sup>247</sup>, a qual recomendava, durante os anos cinquenta e sessenta, a planificação como mecanismo indispensável para o desenvolvimento econômico. Destarte, confundiu-se programação cepalina com estatismo e esqueceu-se propositalmente que a substituição de importações tinha como fim último a exportação de manufaturas.

Além disso, a programação envolvia transformações estruturais a partir das reformas agrária, fiscal, administrativa e financeira, as quais jamais se concretizaram. A existência de estruturas sociais e produtivas heterogêneas fugia assim das determinações neoclássicas que prefiguravam sujeitos maximizadores movidos pela racionalidade econômica.

Ainda que o neoliberalismo, para Mallorquin, tenha propiciado uma compreensão desfigurada do estruturalismo latino-americano, acreditamos que os condicionantes estruturais voltam à tona no momento em que o discurso das reformas aparece invertido - agora defendido pelos neoliberais - como se estes tivessem compreendido que um modelo de organização econômica necessita de uma nova institucionalidade antes que de pressupostos abstratos pautados num livre mercado ilusório.

A “teoria da dependência” é aqui enquadrada no seio das formulações estruturalistas, estando portanto também sujeita à desconstrução neoliberal. Estes teóricos não a compreenderam como um método histórico em busca da compreensão da dinâmica

---

<sup>247</sup> Joseph Love no seu artigo “Economic Ideas and Ideologies in Latin America Since 1930” in Leslie Bethell, org., 1996, p. 207, discorda do ponto de vista neoliberal, pois para ele o estruturalismo latino-americano, tal como a “teoria de dependência”, foram notavelmente autóctones. Mais que uma adaptação regional de idéias estrangeiras, o estruturalismo significou uma redescoberta independente de idéias já trabalhadas em outros contextos. Nesse sentido, a formulação do sistema centro-periferia de comércio internacional, por Raúl Prebisch, havia sido realizada antes do famoso artigo publicado por Hans Singer, em 1949. A análise prebischiana possuía também significados específicos, na medida em que estava ancorada em estudos históricos acerca do funcionamento das principais economias latino-americanas (p. 272).



das sociedades latino-americanas, preferindo classificá-la como simples ideologia que conclamava a todos para uma opção nada sutil entre socialismo e dependência <sup>248</sup>.

Parece-nos pois inviável falar do subdesenvolvimento do pensamento latino-americanista, como faz Tony Smith<sup>249</sup>, já que este subdesenvolvimento teórico, se existiu, deveu-se antes à eliminação dos elementos dialéticos na tentativa de criar opções de desenvolvimento face a um contexto internacional estático do que à intenção, por exemplo, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. <sup>250</sup> A partir da estereotipagem da teoria da dependência, difundiu-se a idéia de que havia estrangulamentos internacionais conspirativos, passando-se daí facilmente à idéia inversa de que o contexto internacional abriga todos e quaisquer países, desde que implementem a política econômica “correta”.

Essa inversão ideológica é também observada por John Toye <sup>251</sup>. Para ele, a síntese marxista compreendeu a dinâmica do Estado latino-americano como sendo refém do movimento econômico internacional, depositando no conflito de classes a determinação do futuro desses países. Da noção de Estado aprisionado pelo capitalismo internacional para um Estado depredador do bem público e manipulado por grupos particularistas foi um passo. Ou seja, verificou-se uma troca do referencial neomarxista

<sup>248</sup> para Jose Luis Fiori, 1995b, pp. 218-219, o denominador comum da escola dependentista encontra-se no fato de que o eixo explicativo para o desenvolvimento industrial tardio e periférico na América Latina reside nas mudanças permanentes da forma de inserção internacional - e não em relações externas e estáticas de exploração - que implicam novas coalizões e coincidências de interesses no âmbito interno, responsáveis por novos sinais na dinâmica econômica e social bem como nas configurações políticas específicas de cada país. O método dependentista independe pois das conclusões políticas dele abstraídas. Para Fiori, essa contribuição restou “na gaveta” durante a década de oitenta, “quando o pensamento latino-americano ficou prisioneiro da preocupação conjuntural e endógena com o problema da inflação”, a ponto de dissociar a dinâmica inflacionária da crise mais ampla da dívida externa.

<sup>249</sup> Tony Smith in *World Politics* janeiro de 1979, pp. 247-249.

<sup>250</sup> Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, in Bernardo Sorj, org., 1985, pp. 15-20, num texto escrito dez anos após “Dependência e Desenvolvimento”, defendem-se das arbitrariedades sociológicas cometidas sob o nome de “teoria da dependência”. Para eles, os dependentistas teriam destacado sobremaneira “os mecanismos estruturais de autoperpetuação da dependência, negligenciando os aspectos contraditórios de todo processo de desenvolvimento, bem como as possibilidades de negação da ordem existente”. Os autores enfatizam também a inadaptabilidade do estatuto metodológico da mensuração para abordagens dialéticas, como no caso de teóricos que quiseram transformar a dependência num conjunto de variáveis sujeitas à comprovação estatística.

<sup>251</sup> op. cit., p. 456-457.

pelo da *public choice*, o que abriu espaço para a visão neoliberal. O pessimismo quanto ao papel do Estado - inicialmente de base marxista - provou ter uma grande força persuasiva, segundo Toye.

Mas talvez a principal ferramenta ideológica do neoliberalismo seja a negação da sua própria existência. Para Roberto Campos <sup>252</sup>, não só o neoliberalismo, mas o próprio capitalismo seria inexistente no Brasil e na América Latina, pois ainda se estaria nessas paragens sob a égide do mercantilismo. Essa afirmação não guarda sintonia com a realidade econômica; por sua vez a transposição cultural e ahistórica de um fenômeno setecentista, o mercantilismo, impossibilita a compreensão do processo de reatualização constante do capitalismo periférico.

Roberto Campos realiza para o caso brasileiro o mesmo exercício intelectual levado a cabo por Milton Friedman <sup>253</sup> no cenário norte-americano, quando este autor inconscientemente confirma a inviabilidade do capitalismo competitivo, já que o total de gastos do Estado norte-americano representava, em 1993, 45% do PIB desse país (contra 25% em 1950), apontando que a década neoliberal de oitenta não conseguira trazer de volta aos EUA a sua "natureza competitiva". E Friedman conclui: "os neoliberais podem ter aprendido as palavras mas não o seu sentido".

Também para Gustavo Franco, o neoliberalismo inexistente enquanto ideologia, "pois resolver problemas práticos do cotidiano parece muito mais importante do que se meter a reformar o universo". O mais seriam "cosmologias esotérico-dialético-delirantes", como sugeriu o economista brasileiro <sup>254</sup>. Segundo essa metáfora, qualquer tentativa de compreensão do mundo como realidade complexa, a partir de uma visão crítica transformadora, resvala em puro curandeirismo, ao qual se deve contrapor a medicina tradicional, o neoliberalismo.

---

<sup>252</sup> Roberto Campos, 1996, pp. 205-206.

<sup>253</sup> Milton Friedman in Friedrich Hayek, Prefácio, 1994, pp. xvi-xvii.

O escracho neoliberal contra o passado histórico latino-americano chega algumas vezes ao paroxismo. Descarta-se quaisquer correntes do pensamento intelectual latino-americano que não estejam vinculadas à utopia liberal. Os não-neoliberais seriam os “idiotas” à integrar as várias tribos latino-americanas <sup>255</sup>.

Segundo o *Manual do Perfeito Idiota Latino-americano* - dos autores acima citados - padeceriam os idiotas de alguns complexos sociais, de um marxismo congênito, seriam adoradores voluntaristas da cultura popular-nacional, além de adeptos de uma cultura da inveja, sintetizada na frase “somos pobres: a culpa é deles”. Retardariam os idiotas a passagem da América Latina à modernidade e ao desenvolvimento, ao afastá-la do livre mercado.

Vejamos algumas afirmações contidas nessa obra: “a riqueza moderna somente é criada a partir de uma boa gestão das atividades empresariais”, “a crise do peso mexicano de 1994 foi resultado de veleidades políticas”, “o mundo se move em função da expectativa de obter lucro”, “o estranho no capitalismo é que nas desigualdades encontra-se a chave do seu êxito”, “a dívida externa não importa”, “não souberam os latino-americanos comportar-se social e profissionalmente como as nações que se voltaram para a modernidade e o progresso”.

O *manual* demonstra duas das principais características do discurso neoliberal, associadas à emergência da cultura pós-moderna. Em primeiro lugar, seguindo a formulação de Terry Eagleton <sup>256</sup>, o argumento neoliberal reflete um certo tipo de paródia presente na cultura pós-moderna. Mas o que se parodia? Todas as formas de vanguarda desenvolvidas ao longo do século XX. Surge então uma liberdade vaga, desprovida de história, de energia e de fundamentos, que soterra a alienação como conceito e, por conseguinte, também a noção de autenticidade.

---

<sup>254</sup> Gustavo Franco in Folha de São Paulo, 24 de novembro de 1996.

<sup>255</sup> Alvaro Vargas Llosa, Plinio Apuleyo Mendoza e Carlos Alberto Montaner, 1997, caps. I, IV e V.

Em segundo lugar, o discurso neoliberal organiza sua autoridade a partir de lacunas de linguagem, eximindo-se de qualquer tarefa reflexiva para não dizer crítica e refutando assim uma prática de autoconsciência <sup>257</sup>. Termos como “lucro”, “proletariado”, “capitalismo”, “exploração”, “lutas”, “classes” caem em desuso, pois a sua utilização está associada a arcaísmo. A linguagem se “enriquece” de tal forma, para Viviane Forrester, que se distancia da realidade e portanto da possibilidade de compreensão e ação sobre o mundo.

Em termos estéticos, o pós-modernismo tem como princípio fundamental a performance. Não existe assim critério de verdade estética a definir uma performance como melhor que outra, já que foi abolida a grande narrativa iluminista cujo fim último era a emancipação humana. Nesse sentido, a performance de uma empresa que desemprega para aumentar lucros é tão pouco questionável como a de um artista que empilha um monte de tijolos num museu, atingindo assim o seu ideal de causar estupefação. Nesse sentido, Eagleton <sup>258</sup> sugere que a performance substitui a verdade na mesma medida em que a razão é deslocada pelo poder. A cultura pós-moderna funciona como alavanca para a acumulação do capital sem critérios nem condicionantes, sentando as bases para o momento neoliberal.

Porém, ao constatar o advento da cultura pós-moderna não podemos prescindir de uma análise a respeito da dialética das vanguardas. Para Eduardo Subirats <sup>259</sup>, se as vanguardas da primeira metade do século XX constituíram um fenômeno cultural de signo negativo, crítico e combativo, elas já traziam o germe da institucionalização normativa que contribuiria, mais tarde, para a sua opacidade.

O pós-modernismo é resultado da resolução dessa ambivalência das vanguardas em prol de um racionalismo tecnicista, dando origem a um novo classicismo. A renúncia

---

<sup>256</sup> Terry Eagleton in *Crítica Marxista*, 1995, pp. 53-55.

<sup>257</sup> Viviane Forrester, 1996, pp. 28-29.

ao estilo, à beleza artística e ao significado humano e social da arte são as conseqüências dessa arte da crise. Ao eliminar a noção de estética enquanto critério de verdade, o racionalismo tecnicista pós-moderno é capaz de conjugar na sua historicidade a poesia concreta com a prosa mística e de auto-ajuda - “estilos” apenas aparentemente paradoxais.

Essa postura pós-moderna, auto-intitulada realista, aparta-se do realismo mágico presente na literatura latino-americana<sup>260</sup> - no seu entender, de imensa beleza mas de pouca funcionalidade - e opta por um empirismo modernizador, o qual procura eliminar as pechas de “subdesenvolvimento” e “Terceiro Mundo” imputadas à América Latina, como se este continente pudesse simplesmente refazer a sua história<sup>261</sup>.

Renato Ortiz<sup>262</sup> sugere, contrariando a perspectiva dos pós-modernos, que o mercado teria se consubstanciado na grande narrativa, ou seja, no mito-ideologia dos tempos atuais. Mas esse grande relato teria uma superfície cognitiva de natureza diversa, já que os objetos desenraizados de um espaço físico específico, acabam se constituindo nos novos signos mundializados<sup>263</sup>, componentes de uma sociedade global de consumo dotada de uma memória internacional-popular. Essa memória internacional-popular<sup>264</sup>, para Ortiz, constitui-se numa unidade mítica, capaz de forjar a ilusão de que as contradições históricas estão ausentes.

Mas se esta memória internacional-popular assume um viés ideológico, ela também reflete uma realidade, a do desnivelamento em relação à memória nacional. Ela denota uma nova ética criada e difundida pela mídia, que passa a cumprir o mesmo papel

<sup>258</sup> op. cit, pp. 55-57.

<sup>259</sup> Eduardo Subirats, 1991, pp. 1-4, 49, 65.

<sup>260</sup> ver o artigo “Um Manifiesto Liberal para América Latina en una Era de Desencanto” de Barry Levine in Barry Levine, org., 1992, p. 53.

<sup>261</sup> para Guy Sorman, 1987, p. 285, “o subdesenvolvimento não deveria mais, portanto, ser colocado em termos culturais ou ideológicos, mas em termos econômicos; apenas uma boa política econômica pode tirar progressivamente da miséria as massas do Terceiro Mundo”.

<sup>262</sup> Renato Ortiz in Estado de São Paulo, 14 de fevereiro de 1997.

<sup>263</sup> Renato Ortiz in Estado de São Paulo, 13 de janeiro de 1997.

de socialização cultural que as escolas e a cultura erudita desempenharam no momento da construção da memória nacional. Dessa forma, Ortiz cogita que a nação teria deixado de ser a instância por excelência de articulação da identidade humana <sup>265</sup>.

O seu argumento, no entanto, peca por não avaliar a inter-relação contraditória entre memória nacional e memória internacional-popular. Deve-se também perguntar acerca do sentido do termo “popular”, já que o internacionalismo se restringe aos consumidores, parcela de forma alguma majoritária no contexto sócio-econômico latino-americano?

Um exemplo que pode contribuir para a elucidação do debate sobre o significado cultural do momento neoliberal é a filmagem de *Evita* por Hollywood, sob a direção de Alan Parker. O filme despertou na população argentina dois tipos de reações: uns aplaudiram a consagração de uma heroína nacional como “mito internacional-popular”; enquanto outros criticaram a deturpação do mito nacional pelo imperialismo global de caráter exclusivamente consumista. O argentino Tomáz Eloy Martínez preferiu um meio-termo. Apesar de discordar da qualidade estética do filme, o escritor afirmou o seguinte: “que o mundo aspire agora a recriar Evita enriquece a América Latina, longe de empobrecê-la” <sup>266</sup>.

No livro *Santa Evita* <sup>267</sup>, o mesmo autor escreveu: “Ela pode ser tudo. Na Argentina ela ainda é a cinderela das telenovelas, a nostalgia de ter sido o que nunca fomos, a mulher justiceira, a mãe celestial. Fora do país, é o poder, a morta jovem, a hiena compassiva declamando nos balcões do além ‘não chores por mim, Argentina’”. Esse relativismo estético apresenta-se deficiente pois propicia uma desintegração da Argentina como sujeito coletivo, afastando o país de qualquer referência para com o seu passado que ainda lhe pertence. Não que se deva impor um mito Evita, este próprio fruto

---

<sup>264</sup> Renato Ortiz, 1994, pp. 139-145.

<sup>265</sup> op. cit. p. 117.

da história, mas a perda do referencial Evita está para cultura como a descontextualização do pensamento cepalino está para a economia.

Esse breve relato sobre o “espírito” neoliberal no plano internacional e a sua absorção acrítica no cenário latino-americano não pode prescindir de um elo que torne coerente as suas várias facetas - ética, ideológica, científica, estética e cultural - acima expostas. Esse elo pode ser encontrado na noção de fim da história, a qual surgiu em meados do século XX com significados diversos da sua versão recente. Inicialmente, o fim da história significava meramente a impossibilidade de tratá-la de maneira científica.

Em 1945, Karl Popper escreveu que os métodos da ciência natural deveriam ser aplicados às ciências sociais, já que “se o conhecimento humano cresce, não há como antecipar hoje o que tão-somente saberemos amanhã”. Assim, todo e qualquer historicismo seria apenas uma forma de fazer predição histórica. Tentativas desse tipo dariam resultado somente após o evento, “quando a previsão do futuro se tornasse então previsão do passado”<sup>268</sup>.

Popper criticava as versões teleológicas da história que conferiam a esta uma finalidade última, como nos casos das formulações hegeliana e marxista. Popper foi, no entanto, além: duvidou da capacidade analítica da história. O seu evolucionismo provou ser refratário a uma visão complementar entre as idéias e a vida concreta das sociedades humanas, já que ambas se transformam de forma concomitante compondo um todo integrado.

Durante o mesmo período, uma outra corrente do pensamento europeu surgiu em defesa da noção de fim da história, ainda que sustentada por substratos teóricos distintos. Para Perry Anderson<sup>269</sup>, a “pós-história” comungou de herança bastante eclética, associando uma noção nietzschiana de encerramento das possibilidades heróicas

---

<sup>266</sup> Tomás Eloy Martínez in O Estado de São Paulo, 9 de março de 1997.

<sup>267</sup> Tomás Eloy Martínez. 1996. p. 176.

a um desencantamento causado pela racionalização segundo Weber e, ainda, a uma expansão da entropia civilizatória. A pós-história simbolizou na época, no dizer de Anderson, menos um sistema teórico do que uma estrutura de sentimento, refletindo o ceticismo de uma parcela da esquerda quanto às possibilidades de transformação radical da sociedade.

Em 1989, a partir do artigo de Francis Fukuyama "The End of History?", o significado de fim da história foi praticamente invertido, transformando o ceticismo desiludido do seus precedentes em fulgurante otimismo <sup>270</sup>. Fukuyama admitiu, em seu livro de 1992 <sup>271</sup>, acreditar "não no fim da história como sucessão de eventos, mas enquanto História, compreendida a partir de um processo único, coerente, evolutivo, levando em conta a experiência de todas as pessoas de todos os tempos". Dessa forma, Fukuyama ostentou um argumento teleológico de dar inveja a Hegel e Marx. Entretanto, não era o Estado racional ou a sociedade comunista que brilharão ao final do túnel, mas a perfeição da democracia liberal.

Para Fukuyama, defender a democracia liberal como a última forma de organização das sociedades humanas não significa negar as suas contradições, mas atestar que os dilemas contemporâneos devam ser resolvidos a partir de uma arquitetura política e econômica definida *a priori*. Em síntese, a democracia liberal não pode mais ser aperfeiçoada. A utopia, seguindo a lógica pós-moderna, é o agora. Vale ressaltar que a retórica neoliberal faz uso de uma base metodológica classificada por alguns liberais - como Popper - de totalitária. → em si a verdade universal

Dois motores estariam por trás desse fim da história, segundo Fukuyama <sup>272</sup>: de um lado, o avanço da ciência natural e da tecnologia que, ao se difundir pelo mundo, traz

<sup>268</sup> Karl Popper, 1993, pp. 2-7.

<sup>269</sup> Perry Anderson, 1992, pp. 4-7.

<sup>270</sup> op. cit., pp. 10-15.

<sup>271</sup> Francis Fukuyama, 1992, pp. xi-xii.

<sup>272</sup> op. cit., pp. 287-290.



a prosperidade - graças ao liberalismo econômico, viabilizado pelos impulsos do desejo e da razão inerentes à natureza humana; de outro, “a luta pelo reconhecimento”, sentando as bases para o ideal democrático, já que a igualdade de condições propicia um maior respeito mútuo entre os seres humanos do que as divisões autoritárias e totalitárias entre poderosos e enfraquecidos.

Seria errôneo imputar irrestritamente aos neoliberais as formulações abstratas e naturalistas de Fukuyama, principalmente depois de apresentarmos a diversidade existente entre os vários neoliberalismos tanto no campo prático como no teórico. Porém, a noção de fim da história propicia a legitimação de alguns conceitos ahistóricos cujo objetivo é o de aprisionar as sociedades num presente de acumulação desregulada do capital, de universalismo consumista e de Estados-nações desestruturados e incapazes de responder às demandas de suas coletividades.

A recepção acrítica da tese do fim da história na América Latina parece comprovar a afirmação de Leopoldo Zea<sup>273</sup> de que tal continente concebe a filosofia não como uma reflexão que precede a ação, mas como o resultado posterior da ação. Essa filosofia política adaptada aos interesses concretos das elites dominantes latino-americanas fornece uma justificativa para a absorção de processos já consolidados na Europa e nos EUA, mas que adquirem significados históricos particulares no contexto latino-americano. Antes, portanto, que se evidencie uma nova realidade histórica, já se conta com a sua defesa no plano ideológico.

Isso não significa que os atores sociais não manifestem os seus interesses materiais, políticos e culturais, mas que o pensamento latino-americano se conforma a partir de uma certa inautenticidade congênita<sup>274</sup>, podendo ser esta mais ou menos

---

<sup>273</sup> Leopoldo Zea, 1992, p. 105.

<sup>274</sup> segundo Darcy Ribeiro, 1977, pp. 78-82, que acompanhou a gênese dos povos extra-europeus do mundo moderno, os quais enfrentaram durante a sua evolução o poder coercitivo das civilizações européia e norte-americana, “apesar de todos os percalços, prossegue sempre, como uma reação natural e necessária, a tessitura da nova organização sócio-cultural autêntica dentro da espúria”.

criativa, dependendo do contexto histórico. E aqui o papel dos atores sociais é imprescindível, principalmente no que tange à constituição de novas alianças de poder direcionadas para um desenvolvimento com mais equidade e participação política.

Uma superação do momento neoliberal nos planos cultural, político e econômico na América Latina que não se destine à mera criação de rótulos - transformando o neoliberalismo em equivalente a todos os vícios da sociedade - e à repetição sensaborona de palavras de ordem de um passado utópico, parece pois mais provável a partir de uma revisão crítica deste momento realizada por europeus e norte-americanos, a ser validada em termos de propostas políticas concretas no mundo latino-americano apenas num momento posterior. Somente a partir de então, poderemos voltar a falar de estratégias e modelos de desenvolvimento.

## CONCLUSÃO

Realizamos este percurso pela história contemporânea latino-americana, focalizando especialmente o momento neoliberal, o qual compreendemos como ponto de ruptura e inflexão em relação à dinâmica histórica deste continente conformada no pós-independência.

Seguimos, nesse sentido, os passos metodológicos de Florestan Fernandes<sup>1</sup> nos seus estudos sobre a escravidão colonial. Este autor, ao invés de proceder a uma avaliação sistemática de todas as diferentes formas com as quais se apresentou o fenômeno da escravidão, concentrou-se nos “pontos de chegada” desse fenômeno, mesmo que os pontos de partida ainda não estivessem suficientemente decodificados por meio de pesquisas empíricas rigorosas.

Dá a opção de Florestan Fernandes por um certo tipo de reflexão teórica, por ele intitulado de “história interpretativa de longa duração”, refutando a crítica de que estudos desse tipo levariam a uma história metafísica, sem fatos. No seu entender, esse enfoque permite uma coleta do que “há de melhor nas diretrizes ontológicas, metodológicas e teóricas da análise dialética”, caminho mais seguro para o estabelecimento de “conhecimentos precisos”.

Sucedo o mesmo na análise que intentamos empreender na presente dissertação. Há uma grande profusão de estudos preliminares sobre os vários aspectos assumidos pelo momento neoliberal na América Latina, quais sejam, econômicos, sócio-políticos e culturais. Procuramos sintetizá-los a partir de uma visão sistêmica e articulada a uma dupla dialética entre o momento neoliberal e as transformações processadas no plano internacional, de um lado, e entre o momento neoliberal e o passado histórico latino-americano, de outro.

Obviamente que muitas das tendências aqui apontadas, devem ser matizadas e aprofundadas por estudos empíricos adicionais, centrados em cada um dos aspectos manifestados pelo momento neoliberal na América Latina, fazendo uso inclusive de abordagens comparativas entre estes países, o que não cabe no escopo dessa dissertação.

Descortinar os dilemas de um dado momento histórico não deve ser visto como uma tarefa relegada ao esquecimento quando num momento seguinte as linhas mestras do desenvolvimento latino-americano estiverem minimamente definidas. Ao contrário, acreditamos que a compreensão acerca da natureza dos dilemas enfrentados durante esse momento específico condiciona em parte o desenvolvimento posterior, ao mesmo tempo que deixa em aberto as alternativas políticas em questão, sem aprisionar a história num movimento estático de cenários mais ou menos previsíveis.

Esses dilemas tornam-se ainda mais palpáveis em épocas de grandes transformações, de “rupturas drásticas nos modos de ser, sentir, agir, pensar e fabular”. Esse evento heurístico <sup>2</sup> - que afeta o mundo e a América Latina a a partir dos anos setenta desse século - altera as visões de mundo até então predominantes, abrindo caminho para a disseminação de metáforas, as quais cumprem o papel de compensar a nostalgia do conhecimento face à redefinição das estruturas do real. A metáfora, porém, prescinde da palavra, revelando-se a própria síntese do pensamento. O nosso objetivo ao escrever tal dissertação foi o de transcender o reino da metáfora, reingressando no espaço da linguagem enquanto hermenêutica da compreensão histórica.

O presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso professou recentemente <sup>3</sup> que as análises acerca da sociedade brasileira não têm levado em conta que “o país mudou”. No seu entender, o país estaria passando por uma revolução silenciosa, inconsciente, da qual não sabemos, mas que altera a nossa forma de pensar e de agir.

---

<sup>1</sup> Florestan Fernandes, 1979, pp. 11-12.

<sup>2</sup> Octavio Ianni, 1996, pp. 13-17.

<sup>3</sup> Revista Veja, 10 de setembro de 1997, pp. 22-23.

Assim o dizem também os seus congêneres, presidentes dos demais países latino-americanos, bem como as elites dominantes em geral. A repetição do “tudo mudou” não refletiria o traço de caráter de uma certa parcela dos que ocupam o poder na América Latina?

Procuramos tornar consciente essa transformação, captando o significado do momento neoliberal. Ao mesmo tempo, comprovamos que se algo mudou, muito permaneceu. Perguntamo-nos assim qual seria a síntese entre continuidade e ruptura trazida pelo momento neoliberal, encarando este sob o ângulo da dinâmica histórica latino-americana do pós-independência. Daí o percurso histórico-metodológico executado na presente dissertação.

Vejamos pois os contornos básicos da dinâmica histórica latino-americana. A partir de sua emancipação política, as nações latino-americanas iniciaram um longo e tortuoso processo de estruturação dos seus Estados nacionais. Este processo envolveu guerras internas como no caso da Argentina, guerras externas no caso mexicano, uma transição pautada por um Executivo forte no Chile e uma união mais ou menos consensual dos grupos dominantes no Brasil do parlamentarismo monárquico.

O Estado nacional não emergiu nesses países de contratos sociais, mas de compromissos estabelecidos entre as elites políticas que, a partir de 1880, seriam chancelados pela doutrina liberal no plano econômico e pelo positivismo no plano sócio-político. As idéias européias e norte-americanas conferiam o aval de que necessitavam essas elites, que as assimilaram aos seus interesses concretos. Essa realidade solidificou-se sob a forma de um regime neocolonial com o aumento dos fluxos internacionais de comércio e de investimentos para a América Latina.

Havia pois um certo norte interno para o processo de modernização econômica, cujos motores básicos eram provenientes do exterior. A desestruturação do período neocolonial veio por sua vez tanto de fora, a partir das transformações internacionais

processadas no pós-crise de 29, como de dentro, a partir de movimentos sociais e políticos que questionaram o enclausuramento dos processos políticos e culturais em voga. A Revolução Mexicana, de 1910, e a Reforma Universitária de Córdoba, de 1918, marcaram esse novo espírito em ascensão.

O período nacional-desenvolvimentista foi resultado de uma solução parcial a esses dilemas, ao detonar um processo de acumulação de capital que privilegiava os mercados internos e redefinia as relações de poder ao nível internacional, ao mesmo tempo que abria espaço para regimes políticos mais inclusivos dos grupos sociais emergentes - estes gestados e marginalizados durante a modernização capitalista processada durante o período anterior. O desenvolvimentismo e o modernismo despontaram como as novas ferramentas culturais e ideológicas de um continente que afirmava a sua especificidade histórica e cultural.

Entretanto, a utopia da construção de Estados nacional-populares e da superação do subdesenvolvimento através da industrialização logo se arrefeceu. Os anos sessenta trouxeram a inflação, os endividamentos externos crescentes e o fim dos regimes democráticos, seja por meio das ditaduras militares no Cone Sul, seja por meio da crescente burocratização do aparelho estatal mexicano. O modernismo e o desenvolvimentismo perderam a sua base de sustentação teórica. A América Latina autoritária parecia cada vez mais tradicionalista, ainda que por trás dessas transformações sócio-políticas e culturais se anunciasse um novo modelo de acumulação de capital alicerçado nas políticas liberalizantes.

Em consequência, o momento neoliberal foi viabilizado na América Latina graças à extinção da arena política e ao amainamento da consciência de que esse continente possuía uma dinâmica histórica própria. O receituário neoliberal - ao pregar a liberalização comercial e financeira, a privatização e a desregulamentação da economia - funcionou como elemento acessório, tendo dependido de um contexto internacional,

vigente já na década de oitenta, que forçava a solução interna da crise da dívida a partir do encolhimento do mercado interno e da reinserção no mercado internacional de acordo com as vantagens comparativas dessas economias - basicamente recursos naturais abundantes e mão-de-obra barata.

O momento neoliberal significou assim o seqüestro do desenvolvimento econômico em prol da noção de estabilidade monetária. Por sua vez, os modelos de estabilização reduziram a coerência dos regimes produtivos gestados no período anterior, expondo-os ao exterior sem condições de fazer frente ao aumento da concorrência. As taxas de investimento se reduziram, enquanto a queda dos salários reais e o desemprego deram a tona dos processos de ajuste.

No plano sócio-político, foram gestados novos arranjos hegemônicos ao mesmo tempo que a heterogeneidade social se ampliou, fragmentando a sociedade, crescentemente distanciada do sistema político. Os regimes democráticos prenderam-se aos seus aspectos formais e eleitoreiros, perdendo espaço a noção de concertação ou composição social. A articulação política tornou-se refém dos *lobbies* empresariais e das facções políticas dispersas, reinventando o clientelismo. A associação dessa nova realidade aos traços dos sistemas políticos vigentes no período anterior na Argentina, Brasil, Chile e México exigiu - de forma a captar a heterogeneidade dessas conformações sócio-políticas - a criação de esquemas interpretativos para o momento neoliberal em cada país.

O desenrolar político do México, onde vigia o partido único, do Chile na sua tentativa de recomposição do sistema pré-Pinochet, da Argentina procurando resgatar a máquina partidária peronista sem os mesmos significados de incorporação social e do Brasil, preso a um multipartidarismo apto a formar novos conchavos indefinidamente, levariam esses países a perseguir trajetórias distintas.

Afinal, os pontos de partida não eram os mesmos. A despeito disso, percebemos a formação de grandes alianças e blocos hegemônicos, razoavelmente dissociados da dinâmica democrática que perpassa a sociedade civil, inclusive se apoiando na crescente fragmentação social, nos contornos frágeis da estabilidade monetária e na idéia neoliberal, jamais conceituada pelos seus defensores.

No plano cultural, uma nova ideologia permitiu que o Estado fosse enfraquecido bem como a noção de espaço público, dando lugar ao revigoramento dos objetivos de maior eficiência e individualismo. Ao mesmo tempo, difundia-se a idéia de que todo mundo estava fazendo o mesmo. A América Latina deveria deixar de “brincar” de Terceiro Mundo e ascender ao grupo dos países de elite. A pregação em torno do “Estado Mínimo” ficou restrita ao plano da retórica, já que os interesses particularistas das várias facções políticas e do capital aos poucos foram se apropriando do espaço público. Isso foi possível graças ao fortalecimento do poder Executivo verificado em todos os países.

As idéias mais uma vez não foram assimiladas nos seus pressupostos básicos, servindo antes como invólucros de um novo estado de espírito, cabendo aos donos do poder adaptá-las aos seus interesses materiais e políticos. Em contraste, a esquerda na maioria das vezes assumiu uma postura denunciante, alargando ainda mais o fosso entre a realidade transformada e a sua compreensão em forma de práxis política.

A desconexão entre o momento neoliberal e a dinâmica histórica latino-americana dá-se pela própria recusa dos neoliberais em reconhecer o passado histórico desse continente. Como se antes estivéssemos numa certa pré-história hegeliana e somente agora atentássemos para a política econômica “correta”, a democracia não-populista e as idéias “sadias”.

Demonstramos, ao contrário, como o momento neoliberal é partícipe da dinâmica histórica latino-americana, na medida em que intenta estabelecer um ponto de



inflexão e ruptura em relação ao movimento anterior - iniciado, ainda que de forma episódica e isolada, ao final do século passado e aprofundado e generalizado no pós-30 do século atual - de conjugar modernização capitalista com crescente participação política dos grupos sociais subalternos e com a afirmação cultural do continente frente às idéias formuladas no exterior.

Nesse sentido, o antagonismo principal da história latino-americana entre expansão da sociedade capitalista moderna e sobrevivência da sociedade colonial ibérica, segundo definição de Abelardo Villegas <sup>4</sup>, segue vigente, a despeito da recusa dos neoliberais em falar da história e dos seus antagonismos.

Se alguns países latino-americanos - os assim chamados emergentes - participam de forma estreita da dinâmica internacional do capital, sob a sua forma contemporânea, as não-contemporaneidades em termos de fragmentação econômica e social são aprofundadas - não havendo o compromisso de resgatá-las através de uma heterogeneidade intertemporal, mas o de desqualificá-las - pois seriam estas as responsáveis pela diferença da América Latina, por ela não ser plenamente ocidental. O momento neoliberal concede a palavra a esse universalismo abstrato, ressaltando o complexo de inferioridade dos países e povos latino-americanos.

Desse modo, a particularidade do momento neoliberal está na própria negação do antagonismo básico da história latino-americana ou então - o que dá no mesmo - na sua aceitação como consequência inevitável do dito processo de globalização. A superação dessa contradição, pensada ao final do período neocolonial e esboçada na forma dos projetos desenvolvimentistas iniciais - ainda não reféns do dualismo característico dos anos sessenta do século XX - não se coloca como objetivo programático para os blocos hegemônicos gestados durante o momento neoliberal.

---

<sup>4</sup> Abelardo Villegas, 1972, pp. 60-63.

A recolocação da necessidade de superação do antagonismo principal da história latino-americana - o qual conforma a dinâmica própria dessa história - enquanto pauta cultural para se discutir os alicerces do desenvolvimento deve ser a primeira iniciativa no sentido de romper com a perpetuidade frágil do momento neoliberal. Esse é o sentido da nossa contribuição, que desvia a análise do neoliberalismo do seu aspecto estritamente econômico, situando-o, destarte, na história latino-americana, a partir de uma compreensão mais ampla dos seus significados econômicos, sócio-políticos e culturais.

Neste momento definido pelo espírito neoliberal, soa como uma "ingenuidade pré-moderna"<sup>5</sup> que o Estado proteja a produção do próprio país ou, pior, que o faça em função dos interesses populares que costumam ser julgados contraditórios com o avanço tecnológico. O Estado e a sociedade são descaracterizados em prol da valorização do capital. O cerne do momento neoliberal não está na privatização ou na liberalização dessas economias mas na noção de que a razão coletiva, através tanto do Estado como de atores sociais relativamente autônomos, mostra-se incapaz de fazer frente à razão tecnocrática, presumivelmente mais ágil e eficiente.

Um novo modelo de desenvolvimento deve cuidar de associar esses conceitos tornados antagônicos, já que se opõe o mercado ao Estado e à sociedade. A superação do momento neoliberal, criador dessa dicotomia, deve propiciar o surgimento de novas visões estruturantes e integradoras, reativando os pressupostos dos primeiros modernistas latino-americanos e conferindo uma nova dinâmica à história recente da América Latina.

---

<sup>5</sup> Nestor Garcia Canclini, 1997, p. 27.

## DOCUMENTOS E FONTES HISTÓRICAS

### Documentos Institucionais

**BANCO MUNDIAL**, "International Integration and Workers", World Development Report, Washington, 1995.

**BID**, "Economic and Social Progress in Latin America", Washington, outubro de 1993.

**BID**, "Foros Regionales para Promover una Agenda Social en América Latina", Brasília, abril de 1995.

**CEPAL**, "Transformación Productiva con Equidad", Santiago, 1990.

**CEPAL**, "El Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe", Santiago, 1994.

**CEPAL**, "Balance Preliminar de la Economía de América Latina y el Caribe", Santiago, 1996a.

**CEPAL**, "Tendências Econômicas e Sociais na América Latina e no Caribe em Gráficos", Santiago, 1996b.

**CEPAL**, "La Brecha de la Equidad: América Latina, el Caribe y la Cumbre Social", Santiago, 1997.

**FMI**, "Globalization: Opportunities and Challenges", World Economic Outlook, New York, maio de 1997.

**INTER-AMERICAN DIALOGUE**, "The Americas in 1994: A Time for Leadership", documento de trabalho produzido para a Conferência dos Presidentes e Primeiros-Ministros das Américas, Washington, 1994.

**OCDE**, "Ocde Economic Surveys-Mexico", Paris, 1995.

**OCDE**, "Les Défis Politiques de la Globalisation et de la Régionalisation", Paris, 1996.

**UNIVERSITY OF TEXAS**, "Mexico's Electoral Aftermath and Political Future", síntese da Conferência Binacional realizada nesta universidade, Austin, setembro de 1994.

### Jornais e Revistas

**O ESTADO DE SÃO PAULO**, "Empresariado Mundial Prefere Ásia-Pacífico", 30 de maio de 1996.

**O ESTADO DE SÃO PAULO**, "Argentina Pára com Greve Geral de Protesto", 9 de agosto de 1996.

**O ESTADO DE SÃO PAULO**, "A Globalização É Uma Realidade Palpável", discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na Universidade de Witwatersrand, África do Sul, 29 de novembro de 1996.

**O ESTADO DE SÃO PAULO**, "Pobreza Cai para 25% da População nas Metrôpoles", 28 de março de 1997.

**O ESTADO DE SÃO PAULO**, "Déficit em Contas Externas Dobra no Trimestre", 15 de abril de 1997.

**O ESTADO DE SÃO PAULO**, "Pondo os Pingos nos Is", 16 de junho de 1997.

**FOLHA DE SÃO PAULO**, "Alfonsín Critica Neoliberalismo Radical", 19 de abril de 1992.

**FOLHA DE SÃO PAULO**, "Receita Neoliberal Já Contempla o Social", 5 de setembro de 1996.

- FOLHA DE SÃO PAULO**, “Recessão Faz Pobreza Crescer na Argentina”, 11 de outubro de 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, “‘Povo Não Viu Benefício’, Admitem Liberais”, 1 de fevereiro de 1997.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, “Aliança de Esquerda Fica para o Ano 2000”, 2 de fevereiro de 1997.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, “Abertura Polariza Classes na Argentina”, 24 de fevereiro de 1997.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, “Desempregado Paga Estabilidade Argentina”, 30 de maio de 1997.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, “Guru de Ciro Quer Subverter País Tucano”, entrevista com Roberto Mangabeira Unger, 28 de setembro de 1997.
- GAZETA MERCANTIL**, “A Era das Ideologias Não Acabou”, discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na Universidade de Coimbra, Portugal, 24 de julho de 1995.
- GAZETA MERCANTIL**, “Americanos, Os Mais Competitivos”, 7 de setembro de 1995.
- GAZETA MERCANTIL**, “Frei: ‘Vamos Acelerar o Desenvolvimento com Justiça Social’”, entrevista com o presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle, 24 de março de 1995.
- LA JORNADA**, “Programa de Acción para Reforzar el Acuerdo de Unidad para Superar la Emergencia Económica”, México, 10 de março de 1995.
- EL MERCURIO**, “Una Fiesta Inexplicable”, entrevista com Hernán Büchi, Santiago, 10 de setembro de 1995.
- EL MERCURIO**, La Discusión que Viene, Santiago, 10 de setembro de 1995.
- QUÉ PASA**, “El Camino Político Según Jaime Guzmán”, Santiago, 31 de janeiro de 1980.
- QUÉ PASA**, “La Verdad Sobre el Milagro Económico Chileno”, entrevista com Arnold Harberger, Santiago, 24 de abril de 1980.
- THE WALL STREET JOURNAL AMERICAS**, “El Sindicalismo Cobra Fuerza en México”, Santiago, 4 de abril de 1996.
- VEJA**, “As Razões do Presidente”, entrevista com o presidente Fernando Henrique Cardoso, 10 de setembro de 1997.

## BIBLIOGRAFIA

## Livros, Teses e Textos

- ACUÑA, Carlos H. et alli, *Democracy, Markets and Structural Reform in Latin America: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile and Mexico*, New Brunswick, Transaction Publishers, 1994.
- AGUILAR CAMÍN, Héctor, *Subversiones Silenciosas: Ensayos de Historia y Política de México*, México, Aguilar Nuevo Siglo, 1993.
- AGUILAR CAMÍN, Héctor e Lorenzo Meyer, *In the Shadow of the Mexican Revolution: Contemporary Mexican History, 1910-1989*, Austin, University of Texas Press, 1993.
- ALBERDI, Juan Bautista, *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina*, Buenos Aires, Ediciones Estrada, s/d, 2a. edição.
- ALBERDI, Juan Bautista, *Estudios Económicos: Interpretación de la Historia Política Argentina y Sud-Americana*, Buenos Aires, Rosso, 1934.
- ALTMANN, Werner, *O Estado no Capitalismo Periférico Latino-Americano: Os Projetos Cardenista e Peronista de Unidade Nacional*, Tese de Doutorado, Departamento de História/USP, São Paulo, 1991.
- AMIN, Samir, org., *A Crise do Imperialismo*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.
- ANDERSON, Perry, *O Fim da História: De Hegel a Fukuyama*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- ANDRADE, Mário de, *Poesias Completas*, São Paulo, EDUSP, 1987.
- ARANTES, Paulo, *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.
- ARON, Raymond, *Trois Essais Sur L'Age Industriel*, Paris, Plon, 1966.
- ARRIGHI, Giovanni, *O Longo Século XX*, Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 1996.
- BAER, Werner e Melissa Birch, *Privatization in Latin America: New Roles for the Public and Private Sectors*, Westport, Praeger, 1994.
- BARRÁN, José Pedro, *Historia de la Sensibilidad en Uruguay: El Disciplinamiento (1860-1920)*, volume 2, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1992.
- BELLAMY, Richard, *Liberalismo e Sociedade Moderna*, São Paulo, Editora Unesp, 1994.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello, *O Senhor e o Unicórnio: A Economia dos Anos 80*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- BENEDETTI, Mario, *Letras del Continente Mestizo*, Montevideo, Editorial ARCA, 1970, 2a. edição.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976, 2a. edição.
- BETHELL, Leslie, org., *Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- BETHELL, Leslie e Ian Roxborough, orgs., *A América Latina: Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1996.

- BEVERLY, John et alli, *The Postmodernism Debate in Latin America*, Durham, Duke University Press, 1995.
- BEYHAUT, Gustavo e Hélene Beyhaut, *América Latina: De la Independencia a la Segunda Guerra Mundial*, Historia Universal Siglo XXI, volume 23, México, Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo, *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 1995, 2a. edição.
- BONFIM, Manoel, *A América Latina: Males de Origem*, Rio de Janeiro, TopBooks Editora, 1993, 4a. edição
- BOERSNER, Demestrio, *Relaciones Internacionales de América Latina - Breve História*, Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1990, 4a. edição.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*, volume 2 - *Os Jogos das Trocas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1985.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: Para uma Nova Interpretação da América Latina*, São Paulo, Editora 34, 1996.
- BRUNNER, Jose Joaquin, *Bienvenidos a la Modernidad*, Santiago, Grupo Editorial Planeta, 1994.
- BULMER-THOMAS, Victor, *The Economic History of Latin America Since Independence*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- BULMER-THOMAS, Victor, org., *The New Economic Model in Latin America and Its Impact on Income Distribution and Poverty*, London, Macmillan Press, 1996.
- BUNGE, Alejandro E., *Una Nueva Argentina*, Madrid, Hyspamerica, 1984.
- CAMPOS, Roberto, *Antologia do Bom Senso*, Rio de Janeiro, TopBooks, 1996.
- CÂNDIDO, Antônio de Mello e Souza, *Literatura: Espelho da América?*, 1993, mimeo.
- CÁRDENAS, Lázaro, *Ideário Político*, México, Ediciones Era, 1976, 2a. edição.
- CARDOSO, Ciro Flamaron e Héctor Pérez Brignoli, *História Econômica da América Latina*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, 3a. edição.
- CARDOSO, Eliana e Ann Helwege, *A Economia da América Latina*, São Paulo, Editora Ática, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1970, 7a. edição.
- CARDOSO, Fernando Henrique, *As Idéias e Seu Lugar: Ensaio Sobre as Teorias do Desenvolvimento*, Petrópolis, Editora Vozes, 1993.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1990, 8a. edição.
- CARPENTIER, Alejo, *A Literatura do Maravilhoso*, São Paulo, Editora Vértice, 1987.
- CASTAÑEDA, Jorge, *Utopia Unarmed: The Latin American Left After the Cold War*, New York, Vintage Books, 1994a.

**CASTAÑEDA**, Jorge, *Sorpresas Te Da La Vida: Mexico 1994*, Cidade de México, Aguilar Nuevo Siglo, 1994b.

**CHAUNU**, Pierre, *A América e as Américas*, Lisboa, Editora Cosmos, 1969.

**CHESNAIS**, François, *A Mundialização do Capital*, São Paulo, Xamã Editora, 1996.

**CHIARAMONTE**, José Carlos, *Nacionalismo y Liberalismo Económicos en Argentina, 1860-1880*, Buenos Aires, Ediciones Solar, 1982.

**CIPOLLA**, Carlo M., *Historia Económica de Europa - Economías Contemporáneas*, volume 6, Barcelona, Editorial Ariel, 1985, 2a. edição.

**COLLIER**, Simon e William F. Sater, *A History of Chile, 1808-1994*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

**CÓRDOVA**, Arnaldo, *La Ideología de la Revolución Mexicana: La Formación del Nuevo Régimen*, México, Ediciones Era, 1978, 6a. edição.

**CORNELIUS**, Wayne A., Ann L. Craig e Jonathan Fox, orgs., *Transforming State-Society Relations in Mexico: The National Solidarity Program*, San Diego, Center for U.S.-Mexican Studies, 1994.

**CORTÁZAR**, René, *Política Laboral en el Chile Democrático: Avances y Desafíos en los Noventa*, Santiago, Ediciones Dolmen, 1993.

**COLCLOUGH**, Christopher e James Manores, orgs., *Estados o Mercados?: El Neoliberalismo y el Debate Sobre las Políticas de Desarrollo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

**COUTINHO**, Carlos Nelson, org., *Gramsci e a América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988

**CRUZ COSTA**, João, *Contribuição à História das Idéias no Brasil: O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a Evolução Histórica Nacional*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1956.

**CUEVA**, Augustín, *Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*, São Paulo, Editora Global, 1983.

**DARIO**, Ruben, *Obras Poéticas Completas*, Aguilar, Madrid, 1949, 6a. edição.

**O'DONNELL**, Guillermo et alli, *Transitions from Authoritarian Role, Part II - Latin America*, Maryland, Johns Hopkins University Press, 1986.

**DRAIBE**, Sônia, *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil - 1930/1960*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.

**DRAKE**, Paul e Eduardo Silva, orgs., *Elections and Democratization in Latin American, 1989-1985*, San Diego, Center for Iberian and Latin American Studies, 1986.

**DRUCKER**, Peter, *Sociedade Pós-Capitalista*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1993.

**ECHAVARRÍA**, José Medina, *Filosofía, Educación y Desarrollo*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1967.

**EDWARDS**, Sebastian e Simón Teitel, orgs., *Crecimiento, Reforma y Ajuste: Las Políticas Comerciales y Macroeconómicas de América Latina en los Decenios de 1970 y 1980*, México, Fondo de Cultura Económica, 1991.

**ELOY MARTÍNEZ**, Tomás, *Santa Evita*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

- FAJNZYLBER, Fernando**, *Industrialización en América Latina*, México, Fondo de Cultura Económica, volume 1, 1980.
- FAORO, Raymundo**, *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*, São Paulo, Editora Ática, 1994.
- FAUSTO, Boris**, *A Revolução de 1930*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1995a, 15a. edição.
- FAUSTO, Boris**, *História do Brasil*, São Paulo, Edusp, 1995b.
- FERNANDES, Florestan**, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, 3a. edição.
- FERNANDES, Florestan**, *Circuito Fechado: Quatro Ensaio sobre o Poder Institucional*, São Paulo, Hucitec, 1979, 2a. edição.
- FERNANDES, Florestan**, *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987, 3a. edição.
- FERNANDÉZ MORENO, César, org.**, *América Latina em Sua Literatura*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- FERRER, Aldo**, *Economía Argentina*, México, Fondo de Cultura Económica, 1965, 2a. edição.
- FERRO, Marc**, *História das Colonizações - Das Conquistas às Independências: Séculos XIII a XX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- FIORI, José Luís**, *O Voo da Coruja - Uma Leitura Não-Liberal da Crise do Estado Desenvolvimentista*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 1995a.
- FIORI, José Luís**, *Em Busca do Dissenso Perdido: Ensaio Crítico Sobre a Festejada Crise do Estado*, Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995b.
- FONSECA, Pedro César Dutra**, *Vargas: O Capitalismo em Construção, 1906-1954*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- FORNET-BETANCOURT, Raúl**, *Problemas Atuais de Filosofia na Hispano-América*, São Leopoldo, Editora Unisinos, 1993.
- FORRESTER, Viviane**, *L'Horreur Économique*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1996.
- FOUCAULT, Michel**, *As Palavras e as Coisas*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1990, 5a. edição.
- FRANCO, Gustavo H. B.**, *A Inserção Externa e o Desenvolvimento*, 1996, mimeo.
- FRIEDMAN, Milton**, *Capitalism and Freedom*, Chicago, The University of Chicago Press, 1982.
- FUENTES, Carlos**, *La Nueva Novela Hispanoamericana*, México, Joaquín Mortiz, 1969.
- FUENTES, Carlos**, *El Espejo Enterrado*, México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- FUKUYAMA, Francis**, *The End of History and the Last Man*, New York, A Division of Macmillan, Inc., 1992.
- FURTADO, Celso**, *A Fantasia Organizada*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985, 5a. edição.
- FURTADO, Celso**, *A Economia Latino-Americana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1986, 3a. edição.
- FURTADO, Celso**, *Brasil: A Construção Interrompida*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.



- FUSER, Igor, *México em Transe*, São Paulo, Editora Página Aberta, 1995.
- GADAMER, Hans-George, *Verdad Y Método - Fundamentos de una Hermenéutica Filosófica*, Salamanca, Ediciones Sígueme, 1991, 4a. edição.
- GALBRAITH, John Kenneth, *O Novo Estado Industrial*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.
- GALBRAITH, John Kenneth, *The Culture of Contentment*, New York, Houghton Mifflin Company, 1992.
- GARCÍA CANCLINI, Nestor, *Culturas Híbridas*, São Paulo, EDUSP, 1997.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel, *Cien Años de Soledad*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1970, 16a. edição.
- GARRETÓN, Manuel Antonio, *The Chilean Political Process*, Boston, Unwin Hyman, 1989.
- GARZA, Enrique Toledo de la, org., *Democracia y Política Económica Alternativa*, México, La Jornada Ediciones, 1994.
- GAZMURI, Jaime, org., *Chile en el Umbral de los Noventa*, Santiago, Editorial Planeta, 1988.
- GIDDENS, Anthony, *As Conseqüências da Modernidade*, São Paulo, Editora Unesp, 1991, 2a. edição.
- GOMES, Ciro e Roberto Mangabeira Unger, *O Próximo Passo: Uma Alternativa Prática ao Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, TopBooks, 1996.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo, *La Democracia en México*, México, Ediciones Era, 1983, 14a. edição.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo, *História Contemporânea da América Latina - Imperialismo e Libertação*, São Paulo, Editora Vértice, 1987.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo, org., *América Latina: História de Meio Século*, volume 1, Brasília, Editora UNB, 1988.
- GONZÁLEZ CASANOVA, org., Pablo, *México Hacia el 2.000: Desafios y Opciones*, Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1989.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo, *O Colonialismo Global e a Democracia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- GORZ, André, *Métamorphoses du Travail: Quête du Sens - Critique de la Raison Économique*, Éditions Galilée, Paris, 1988.
- HABER, Stephen, *Industry and Development: The Industrialization of Mexico, 1890-1940*, Stanford, Stanford University Press, 1989.
- HABER, Stephen, org., *How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*, Stanford, Stanford University Press, 1997.
- HALPERIN DONGUI, Tulio, *História da América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989, 2a. edição.
- HARVEY, David, *A Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- HAYEK, Friedrich, *The Road to Serfdom*, Chicago, The University of Chicago Press, 1994.

- HENRIQUEZ UREÑA**, Pedro, *Historia de la Cultura en América Hispánica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1992, 13a. edição.
- O'HIRSCHMAN**, Albert, *A Economia Como Ciência Moral e Política*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- O'HIRSCHMAN**, Albert, *Auto-Subversão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- HOBBSAWM**, Eric J., *Industry and Empire*, The Pelican Economic History of Britain, volume 3, Middlesex, Penguin Books, 1969.
- HOBBSAWM**, Eric J., *A Era dos Impérios, 1875-1914*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992, 3a. edição.
- HOBBSAWM**, Eric J., *The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991*, New York, Pantheon Books, 1994.
- HOLANDA**, Sérgio Buarque de, *O Espírito e a Letra: Estudos de Crítica Literária*, volume 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- IANNI**, Octavio, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.
- IANNI**, Octavio, *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.
- IANNI**, Octavio, *El Estado Capitalista en la Epoca de Cárdenas*, México, Ediciones Era, 1991.
- IANNI**, Octavio, *O Labirinto Latino-Americano*, Petrópolis, Editora Vozes, 1993.
- IANNI**, Octavio, *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- JAMESON**, Frederic, *The Seeds of Time*, New York, Columbia University Press, 1994.
- KEYNES**, John Maynard, *The Economic Consequences of the Peace*, London, Penguin Books, 1988.
- KRUGMAN**, Paul, *Peddling Prosperity: Economic Sense and Nonsense in the Age of Diminished Expectations*, New York, W.W.Norton & Company, 1995.
- KUMAR**, Krishan, *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: Novas Teorias sobre o Mundo Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- KURZ**, Robert, *O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.
- KUTTNER**, Robert, *Everything For Sale - The Virtues and the Limits of the Markets*, New York, Alfred A. Knopf, Inc., 1997.
- LAURELL**, Asa Cristina, org., *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*, São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- LEFORT**, Claude, *As Formas da História - Ensaios de Antropologia Política*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- LENIN**, V., *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*, São Paulo, Global Editora, 1979.
- LETETIER**, Valentin, *La Lucha por la Cultura*, Santiago, Imprenta y Encuadernación Barcelona, 1895.

- LEVINE, Barry B., org., *El Desafío Neoliberal - El Fin del Tercermundismo en América Latina*, Santafé de Bogotá, Editorial Norma, 1992.
- LEZAMA LIMA, José, *A Expressão Americana*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
- LICHTENSZTEJN, Samuel e Mônica Baer, *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: Estratégias e Políticas do Poder Financeiro*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- LIPIETZ, Alain, *Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo*, São Paulo, Editora Nobel, 1988.
- LIPIETZ, Alain, *Audácia: Uma Alternativa para o Século XXI*, São Paulo, Editora Nobel, 1991.
- LOWENTHAL, Abraham F. e Samuel Fitch, orgs., *Armies and Politics in Latin America*, New York, Holmes & Meier, 1986.
- MARICHAL, Carlos, org., *Las Inversiones Extranjeras en América Latina, 1850-1930: Nuevos Debates y Problemas en Historia Económica Comparada*, México, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- MARTÍ, José, *Páginas Escogidas*, volumes 1 e 2, La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1971.
- MARTINS, Luciano, *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento: A Crise Brasileira*, Rio de Janeiro, Saga, 1968.
- MATTOSO, Jorge, *A Desordem do Trabalho*, São Paulo, Editora Página Aberta, 1995.
- MAYER, Arno J., *A Força da Tradição: A Persistência do Antigo Regime*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- MERQUIOR, José Guilherme, *O Liberalismo: Antigo e Moderno*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1991, 2a. edição.
- MIRÓ QUESADA, Francisco, *Proyecto y Realización del Filosofar Latinoamericano*, México, Fondo de Cultura Económica, 1981.
- MISES, Ludwig von, *Liberalismo Segundo a Tradição Clássica*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987.
- MORAES, Reginaldo et alli, *Inteligência Brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- MORSE, Richard M., *New World Soundings - Culture and Ideology in the Americas*, Baltimore, The John Hopkins University Press, 1989.
- N'KRUMAH, Kwame, *Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- OFFE, Claus, *Disorganized Capitalism: Contemporary Transformations of Work and Politics*, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de, *Economia de Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de, *Economia Brasileira: Crítica À Razão Dualista*, Petrópolis, Editora Vozes, 1987, 5a. edição.
- OLIVEIRA, Francisco de, *Vanguarda do Atraso e Atraso da Vanguarda: Globalização e Neoliberalismo na América Latina*, XXI Congresso ALAS, São Paulo, setembro de 1997.
- OPPENHEIM, Lois Hecht, *Politics in Chile: Democracy, Authoritarianism and the Search for Development*, Boulder, Westview Press, 1993.

- ORTIZ, Renato, *Mundialização e Cultura*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- PAZ, Octavio, *Posdata*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1985, 19a. edição.
- PAZ, Octavio, *O Ogro Filantrópico*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.
- PAZ, Octavio, *El Laberinto de la Soledad*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1993.
- PEREIRA, Oswaldo Porchat, *Vida Comum e Ceticismo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1993.
- PINTO, Anibal, *Distribuição de Renda na América Latina e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, 2a. edição.
- PIZARRO, Ana, org., *Palavra, Literatura e Cultura*, volume 2, Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- PLA, Alberto J., *Una Reflexión Histórico- Metodológica sobre la Crisis de Fines de Siglo en Latinoamérica*, 1995, mimeo.
- POLANYI, Karl, *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.
- PONTEIL, Félix, *Les Classes Bourgeoises et l'Avènement de la Démocratie*, Paris, Albin Michel, 1968.
- POPPER, Karl, *A Miséria do Historicismo*, São Paulo, Editora Cultrix, 1993.
- PRADO, Caio Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.
- PRADO, Caio Jr., *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1966.
- PRADO, Eleutério F. S., *Economia Como Ciência*, São Paulo, FIPE-USP, 1991.
- PREBISCH, Raúl, *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1964.
- PREBISCH, Raúl, *Transformación y Desarrollo: La Gran Tarea de América Latina*, México, Fondo de Cultura Económica, 1970.
- PREBISCH, Raúl, *Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico*, Universidade de Campinas, 1979, mimeo.
- PRZEWORSKI, Adam, *Capitalismo e Social-Democracia*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- RAMA, Angel, *A Cidade das Letras*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- RAMA, Carlos M., *Sociologia de América Latina*, Barcelona, Ediciones Península, 1977, 2a. edição.
- RAMOS, Julio, *Desencuentros de la Modernidad en América Latina: Literatura y Política en el Siglo XIX*, México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- REALE, Miguel, *Face Oculta de Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, TopBooks Editora, 1993.
- REGO, José Márcio, org., *Retórica na Economia*, São Paulo, Editora 34, 1996.
- REYNA, José Luis e Richard Weinert, orgs., *Authoritarianism in Mexico*, Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues, 1977.
- RIBEIRO, Darcy, *As Américas e a Civilização: Estudos de Antropologia da Civilização*, Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

- RIBEIRO, Darcy, *O Dilema da América Latina*, Petrópolis, Editora Vozes, 1988, 4a. edição.
- RICOEUR, Paul, *Interpretação e Ideologias*, São Paulo, Livraria Francisco Alves Editora, 1983.
- RIDING, Alan, *Vecinos Distantes: Un Retrato de los Mexicanos*, México, Editorial Joaquín Mortiz, 1985.
- RIFKIN, Jeremy, *The End of Work: The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era*, New York, G.P. Putnam's Sons, 1995.
- ROBINSON, Joan, *Teoría del Desarrollo: Aspectos Críticos*, Barcelona, Editora Martínez Roca, 1973.
- RODÓ, José Enrique, *Ariel*, México, Ediciones de la Universidad Nacional Autónoma, 1942.
- ROMERO, Luis Alberto, *Breve Historia Contemporánea de Argentina*, México, Fondo de Cultura Económica, 1994, 2a. edição.
- SADER, Emir e Pablo Gentili, orgs., *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1995.
- SAID, Edward W., *Culture & Imperialism*, London, Chatto & Windus, 1993.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Paradoxos do Liberalismo*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Razões da Desordem*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1993, 2a. edição.
- SARTRE, Jean-Paul, *L'Existentialisme Est un Humanisme*, Paris, Les Éditions Nagel, 1946.
- SCHVARZER, Jorge, *La Industria Que Supimos Conseguir: Una Historia Político-Social de la Industria Argentina*, Buenos Aires, Editorial Planeta, 1996.
- SCHWARTZ, Jorge, *Vanguardas Latino-Americanas: Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos*, São Paulo, Edusp, 1995.
- SCHWARZ, Roberto, *Que Horas São?*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- SCHWARZ, Roberto, *Ao Vencedor as Batatas*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1992, 4a. edição.
- SEMO, Enrique, *Historia Mexicana: Economía y Luchas de Clases*, México, Ediciones Era, 1978.
- SILVA, Janice Theodoro da, *América Barroca: Temas e Variedades*, São Paulo, EDUSP, 1992.
- SORJ, Bernardo et alli, *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- SORMAN, Guy, *A Nova Riqueza das Nações*, Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1987.
- SOTO, Hernando de, *Economía Subterránea - Una Análise da Realidade Peruana*, Rio de Janeiro, Editora Globo, 1986.
- SOUYRI, Pierre, *Dynamique du Capitalisme au XXe. Siècle*, Paris, Payot, 1983.
- STONE, Norman, *La Europa Transformada - 1878-1919*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- SUBIRATS, Eduardo, *Da Vanguarda ao Pós-Moderno*, São Paulo, Editora Nobel, 1991, 4a. edição.
- SUNKEL, Osvaldo e Stephany Griffith-Jones, *O Fim de uma Ilusão: As Crises da Dívida e do Desenvolvimento na América Latina*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

- SUZIGAN, Wilson, org., *Indústria: Política, Instituições e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.
- TAVARES, Maria da Conceição, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, 1986, 2a. edição.
- TAYLOR, Ian, org., *The Social Effects of Free Market Policies*, New York, Harvester Wheatsheaf, 1990.
- TEIXEIRA, Aloisio, *O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra*, Rio de Janeiro, IEL/UFRJ, 1983.
- TELLA, Torquato di, *Para uma Política Latino-Americana*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1969.
- THURLOW, Lester C., *The Future of Capitalism - How Today's Economic Forces Shape Tomorrow's World*, New York, William Morrow and Company, Inc., 1996.
- TOURAINÉ, Alain, *O Pós-Socialismo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
- TOURAINÉ, Alain, *Palavra e Sangue - Política e Sociedade na América Latina*, São Paulo, Trajetória Cultural, 1989.
- TOURAINÉ, Alain, *Crítica da Modernidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 2a. edição.
- VALENZUELA, Arturo, *El Quiebre de la Democracia en Chile*, Santiago, Flacso, 1989, 2a. edição.
- VALENZUELA, Arturo e Pamela Constable, *A Nation of Enemies: Chile Under Pinochet*, New York, W.W. Norton & Company, 1993
- VALLADARES, Lícia e Magda Prates Coelho, orgs., *Governabilidade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- VARGAS LLOSA, Alvaro, Plinio Apuleyo Mendoza e Carlos Alberto Montaner, *Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1997.
- VARONA, Enrique José, *Artículos*, La Habana, Publicaciones del Ministerio de la Educación, 1951.
- VASCONCELOS, Gilberto Felisberto, *O Príncipe da Moeda*, Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1997.
- VASCONCELOS, José, *Indología: Una Interpretación de la Cultura Ibero-Americana*, Barcelona, Agencia Mundial de Librería, s/d, 2a. edição.
- VÉLIZ, Cláudio, *Tradición Centralista de América Latina*, Barcelona, Ariel, 1984.
- VIGEVANI, Tullo, org., *Liberalismo e Socialismo*, São Paulo, Editora Unesp, 1994.
- VILLEGAS, Abelardo, *Reformismo y Revolución en el Pensamiento Latinoamericano*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1972.
- WALLERSTEIN, Immanuel, *O Capitalismo Histórico*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- WEBER, Max, *General Economic History*, London, George Allen & Unwin, s/d.
- WEFFORT, Francisco Corrêa, *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989, 4a. edição.
- ZEA, Leopoldo, *El Pensamiento Latinoamericano*, Barcelona, Ariel, 1976, 3a. edição.

ZEA, Leopoldo, *El Positivismo en la Circunstancia Mexicana*, México, Fondo de Cultura Económica, 1985.

ZEA, Leopoldo, org., *América Latina en Sus Ideas*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1986.

ZEA, Leopoldo, *La Filosofía Americana Como Filosofía Sin Más*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1992, 14a. edição.

ZEA, Leopoldo, org., *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*, volume 1, México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

ZYLBERSTAJN, Hélio et alli, *Processos de Integração Regional e a Sociedade: O Sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.

## Revistas e Periódicos

ABRAMO, Laís, "Desarrollo Economico Local, Encadenamientos Productivos y Mercados Laborales" in *DPPS-ILPES*, CEPAL, Santiago, setembro de 1996.

ADELMAN, Jeremy, "Post-Populist Argentina" in *New Left Review*, no. 203, Alden Press, Oxford, janeiro-fevereiro de 1994.

AGOSÍN, Manuel R. e Ricardo Ffrench-Davis, "La Liberalización Comercial en América Latina" in *Revista de la Cepal*, no. 50, Santiago, agosto de 1993.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, "Pragmatismo por Necessidade: Os Rumos da Reforma Econômica no Brasil" in *Revista Dados*, volume 39, no.2, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1996.

ALTMANN, Werner, "A Rebelião Indígena de Chiapas: o Anti-Neoliberalismo Orgânico da América Latina" in *Estudos Leopoldinenses*, Série História, volume 1, no. 1, 1997.

ANDREOLI, Miguel, "La Fragmentación de la Identidad Liberal" in *Revista Encuentros*, no. 2, FCU, Montevideo, agosto de 1993.

ARRIGHI, Giovanni, "Trabalhadores do Mundo ao Final do Século" in *Praga*, Revista de Estudos Marxistas, no. 1, Boitempo Editorial, São Paulo, setembro-dezembro de 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo e Giovanni Stumpo, "Empresas Transnacionales y Cambios Estructurales en la Industria de Argentina, Brasil, Chile y México" in *Revista de la Cepal*, no. 55, Santiago, abril de 1995.

BUSTELO, Eduardo, "Hood Robin: Ajuste e Equidade na América Latina" in *Planejamento e Políticas Públicas*, no. 11, IPEA, Brasília, junho-dezembro de 1994.

CANUTO, Otaviano, "Abertura Comercial, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico na América Latina" in *Revista Economia e Sociedade*, no. 3, IE/Unicamp, Campinas, dezembro de 1994.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel, "Consequências do Neoliberalismo" in *Revista Economia e Sociedade*, no.1, IE/Unicamp, Campinas, agosto de 1992.

CASTIGLIONI, Franco, "Política y Economía del Menemismo" in *Revista Nueva Sociedad*, no. 143, Caracas, maio-junho de 1996.

CHONCHOL, Jacques, "Reflexiones Sobre Chile: Hay Alternativas al Modelo Neoliberal?" in *Revista de Estudos Avançados*, 10 (27), IEA, São Paulo, 1996.

COUTINHO, Luciano, "A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica" in *Revista Economia e Sociedade*, no.1, IE/Unicamp, Campinas, agosto de 1992.

**COUTINHO**, Luciano, "O Futuro sem Fundamentos" in *Economia em Perspectiva*, no. 142, CORECON, São Paulo, junho-julho de 1997.

**DAMILL**, Mário, José Maria Fanelli e Roberto Frenkel, "De México a México: El Desempeño de América Latina en los 90" in *Revista de Economía Política*, volume 16, no.4, Editora 34, São Paulo, outubro-dezembro de 1996.

**DESAI**, Radhika, "Second-Hand Dealers in Ideas: Think-Tanks and Thatcherite Hegemony" in *New Left Review*, no. 203, Alden Press, Oxford, janeiro-fevereiro de 1994.

**DOMÍNGUEZ**, Jorge I., "O Paradoxo da Democracia Latino-Americana" in *Foreign Affairs*, no. 4, Gazeta Mercantil, janeiro de 1997.

**O'DONNELL**, Guillermo, "Refleitions on Patterns of Change in the Bureaucratic-Authoritarian Regime in Latin American Reserach Review, XIII, no. 1, University of New Mexico, 1978.

**O'DONNELL**, Guillermo, "Democracia Delegativa?" in *Novos Estudos Cebrap*, no. 31, CEBRAP, São Paulo, outubro de 1991.

**DORNBUSCH**, Rudiger e Sebastián Edwards, "La Macroeconomía del Populismo en la América Latina" in *El Trimestre Economico*, no. 225, janeiro-março de 1990.

**DRAIBE**, Sônia, "As Políticas Sociais e o Neoliberalismo" in *Revista USP*, no. 17, São Paulo, março-maio de 1993.

**EAGLETON**, Terry, "Capitalismo, Modernismo e Pós-Modernismo" in *Crítica Marxista*, volume 1, no. 2, Editora Brasiliensê, São Paulo, 1995.

**FAJNZYLBER**, Fernando, "Industrialización en America Latina: de la 'Caja Negra' al 'Casillero Vacio'" in *Notas sobre la Economía y el Desarrollo*, CEPAL, no. 521/522, Santiago, janeiro-fevereiro de 1992.

**FAJNZYLBER**, Fernando, "La Cepal y el Neoliberalismo" in *Revista de la Cepal*, no. 52, Santiago, abril de 1994.

**FERRER**, Aldo, "Desarrollo y Subdesarrollo en un Mundo Global: Los Problemas de América Latina" in *El Trimestre Económico*, volume LXIII, no. 252, 1996

**FFRENCH-DAVIS**, Ricardo, Patricio Leiva e Roberto Madrid, "Liberalización Comercial y Crecimiento: La Experiencia de Chile, 1973-89" in *Revista Pensamiento Iberoamericano*, no. 21, ICI, Madrid, janeiro-julho de 1992.

**GARRETÓN**, Manuel Antonio, "La Posibilidad Democrática en Chile" in *Cuadernos de Difusión*, FLACSO, Santiago, maio de 1989.

**GARRETÓN**, Manuel Antonio, "Transformaciones Socio-Políticas en América Latina, 1972-1992" in *Serie Estudios Sociales*, no. 36, FLACSO, Santiago, julho de 1992.

**GERCHUNOFF**, Pablo e Juan Carlos Torre, "La Política de Liberalización Económica en la Administración de Menem" in *Desarrollo Económico*, volume 136, no. 143, IDES, Buenos Aires, outubro-dezembro de 1996.

**GLENNERSTER**, Howard, Anne Power e Tony Travers, "A New Era for Social Policy: A New Enlightenment or a New Leviathan?" in *Journal of Social Policy*, 20:3.

**GORENDER**, Jacob, "Estratégia dos Estados Nacionais Diante do Processo de Globalização" in *Revista de Estudos Avançados*, 9 (25), IEA, São Paulo, 1995.



- GULLÉN-ROMO**, Héctor, "El Dogma de las Finanzas Sanas en México" in *Investigación Económica*, no. 200, UNAM, Cidade do México, abril-junho de 1992.
- GUIMARÃES**, Roberto, "O Leviatã Encurralado: Continuidade e Mudança no Papel do Estado na América Latina" in *Planejamento e Políticas Públicas*, no. 4, IPEA, Brasília, dezembro de 1990.
- HAGOPIAN**, Frances, "'Democracy by Undemocratic Means'?: Elites, Political Pacts and Regime Transition in Brazil" in *Comparative Political Studies*, 23:2, julho de 1990.
- HOJMAN**, David E., "The Political Economy of Recent Conversions to Market Economics in Latin America" in *Journal of Latin American Studies*, no. 26, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.
- HUERTA**, Arturo G., "El Sector Externo y las Políticas Comercial y Cambiaria: 1987-1991" in *Investigación Económica*, no. 200, UNAM, Cidade do México, abril-junho de 1992.
- INFANTE**, Ricardo e Emilio Klein, "Mercado Latinoamericano del Trabajo en 1950-1990" in *Revista de la Cepal*, no. 45, Santiago, dezembro de 1991.
- KRUGMAN**, Paul, "Los Ciclos en las Ideas Dominantes con Relación al Desarrollo Económico" in *Desarrollo Económico*, volume 36, no. 143, IDES, Buenos Aires, outubro-dezembro de 1996.
- LANGONI**, Carlos Geraldo, "A Revolução Latino-Americana" in *FGV*, São Paulo, 1994.
- LIMA**, Luiz Antônio de Oliveira, "Alternativas Éticas ao Neoliberalismo: As Propostas de Rawls e Habermas" in *Revista Lua Nova*, no. 28/29, CEDEC, São Paulo, 1993.
- MALLORQUÍN**, Carlos, "Un Breve Recuento de la Deconstrucción del Estructuralismo" in *Estudios Latinoamericanos*, ano 1, no. 2, CELA, México, 1994.
- MANTEGA**, Guido, "Estado e Crise no Brasil" in *Brasil em Artigos*, Fundação SEADE, São Paulo, 1995.
- McGUIRE**, James W., "Union Political Tactics and Democratic Consolidation in Alfonsín's Argentina, 1983-1989" in *Latin American Research Review*, 27:1, University of New Mexico, 1992.
- MÉNDEZ**, José Luis, "La Reforma del Estado en México: Alcances y Límites" in *Gestión y Política Pública*, volume 3, no. 1, CIDE, México, primeiro semestre de 1994.
- MERQUIOR**, José Guilherme, "El Otro Occidente (Un Poco de Filosofía de la Historia desde LatinoAmerica)" in *Cuadernos Americanos Nueva Epoca*, no. 13, vol. 1, UNAM, México, 1988.
- MOISÉS**, José Álvaro, "Entre a 'Incerteza' e a Tradição Política" in *Novos Estudos Cebrap*, no. 40, CEBRAP, São Paulo, novembro de 1994.
- NOVARO**, Marcos, "Menemismo y Peronismo: Viejo y Nuevo Populismo" in *Cuadernos del Claeh*, no. 71, Montevideo, 1993/4
- OCAMPO**, José Antonio, "New Economic Thinking in Latin America" in *Journal of Latin American Studies*, volume 23, parte 2, Cambridge University Press, Cambridge, maio de 1991.
- OLIVEIRA**, Francisco de, "Quem Tem Medo da Governabilidade?" in *Novos Estudos Cebrap*, no. 41, CEBRAP, São Paulo, março de 1995.
- OLIVER COSTILLA**, Lucio, "La Reforma del Estado en América Latina: Una Aproximación Crítica" in *Estudios Latinoamericanos*, ano 1, no. 2, CELA, México, julho-dezembro de 1994.
- OTTONE**, Ernesto, "Un Planteamiento Renovado Frente a los Nuevos Desafíos del Desarrollo" in *Serie Documento de Trabajo*, no. 23, CEPAL, Santiago, dezembro de 1993.

PINTO, Anibal, "As Raízes do Experimento Ortodoxo Chileno" in *Novos Estudos Cebrap*, no. 27, CEBRAP, São Paulo, julho de 1990.

PRZEWORSKI, Adam, "A Falácia Neoliberal" in *Revista Lua Nova*, no. 28/29, CEDEC, São Paulo, 1993.

REIS, Fábio Wanderley, "Governabilidade, Instituições e Partidos" in *Novos Estudos Cebrap*, no. 41, CEBRAP, São Paulo, março de 1995.

ROSALES, Osvaldo R., "El Debate Acerca del Ajuste Estructural en la América Latina" in *Economía de América Latina*, CIDE, México, no. 20, 1990.

SILVA, Eduardo, "Capitalist Regime Loyalties and Redemocratization in Chile" in *Journal of Interamerican Studies*, University of Miami Press, janeiro-março de 1992.

SILVA, Eduardo, "Capitalist Coalitions, the State and Neoliberal Restructuring in Chile, 1973-88" in *World Politics*, 45:4, Johns Hopkins University Press, Baltimore, julho de 1993.

SILVA, Patricio, "Technocrats and Politics in Chile: From the Chicago Boys to the CIEPLAN Monks" in *Journal of Latin American Studies*, Cambridge University Press, Cambridge, 23:2, maio de 1991.

SINGER, Paul, "Desemprego e Exclusão Social" in *São Paulo em Perspectiva*, volume 10, no. 1, Fundação SEADE, São Paulo, janeiro-março de 1996.

SMITH, Tony, "The Underdevelopment of Development Literature: The Case of Dependency Literature" in *World Politics*, 31:2, Johns Hopkins University Press, Baltimore, janeiro de 1979

SMITH, William, "Reestruturação Neoliberal e Cenários de Consolidação Democrática na América Latina" in *Revista Dados*, volume 36, no.2, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição, "Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais" in *Revista Economia e Sociedade*, no. 1, IE/Unicamp, agosto de 1992.

TEN KATE, Adriaan, "El Ajuste Estructural de México: Dos Historias Diferentes" in *Revista de Pensamiento Iberoamericano*, no. 21, ICI, Madrid, janeiro-julho de 1992.

TOKMAN, Víctor E., "Sector Informal en América Latina: De Subterráneo a Legal" in *Programa Mundial del Empleo*, PREALC, Santiago, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel, "Culture as the Battleground of the Modern World-System" in *Theory, Culture & Society*, vol. 7, 1990.

WEFFORT, Francisco, Notas Sobre a Crise do Estado-Nação in *Revista de Pensamiento Iberoamericano*, no. 19, ICI, Madrid, janeiro-julho de 1991.

WEISS, Linda, "Globalization and the Myth of the Powerless State" in *New Left Review*, no. 225, Alden Press, Oxford, setembro-outubro de 1997.

### Artigos de Jornais

BARROS DE CASTRO, Antônio, "Do Efeito 'Tequila' ao Efeito 'Tango'" in *Folha de São Paulo*, 2 de outubro de 1996.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira, "Ajuste Fiscal Virou Tarefa de Sísifo" in *Folha de São Paulo*, 19 de setembro de 1996.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira, "'Neoliberalismo': Revolta Contra o Século XX" in *Folha de São Paulo*, 5 de dezembro de 1996.

- CAMARGO, Aspásia, "A Polêmica do Liberalismo Social" in *Folha de São Paulo*, 4 de abril de 1992.
- CAMPOS, Roberto, "A Segunda Abertura" in *Folha de São Paulo*, 1o. de setembro de 1996.
- DELFIN NETO, Antonio, "Globalização: A Vitória do Economismo" in *Gazeta Mercantil*, 26 de abril de 1996.
- DORNBUSCH, Rudiger, "Uma Nova Era de Ouro do Capitalismo" in *Folha de São Paulo*, 21 de julho de 1996.
- ELOY MARTÍNEZ, Tomás, "Eva Perón, o Mito e a História" in *O Estado de São Paulo*, 9 de março de 1997.
- FIORI, José Luís, "Em Busca do Dissenso Perdido" in *Folha de São Paulo*, 1o. de outubro de 1995.
- FLORES OLEA, Victor, "Sacrificios o Sublevación?" in *La Jornada*, México, 11 de março de 1995.
- FRANCO, Gustavo, "Os Parnasianos Alternativos" in *Folha de São Paulo*, 24 de novembro de 1996.
- GALBRAITH, John Kenneth, "Culpem a História, Não os Liberais" in *O Estado de São Paulo*, agosto de 1995.
- GENRO, Tarso, "A Esquerda e o Desafio para 98" in *Folha de São Paulo*, 26 de janeiro de 1997.
- LAPLANE, Mariano Francisco, "Investimento Direto, Crescimento e Competitividade" in *O Estado de São Paulo*, 1o. de março de 1997.
- ORTIZ, Renato, "Mundialização e Cultura" in *O Estado de São Paulo*, 13 de janeiro de 1997.
- ORTIZ, Renato, "Globalização, Ideologia e Política" in *O Estado de São Paulo*, 14 de fevereiro de 1997.
- SMITH, Matt, "O Drama da Classe Média Mexicana" in *Gazeta Mercantil*, 7 de junho de 1996.
- TOURAINE, Alain, "A Desforra do Mundo Político" in *Folha de São Paulo*, 16 de junho de 1996.
- ZINI, Álvaro Antônio Jr., "Substituição de Exportação?!" in *Folha de São Paulo*, 24 de novembro de 1996.